UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TEREZA MARIA SPYER DULCI

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)/*Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*): desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992)

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TEREZA MARIA SPYER DULCI

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)/ *Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*): desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992)

(VERSÃO CORRIGIDA)

De acordo

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

São Paulo

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FOLHA DE APROVAÇÃO

DULCI, Tereza Maria Spyer. **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)/*Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*): desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992)**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em História Social.

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Aprovado em:

Banca
Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição:_____Assinatura:_____

À Julia, minha irmã de alma.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço o imprescindível apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao longo de seis meses, e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), durante os outros 22 meses.

Em São Paulo, sou grata aos funcionários do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB) e da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica (Biblioteca Nadir Gouvêa Kfouri).

Igualmente, agradeço aos colegas e funcionários do Departamento de História da Universidade de São Paulo, que sempre me apoiaram nas questões acadêmicas durante esses anos de estudo, bem como a todos os integrantes do Projeto Temático financiado pela Fapesp "Cultura e Política nas Américas. Circulação de Ideias e Configuração de Identidades (séculos XIX e XX)": Ângela Meirelles de Oliveira, Carine Dalmás, Caio de Souza Gomes, Carla Viviane Paulino, Flávio Thales Ribeiro Francisco, Gabriela Pellegrino Soares, Maria Antonia Dias Martins, Mariana Martins Villaça, Rafael Nunes Nicoletti Sebrian, Romilda C. Motta, Silvia César Miskulin, Stella M. Scatena, etc. Em especial, agradeço ao Gabriel Passetti o apoio, gentileza, amizade e o encantamento compartilhado pela História das Relações Internacionais.

Às professoras Maria Helena Rolim Capelato e Mary Anne Junqueira, que constituíram a banca de exame de qualificação tanto do mestrado quanto do doutorado, agradeço as críticas e sugestões sempre muito criteriosas e afetivas. Mais do que isso, agradeço o apoio e o carinho desses anos de convivência.

A Maria Ligia Coelho Prado, querida orientadora, amiga incondicional, a quem devo tanto, mais do que consigo expressar, agradeço a acolhida desde o mestrado, a paciência, o carinho, o cuidado, o incansável incentivo e a certeza na superação das adversidades da vida.

Em Brasília, agradeço aos funcionários do Centro de Documentação e Divisão de Comunicações e Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da Biblioteca do Itamaraty (Biblioteca Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira), bem como aos membros da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Desejo agradecer especialmente aos professores do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB), figuras centrais do IBRI/*RBPI*: Amado Luiz Cervo, Antônio Carlos Lessa e José Flávio Sombra Saraiva, que me forneceram importantes entrevistas sobre a história do instituto e da revista. Ao professor Saraiva, em especial, sou grata pelas excelentes sugestões que muito contribuíam para a tese.

Gostaria de deixar meus mais sinceros agradecimentos aos diplomatas Sérgio Bath e Paulo Roberto de Almeida pelas entrevistas concedidas. À Paulo Roberto de Almeida, sobretudo, sou muito grata pelo apoio institucional e afetivo ao longo da pesquisa. Desde o princípio, fui contagiada por sua dedicação à preservação da memória do IBRI e da *RBPI*. Paulo Roberto acompanhou todas as etapas deste trabalho, auxiliou na busca pelas fontes, nas entrevistas e esteve sempre de prontidão para sanar todas as dúvidas que tive sobre o instituto e a revista durante estes cinco anos.

No Rio de Janeiro, agradeço aos funcionários: do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Aos professores Celso Castro e Matias Spektor, do CPDOC, agradeço especialmente pelas entrevistas concedidas e pela ajuda na busca dos documentos do IBRI e da *RBPI*.

Em João Pessoa, agradeço aos funcionários da Fundação Casa de José Américo e ao professor José Octávio de Arruda Mello, que me auxiliou muito durante a pesquisa, fornecendo inclusive, além das entrevistas, acesso a seu arquivo pessoal.

Em Foz do Iguaçu, agradeço muito a acolhida, carinho e companheirismo dos colegas, funcionários e alunos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que compartilham comigo o amor pela América Latina.

Agradeço também a Rodrigo de Faria pelo material sobre o IBAM, a Luís Cláudio Villafañe G. Santos pelo apoio e ótimas sugestões de leituras e a Marcos Costa Lima que me incentivou a estudar Cleantho de Paiva Leite e os demais “boêmios cívicos”.

Aos meus queridos amigos, Carlos, Mirella e Teresa sou muito grata pelo afeto e o amor comum pela História. À Julia não tenho palavras para agradecer, por isso dedico a ela esta tese.

Aos meus familiares, em especial Cristina, Maria Regina e Tadeu, agradeço o imprescindível apoio nos momento finais da tese. Agradeço também aos meus pais, Márcia e Luiz, que me fizeram amar a América Latina e a perseverar a despeito das dores cotidianas. Por último, ao Thomas, agradeço o amor, a paciência e o companheirismo de todos estes anos.

RESUMO

DULCI, T. M. S**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)/*Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*): desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este trabalho tem por objetivo estudar o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), criado em 1954 e sua *Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*), fundada em 1958. O IBRI foi o primeiro instituto voltado exclusivamente ao campo das relações internacionais no Brasil e a *RBPI* configura-se como a mais antiga publicação especializada em política internacional em circulação no país. Procuramos tratar do contexto de criação do instituto e da revista, além do papel desempenhado pelos seus quatro diretores. A sobrevivência do IBRI/*RBPI* também foi objeto de nossa análise, assim como a materialidade do periódico. Buscamos, igualmente, tratar do processo de racionalização do Estado e da incorporação de intelectuais desenvolvimentistas ao aparelho governamental entre o Segundo Governo Vargas e o governo Kubitschek para compreender a origem da geração de intelectuais que fundou o IBRI/*RBPI*. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) também foram apreciados neste trabalho, uma vez que parte dos fundadores e colaboradores do nosso objeto de estudo teve papel de destaque nestas instituições. Ademais, procuramos discorrer sobre as semelhanças entre as instituições e carreiras de outros dois atores que tiveram relevância no IBRI/*RBPI*, os diplomatas e os militares. Apresentamos, ainda, duas propostas de paradigmas de política externa para embasar a análise dos discursos sobre política externa brasileira presentes nas páginas da *RBPI*. Por último, estudamos os artigos da revista procurando destacar o tema central do periódico entre 1958-1992: o desenvolvimento. Este tema é o fio condutor de outros importantes assuntos vinculados à integração tratados na *RBPI*, quais sejam, as relações entre os países da região e os Estados Unidos, os projetos de integração latino-americana e a integração e segurança estratégica do Brasil.

Palavras-chave: Brasil, Américas, política externa, desenvolvimento, integração, IBRI, *RBPI*.

ABSTRACT

DULCI, T. M. S**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI)/*Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*): desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This work takes as its objective the study of the Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), created in 1954 and its *Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*), founded in 1958. The IBRI was the first institute oriented exclusively towards the field of international relations in Brazil and the *RBPI* the oldest publication specialised in international policy in circulation in the country. The context of the creation of the institute and the periodical, and the role played by their four directors is considered. The survival of the IBRI/*RBPI* was also subjected to analysis, as was the materiality of the periodical. There follows a consideration of the process of the rationalisation of the State and the incorporation of intellectual developmentalists into the governmental apparatus between the Second Vargas Government and the Kubitschek government in order to understand the generation of intellectuals who founded the IBRI/*RBPI*. The Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) and the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) are also examined in this work, given that some of the founders and collaborators of the subject of this study played leading roles in these institutions. Furthermore, similarities are discussed between the institutions and careers of two other agents of relevance in the IBRI/*RBPI*, diplomats and the military. In addition, two proposals for paradigms in foreign policy are presented as a basis for the analysis of discourses on Brazilian foreign policy as presented in the pages of the *RBPI*. Lastly, articles from the periodical are analysed in an attempt to highlight the central theme of the publication from 1958-1992: development. This theme forms the thread common to other important topics linked to integration dealt with in the *RBPI*, namely, relations among countries in the region and the United States, the projects of Latin American integration, and the integration and strategic security of Brazil.

Keywords: Brazil, Americas, foreign policy, development, integration, IBRI, *RBPI*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capas: *International Affairs, Foreign Affairs* e *Politique Étrangère* 58-59
Figura 2 - Capas dos cinco números da *Cadernos de Nosso Tempo* 63-65
Figura 3 - Capa da *RBPI* número 1.....84
Figura 4 - Capa da *RBPI* números 41-42 85
Figura 5 - Capa da *RBPI* números 43-44 86
Figura 6 - Capa da *RBPI* números 101-104 87
Figura 7 - Capa da *RBPI* números 131-132 88
Figura 8 - Capa da *RBPI* números 139-140 89
Figura 9 - Expediente *RBPI* 91
Figura 10 - Sumário *RBPI* número 1 93
Figura 11 - Sumário *RBPI* número 51-52 (Inglês) 94
Figura 12 - Sumário *RBPI* número 111-112 95
Figura 13 - Intersecção dos Atores Políticos (IBRI/IBAM/ISEB) 151-152
Figura 14 - Conselheiros do IBRI – Espaços de Atuação 153-154
Figura 15 - Conselheiros do IBRI: Instituições Nacionais 155
Figura 16 - Conselheiros do IBRI - Órgãos Internacionais 156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABL – Academia Brasileira de Letras
ABM – Associação Brasileira de Municípios
AEPR – Assessoria Econômica da Presidência da República
AIB – Ação Integralista Brasileira
ALADI – Tratado de Montevidéu criando a Associação Latino Americana de Integração
ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ANC - Assembleia Nacional Constituinte
ANL – Aliança Nacional Libertadora
AP – Aliança para o Progresso
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Mundial
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAD - Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
CAE - Curso de Altos Estudos
CAF – Convenção Constitutiva da Corporación Andina de Fomento
CBR – Confederação Brasileira de Radiofusão
CDI - Comissão de Direito Internacional
CE - Cursos Especiais
CEBRAF - Comissão Central de Reforma Administrativa Federal
CEPA– Comissão de Estudos e Projetos Administrativos
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CEx - Cursos de Extensão
CEXIM – Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
CFR – Council on Foreign Relations
CHESF – Companhia Hidro Életrica do São Francisco
CIECC – Conselho Interamericano para a Ciência e Cultura
CIES – Conselho Interamericano Econômico e Social
CIEX – Centro de Informações do Exterior
CIJ - Corte Internacional de Justiça
CMBEU – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
Codeno - Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
COMECON – Conselho de Assistência Econômica Mútua
CONESP – Comissão de Nacionalização das empresas Concessionárias de Serviços Públicos
Copredal - Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina
COSB – Comissão de Simplificação Burocrática
CPCD - Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DASP – Departamento de Administração do Serviço Público

DSN - Doutrina de Segurança Nacional
EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública
ECOSOC – Conselho Econômico e Social
ED – Esquerda Democrática
EFMA - Estado-Maior das Forças Armadas
ESG – Escola Superior de Guerra
FA – Foreign Affairs
FENAI - Federação Nacional da Imprensa
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIESP – Federação das Industrias do Estado de São Paulo
FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância
FMI – Fundo Monetário Internacional
GAAT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBECC – Instituto Brasileiro de Ciência e Cultura
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE – Instituto Brasileiro de Economia
IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
IDPCP – Instituto de Direito Público e Ciência Política
IEPES - Instituto de Estudos Políticos e Sociais
INTAL – Instituto de Integração da América Latina
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IRB – Instituto de Resseguros do Brasil
IRBr – Instituto Rio Branco
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITA - Instituto Técnico de Alimentação
LAR - Liga de Ação Revolucionária
MASP - Museu de Arte de São Paulo
MCCA – Mercado Comum Centro Americano
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MIT - Massachusetts Institute of Technology
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores
NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NOEI – Nova Carta Econômica Internacional
OACI – Organização da Aviação Civil Internacional
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OPA – Operação Pan-Americana
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS – Tratado do Atlântico Sul
OTASE – Organização do Tratado Sudeste Asiático
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PEI – Política Externa Independente
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S/A
PFL - Partido da Frente Liberal
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PrND – Programa Nacional de Desburocratização
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RBPI – Revista Brasileira de Política Internacional
SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SELA – Sistema Econômico Latino-Americano
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SNI - Serviço Nacional de Informações
SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STAN – Serviço Técnico de Alimentação Nacional
STF – Superior Tribunal Federal
Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
TCA – Tratado de Cooperação Amazônica
TCU – Tribunal de Contas da União
TNP – Tratado de Não-Proliferação Nuclear
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UB – Universidade do Brasil
UDF – Universidade do Distrito Federal
UDN – União Democrática Nacional
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNASUL - União de Nações Sul-Americanas
UnB - Universidade de Brasília
UNCTAD – Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento
UNE - União Nacional de Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID – Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
CAPÍTULO 1. A REVISTA DO IBRI: RBPI 40
1.1 Contexto de criação 45
1.2 Os diretores 67
1.3 Recursos financeiros 76
1.4 *Corpus* da RBPI 81
1.5 As seções 96
CAPÍTULO 2. A INTELLIGENTSIA E O ESTADO (1951-1961) 104
2.1 Intelligentsia e o aparelho estatal 105
2.1.1 A intelligentsia técnica 105
2.1.2 De Vargas à Kubitschek 111
2.2 IBAM e ISEB: outros espaços de articulação da intelligentsia nacional.133
2.2.1 O IBAM 134
2.2.2 O ISEB 143
2.2.3 Quadros e vínculos 150
CAPITULO 3. DIPLOMATAS E MILITARES: RELAÇÃO COM O IBRI/RBPI 159
3.1 "O espirito de corpo": semelhanças entre a carreira diplomática e militar 161
3.2 A carreira diplomática: O Instituto Rio Branco 167
3.2.1 Processo de institucionalização do MRE 171
3.2.2 O Instituto Rio Branco 182
3.3 A carreira militar: Escola Superior de Guerra 190
3.3.1 Processo de institucionalização do Exército 192
3.3.2 A Escola Superior de Guerra 202
3.4 Relação MRE x FA durante a ditadura: impactos no IBRI/RBPI 210
3.4.1 Autonomia e colaboração 211
3.4.2 Impactos no IBRI/RBPI 217
CAPÍTULO 4. PARADIGMAS DE POLÍTICA INTERNACIONAL 223
4.1 Permanências e alternâncias 223
4.1.1 Do paradigma "desenvolvimentista" ao "normal ou neoliberal" 231
4.1.2 Entre o "americanismo" e o "universalismo/globalismo" 245
4.2 A PEB na RBPI 254
CAPITULO 5. INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NAS AMÉRICAS 261
5.1 Desenvolvimento 264
5.2 Integração nas Américas 289
5.2.1 Integração Nacional e Segurança Estratégica 305
CONSIDERAÇÕES FINAIS 312
FONTES 318
REFERÊNCIAS 321
APÊNDICE 351

INTRODUÇÃO

[O historiador], *qualquer que seja sua especialidade cronológica, bebe em seu presente e, longe de pensar que é 'de nenhum tempo e de país nenhum', ele sabe que está ligado por múltiplas fibras a seu tempo e à comunidade a qual pertence*. (François Sirinelli)

A constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, e a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, despertaram questões importantes sobre as aproximações entre o Brasil e os demais países da América do Sul com a possibilidade de integração econômica, militar, política e cultural entre eles. Além disso, é destaque no atual cenário internacional do continente americano o tema da recusa, por boa parte dos governos dos países latino-americanos (especialmente os sul-americanos), da integração da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), recolocando em pauta as diferenças entre os países latino-americanos e a potência estadunidense.

Para entender esse movimento, por um lado, de aproximação entre o Brasil e os demais países da América do Sul, e, por outro, de distanciamento dos países do subcontinente em relação aos Estados Unidos, nossa pesquisa se voltou para um período importante da história brasileira: o momento compreendido entre as décadas de 1950 e 1990, quando houve a institucionalização das relações internacionais com a conformação de um campo de saber.

Neste pesquisa estudamos o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), fundado em 1954 e seu periódico, a *Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*), criada 1958. O IBRI foi o primeiro instituto voltado exclusivamente ao campo das relações internacionais no Brasil e a *RBPI* configura-se como a mais antiga publicação especializada em política internacional em circulação no país. Ambos permaneceram na capital fluminense até 1992, quando são transferidos, para Brasília, ficando sob a responsabilidade da

Universidade de Brasília e tornando-se, deste momento em diante, um instituto e periódico acadêmico[1].

Utilizamos como principal fonte de pesquisa para estudar o IBRI as cartas disponíveis no Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello e o Arquivo Pessoal de José Octávio de Arruda Mello, ambos situados em João Pessoa, Paraíba. Estes arquivos continham sobretudo cartas trocadas entre os Diretores do IBRI/*RBPI*, documentos fundamentais para compreendermos as razões da existência do Instituto e da Revista.

Já para analisar a Revista, nos valemos especialmente das edições da *RBPI* entre 1958 e 1992; momento em que o periódico foi publicado no Rio de Janeiro, contando com contribuições de caráter ensaístico da *intelligentsia* nacional: acadêmicos, diplomatas, militares, jornalistas, empresários, entre outros.

Vale ressaltar que, embora a origem do termo *intelligentsia* seja controversa uma vez que não há consenso na literatura especializada sobre o que a caracterizaria e quais seriam as condições necessárias a sua existência, aqui nos valemos principalmente da definição de Raymond Williams, que afirma ser a *intelligentsia* "um grupo distinto e consciente de si mesmo" [2], ou seja, um grupo social que se acaracteriza e se distingue de seus pares por compartilharem determinados atributos, princípios e visões específicas vinculadas à natureza particular de suas relações com a política.[3]

---

[1] O IBRI/*RBPI* foram transferidos para Brasília após a morte de Cleantho de Paiva Leite, diretor do IBRI e editor da *RBPI* entre 1967 e 1992. Em Brasília, o periódico foi publicado a partir do volume 36 (no ano de 1993), mudando sua periodicidade de trimestral para semestral. Segundo afirma Paulo Roberto de Almeida, "com o falecimento de Cleantho de Paiva Leite, em outubro de 1992, colocou-se o problema da sobrevivência da revista, que não dispunha de um Conselho Editorial e uma 'equipe de produção'. Felizmente, um grupo de diplomatas e de pesquisadores de Brasília assumiu o encargo de relançá-la em novas bases e princípios editoriais, o que ocorreu em 1993" (ALMEIDA, P. R. (1998) "Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção Internacional do Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília: ano 41, "número especial 40 anos", p. 51).

[2] WILLIAMS, R. (2007) **Palavras-chave (um vocabulário de cultura e sociedade)**. São Paulo: Boitempo, p. 236).

[3] Sobre o conceito *intelligentsia* ver também: GELLA, A. (ed.). (1976) **The Intelligentsia and the Intellectuals**. Londres: Sage Studies in International Sociology e MANNHEIM, K. (1986) **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara.

Esta proposta de pesquisa teve origem durante a execução da nossa dissertação de mestrado[4], realizada entre 2005 e 2008, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, tendo sido também orientada pela Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado. Nosso objetivo de pesquisa era analisar as manifestações brasileiras nas Conferências Pan-Americanas entre 1889 e 1928[5]. Procuramos compreender os discursos identitários construídos pelos países representados nas Conferências e os argumentos que definiram as proximidades e os distanciamentos entre o Brasil e os Estados Unidos e entre o Brasil e os demais países latino-americanos.

Assim, nos estudos do mestrado travamos contato com o IBRI e a *RBPI*, periódico que havia publicado artigos relacionados às Conferências Pan-Americanas e aos projetos de integração do continente. Esse material nos interessou de imediato por tratar, em grande parte, de temas relacionados aos países da América Latina e aos projetos de integração regional. Pesquisar a história do Instituto e da Revista nos levou, justamente, a elaborar o projeto desta pesquisa de doutoramento.

O IBRI foi criado em 1954 no Rio de Janeiro e permaneceu nesta cidade até 1992, quando foi transferido para Brasília. Durante estes 39 anos, o Instuto reuniu parte da *intelligentsia* nacional que se dedicou a pensar o lugar do Brasil no sistema internacional, bem como os possíveis modelos de integração e desenvolvimento para os países da região.

O IBRI editou, entre 1958 e 1992, 35 volumes, 140 números e 75 exemplares da *RBPI*, com periodicidade trimestral e média de 200 páginas por publicação. No período em questão, o diretor-geral do Instituto ocupava também o cargo de editor da Revista, pois o periódico não

[4] DULCI, T. M. S. (2008) **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

[5] Utilizamos tais balizas cronológicas por entendermos que neste período de início e consolidação da República brasileira estabelecerem-se padrões novos de convivência entre o Brasil e os demais países da América do Sul, o que pudemos acompanhar com os debates das Conferências Pan-Americanas. Ademais, nossa pesquisa encerra-se na Sexta Conferência Pan-Americana de 1928, por entendermos que as questões e os problemas nacionais e internacionais que emergem após a crise de 1929, a chegada ao poder de Getúlio Vargas em 1930 e a crise dos Estados liberais na Europa são de ordem bastante diversa do período anterior.

dispunha de conselho editorial nem de equipe de produção com maior número de colaboradores.

A publicação costumava ser pautada por temas relacionados aos eventos e processos que mais chamavam a atenção da elite intelectual brasileira, isto é, os acontecimentos mais recentes da política externa do Brasil. Dessa forma, alguns temas receberam tratamentos especiais em diferentes épocas, e se constituíram em eixos da política externa, procurando formular e orientar a agenda internacional do país.

É nesse sentido que entendemos que os colaboradores do Instituto e da Revista constituíram um espaço de sociabilidade, debatendo e divulgando propostas políticas, econômicas e culturais. A principal meta do IBRI/*RBPI* foi pensar e transformar a realidade do Brasil e dos demais países da América, ainda que parte dos artigos e documentos do periódico também tratassem de temas relacionados aos outros continentes.

Para reconstituir a história do Instituto e da Revista, na realização desta pesquisa procuramos aprofundar os estudos sobre história política, história das relações internacionais, história intelectual e história das ideias e do pensamento político. Nas reflexões que seguem, apresentamos as principais contribuições desses campos de estudo para o doutoramento.

A natureza das fontes pesquisadas nos remeteu diretamente ao campo da história política e da história das relações internacionais, devido ao fato de buscarmos compreender, a partir da criação do IBRI e da *RBPI*, quais foram os projetos formulados por seus membros e colaboradores acerca da inserção internacional do Brasil e das possibilidades de integração dos países do continente americano. Indagamos quais seriam os argumentos que definiram o lugar do Brasil no sistema internacional, bem como as aproximações entre o Brasil e os demais países da região, além de quais seriam as aproximações e os distanciamentos entre as nações latino-americanas e os EUA.

Duramente criticada por décadas, tanto por historiadores da Escola dos *Annales* quanto por historiadores do campo marxista, a condição da história política tem-se invertido nos últimos anos com um movimento de renovação que se convencionou chamar de a Nova História Política, cuja perspectiva analítica advém, principalmente, do intercâmbio com a ciência política, a sociologia, a linguística e a antropologia.[6]

Para René Remond, em *Por uma História Política*[7], o descrédito da história política se dava pela difusão da ideia de que era um tipo de história ultrapassada, anacrônica, "elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia"[8]. Porém, segundo o mesmo autor, a partir da década de 1980, especialmente, esse quadro foi sendo alterado; a dimensão política dos fatos sociais, então, passou a conquistar outros espaços, levando ao surgimento de novos objetos de estudo[9].

Isso se deu, principalmente, a partir do uso do conceito de cultura política em um processo de longa duração, alternando-se entre continuidades e transformações. Isso levou tal campo de saber a uma renovação em que se explora "desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais"[10]. A nova história política superou, então, boa parte das críticas, e atualmente consolida uma nova metodologia, integrando o estudo da política aos outros campos da história e das ciências humanas.[11]

Já com relação à história das relações internacionais[12], cumpre dizer que nossa pesquisa

---

[6] LE GOFF, J. "Is politics still the backbone of History?". GILBERT, F. & GRAUBARD, S. R. (orgs) (1971). **Historical studies today**. New York: Norton.
[7] RÉMOND, R. (1996) "Uma História do Presente". **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV.
[8] RÉMOND, R. (1996) "Uma História do Presente". **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p.18.
[9] JULLIARD, J. "A Política". LEGOFF, J. & NORA, P. (1976) **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
[10] RÉMOND, R. (org) (1996) "Uma História do Presente". **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV.
[11] FERREIRA, M. (1992) "A Nova 'Velha História': O Retorno da História Política". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol.5, nº 10, págs. 265-271.
[12] MILZA, P. "Política Interna e Política Externa". In: RÉMOND, R. (org.) (1996) **Por uma História Política**.

segue os preceitos da chamada "escola francesa de história das relações internacionais"[13], fundada por Pierre Renouvin[14] na década de 1930. Essa abordagem apresentou uma renovada proposta de análise das relações internacionais ao incluir diferentes atores e forças históricas em suas investigações, avançando a pesquisa histórica na disciplina para além dos limites da história diplomática[15].

Dessa escola, destacamos os estudos de Jean-Baptiste Duroselle[16], os quais procuraram identificar regularidades e padrões de pensamento nas relações internacionais a partir de pesquisas empíricas, fugindo aos modelos conceituais analíticos, estanques e universalistas[17]. Em seu livro *Todo o Império Perecerá*, ao desenvolver aspectos teóricos e metodológicos da história das relações internacionais, Duroselle se vale das categorias "forças profundas" e "homens de Estado", herdadas de Renouvin, para propor novos problemas de estudo no campo das relações internacionais, desde que partam da história, pois, como afirma o historiador, "o estudo científico das relações internacionais só pode ser baseado na matéria oferecida pela história"[18].

Outras referências importantes para as quais nos empreendemos no campo das relações internacionais são as pesquisas acadêmicas de diplomatas do Itamaraty e os trabalhos de professores da Universidade de Brasília, que se dedicaram tanto à história e teoria das relações internacionais quanto à história do Brasil, da América Latina e dos Estados Unidos.

Entre os trabalhos acadêmicos de diplomatas, destacamos as pesquisas de Paulo Roberto de Almeida e de Luís Claúdio Villafañe Gomes. Os estudos de Almeida[19] são bons

---

[13] ALMEIDA, P. (1998) **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS.
[14] RENOUVIN, P. "Introduction générale". In: RENOUVIN, P. (dir) (1963) **Histoire des Relations Internationales**. Paris: Hachette.
[15] RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. (1967) **Introdução à história das relações Internacionais**. São Paulo: Difel.
[16] DUROSELLE, J. B. (1958) **Les Relations internacionales**. Paris: Institut d'Etudes Politiques.
[17] BUENO, C. (1980) "História das Relações Internacionais, conceituações e fontes". **Memória da II semana de História**. Franca: Ed. UNESP.
[18] DUROSELLE, J. B. (2000) **Todo o Império Perecerá. Teoria das relações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, p.23.
[19] ALMEIDA, P. R. (2006) **O Estudo das Relações Internacionais do Brasil**. Brasília: LGE Editora;

instrumentos de pesquisa tanto do ponto de vista das referências cronológicas quanto da descrição da vasta produção do campo das relações internacionais no país. O autor oferece aos leitores panoramas abrangentes dos itinerários seguidos pelo Brasil e pelos países da América Latina no contexto mundial, além de tratar as teorias das relações internacionais e as principais vertentes teórico-metodológicas das pesquisas nacionais.

Já Villafañe[20], em especial no livro *O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil*, apresenta estudos sobre as relações entre o nacionalismo, a identidade e a política externa. Nessa obra, partindo do Barão de Rio Branco, portanto do século XIX até os dias atuais, o autor percorre o panorama histórico do país afim de investigar a construção da "consciência nacional", da "ideia de raça brasileira", da "consciência do atraso nacional" e da "liderança natural" do Brasil na América Latina. Ainda destaca que a identidade de um Estado, auxiliada pela política externa, se constrói muitas vezes a partir de sua relação com os outros Estados, por isso a importância do conceito de "alteridade", que faz o pesquisador investigar quem foram os "outros" externos do Brasil nos diferentes contextos históricos.

Entre os trabalhos acadêmicos da Universidade de Brasília (UnB), destacamos os dos professores Amado Luiz Cervo e José Flávio de Sombra Saraiva. Cervo[21], estudioso dedicado às áreas de história da América, história das relações internacionais e da política externa brasileira, nos ajuda a compreender a imbricada relação entre a política interna e a externa.

ALMEIDA, P. R. (2004) **Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira**. Porto Alegre: UFRGS; ALMEIDA, P. R. (2003) **Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina**. Brasília: IBRI.

[20] SANTOS, L. C. V. G. (2012) **Rio Branco: 100 Anos de Memória**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão; SANTOS, L. C. V. G. (2012) **O Evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira**. São Paulo: Ed. UNESP; SANTOS, L. C. V. G. (2010) **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP; SANTOS, L. C. V. G. (2004) **O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Editora daUNESP; SANTOS, L. C. V. G. (2002) **O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)**. Curitiba: Editora da UFPR.

[21] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva; CERVO, A. L. (2001) **Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: FUNAG; CERVO, A. L.BUENO, C. (1992) **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática; CERVO, A. L.; DÖPCKE, W. (orgs) (1994) **Relações Internacionais dos Países Americanos**. Brasília: Linha Gráfica Editora; CERVO, A. L.; Rapoport Mario (orgs) (1998) **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UnB.

Ademais, nos valemos dos estudos do historiador com respeito às teorias das relações internacionais, principalmente a abordagem presente em *Inserção Internacional: a formação dos conceitos brasileiros*, no qual Cervo busca analisar a forma como os principais pensadores brasileiros interpretaram os eventos e as circunstâncias históricas para sugerirem cursos de ação por meio da construção de paradigmas de política externa.

Por sua vez, Saraiva[22], cujas pesquisas estão centradas especialmente nas áreas de política externa brasileira, de história das relações internacionais e de processos de integração da América Latina e história da África, nos auxilia neste trabalho ao tratarmos, sobretudo, dos esforços de construção da inserção internacional do Brasil entre os séculos XIX e XX, com ênfase para a questão da Política Externa Independente (tema de grande destaque na *RBPI*), que "empreendeu, naqueles anos [1961-64], fortíssimo debate internacionalista no seio da sociedade civil, no Parlamento, nas universidades, nas empresas e na imprensa, entre outros canais da formação da opinião pública"[23].

Nosso trabalho também está inserido no campo da história intelectual e história das ideias e do pensamento político, uma vez que buscamos investigar o papel desempenhado pelo grupo de intelectuais vinculados ao IBRI e os temas mais importantes publicados na *RBPI*.

A história intelectual faz parte de um campo que se situou no cruzamento entre as histórias política, social e cultural. Existem muitas "correntes interpretativas" sobre o assunto, o que nos levou a estudar o caráter polissêmico da noção de intelectual e o aspecto polimorfo dos meios intelectuais, com o objetivo de encontrar referências teórico-metodológicas mais adequadas para nosso objeto de estudo. Assim, nos valemos das pesquisas dos historiadores

[22] SARAIVA, J. F. S. (org) (2001) **Relações internacionais: dois séculos de história**. Brasília: IBRI/Funag; SARAIVA, J. F. S. "Entre a retórica e o realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005)". In: CERVO, A. L. (orgs) (2005) **O crescimento das relações internacionais do Brasil**. Brasília: IBRI, p. 53-78.

[23] SARAIVA, J. F. S. "Entre a retórica e o realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005)". In: CERVO, A. L. (orgs) (2005), p. 59.

Carlos Altamirano[24] e Helenice Rodrigues da Silva[25], pois ambos tentam compreender a genealogia do conceito, uma vez que a noção de o que é ser "intelectual" muda de acordo com o contexto, formando diferentes modelos de representação do intelectual.

A história do conceito de "intelectual" entre os séculos XIX e XX apresenta como marco o "caso Dreyfus", quando o substantivo intelectual passou a integrar a língua francesa, difundindo-se depois para os outros idiomas[26]. Nesse momento, segundo Rodrigues, ocorre uma espécie de batalha pela definição do que é ser intelectual:

> O texto de Ëmile Zola, *J'accuse*, publicado em 1898 no jornal *Aurore*, denunciando os erros judiciários e o complô do exército francês contra Dreyfus, torna-se o ponto de partida de uma definição da "missão" do intelectual. Apoiando esse artigo, um manifesto, dito dos "intelectuais", fundado no direito institucional de "petição" e assinado por um número significativo de escritores, artistas, professores universitários, etc., propõe, assim, exprimir através desse ato coletivo, um protesto político. (...) Ora, o neologismo "intelectual" designa, originalmente, uma vanguarda cultural e política que ousa, no final do século XIX, desafiar a razão de Estado. No entanto, essa palavra, que poderia ter desaparecido após a resolução dessa crise política, integra-se à língua francesa.[27]

Ainda que o "caso Dreyfus" tenha trazido uma concepção de militância, estabelecendo a função social do intelectual, é apenas na segunda metade do século XX, o pós II Guerra Mundial e, mais especificamente no caso francês, a Guerra da Argélia, que o papel do intelectual foi novamente problematizado; o tema foi trazido à tona a partir da discussão do "engajamento intelectual". A figura central dessa nova discussão foi o filósofo Sartre, para quem o engajamento político deveria se traduzir por ações concretas. Assim inspirado, o

---

[24] ALTAMIRANO, C. (dir) (2008) **Historia de los Intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo**. Buenos Aires: Katz Editores; ALTAMIRANO, C. "Ideias para um programa de História Intelectual". **Tempo Social**. São Paulo, v.19, n.1; ALTAMIRANO, C. (2006) ***Intelectuales: notas de investigación***. Bogotá: Grupo Editorial Norma; ALTAMIRANO, C. (2005) **Para un programa de historia intelectual y otros ensayos**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina.

[25] RODRIGUES, H. (2005) "O intelectual no 'campo' cultural francês: do 'Caso Dreyfus' aos tempos atuais". **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34; RODRIGUES, H. "A História Intelectual em questão". In: LOPES, M. A. (org) (2003) **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto; RODRIGUES, H. (2002) **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, SP: Papirus.

[26] A propagação e a velocidade de adoção desse conceito não foi igual em todas as partes.Seu uso inspirou muitas vezes reservas, e o termo foi classificado em vários países como um neologismo importado. Cf: ALTAMIRANO, C. (2006) **Intelectuales: notas de investigación**. Bogotá: Grupo Editorial Norma.

[27] RODRIGUES, H. (2005) "O intelectual no 'campo' cultural francês: do 'Caso Dreyfus' aos tempos atuais". **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34 .

intelectual passa a ser percebido "a partir do momento que engaja sua autoridade, já reconhecida, em favor de uma causa moral, por via de uma ato político"[28].

Embora hegemônica nas décadas de 1950, 60 e 70, a ideia de "engajamento político" viveu críticas e reticências desde a década de 1950 – especialmente após a divulgação dos crimes de Stalin –, e seu processo de enfraquecimento se dá efetivamente a partir década de 1980, quando se intensifica uma "desideologização das consciências", com o fim dos maniqueísmos e o retorno a um "individualismo que reforça o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma nação e a um continente"[29]. Assim, esse "silêncio dos intelectuais", que se inicia nos anos 80, acaba gerando uma série de estudos anunciando o "fim dos intelectuais" e a extinção dos valores que haviam determinado o advento do conceito de intelectual no século XIX com o "caso Dreyfus".[30]

A partir dos estudos de Altamirano e Rodrigues, que buscam a história do conceito de intelectual, foi-nos possível perceber os diferentes caminhos e acepções que tal conceito teve entre o fim dos séculos XIX e XX, em especial as noções de "intelectual engajado" e "silêncio dos intelectuais". Elas coincidem respectivamente com o início de publicação da *RBPI*, na década de 1950, e sua transferência para Brasília, na década de 1990. Nesse período, passou de uma revista de caráter majoritariamente ensaístico para uma revista fundamentalmente acadêmica.

Em nossa pesquisa nos valemos também dos estudos do historiador Jean-François Sirinelli[31], para quem a história intelectual, nas últimas décadas, se transformou num campo

---

[28] RODRIGUES, H. (2005) "O intelectual no 'campo' cultural francês: do 'Caso Dreyfus' aos tempos atuais". **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, p.5.

[29] RODRIGUES, H. (2005) "O intelectual no 'campo' cultural francês: do 'Caso Dreyfus' aos tempos atuais". **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, p.9.

[30] ALTAMIRANO, C. (2003) **Para un programa de historia intelectual y otros ensayos**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina; RODRIGUES, H. "A História Intelectual em questão". In: LOPES, M. A. (org) (2003) **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, p. 15-25.

[31] SIRINELLI, J. F. (1986) "Le hasard ou la necessite? Une histoire en chartier: l'histoire des intellectuells". **Revue d'Histoire**, n.9, jan-mar, p.97-108; SIRINELLI, J. F. "Os Intelectuais". In: RÉMOND, R. (org) (1996) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV; LEYMARIE, M.; SIRINELLI, J. F. (dir) (2003) **L'histoire des intellectuels aujourd'hui**. Paris: PUF.

autônomo de estudo, uma vez que a partir da II Guerra Mundial fortaleceu-se o papel desempenhado pelos intelectuais em suas respectivas sociedades[32]. O autor declara que o reconhecimento desse campo de estudos é recente, pois, nos períodos anteriores, a historiografia estava marcada pelo "entusiasmo com as massas", categoria a qual os intelectuais não pertenciam por conta de seu número reduzido e por integrarem as elites. Para o pesquisador francês, os historiadores deixaram de lado, ao longo do tempo, questões importantes, tais como: "como as ideias vêm aos intelectuais? Por que uma ideologia se torna dominante no meio intelectual numa data determinada?"[33] Ainda, para Sirinelli,

> Mais que à direção da paisagem ideológica, é a uma observação da localização dos intelectuais – e eventualmente de seu deslocamento no interior dessa paisagem que o historiador deve particularmente se dedicar. Como salientava com razão Jacques Julliard, "é tempo de lembrar, contra os excessos de um comparatismo intelectual hoje muito em moda, que as ideias não passeiam nuas pela rua; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais". Na verdade, na fronteira entre a história das ideias políticas, e a história dos intelectuais, um vasto campo de pesquisa, o da aculturação dessas ideias no meio dos intelectuais, se abre ao pesquisador. E a exploração desse campo se fará pela reinserção dessas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico"[34]

Nesse sentido, o historiador estabelece categorias para a análise da história intelectual baseadas nas noções de "itinerário", "geração" e "sociabilidade[35], conceitos que utilizamos em nossa pesquisa para estudar a maneira como a *intelligentsia* brasileira do período se articulou em torno do IBRI e da *RBPI*; como isso se deu com acadêmicos, diplomatas, militares, empresários, jornalistas, entre outros. Sirinelli também dedicou uma parte de sua reflexão às

---

[32] O historiador francês Roger Chartier chama a atenção para as diferenças nacionais ao tratar do vocabulário da história intelectual, principalmente no que tange às diferenças de idioma e de contexto, destacando a impossibilidade de trocar os termos usados em cada contexto ou tratá-los como sinônimos. Cf: CHARTIER, R. (2002) "História intelectual e história das mentalidades". **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

[33] SIRINELLI, J. F. "Os Intelectuais". In: RÉMOND, R. (org) (1996) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p.236.

[34] SIRINELLI, J. F. "Os Intelectuais". In: RÉMOND, R. (org) (1996) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p. 257-258.

[35] SIRINELLI, J. F. "Os Intelectuais". In: RÉMOND, R. (org) (1996) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p. 245.

“estruturas elementares de sociabilidade dos intelectuais”; a primeira delas, lembrada pelo historiador, refere-se, justamente, às revistas. Segundo Sirinelli:

> As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são um lugar precioso para observação para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo um viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão.[36]

O conceito de “itinerários” políticos nos é especialmente importante na medida em que permite compreender os “grandes eixos de engajamento dos intelectuais”, suas matrizes comuns, os “despertadores” de uma determinada geração (*maitres a penser*) e as genealogias de influência. Já as categorias “gerações” e “sociabilidade” levam-nos a atinar para as “solidariedades de idade”, as “heranças” e as “rupturas” em relação aos grupos anteriores; transportam-nos para os os “acontecimentos fundadores”, os que permitiram uma existência autônoma e dela formaram uma memória coletiva; conduzem-nos às polêmicas no interior de cujas preocupações estão os “outros” e as “redes”, formadas por características tanto “afetivas” quanto “ideológicas”.

Outra referência fundamental para o estudo dos intelectuais é o trabalho de Antonio Gramsci[37], o qual aponta a forma como cada grupo social em desenvolvimento favorecia o surgimento de novos intelectuais, divididos em duas categorias distintas: o “intelectual tradicional” (que se conserva relativamente autônomo e independente, mesmo tendo desaparecido a classe à que pertencia no passado – professores, clérigos e administradores) e o “intelectual orgânico” (que, em sintonia com a emergência de uma classe social determinante

[36] SIRINELLI, J. F. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, R. (org) (1996) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, p. 249.
[37] GRAMSCI, A. (1999-2002) **Cadernos do cárcere**, 6 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; GRAMSCI, A. (1981) **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, p.12.

no modo de produção econômico, procura dar coesão e consciência a essa classe nos planos político e social – indivíduos diretamente vinculados a classes ou empresas).

Além disso, as revistas também foram objeto de reflexão de Gramsci, pois, para o pensador marxista, estas funcionavam ao mesmo tempo como redações e como "círculos de culturas", criando condições para o surgimento de um "grupo homogêneo de intelectuais". Interessa-nos, principalmente, as reflexões do autor sobre as "revistas tipo", instrumentos difusores de concepções de mundo e organizadores da cultura.[38]

Já Beatriz Sarlo afirma que o tempo das revistas é o presente, pois estas não são planejadas para alcançar o reconhecimento futuro e sim para o momento contemporâneo, em função da sua prática de produção e circulação (o mesmo não se pode dizer sobre os textos incluídos em uma revista, que podem obter eles mesmos a posteridade). A partir dessa relfexão, pudemos reconhecer que as revistas são "bancos de prova" de hipóteses e ideias, servindo como antenas de observação do presente, legitimando-se não só a partir do que tem para dizer, mas também em relação àquilo que tem que contra-dizer[39].

A sintaxe de uma revista, por seu turno, também rende tributo ao presente, porque seu objetivo primeiro é intervir no tempo atual para modificá-lo; os acertos e os erros "dessa aposta saltam literalmente aos olhos a primeira vista: os índices das revistas (como os catálogos de uma editorial) são testemunhos frente aos quais o historiador deve precaver-se do prazer do anacronismo".[40] Assim, a sintaxe de uma revista que surge da conjuntura informa não só as problemáticas que definiram aquele presente, mas também as suas metas de ação.

---

[38] Sobre este assunto ver: DORE, R. (2007) "Atividade editorial como atividade educativa: reflexões de Gramsci sobre as 'revistas tipo'". **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29; FIORI, G. (1979) **A vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[39] SARLO, B. "Una revista en presente". **Homenagem a cuatro revistas culturales de los últimos veinte años: Punto de Vista**. Disponível em: http://www.bazaramericano.com. Acessado em: 02/02/201.

[40] SARLO, B. (1992) "Intelectuales y revistas: razones de una práctica." **Le discours culturel dans les revues latino-américaines de 1940 à 1970, América, Cahiers du CRICCAL**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, p.10.

Para a ensaísta, "se as revistas perdem sua aura quando se convertem em passado, conservam as provas de como se pensava o futuro desde o presente."[41]

Sarlo alerta, ainda, para o fato de que o discurso das revistas elege políticas textuais e gráficas que seguem certas hierarquias de valor ("sistemas de autoridades"), pois estas são "instrumento de batalha cultural" definidas pelos problemas que foram escolhidos para ser o centro do periódico bem como por quem foi excluído ("passaram em silêncio"). O mesmo cuidado cabe aos editoriais, que apresentam discursos programáticos os quais nem sempre alcançam as metas propostas nos textos (especialmente os artigos) das revistas. Assim, esse "espaço de laboratório de ideias"[42], que se interroga permanentemente sobre como conectar-se com o tempo presente,

> São uma fonte privilegiada para o que hoje se denomina história intelectual. Instituições dirigidas habitualmente por uma coletivo, informam sobre os costumes intelectuais de um período, sobre as relações de força, poder e prestígio. (...) são um lugar e uma organização de discursos diferentes, um mapa das relações intelectuais, com suas clivagens de idade e ideologia, [e] uma rede de comunicação entre a dimensão cultural e política[43].

Também travamos um diálogo importante, no doutoramento, com a história das ideias, tal como mencionado anteriormente. Isso porque buscamos estudar as principais ideias sobre relações internacionais na segunda metade do século XX, ou seja, o enraizamento de certas ideias políticas na esfera social brasileira a partir do IBRI e da *RBPI*. Segundo Francisco Falcon, esse campo de estudos parece ter vivido os mesmos problemas da história intelectual enunciados por Sirinelli:

> Como disciplina histórica, a história das ideias, apesar de sua imponente longevidade e prestígio, teve contra si dois grandes adversários: a tradição marxista e a historiografia francesa dos Annales. A má vontade desta, talvez a mais difundida entre nós, foi sintetizada desde sempre por Lucien Febvre ao

---

[41] SARLO, B. (1992) "Intelectuales y revistas: razones de una práctica." **Le discours culturel dans les revues latino-américaines de 1940 à 1970, América, Cahiers du CRICCAL**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 11.

[42] SARLO, B. "La hacíamos por nosotros más que por los lectores". **A 25 años del lanzamiento de 'Punto de Vista': una entrevista con la ensayista Beatriz Sarlo**. Disponível em: http://www.pagina12.com.ar. Acessado em: 02/02/2011.

[43] SARLO, B. (1992) "Intelectuales y revistas: razones de una práctica." **Le discours culturel dans les revues latino-américaines de 1940 à 1970, América, Cahiers du CRICCAL**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, p.15.

se referir a uma "história das ideias descarnadas".[44]

Em resposta à crítica de Febvre, neste trabalho buscamos "encarnar" as ideias presentes em nossas fontes de pesquisa e, por isso, seguimos os caminhos sugeridos por Michel Winock[45], que busca compreender qual o lugar das ideias no campo político dos Estados contemporâneos. O autor propõe o estudo das ideias políticas com o objetivo de entender melhor os "sistemas de representações" das próprias sociedades, buscando apreender não apenas como a ideia age, mas de onde ela vem.

Assim, pode-se dizer que o trabalho do historiador das ideias políticas deve ser o de "dar sentido aos discursos emaranhados ou incoerentes, descobrir as linhas de força sob uma aparente confusão, identificar melhor o que muda e o que permanece nas ideias em curso"[46], o que possibilita compreender o universo material das coisas, seja a partir da conjuntura interna seja a partir da externa. Para Winock, nos últimos vinte anos a história das ideias ampliou seu campo de ação, pois se interessou "pelas formulações vulgares dos temas políticos, pelo pensamento automático dos órgãos de opinião, pelos reflexos condicionados, pela circulação dos mitos e dos estereótipos e pelos novos suportes dos enunciados ideológicos"[47].

Nessa perspectiva[48], as ideias agem na sociedade por meio dos intelectuais que as produzem; debatem e problematizam a partir de certos lugares sociais e intelectuais como, por exemplo, as revistas. Para o autor, os jornais seriam uma rica fonte para se compreender "as inflexões da época" e "as nuances da conjuntura", uma vez que esse tipo de suporte "reflete as

---

[44] FALCON, F. "História das Ideias". In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs) (1997) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, p.92.

[45] WINOCK, M. "As ideias políticas". In: RÉMOND, R. (org) (2003) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV; WINOCK, M. (2000) **O século dos Intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

[46] WINOCK, M. "As ideias políticas". In: RÉMOND, R. (org) (2003) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 288.

[47] WINOCK, M. "As ideias políticas". In: RÉMOND, R. (org) (2003) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 284.

[48] Sobre esse campo ver também: LOPES, M. A. (2002) "A história do pensamento político: dos *Grands Doctrinnaires* à história social das ideas". **Tempo Social**. São Paulo, v. 14, n. 2.

relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a 'doutrina' e os 'fatos'"[49]. O raciocínio é análogo para os demais tipos de periódicos.

Ainda no campo da história intelectual, interessa-nos refletir sobre a relação entre os intelectuais e o poder e entre os intelectuais e o Estado, uma vez que muitos colaboradores do Insituto e da Revista faziam parte das estruturas de poder, pois estavam vinculados ao Estado brasileiro e às instâncias de representação internacional.

Nesse sentido, são válidas as contribuições de Norberto Bobbio[50], que em sua atuação pública como intelectual encarnou com radicalidade suas próprias ideias sobre intelectuais e a relação com a política e o poder, ao questionar-se sobre o que esperar do intelectual que chega ao poder ou dele se aproxima. A questão central para o autor, ao descrever a situação histórica do papel dos intelectuais, suas ilusões e formas de auto-representação, era a dimensão ética da problemática intelectual e a responsabilidade desses atores sociais – pontos chave na infindável "batalha das ideias", já que "o debate entre intelectuais a respeito dos intelectuais, isto é, a respeito de si próprios, não tem trégua."[51]

Para a nossa análise do IBRI/*RBPI*, torna-se bastante relevante a categoria de "poder ideológico" desenvolvida por Bobbio, ao afirmar que, diferentemente do poder político e econômico, esse poder ideológico é exercido "sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra"[52]. Ao estudar o protagonismo dos intelectuais e sua relação com o poder, o autor também dedicou-se à questão das revistas, em especial quando faz um balanço das relações entre intelectuais e a vida política na Itália, destacando as influências das revistas sobre a

---

[49] WINOCK, M. "As ideias políticas". In: RÉMOND, R. (org) (2003) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 282.
[50] BOBBIO, N. "Intelectuais e vida política na Itália". In: BASTOS, E. R. & RÊGO, W. D. L. (orgs) (1999) **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'água, p. 147-166; BOBBIO, N. (1997) **Intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura da sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp.
[51] BOBBIO, N. (1997) **Intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura da sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, p.7.
[52] Idem, p.11.

opinião pública e a política[53].

Essa discussão sobre intelectuais e poder e sobre intelectuais e Estado é bastante relevante no caso brasileiro, pois a partir do Estado Novo (1937-1945) muitos intelectuais passaram a fazer parte de quadros do aparelho estatal, em especial os altos escalões do serviço público. A relação peculiar da elite intelectual brasileira com o Estado foi analisada por Sérgio Miceli[54], que investigou a trama de relações pessoais e políticas que sustentavam as camadas dirigentes, ao articular origem social e familiar com o mercado de trabalho e as instituições. O estudo de Miceli contribuiu particularmente para a nossa pesquisa a partir da análise de duas importantes experiências institucionais: o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Outrossim, uma escolha teórico-metodológica que do mesmo modo guiou nossa pesquisa refere-se às questões relativas às identidades. Com efeito, é de fundamental importância trabalhar o conceito de identidade nacional, pois nos interessa compreender as dimensões identitárias formuladas pelos colaboradores do IBRI/*RBPI* na relação complexa do Brasil com os demais países latino-americanos e com os Estados Unidos.

Para Stuart Hall, no mundo moderno as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultual. Para tal afirmação, o autor se baseia na ideia de que existem sistemas de representações culturais formados e transformados ao longo do tempo. As culturas nacionais são compostas por símbolos e representações calcados em discursos que constroem sentidos sobre "a nação" ou "o Estado Nacional". É a partir dos sentidos com os quais nos identificamos que são construídas as identidades.

---

[53] BOBBIO, N. "Intelectuais e vida política na Itália". In: BASTOS, E. R. & RÊGO, W. D. L. (orgs) (1999) **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'água, p. 150.
[54] MICELI, S. (1979) **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. Rio de Janeiro, Difel.

Já para Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas*[55], a identidade nacional é uma comunidade imaginada, pois são construídos sentidos sobre a nação nas memórias que incorporam o presente com seu passado. Assim, as diferenças entre as nações se dão nas formas variadas pelas quais elas são imaginadas. As identidades nacionais também têm um impulso por unificar e uniformizar membros de uma determinada nação. Segundo Stuart Hall, "não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional"[56].

Porém, conforme argumenta o próprio autor, é necessário pensar as culturas nacionais não como unificadas, mas como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade, pois as culturas nacionais apresentam profundas variações internas que apenas podem ser unificadas sob o exercício de formas distintas de poder cultural. Nesse sentido, pensar as representações e as identidades construídas no Brasil sobre a América Latina e os EUA a partir do IBRI e da *RBPI* supõe localizar os espaços sociais onde elas foram formuladas e identificar os grupos sociais que as criaram.

No que diz respeito a análise de cartas como fontes históricas, nos valemos de alguns estudos sobre e a partir de epistolografias que a nosso ver ampliaram as perspectivas de pesquisa nesse campo. Wlanice Galvão e Nadia Gotlib[57], na introdução de *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*, afirmam que existe uma grande disparidade entre o número de missivas e o número de estudos que se utilizam dessa fonte, uma vez que o gênero epistolar ainda está se consolidando como um campo investigativo.

Os ensaios reunidos neste livro tratam das cartas trocadas por personalidades de épocas e nacionalidades distintas, como D. Pedro I, Fernando Pessoa, James Joyce, Machado de

---

[55] ANDERSON, B. (2005) **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Difusão da Nação**. Lisboa: Edições 70.
[56] HALL, S. (2005) **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, p. 59.
[57] GALVÃO, W.; GOTLIB, N. B. (orgs.) (2000) **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas.** São Paulo: Cia. das Letras.

Assis, Walter Benjamin, entre outros. As missivas analisadas nessa publicação documentam distintas biografias e trajetórias individuais, da mesma forma que são ricos testemunhos dos contextos históricos em que foram escritas. O mesmo ocorre com a análise das cartas trocadas entre os colaboradores do IBRI/*RBPI*, uma vez que os arquivos não foram preservados quando o Instituto e a Revista foram recriados em Brasília, o que nos levou a reconstituir sua história no Rio de Janeiro a partir da análise das várias cartas escritas entre as décadas de 1950 e 1980.

Por sua vez, Fabiana Fredrigo[58], em especial seus trabalhos sobre as epístolas trocadas entre Simón Bolívar e seus pares (os generais das guerras de independência), utiliza as missivas para buscar a subjetividade de Bolívar e dos diferentes atores históricos que aparecem nas cartas. A historiadora procura apresentar o mundo do general a partir do contexto depreendido das correspondências, sem seguir a cronologia tradicional, pois seu objetivo central é investigar os temas mais relevantes do epistolário, debruçando-se sobre o que se tornou importante para Bolívar no contexto em que vivia.

Fredrigo se preocupa principalmente em discorrer sobre as correspondências e discutir as relações entre história, memória e epistolário. Ao abordar as particularidades da fonte e estudar como estas foram apropriadas pela historiografia, a autora analisa com uma grande riqueza de detalhes não apenas o contexto e a criação do mito de Bolívar, mas também seu estilo de escrita, as especificidades do discurso e a construção narrativa. Esse trabalho foi-nos importante exatamente por tratar das relações entre a memória individual e memória coletiva, uma vez as cartas que utilizamos em nossa pesquisa nos possibilitaram reconstituir, em grande parte, o contexto de criação e desenvolvimento do Instituto e da Revista partindo do particular para o geral. Para Fredrigo:

> Numa fórmula antiga, a carta faz o ausente presente. Escrever cartas revela o desejo de registrar acontecimentos, racional e afetivamente, para não esquecê-los, para estabelecer uma memória de si e dos outros. Essa atividade irrompe no mundo particular do indivíduo que escreve, mas exige um grupo,

[58] FREDRIGO, F.S. (2010) **Guerras e Escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830).** São Paulo: Ed. UNESP.

> já que as memórias devem ser partilhadas caso queiram alcançar a imortalidade. Precisa-se do grupo porque é ele o responsável por afiançar a memória individual. Com o efeito do esquecimento, intrínseco ao ato de lembrar, e das mudanças plásticas e flexíveis do presente, o grupo responsabiliza-se pela sustentação e pela partilha de uma memória. Em virtude das razões anteriores, a memória individual encontra-se entrecortada pela memória coletiva[59].

Já Maria Celina de Araújo[60], em artigo intitulado *Getúlio Vargas: cartas-testamento como testemunhos do poder*, analisa as cartas-testamento de Getúlio Vargas apontando a construção de um discurso sobre a morte como reação aos seus insucessos políticos. Segundo D'Araújo, as missivas de Vargas "falam daquilo que marcou seu lugar na história: o poder". Isso porque o ex-presidente se utilizou de artifícios retóricos que se constituiram em "instrumento de poder, um recurso político, uma maneira de valorizar seus feitos e de construir uma imagem grandiosa para o futuro"[61]. A análise das cartas sobre o IBRI e a *RBPI* nos permite perceber também como foi sendo construída uma memória que buscava valorizar o papel desempenhado pelo Instituto e pela Revista no cenário latino-americano à partir de uma narrativa que, ao mesmo tempo em que reiterava as dificuldades vividas pelo Instituto e pela Revista, sublinhava a capacidade de superação diante de tantas adversidades, em especial as de caráter financeiro.

Por último, muitos pesquisadores latino-americanos têm analisado suplementos culturais, jornais e revistas. Estabelecemos, então, um diálogo com alguns desses autores, apoiando-nos em suas experiências. Na sequência apresentaremos sucintamente esses estudos e suas respectivas contribuições para a nossa pesquisa[62].

---

[59] FREDRIGO, F.S. (2009) "O discurso da renúncia e a memória da indispensabilidade no epistolário bolivariano: entre os limites da liberdade e o desencanto com a independência nas Américas". **Revista Ágora**. Vitória, n.9, p.2.

[60] D'ARAÚJO, M. C. (2004) "Getúlio Vargas: cartas-testamento como testemunhos do poder". In: GOMES, Ângela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

[61] D'ARAÚJO, M. C. (2004) "Getúlio Vargas: cartas-testamento como testemunhos do poder". In: GOMES, Ângela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.295.

[62] Outros estudos também importantes para esta pesquisa, mas não mencionados no corpo expositivo, são: ROSA, M. R. (2011) **"Esquerdisticamente" Afinados: os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969)**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS; CZAJKA, R. (2010) "A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968)". **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, vol. 18, n. 35; ANDRADE, D. E. (2009) "Semeando

O trabalho pioneiro de utilização da imprensa como fonte documental para o historiador no Brasil é de Maria Ligia Coelho Prado e Maria Helena Capelato. No livro *O Bravo Matutino*, as historiadoras analisaram a ideologia liberal do jornal *O Estado de São Paulo* entre os anos de 1927 e 1937 e mostraram como a imprensa foi fundamental no processo político do período, desempenhando o papel de "instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social"[63].

Já no campo das revistas, ao estudar a revista cultural *Cuardenos Hispnoamericanos*, Maria Helena Capelato[64] procurou mostrar como uma revista de cultura acaba privilegiando ideias políticas, pois a publicação do períodico, em sua primeira fase, teve como objetivo principal conquistar apoio internacional ao franquismo. Ora, assim como *Cuadernos Hispanoamericanos* foi criada para ser um instrumento em favor do regime espanhol, entendemos que a *RBPI* foi também um meio de divulgação das ideias e da agenda política do Ministério das Exteriores e dos demais órgãos de Estado, posto que lidavam com a questão do desenvolvimento e da inserção internacional do Brasil.

Dois estudos sobre as revistas latino-americanas foram também imprescindíveis em nosso processo de pesquisa do ponto de vista metodológico: o número da *Revista Iberoamericana*[65], organizado por Jorge Schwartz e Roxana Patiño, e o livro *Revistas en América Latina*[66], coordenado por Regina Crespo. Os dois trabalhos apresentam um

---

os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 29, n. 58; LOURENÇO, H. (2008) "Nova História do Brasil: revisitando uma obra polêmica". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.28, n.56; DIMAS, A. (1983) **Tempos Eufóricos. Análise da Revista Kosmos (1904-1909)**. São Paulo: Ática; LEITE, M. L. M. (1977) "O periódico: variedade e transformação". **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: USP, n. 28; SODRÉ, N. W. (1966) **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

[63] CAPELATO, M. H. R.; PRADO, M. L. C. (1980) **O Bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal 'O Estado de São Paulo'**. São Paulo: Alfa-Omega. Na abordagem que promovemos, inserimos também outra pesquisa de Maria Helena Capelato, cujas fontes foram diversos periódicos da imprensa paulista entre 1920 e 1945. Cf: CAPELATO, M. H. R. (1989) **Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense.

[64] CAPELATO, M. H. R. (2005) "Cuadernos Hispanoamericanos: idéias políticas numa revista de cultura". **Varia História**. Belo Horizonte, v. 21, n. 34.

[65] SCHWARTZ, J. & PATIÑO, R. (2004) **Revista Iberoamericana**. Pittsburgh, v. 1, n. 208-209.

[66] CRESPO, R. (coord) (2010) **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales**. México: CIALC/ÉON.

panorama das mais recentes publicações na área, contribuindo para o aprofundamento da compreensão dos espaços intelectuais configurados em torno da imprensa e, principalmente, das revistas latino-americanas, durante o século XX. Ademais, os estudos de Schwartz, Patiño e Crespo nos ajudaram a identificar as redes de intelectuais bem como as relações desses intelectuais com o Estado e demais instituições às quais estavam vinculados.

As reflexões de Tania Regina de Luca, Eliana de Freitas Dutra, Heloísa Pontes e Ana Luiza Martins sobre periódicos como fontes históricas foram igualmente importantes para a nossa pesquisa. Luca[67], tanto em seus estudos acerca da *Revista do Brasil* quanto em seu artigo intitulado "História dos, nos e por meio dos periódicos", nos ajudou a compreender a importância de se estudar, por exemplo, a área de difusão de uma revista; suas relações com instituições políticas e com grupos econômicos e financeiros; a constituição de um vocabulário político-cultural; as identidades construídas; as representações e idealizações sociais; as especificidades dos "mediadores"; as características próprias do impresso com destaque para a sua materialidade etc.

Dutra[68], por sua vez, ao analisar a *Coleção Brasiliana*, nos informa que o projeto intelectual da coleção a transformou em um núcleo da *intelligentsia* brasileira na década de 1930, o que nos levou a compará-la com a *RBPI*, especialmente em seus anos iniciais, posto que coincidem com a fase áurea do nacional-desenvolvimentismo.

Pontes[69], ao estudar a *Revista Clima*, partindo do pressuposto de que as ideias e obras são "ancoradas em processos sociais concretos e contextos intelectuais precisos" [70],

---

[67] LUCA, T. R. (1998) **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Ed. Unesp; LUCA, T. R. "História dos, nos e por meio dos periódicos". PINSKY, C. B. (org) (2006) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto.

[68] DUTRA, E. F. "A nação nos livros: a biblioteca ideal na Coleção Brasiliana". DUTRA, E. F. & MOLLIER, J. Y. (orgs) (2006) **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume.

[69] PONTES, H. "Campo intelectual, crítica literária e gênero (1920-1968)". ALTAMIRANO, C. (org) (2008) **Historia de los intelectuales en America Latina**. Buenos Aires: Katz Editores; PONTES, H. (1998) **Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)**. São Paulo: Cia. das Letras; PONTES, H. Retratos do Brasil: editores, editoras e 'coleções brasiliana' nas décadas de 30, 40 e 50". MICELI, S. (org) (2001) **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, vol.1, p.419-476.

reconstituiu as transformações que estavam ocorrendo no campo intelectual brasileiro (em especial paulista) entre as décadas de 1950 e 1960, o que também nos auxiliou a compreender e reconstituir o contexto de formação tanto do IBRI quanto da *RBPI*.

Finalmente, Martins[71], ao estudar os meios literários paulistas no quadro dos impressos brasileiros, faz um trabalho de classificação temática e crítica das revistas como fontes históricas, investigando a conformação de imaginários, a ampliação do público leitor, a força das revistas na passagem do consumo do jornal para o livro e a conformação de diferentes espaços de sociabilidade. Esse trabalho foi muito significativo para compreendermos a importância das revistas em relação ao público-alvo, bem como a circulaçãoo de impressos como as revistas.

A partir desse repertório, empreendemos nossa investigação resultando no presente trabalho. Na sequência, apresentamos os capítulos que compõe esta tese de doutoramento.

O Capítulo 1 trata do contexto de criação do IBRI e da *RBPI*. Buscamos discorrer brevemente sobre as instituições e revistas que lhes serviram de inspiração, bem como abordamos o papel desempenhado pelos quatro Diretores do Instituto e da Revista. A sobrevivência do IBRI/*RBPI* também foi objeto de nossa análise, além do estudo da materialidade da publicação.

O Capítulo 2 versa sobre o processo de racionalização do Estado e a incorporação de intelectuais desenvolvimentistas ao aparelho governamental entre o Segundo Governo Vargas e o governo Kubitschek (1951-1961), momento em que se dá a criação e consolidação do IBRI e da *RBPI*. Esta *intelligentsia* forjada nos anos 50, permanecerá no núcleo central do instituto e da revista nas décadas seguintes, mesmo diante dos desafios enfrentados durante a ditadura civil-militar e o período de redemocratização. O Instituto Brasileiro de

---

[70] PONTES, H. (1998) **Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)**. São Paulo: Cia. das Letras, p.14.
[71] MARTINS, A. L. (2008) **Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1922)**. São Paulo: EDUSP.

Administração Municipal (IBAM) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), também serão apreciados neste capítulo, uma vez que parte dos fundadores e colaboradores do IBRI/*RBPI* tiveram papel de destaque nestas instituições.

Já o Capítulo 3 discorre sobre outros dois atores e instituições importantes para compreendermos o IBRI/*RBPI*: os diplomatas (Itamaraty) e os militares (Forças Armadas). Os diplomatas tiveram participação importante no instituto e na revista em todo o período estudado. Já os militares colaboraram com o IBRI/*RBPI* principalmente após 1964, tratando especialmente de temas relativos à inserção internacional do Brasil, desenvolvimento e as questões de segurança estratégica e defesa, além de questões diretamente relacionados com os assuntos mais relevantes da agenda internacional do período da Guerra Fria.

Por sua vez, o Capítulo 4 versa sobre as permanências e alternâncias da política externa brasileira no período estudado e apresenta duas propostas de paradigmas de política externa que servem de embasamento para as análises dos discursos sobre este tema presentes nas páginas da *RBPI*.

Por último, no Capítulo 5 analisamos o tema do desenvolvimento nos artigos da revista. A partir dele, tratamos da temática da integração entre os países da região e os Estados Unidos, bem como a integração nacional e a segurança estratégica do Brasil.

CAPÍTULO 1. A REVISTA DO IBRI: *RBPI*

Neste capítulo, trataremos do contexto de criação da *Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*), publicação do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), instituição fundada no final da Era Vargas por eminentes personalidades do cenário nacional.

Buscaremos discorrer brevemente sobre as revistas internacionais que serviram de inspiração à *RBPI*, quais sejam, *International Affairs*, *Foreign Affairs* e *Politique Étrangère*, bem como tratar da publicação brasileira que foi modelo para a revista do IBRI, a *Cadernos de Nosso Tempo*, do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP).

Ademais, abordaremos o papel desempenhado pelos quatro diretores do IBRI/*RBPI* ao longo dos anos em que o Instituto e a Revista situaram-se no Rio de Janeiro. São eles: Oswaldo Trigueiro, Henrique Valle, José Honório Rodrigues e Cleantho de Paiva Leite. Procuramos destacar como se deu a incorporação dessas figuras ao Instituto e à Revista, além de tratar das principais características de cada gestão.

A sobrevivência do IBRI/*RBPI* também será objeto de nossa análise. Desde o início, os recursos financeiros eram escassos e advinham principalmente das subvenções públicas e doações da iniciativa privada. Com o passar do tempo, diminuem os subsídios governamentais e ampliam-se as assinaturas avulsas da Revista, com distribuição para diversos postos de venda no país.

Analisaremos, também, o *corpus RBPI*, em especial as mudanças pelas quais passou o periódico no que diz respeito à periodicidade e ao projeto gráfico, destacando a análise das capas, dos expedientes e dos sumários. Por último, trataremos das seções internas da revista, quais sejam: “Artigos”, “Resenhas”, “Documentos”, “Resenhas de livros” e “Referências Bibliográficas”.

Para elaborar este capítulo nos inspiramos em três trabalhos voltados à análise de duas revistas centradas na temática das relações internacionais com destaque para as questões latino-americanas: a *Revista Americana* (revista extra oficial do Itamaraty) e a revista *Américas* (da Organização dos Estados Americanos). Os trabalhos analíticos são: o artigo de Kátia Baggio, a tese de doutorado de Fernando Castro e a dissertação de mestrado de Mojana Silva.

Baggio[72] pesquisou a *Revista Americana*, publicada no Rio de Janeiro de 1909 a 1919, que tinha como meta estimular a integração intelectual entre os países do continente. A autora tratou a posição da revista e dos seus colaboradores sobre a questão do pan-americanismo, tema sempre presente nos debates político-diplomáticos do início do século XX e que é retomado na *RBPI* em função, principalmente, da Operação Pan-Americana de 1958. Além disso, Baggio analisou a relação da revista com o Ministério das Relações Exteriores, uma vez que o Barão do Rio Branco estava intimamente ligado ao periódico.

Já Castro[73], em sua tese de doutoramento, analisou a *Revista Americana* enquanto comunidade argumentativa, pautando-se na análise dos debates e dos atos de fala formulados pelos articulistas para abordar o papel exercido pelo Itamaraty no concerto internacional das primeiras décadas do século XX. A *Revista Americana* teria representado a primeira experiência brasileira de "diplomacia cultural", articulada a um projeto de aproximação com a região sul-americana. O autor se limitou às temáticas relacionadas, principalemnte, à América do Sul, discorrendo sobre a construção de uma identidade sul-americana, a questão da arbitragem e seus limites, o pan-americanismo x o latino-americanismo e o prestígio do Itamaraty sob a gestão Rio Branco etc. A leitura dessa obra foi-nos particularmente interessante para constatarmos similitudes entre a *Revista Americana* e a *RBPI*, tanto do

[72] BAGGIO, K. G. "A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas". DUTRA, E. F.; MOLLIER, J.Y. (orgs) (2006) **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, p. 447-463.

[73] CASTRO, L. F. V. (2007) **Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ponto de vista estrutural (em especial na divisão das seções - "Bibliografia", "Revistas" e "Notas") quanto em relação à temática (ênfase nas questões sul-americanas).

Silva[74], por sua vez, estudou a revista *Américas*, publicação de caráter cultural da OEA, lançada em 1949 e que circula até os dias atuais. Editada em três idiomas, a revista, que tinha como objetivo "apresentar a América aos americanos", foi um importante instrumento de propaganda da Organização para fortalecer o pan-americanismo. O mesmo parece ter ocorrido com a *RBPI*, que teria sido grande difusora do desenvolvimentismo no período em que foi publicada no Rio de Janeiro.

É importante destacar que durante o doutoramento tivemos a oportunidade de desenvolver pesquisas junto a algumas instituições brasileiras em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e João Pessoa. Esse trabalho nos ajudou a reconstituir e compreender a história do IBRI e da *RBPI*, uma vez que não foram preservados nem os arquivos do Instituto nem os da Revista. Além disso, a pesquisa nessas instituições contribuiu para entendermos melhor a história dos diretores do IBRI/*RBPI* no período ao qual agora nos dedicamos.

As pesquisas realizadas em São Paulo, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) e na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica (Biblioteca Nadir Gouvêa Kfouri), nos propiciaram contato direto com todos os números impressos da *RBPI*. Embora tivéssemos assegurado o conteúdo dos números em formato digital[75], foi-nos importante ter acesso às revistas impressas a fim de compreendermos outros aspectos do periódico, principalmente aqueles relacionados à materialidade da publicação, tais como o tamanho, a qualidade do papel e os anúncios publicitários. Ademais, no IEB, pesquisamos os documentos do Arquivo José Honório Rodrigues, que tratam da política

[74] SILVA, M. V. C. (2009) **A Defesa do Pan-Americanismo nas páginas de Américas (1949-1968)**. São Paulo: Programa San Tiago Dantas de Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais (UNESP/UNICAMP/PUC-SP).

[75] Todos os números da *RBPI*, desde a sua fundação, em 1958, estão disponíveis em formato digital em http://mundorama.net/category/2-biblioteca/rbpi/.

externa brasileira e da relação de Rodrigues com o IBRI e a *RBPI*, bem como com o Itamaraty e a Fundação Getúlio Vargas.

Em Brasília, tivemos a oportunidade de levantar e coletar diversos tipos de fontes relacionadas à nossa pesquisa junto ao Centro de Documentação e Divisão de Comunicações e Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Lá, encontramos documentos relacionados ao IBRI e a *RBPI* no período posterior a 1960. Já na Biblioteca do Itamaraty (Biblioteca Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira), encontramos variadas obras dos mais diversos colaboradores do periódico. Tivemos também acesso à documentação que se encontra na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), pois após a transferência do IBRI e da *RPBI* do Rio de Janeiro para Brasília, a Biblioteca do IBRI foi alocada na FLACSO, reunindo vasto número de livros e periódicos (além de documentação sobre a constituição da Biblioteca denominada Cleantho de Paiva Leite). Por último, pesquisamos o acervo do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB), onde encontramos obras significativas relacionadas ao nosso objeto de pesquisa.

No Rio de Janeiro, no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), pesquisamos a documentação sobre a criação do IBRI e da *RBPI* na década de 1950. Tivemos também acesso à documentação sobre Cleantho de Paiva Leite (constituída de entrevistas), que faz parte do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Por último, no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), acessamos os documentos que estão alocados na Biblioteca Cleantho de Paiva Leite, os quais tratam principalmente da vida e da obra de Cleantho de Paiva Leite bem como da história do IBAM.

Já em João Pessoa, na Fundação Casa de José Américo, pesquisamos o Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo. Nesse Arquivo, encontramos documentos, principalmente cartas, trocadas entre os Diretores do IBRI/*RBPI* que tratam da criação do

Instituto e da Revista, das formas de financiamento e dificuldades de gestão, da relação com o Itamaraty e com a Fundação Getúlio Vargas e da circulação internacional do periódico. Também em João Pessoa, tivemos acesso ao Arquivo Pessoal de José Octávio de Arruda Mello, constituído por cartas trocadas entre José Octávio de Arruda Mello e Cleantho de Paiva Leite, José Octávio de Arruda Mello e Lêda Boechat Rodrigues.

Embora a presente pesquisa não tenha se proposto a fazer um trabalho de História Oral, cujos objetivos e métodos diferem daqueles apresentados em nossos referenciais teórico-metodológicos, percebemos que para estudar o IBRI e a *RBPI* seria interessante nos valermos também de entrevistas, a fim de compreendermos amplamente o nosso objeto de estudo, principalmente pelo fato aqui anunciado de não terem sido preservados os arquivos do IBRI/*RBPI*.

Nesse sentido, procuramos pessoas que tiveram estreita ligação com o Instituto e a Revista enquanto ambos estiveram no Rio de Janeiro: José Octávio de Arruda Mello (amigo pessoal de Oswaldo Trigueiro e Cleantho de Paiva Leite) e Sérgio Bath e Paulo Roberto de Almeida (colaboradores do Instituto e da Revista, amigos pessoais de Cleantho de Paiva Leite e responsáveis pela transferência do IBRI/*RBPI* para a Universidade de Brasília)[76]. Vale ressaltar que os entrevistados deram depoimentos de tipo biográfico, relembrando antigas memórias e construindo narrativas autobiográficas, que permitiram compreender como esses indivíduos experimentaram e interpretaram os acontecimentos e as situações vividas pelos diferentes grupos responsáveis pelo IBRI e pela *RBPI*.

Finalmente, tivemos a oportunidade de entrevistar os seguintes professores da Universidade de Brasília: José Flávio Sombra Saraiva (atual diretor do IBRI), Amado Luis Cervo (ex-diretor do IBRI) e Antônio Carlos Lessa (atual editor da *RBPI*), com vistas a

[76] Procuramos entrevistar também Hélio Jaguaribe (importante colaborador do IBRI/*RBPI* e amigo pessoal de Cleantho de Paiva Leite e José Honório Rodrigues) e Lêda Boechat Rodrigues (esposa de José Honório Rodrigues). No entanto, não conseguimos entrevistá-los, já que ambos encontravam-se muito doentes nas ocasiões em que tentamos contactá-los.

compreender as mudanças por que passaram o Instituto e a Revista a partir do momento em que foram transferidos para Brasília aos cuidados da UnB.

1.1 Contexto de Criação

A *Revista Brasileira de Política Internacional* (*RBPI*), a mais antiga publicação especializada em relações internacionais em circulação no país, foi criada pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), no Rio de Janeiro, em 1958.

Em nossa pesquisa, estudamos a *RBPI* de 1958 até 1992, analisamos 140 números, do volume 1 ao 35, correspondendo a 75 exemplares. Nosso recorte temporal se justifica em função de duas razões. A primeira diz respeito ao período em que a Revista foi publicada no Rio de Janeiro, ou seja, desde sua fundação, em 1958, até o falecimento de seu último diretor, Cleantho de Paiva Leite, em 1992. A partir de 1993, quando o Instituto e a Revista são recriados em Brasília, estes passam aos cuidados da Universidade de Brasília.[77]

A segunda razão está vinculada ao adensamento das questões sobre a inserção internacional do Brasil, ocorrida ao longo desses 39 anos, bem como a conformação de blocos econômicos, tais como a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O recorte se dá, ainda, em função da formulação das principais teorias para a integração da América Latina (pensamento cepalino/teóricos da dependência) e da resistência

[77] Na segunda página do arquivo digital da *RBPI* de 1958, temos a seguinte informação: "O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI – é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país". Disponível em: http://mundorama.net/category/2-biblioteca/rbpi/. Acessado em 07/01/2012.

à integração continental proposta pelos Estados Unidos através da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A fundação do IBRI em janeiro de 1954, no quadro problemático dos últimos meses do governo Vargas, está relacionada ao grande debate que ocorria em âmbito nacional em torno do desenvolvimento e das formas de inserção internacional do Brasil. Nesse período, com relação à América Latina, ocorreram mudanças significativas em âmbito regional, quando Perón convidou Vargas a acolher a ideia da união entre Brasil, Argentina e Chile, coordenando a defesa do Atlântico Sul e formando uma união comercial aduaneira, o *Pacto ABC.* Embora esse pacto não tenha sido efetivado, constatava-se que os planos de integração regional se constituíam em um dos temas mais relevantes da política externa brasileira do período. Além disso, para José Flávio Sombra Saraiva: "Vargas rompera o modelo anterior de inserção internacional do Brasil – o da agroexportação – para modernizar, de vez, a agenda, os instrumentos, os discursos e a prática da política internacional do Brasil"[78].

Nesse contexto, havia, pois, o interesse por parte da *intelligentsia* nacional – formada por profissionais liberais, acadêmicos, diplomatas, militares, empresários, entre outros – em participar da formulação e a implementação da política externa, combinando análises de situação com propostas de políticas para o Brasil. Para Cleantho de Paiva Leite,

> Parecia-me impossível que um país da importância do Brasil e que estava adquirindo uma crescente influência nos foros internacionais não tivesse uma instituição independente de pesquisa. Nessa época (1952-1953) eu era Assessor do Presidente Vargas para assuntos internacionais – sobretudo – e representante do Brasil no Executive Board do UNICEF (FISI), Vice-Presidente da Comissão Nacional de Assistência Técnica do Ministério das Relações Exteriores (que coordenava os programas de cooperação técnica com a ONU e suas instituições especializadas), etc. e estava portanto vivendo o dia a dia dessa insuficiência ou debilidade do Brasil: ausência de um instituto independente privado, dedicado ao estudo dos problemas de relações internacionais, em geral, e das relações diplomáticas do Brasil em particular.[79]

---

[78] SARAIVA, J. F. S. "Entre a retórica e o realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005)". In: CERVO, Amado Luiz (2005) (orgs) **O crescimento das relações internacionais do Brasil**. Brasília: IBRI, p. 56.

[79] Carta de Cleantho de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1989. Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello.

Helio Jaguaribe afirma que havia, na época, a necessidade de criar no Brasil um instituto que pudesse congregar formulações e análises de novas ideias sobre as relações internacionais e a política externa do Brasil. Essas ideias seriam desenvolvidas por um grupo de intelectuais que partilhava as mesmas referências balizadas pelo pensamento desenvolvimentista, pregando maior autonomia do Brasil no cenário internacional. Nesse sentido, Jaguaribe assinala:

> (...) o projeto dessas pessoas que integravam o grupo fundador do Instituto [IBRI] tinha uma preocupação de relacionar o governo brasileiro com o sistema internacional desde muito tempo (...) a ideia de criar um Instituto de Relações Internacionais nos pareceu urgente, necessária, quando a crise do governo Vargas apontava para o risco de uma perda da linha de autonomia, de independência, do Brasil em Política Exterior. O Governo Vargas tinha mantido essa linha de política externa independente e as forças que conspiravam contra o governo Vargas, que terminaram conseguindo derrubá-lo, sob a liderança do energúmeno do Carlos Lacerda, eram forças vinculadas a uma posição [incompreensível] em relação aos EUA. Então nós tínhamos a preocupação, na hora em que esse governo está ameaçado de colapso, de criar uma instituição na sociedade civil, independente do governo, com pessoas muito representativas desse pensamento, que constituam um núcleo de formulação de análises da política externa brasileira no contexto internacional e que determine com lucidez e fundamentação apropriada, quais são os interesses brasileiros nesse sistema e como se deve persegui-los.[80]

Segundo Cleantho de Paiva Leite, o IBRI se inspirou nas principais instituições dedicadas às relações internacionais que existiam no período de sua inauguração, cuja finalidade era produzir pesquisa, formar quadros e influenciar o processo decisório nacional e internacional de seus respectivos países:

> A ideia do IBRI surgiu em fins de 1953 e me foi inspirada pela existência na Inglaterra (Chatham House), nos Estados Unidos (Counsil on Foreign Relations), na França (Centre d'Études de Politique Étrangère) e os institutos de relações internacionais do Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Índia, etc. Essa rede de instituições foi criada logo depois da Primeira Guerra, por iniciativa dos funcionários dos países aliados que se reuniram e estabeleceram laços de amizade na Conferência de Versailles. Durante o período em que estudei em Londres (1945-1946) e quando trabalhei na ONU em Nova York (1946-1951), me familiarizei com estas instituições, suas publicações, etc. e em Nova York o meu antigo colega da ONU Lawrence

[80] Entrevista de Helio Jaguaribe para Raphael Nascimento. Brasília, 26 de abril de 2005. In: NASCIMENTO, R. O. (2005) **Ideias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964**. Brasília: Instituto de Ralações Internacionais, Universidade de Brasília. Dissertação de mestrado, p. 124.

> Finkesltein trabalhava na Carnegie Endowement for International Peace, que estimulava e financiava as pesquisas de algumas dessas instituições.[81]

Seguindo o modelo das instituições mencionadas acima, o IBRI constituiu-se em uma entidade da sociedade civil, uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções do Estado[82]. Dentro de sua finalidade, o estatuto designava que o Instituto não teria qualquer vinculação formal com órgãos estatais, governos ou partidos políticos, uma vez que o objetivo do IBRI era o de "promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam a política exterior do Brasil"[83].

No entanto, seu estatuto foi assinado no Palácio do Itamaraty, na "Sala dos Índios", e em sua Ata de fundação constam os nomes de Vicente Ráo (Ministro das Relações Exteriores) e de diplomatas de carreira, tais como Afonso Arinos de Melo Franco, Álvaro Teixeira Soares e Jaime Sloan Chermont. Além disso, o IBRI manteve estreitas relações com o governo Vargas, uma vez que seu chefe de gabinete, Lourival Fontes (1951-1954), foi um dos fundadores do Instituto, juntamente com outros nomes do círculo do presidente como, por exemplo, José Jobim (chefe do cerimonial da presidência entre 1954-55), José Sette Câmara Filho (secretário de Lourival Fontes), San Tiago Dantas (assessor de Vargas entre 1951-54) e Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti (amiga pessoal do presidente).

A Assembleia Geral representava o órgão máximo de deliberação do Instituto e era formada por seus associados. O IBRI era composto, ainda, pelos seguintes órgãos: o Conselho Curador e o Conselho Consultivo. Competia ao Conselho Curador administrar o Instituto e, ao Conselho Consultivo, quando solicitado, orientar a administração do mesmo. Ao Diretor Executivo, vinculado ao Conselho Curador, cabia dirigir todas as atividades administrativas

[81] Carta de Cleantho de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello. Rio de Janeiro: 18 de agosto de 1989.
[82] **Revista Brasileira de Política Internacional**, 1 (1), 1958, capa anterior e segunda contra capa.
[83] **Revista Brasileira de Política Internacional**, 1 (1), 1958, capa anterior e segunda contra capa.

do IBRI[84]. Vale ressaltar que, nos documentos estudados, o Diretor Executivo foi a figura mais ativa do Instituto, como veremos posteriormente.

Por sua vez, os Conselheiros eram personalidades de grande relevância no cenário nacional, nos círculo diplomáticos, econômicos, profissionais e artísticos. São exemplos dessas personalidades Assis Chateaubriand, Austregésilo de Athayde, Gustavo Capanema, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, Ewaldo Correia Lima, entre outros[85].

São vagas as informações sobre as Assembleias Gerais e suas deliberações, assim como as eleições dos membros dos Conselhos e da figura do Diretor Executivo. Inferimos que, dada a influência das personalidades que compunham os Conselhos no cenário nacional, possivelmente esse era o critério pelo qual cada um era eleito para se associar ao Instituto. Já sobre o desligamento dos Conselhos, percebemos que este se dava em caso de morte, o que se constata pela afirmação de Leite no final de sua vida: "as mudanças dos Conselhos foram causadas simplesmente pelo falecimento de seus membros o que, ao longo de 36 anos, dizimou as fileiras"[86].

Quanto ao local da sede do IBRI, no período de 1958-1992, esta funcionou nas dependências da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que cedeu ao Instituto duas salas. Outrossim, o primeiro endereço deu-se no centro do Rio de Janeiro e o segundo, a partir de 1968, na zona sul dessa cidade. Conforme afirmou Leite em carta enviada a José Octávio de Arruda Mello,

---

[84] Estatuto do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1954.

[85] Compunham o Conselho Curador: José Ferreira de Souza (presidente), San Tiago Dantas, Carlos Berenhauser Junior, João Batista Barreto Leite Filho, Linneu de Albuquerque Mello, Hermes Lima, Hélio Jaguaribe, José Sette Câmara Filho, Austregésilo de Athayde, Ewaldo Correia Lima, Germano Gonçalves Jardim e Joaquim Caetano Gentil Netto. Por sua vez, faziam parte do Conselho Consultivo: Afonso Arinos de Melo e Franco, Antonio Galloti, Arthur G. de Araujo Jorge, Assis Chateaubriand, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, Carlos Medeiros Silva, Cyro de Freitas Valle, Estevão Leitão de Carvalho, Gustavo Capanema, Haroldo Valadão, Herbert Moses, Josué de Castro, Lourival Fontes, Luiz Simões Lopes, Maurício Mendes, Nelson Dantas, Nelson Romero, Oscar Tenório, Raul Bittencout, Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti e Temístocles Cavalcanti. Algumas dessas personalidades assumiram papel marcante na vida história da Revista; mas, sem dúvida, a que obteve maior destaque no periódico foi San Tiago Dantas, já que, quando faleceu, em 1964, a *RBPI* dedicou todo o número 27 à sua memória.

[86] Carta de Cleantho de Leite para José Octávio de Arruda Mello. Rio de Janeiro: 1 de novembro de 1988. Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello.

> O IBRI foi apoiado pela Fundação Getúlio Vargas, que nos cedeu duas salas no Edifício Darke de Matos (Av. 13 de Maio, 23), aonde *[sic]* teve sede durante cerca de treze anos. (...) quando regressei do Chile, troquei as duas salas da Av. Treze de Maio pelas salas atuais na Praia de Botafogo, 190, Grupo B-213, aonde *[sic]* está funcionando até hoje.[87]

Em relação aos funcionários, o IBRI contou com quatro importantes colaborações: os secretários George Landeau (1954-1960), Plauto de Andrade (1960-1963), Cezar Harouche (1967-1973) e Eneida Nogueira Rigueira (1974-1972)[88]. Andrade, que também trabalhou no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e foi aluno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), afirma que

> O IBRI representou entidade privada que, sem alarde, reuniria valioso material de pesquisa e publicaria uma revista de alto nível, a Revista Brasileira de Política Internacional, da qual tivemos o privilégio de ser secretário. O IBRI deve sua existência a um grupo de diplomatas e representantes da elite pensante brasileira, entre os quais avultam o nome do economista Cleantho de Paiva Leite, o ex-embaixador Oswaldo Trigueiro, o embaixador Henrique Valle, o historiador José Honório Rodrigues, o professor Haroldo Valadão, o escritor Austregéslio de Athayde e o saudoso professor San Tiago Dantas.[89]

Para a consecução dos objetivos do IBRI, seus fundadores entendiam que era preciso gerar um ambiente que permitisse o compartilhamento de ideias, criando, desse modo, espaços de debates que ajudassem a incrementar as atividades do Instituto. Para tanto, pensou-se em algumas estratégias de atuação: realização de pesquisas, seminários, conferências, congressos, cursos sobre assuntos internacionais, bem como serviços de documentação e referência, além de um programa de publicações[90]. No entanto, tais estratégias ocorreram parcialmente, já que o IBRI se deparou com algumas dificuldades, entre elas as de ordem financeira.

O serviço de documentação e referência foi implementado por meio de uma biblioteca, com o propósito de se tornar um espaço de excelência no campo das relações internacionais,

---

[87] Carta de Cleantho de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello. Rio de Janeiro: 18 de agosto de 1989. Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello.

[88] Pelo que pudemos averiguar, entre 1964 e meados de 1967, durante a gestão de José Honório Rodrigues frente ao IBRI, este não contou com a colaboração de funcionários.

[89] ANDRADE, P. "Prefácio". In: ARRUDA MELLO, J. O. (1971) **Mundo Hoje**. João Pessoa: Gráfica A Imprensa, p.7.

[90] *Estatuto do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais*, 1954.

contando com acervo diversificado aberto ao público.[91] Por sua vez, no que diz respeito à realização de seminários, vemos que isso não aconteceu de forma sistemática, segundo afirma Jaguaribe:

> O IBRI teve um começo (...) tinha problemas, não tinha recurso para poder fazer muita coisa... de sorte que dependia muito da capacidade organizatória de Cleantho. E Cleantho então, como diretor do IBRI, de vez em quando organizava um seminário, uma coisa ali, e exatamente para dar consistência às atividades do Instituto, que tinha uma existência um pouco esporádica, um pouco sem continuidade... rigorosa... se imaginou a ideia de lançar a Revista. Então aí surgiu a Revista.[92]

Também visando a alcançar os objetivos propostos em seu plano de atividades, o Instituto tinha a intenção de promover concursos anualmente. Porém, apenas dois concursos foram realizados entre 1958 e 1992. O primeiro deles ocorreu entre 1959-60, intitulado "Concurso de Ensaios sobre Questões Internacionais", e procurou dar relevância à temática da inserção internacional do Brasil, buscando incentivar análises de matérias pertinentes à política exterior, às relações econômicas e ao aparelhamento internacional contemporâneo:

> Destina-se o concurso a despertar o interesse pelos problemas de política internacional, que cada vez mais, afetam de perto o desenvolvimento do Brasil. (...) Os ensaios ou monografias deverão tratar de assunto que se enquadre em um dos seguintes grupos: A) *Problemas de política internacional contemporânea* — (Exemplo: relações Este — Oeste, geopolítica, imperialismo e colonialismo, desarmamento, teoria das relações internacionais, sistemas regionais de segurança coletiva, regiões ou territórios de especial interesse para o Brasil etc). B) *Problemas de política econômica internacional contemporânea* — (Exemplos: os mercados comuns existentes ou projetados, a cooperação económica internacional e a assistência técnica, problemas referentes a matérias-primas e materiais estratégicos, questões de comércio internacional Este — Oeste etc.}. C) *Problemas de organização internacional contemporânea* — (Exemplos: substrato jurídico da organização internacional, instituições e organismos especializados internacionais, sistemas regionais e funcionais de cooperação

[91] Percebemos que a intenção dos fundadores do IBRI era tornar a biblioteca do Instituto um ambiente de referência. No número especial sobre "Temas Militares", temos o seguinte comentário de Leite nas "Notas Liminares": "Uma *Bibliografia* especial sobre temas militares foi compilada pela Biblioteca do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. É a primeira vez que um trabalho *desse* tipo é divulgado sob essa forma"(LEITE, C. de P. (1971) "Nota Liminar". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 14, p. 6). Atualmente, a Biblioteca IBRI está sob os cuidados da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

[92] Entrevista de Helio Jaguaribe concedida à Raphael Nascimento. Brasília, 26 de abril de 2005. In: NASCIMENTO, R. O. (2005) **Ideias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964**. Brasília: Instituto de Ralações Internacionais, Universidade de Brasília. Dissertação de mestrado, p. 132.

internacional, controle da política externa etc).[93]

Já o segundo concurso, de mesmo nome, aconteceu em 1961 e destinava-se a "(...) incrementar o interesse pelos problemas de política internacional, que afetam de perto, cada vez mais, o desenvolvimento do Brasil"[94]. No entanto, esse concurso não foi premiado, uma vez que a Comissão Julgadora entendeu que a qualidade dos trabalhos enviados não correspondia ao padrão do Instituto:

> A Comissão Julgadora do II Concurso de Ensaios sobre Questões Internacionais integrada pelo Embaixador Ciro Freitas Valle, Embaixador Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello e pelo Professor José Honório Rodrigues, decidiu não distribuir prêmios, em 1961, aos trabalhos apresentados, visando manter o alto nível do referido Concurso e o cumprimento adequado das normas do seu regulamento.[95]

Com relação aos cursos, pelo que pudemos averiguar, o IBRI realizou apenas um curso no ano de 1962, denominado "Introdução às Relações Internacionais", ministrado na Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra (ESG), e que foi estruturado da seguinte forma:

> O curso estará a cargo dos diplomatas, sociólogos e professores Ministro Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Embaixador Oswaldo Trigueiro, Senador Affonso Arinos de Mello Franco, Padre Fernando Bastos d'Ávila, Ministro Imar Penna Marinho, Professores José Honório Rodrigues, Otávio Dias Carneiro e Alceu Amoroso Lima, Ministro Jayme de Azevedo Rodrigues e Dr. Cleantho de Paiva Leite, terá duração de três meses e abrangerá os seguintes temas: Objeto, Conceito e Método das Relações Internacionais, o Aspecto Sociológico das Relações Internacionais, o Aspecto Econômico das Relações Internacionais, o Direito e as Relações Internacionais, a Política e as Relações Internacionais, a Geografia e as Relações Internacionais, Aspectos Psicológicos das Relações Internacionais, o Aspecto Cultural das Relações Internacionais, as Relações Internacionais na Prática Diplomática, o Papel do Técnico na Diplomacia Contemporânea, o Controle Parlamentar na Política Externa e o Brasil nas Relações Internacionais — Atualidade e Perspectivas.[96]

---

[93] **Revista Brasileira de Política Internacional**, 7 (7), 1959, p. 135-136. Para esse concurso foram apresentados nove trabalhos. O Conselho Curador do IBRI designou uma comissão julgadora composta por Afonso Arinos de Mello Franco, Roberto de Oliveira Campos e Lineu de Albuquerque Mello. Esse grupo elegeu, dentre as nove monografias apresentadas, três ensaios com as seguintes temáticas para serem premiados: "Relações Comerciais do Brasil com o Bloco Soviético", escrito por Oliver Onody, classificado em primeiro lugar; "Vinte Anos de Política Externa Espanhola", escrito por Juan Miguel Martin Matos, classificado em segundo lugar; e "Regulamentação Internacional dos Problemas Sociais", escrito por Estanislau Fischlowitz, classificado em terceiro lugar (Cf: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 9 (9), 1959, p. 169). Essas monografias, além de receberem premiação em dinheiro, também foram publicadas na *Revista Brasileira de Política Internacional*, por ordem de classificação, nas seguintes edições: número 11 (11), 1959, p. 38-74; número 12 (12), 1959, p. 94-128; e número 13 (13), 1959, p. 72-89.

[94] **Revista Brasileira de Política Internacional**, 16 (16), 1961, p. 143.

[95] **Revista Brasileira de Política Internacional**, 17 (17), 1962, p. 136.

[96] **Revista Brasileira de Política Internacional**, 17 (17), 1962, p. 140.

O IBRI pretendia publicar, também, livros e anuários em parceria com a *Carnegie Endowment for International Peace*[97]. O primeiro projeto entre as duas instituições seria a publicação de um livro sobre o Brasil e as Nações Unidas. Essa publicação faria parte da série que a *Carnegie* financiava em vários países do mundo, consistindo em estudos sobre a relação dos países membros da ONU com essa organização. Em carta de Cleantho de Paiva Leite a Oswaldo Trigueiro, este afirma que

> O projeto do IBRI com a Carnegie [livro *Brasil e as Nações Unidas*] vai marchando lentamente. Estou, entretanto, confiante em que, mesmo com atraso, consigamos produzir um volume aceitável. De qualquer maneira, ficarão o esforço e o livro em português, que tanto nos faz falta.[98]

Além da publicação conjunta com a *Carnegie*, no período estudado, averiguamos que o IBRI estabeleceu parcerias com a Universidade de Brasília, a partir de uma publicação da série "Leituras de Política Internacional". O Instituto ficou responsável, então, pela preparação e divulgação do material produzido, a partir do seminário organizado pelo *Consejo Argentino de Relaciones Internacionales*. Segundo "Prefácio" do volume 23 da *RBPI* de 1980,

> O Tema deste volume "RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA NA DÉCADA DE 80" foi objeto de um Seminário organizado em Buenos Aires pelo *Consejo Argentino de Relaciones Internacionales* e que reuniu especialistas, homens públicos, empresários e diplomatas dos dois países. Além dos documentos apresentados e debatidos naquele Seminário, incluímos neste volume [v. 24 de 1981] dois trabalhos preparados pelo Professor Hélio Jaguaribe e Félix Peña para a reunião, realizada em abril de 1981 em Brasília, pelo Conselho Brasileiro de Relações Internacionais. Coube ao Instituto Brasileiro de Relações Internacionais a coordenação e revisão do material incluído neste volume e que será também publicado por

[97] A *Carnegie Endowment for International Peace* foi fundada em 1910, nos Estados Unidos. É uma organização privada, independente, sem fins lucrativos, dedicada ao avanço da cooperação entre as nações e à promoção do engajamento internacional dos Estados Unidos. Disponível em http://carnegieendowment.org/about/. Acessado em 15/06/2009.

[98] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1955. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB). No ano de 1989, Cleantho de Paiva Leite escreveu para José Octávio de Arruda Mello afirmando que o trabalho encomendado pela *Carnegie*, logo quando o IBRI foi fundado, embora tenha sido elaborado em língua portuguesa, nunca chegou a ser publicado: "Um trabalho que não tem sido mencionado noutras publicações foi o estudo 'Brazil and the United Nations' [Brasile as Nações Unidas] (mimeografado, cerca de 300pp) preparado pelo IBRI sobre os primeiros dez anos das Nações Unidas (1945-1955) com o apoio financeiro da 'Carnegie Endowement for International Peace'. Nunca foi publicado, nem teve continuidade" (Carta de Cleantho de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1989. Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello).

> aquele Instituto na sua *Revista*, que vem circulando, desde 1958, nos círculos acadêmicos do Brasil e do exterior.[99]

As dificuldades que o IBRI enfrentou para alcançar as metas propostas no estatuto, em seu plano de atividades, também eram extensivas ao quadro de colaboradores do Instituto, pois estes desempenhavam outras funções no Estado, em organismos internacionais e na iniciativa privada e, por isso, não dispunham de tempo suficiente para atuar com mais efetividade no IBRI. Podemos observar isso na carta abaixo, trocada entre Oswaldo Trigueiro e Orlando Carvalho:

> (...) quando da sua última visita ao Rio, fiquei inteirado do programa de cursos extracurriculares da Faculdade de Direito da UMG para o corrente ano e das possibilidades de realização, em 1961, da série de conferências sobre política internacional, que lhe sugeri em nome do IBRI. (...) Não lhe escrevi há mais tempo a esse respeito pelas dificuldades usuais, a começar pela de reunir, periodicamente, o Conselho Curador. Está claro que o IBRI está em condições de realizar este programa, porém pessoalmente receio assumir compromisso a longo termo, por alguns motivos óbvios e pelo adiante aduzido. (...) Minha profissão de advogado vai provavelmente deslocar-me para Brasília, creio que ainda este ano, hipótese que terá de afastar-me da direção executiva do IBRI e da REVISTA (...). Como você não pode ficar a nossa espera para programar as atividades universitárias do próximo ano, será aconselhável não contar com a nossa participação, pelo menos como coisa certa.[100]

Contudo, entre as estratégias de atuação planejadas pelo IBRI, a mais bem sucedida foi a criação da *RBPI*, em 1958. Apesar de essa revista ter sido lançada quatro anos após a fundação do Instituto, percebemos, na documentação pesquisada, que essa ideia já estava sendo amadurecida entre os fundadores do IBRI desde 1955. Conforme podemos observar em carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro,

> Há também, agora, a ideia de se publicar uma revista de política internacional (quatro números por ano). Creio que levantaremos recursos suficientes, tendo eu já iniciado entendimento com algumas firmas que estariam dispostas a fazer doações ao IBRI. Vá preparando, se for possível, um artigo de certo vulto (trinta a quarenta páginas datilografadas) sobre algum problema dessa região tão desconhecida aqui no Brasil. Seria interessante, talvez, qualquer coisa sobre a Conferência de Bandung, vista

[99] LEITE, C. de P. (1980) "Prefácio". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 23 (89-92), p. 10.
[100] Carta de Oswaldo Trigueiro para Orlando Carvalho. Rio de Janeiro, 10 julho de 1960. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

> por um brasileiro. Isto, é claro, dentro dos limites que lhe são permitidos por sua função diplomática [embaixador na Indonésia].[101]

A *RBPI* foi criada durante a gestão de Juscelino Kubitschek[102], marcada pela ampliação do papel do Estado e o desenvolvimento, em especial, das áreas de infraestrutura e de indústria de base, o que acabou por expandir as metas da agenda internacional do Brasil[103]. Nesse período, o governo lançou a "Operação Pan-Americana" – proposta de Kubitschek baseada em um programa multilateral de desenvolvimento econômico que constituiria em uma estratégia de defesa do continente. Começaram a serem traçadas, enfim, as primeiras linhas da "Política Externa Independente", um dos eixos fundamentais da política internacional brasileira no final da década de 1950 e início dos anos 1960, nos governos de Jânio Quadros e de João Goulart.[104]

Os fundadores da *RBPI* acreditavam que esta preencheria uma grande lacuna não apenas no cenário nacional, mas principalmente no contexto latino-americano, uma vez que, no Brasil e nos demais países da região, não existiam periódicos especializados em política externa[105]. Assim, a Revista se propunha a difundir os debates sobre os problemas nacionais, bem como tratar de assuntos internacionais vistos a partir da ótica dos intelectuais, tanto brasileiros quanto estrangeiros.[106]

---

[101] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1955. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB). A Conferência de Bandung ocorreu entre os dias 18 e 24 de abril de 1955. Contou com a presença de representantes de 23 países asiáticos e de seis países africanos, tendo o objetivo de fortalecer as nações do "terceiro mundo" a partir da cooperação econômica e cultural. Os 29 países afro-asiáticos defendiam, ainda, a emancipação dos territórios dependentes e a posição de não aderirem a qualquer dos blocos da Guerra Fria tampouco aos pactos de defesa propostos pelos EUA e a URSS ("movimento dos países não-alinhados"). Sobre esse assunto ver: GADDIS, J. L. (2006) **Historia Da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

[102] BENEVIDES, M. V. (1979) **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[103] LAFER, C. (2002) **JK e o programa de metas – 1956-1961**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

[104] CERVO, A. L. (2001) **Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: Ed. FUNAG.

[105] A segunda revista criada na América Latina dedicada ao tema das relações internacionais foi a revista mexicana *Foro Internacional*, fundada pelo Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México em 1960, funcionando sem interrupção até os dias atuais. O periódico foi fundado por Daniel Cosío Villegas, importante intelectual mexicano, que também foi o criador da Fundo de Cultura Econômica e da Escola Nacional de Economia. Disponível em http://biblioteca.colmex.mx/revistas/index. Acessado em 07/01/2009.

[106] Para Antônio Jorge Ramalho da Rocha, "(...) desde seu primeiro volume a revista [*RBPI*] discute a possível criação de um mercado latino-americano. Tais discussões foram colocadas em termos políticos, econômicos e

Assim como o IBRI, a *RBPI* teria caráter apolítico sem vinculação formal a partidos e governos, conforme vemos nas contracapas da revista: "(...) [a RBPI] não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário".[107] No entanto, a Revista parece ter sobrevivido, em grande medida, às subvenções do Estado e assinaturas do MRE, bem como teria se beneficiado do "malote do Itamaraty" para divulgar e distribuir a publicação.

A circulação da Revista pretendia alcançar o leitor brasileiro residente no país e no exterior, procurando abarcar diplomatas de carreira, pesquisadores da área, estudantes universitários, entre outros.[108] Da mesma forma, no exterior, os leitores da *RBPI* seriam também membros da carreira diplomática, acadêmicos, representantes de organismos internacionais etc.

Nesse sentido, desde o princípio, a revista não pretendida ter um caráter de publicação popular, mas sim representar um veículo de comunicação restrito ao campo intelectual, divulgando, debatendo e documentando os assuntos políticos do Brasil na arena das relações internacionais. Em carta de Trigueiro ao diplomata Adolpho Justo Bezerra de Meneses, percebemos que, em setembro de 1957, a imprensa nacional já noticiava a futura publicação do IBRI:

> Confirmo a notícia de que você leu no Correio da Manhã: o IBRI pretende publicar uma revista (cujo nome será, provavelmente, POLÍTICA INTERNACIONAL). Deverá aparecer em janeiro de 1958. (...) Já nos havíamos lembrado [refere-se a Cleantho de Paiva Leite] de escrever-lhe para pedir sua colaboração. Você poderia nos preparar um artigo (de 12 a 30 páginas, datilografadas em espaço duplo) sobre assunto de sua especialidade, para inserirmos num dos primeiros números da Revista (...). Seria interessante que você nos mandasse alguma coisa sobre a África, cujos problemas políticos são aqui menos conhecidos do que os da Ásia. De

---

sociais, quer por eminentes intelectuais e diplomatas brasileiros, quer por seus colegas estrangeiros, em especial os latino-americanos" (ROCHA, A. J. R. da (1998) "O tratamento de temas multilaterais na *RBPI*: 1958–1998". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: ano 41, "número especial 40 anos", p. 125).

[107] **Revista Brasileira de Política Internacional**, 1 (1), 1958, capa anterior e segunda contra capa.

[108] Nas palavras de Leite, "cada vez que conquistamos um leitor para um determinado artigo isto significa que ele terá lido outras coisas na Revista" (Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Washington, 6 de outubro de 1959. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB)).

> qualquer modo, você tem plena liberdade na escolha do assunto. (...) A Revista não expressa o pensamento de nenhuma entidade política. Também não endossa a opinião de seus colaboradores. (...) Estou pensando também em publicar, no primeiro número, uma notícia sobre seu livro [O Brasil e o Mundo Ásio-Africano - 1956], embora o aparecimento deste já esteja um pouco remoto. Mas como aqui são raros os trabalhos sobre política estrangeira, acredito que o seu ainda possa ser noticiado com novidade.[109]

No documento acima, vemos que antes de cunhar a revista do IBRI com o nome de *Revista Brasileira de Política Internacional*, Trigueiro menciona o título "Política Internacional". De fato, nas demais correspondências do Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo e nas cartas do Arquivo Pessoal de José Octávio de Arruda Mello, percebemos que, embora os membros do Instituto buscassem nomear sua revista de forma simples e curta, apenas o nome "Política Internacional" não parecia identificar, no cenário internacional, a nacionalidade da revista; por isso, a complementação "Revista Brasileira" se fazia necessária[110].

Ademais, é interessante destacar que, em toda a documentação pesquisada, quando se referiam à Revista, seus fundadores e colaboradores não a chamavam de *RBPI*, como costumamos fazer atualmente, mas sim de "a Revista do IBRI". Acreditamos que isso se deve, principalmente, ao fato de que lhes era importante destacar o papel do IBRI como entidade responsável por tal publicação, uma atitude que talvez buscasse certa precaução a uma possível desvinculação entre a Revista e o Instituto; a atitude, ao que parece, procurou reforçar a unidade entre IBRI/*RBPI*)[111].

A partir da análise das fontes percebemos, também, que a *RBPI* se inspirou nas principais publicações das instituições dedicadas às relações internacionais existentes no período de sua inauguração: a britânica *International Affairs (*do *Chatham House),* a

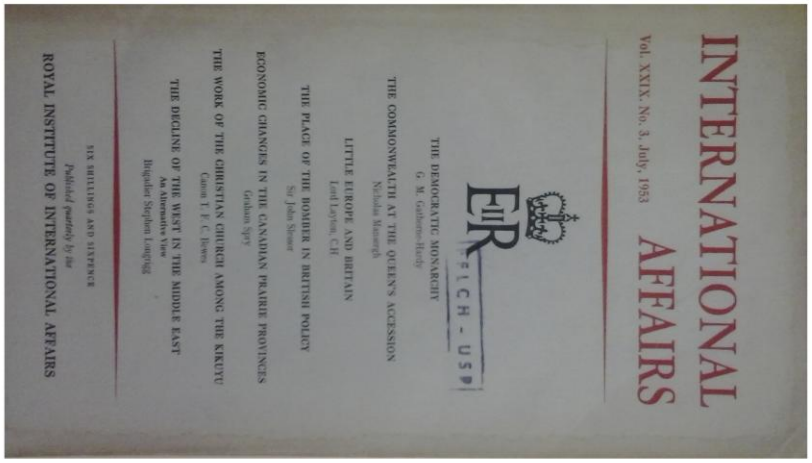
[109] Carta de Oswaldo Trigueiro para Adolfo Justo Bezerra de Meneses. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1957. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).
[110] Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo e Arquivo Pessoal de José Octávio de Arruda Mello.
[111] Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo e Arquivo Pessoal de José Octávio de Arruda Mello.

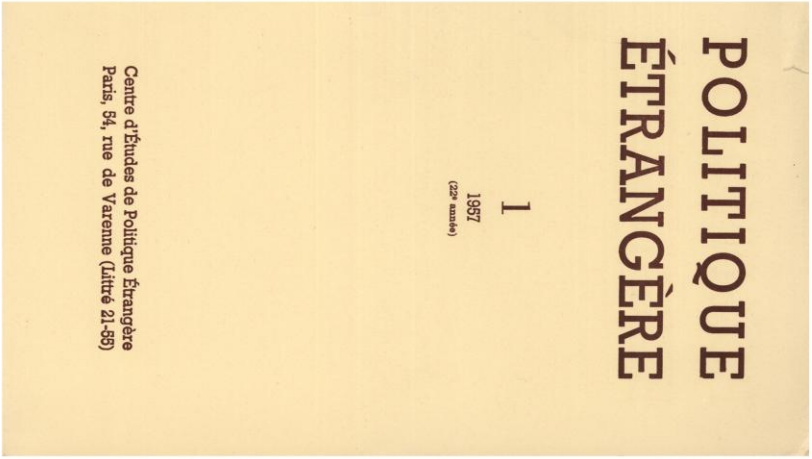
estadunidense *Foreign Affairs* (do *Council on Foreign Relations)* e a francesa *Politique Étrangère* (do *Centre d'Études de Politique Étrangère)*.

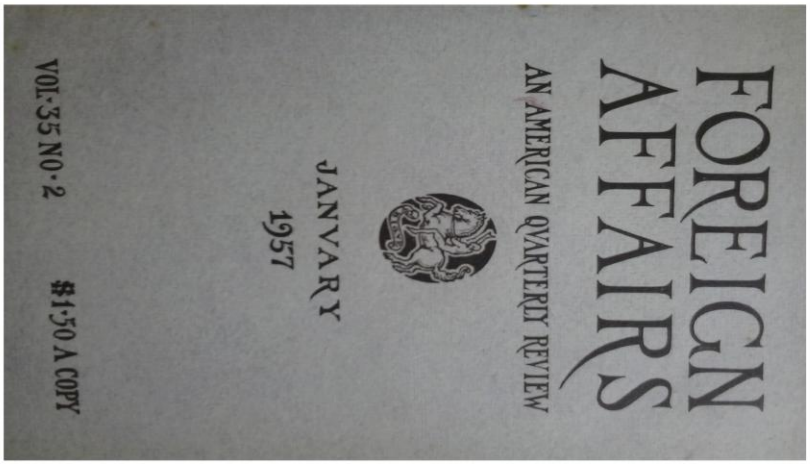
Essas revistas eram assinadas pelas mais importantes instituições do Brasil no período, e serviram de padrão não só para as publicações brasileiras como também para as revistas congêneres de outros países do mundo. Além disso, materialmente a *RBPI* se assemelhava bastante a essas publicações, principalmente no que diz respeito à periodicidade e ao projeto gráfico.

Abaixo, na Figura 1, apresentamos as capas dessas revistas para mostrar as semelhanças no que diz respeito ao projeto gráfico entre estas publicações e a *RBPI:*

Figura 1: Capas: *International Affairs, Foreign Affairs* e *Politique Étrangère.*







As revistas britânica e norte-americana advêm de instituições criadas no contexto da Conferência de Paz de Paris (1919), após a I Guerra Mundial. Nesse ano, delegados da Inglaterra e dos EUA formularam a ideia de criar um instituto anglo-americano para estudar

os problemas internacionais com a perspectiva de prever futuras guerras. No entanto, embora essa iniciativa conjunta não tenha obtido êxito, em 1920 os delegados ingleses ajudaram a fundar, em Londres, o *British Institute of International Affairs (BIIA),* que se tornou, em 1926, *The Royal Institute of International Affairs (RIIA)* e, em 2001, *Chatham House (CH)*. Além disso, os delegados norte-americanos contribuíram, em 1921, com a criação, em Nova York, do instituto *Council on Foreign Relations (CFR)*[112].

O *The Royal Institute of International Affairs*[113] era uma organização sem fins lucrativos, de caráter não governamental, que tinha a missão de promover conhecimento, possibilitando melhor compreensão dos principais temas da agenda política internacional. Atualmente, a *Chatham House* é considerada uma das mais importantes instituições em sua área de atuação, sendo muitas vezes classificada como o segundo "think tank" mais importante do mundo voltado para as relações internacionais – instituições privadas com finalidade de produzir pensamento próprio com perspectivas de pautar a política externa[114] –, perdendo apenas para o *Council on Foreign Relations.* Seu periódico, *International Affairs*, foi fundado em 1924. Segundo o site da revista,

> International Affairs é uma importante revista no campo das relações internacionais. Tem um compromisso com a excelência acadêmica e um estilo acessível, combinando relevância política com a acadêmica, além de apresentar uma análise aprofundada da política mundial contemporânea.[115]

---

[112] QUIGLEY, C. (1981) **The Anglo-American Establishment**. New York: Books in Focus.

[113] O nome atual dessa instituição foi inspirado no edifício de sua sede, uma casa do século XVIII situada na St. James's Square, projetada em parte por Henry Flitcroft e ocupada por três primeiros ministros britânicos, inclusive William Pitt, 1° Conde de Chatham. Disponível em http://www.chathamhouse.org/about-us/history. Acessado em 06/03/2011.

[114] TEIXEIRA, T. (2007) **Os Think Tanks e sua influência na Política Externa dos EUA**. Rio de Janeiro: Revan, p. 105. A primeira "think tank" dedicada exclusivamente às relações internacionais foi a *Carnegie Endowment for International Peace*. (Disponível em http://carnegieendowment.org/about/. Acessado em 15/06/2009). Essas instituições, que serviam de "laboratório de ideias", procuravam criar "uma ponte de ligação entre o mundo das ideias e da ação", como afirmou Richard Hass, ex-Diretor de Política e Planejamento do Departamento de Estado dos EUA e atual presidente do *Counsil on Foreign Relations*. Cf: HAASS, R. (2002) "Os think tanks e a política de Relações Exteriores dos EUA: a perspectiva de um formulador de políticas. Agenda de Política Externa dos EUA". **Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA**, v. 7, n. 3, pp.5-9. Disponível em http://usinfo.state.gov/journals/itps/1102/ijpp/ijpp1102.htm. Acessado em 29/06/2009.

[115] Trecho traduzido pela pesquisadora. Disponível em http://www.chathamhouse.org/publications/ia. Acessado em 06/03/2011.

O *Council on Foreign Relations*[116], também um grupo privado sem fins lucrativos além de apartidário, afirma ter como missão, desde sua fundação, promover a compreensão da política externa e do papel desempenhado pelos EUA no mundo. Sua principal publicação, a *Foreign Affairs*[117], criada em 1922, é uma revista voltada para as relações internacionais e que tem sido o principal fórum de discussão sobre a política externa estadunidense e as relações internacionais dos EUA com os demais países do globo. Desde a primeira edição, a revista declara que

> Os artigos na Foreign Affairs lidarão com questões atuais de interesse internacional. Vão cobrir um extenso campo de assuntos, não somente políticos, mas também históricos e econômicos e estarão acompanhados por mapas e diagramas quando desejável. Artigos técnicos serão deixados para revistas mais específicas. Teremos numerosos colaboradores estrangeiros, mas não esqueceremos que a primeira consideração é o interesse e benefício do leitor americano.[118]

Por último, o *Centre d'Études de Politique Étrangère (CEPE)*[119], criado em Paris no período Entre Guerras, no ano de 1935 – posteriormente, em 1979, torna-se *Institut Français des Relations Internationales (IFRI)*[120] –, procurou seguir o mesmo modelo das instituições inglesa e estadunidense, constituindo-se em uma entidade sem fins lucrativos de caráter apartidário, consagrada à análise das questões mais relevantes no cenário mundial com vistas a produzir pesquisa politicamente orientada sobre as mais importantes questões internacionais. A revista francesa *Politique Étrangère*, criada em 1936, se configura como a mais antiga publicação francesa especializada em relações internacionais. Seu objetivo é

> Destacar os principais aspectos do debate das relações internacionais para propor uma análise mais aprofundada dos assuntos atuais e oferecer uma ferramenta de referência de longa duração aos círculos acadêmicos, dirigentes e da sociedade civil.[121]

No plano nacional, a *RBPI* não foi a primeira revista a tratar de temas relativos às

---

[116] Disponível em http://www.cfr.org/about/history/foreign_affairs.html. Acessado em 10/12/2009.
[117] Disponível em http://www.foreignaffairs.com/about-us. Acessado em 10/12/2009.
[118] Disponível em http://www.foreignaffairs.com/about-us. Acessado em 10/12/2009.
[119] DEMANGEON, A. (1936) "Le centred'études de politiqueétrangère". **Annales de Géographie**, t. 45, n° 258. pp. 646-648.
[120] Disponível em http://www.ifri.org/presentation. Acessado em 06/03/2011.
[121] Trecho traduzido pela pesquisadora. Disponível em http://www.ifri.org/presentation. Acessado em 06/03/2011.

relações internacionais, embora tenha sido o primeiro periódico do Brasil criado especificamente para abordar questões ligadas à política externa, a exemplo das revistas recém mencionadas: *International Affairs*, *Foreign Affairs* e *Politique Étrangère.*

Durante nossa pesquisa, percebemos que a revista modelo da *RBPI* no cenário brasileiro – principalmente em relação à temática desenvolvimentista e à característica da estrutura das seções – foi a *Cadernos de Nosso Tempo,* periódico editado entre os anos de 1953 e 1956. A história dessa revista está relacionada a um grupo de intelectuais que, em 1952, começou a se reunir para discutir os grandes problemas do Brasil, encontrando-se periodicamente no Parque Nacional de Itatiaia, entre Rio de Janeiro e São Paulo, em espaço cedido pelo Ministério da Agricultura.

Em 1953, parte desse grupo conhecido como "Grupo de Itatiaia", constituído por figuras de prestígio no cenário nacional, em especial os membros que viviam no Rio de Janeiro [122], criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), responsável pela edição dos *Cadernos de Nosso Tempo*. De acordo com Schwartzman, podemos entrever em *Cadernos* o ambiente e o pensamento político brasileiro daquela época, porque: "(...) [eles] contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subsequentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros"[123].

Embora *Cadernos de Nosso Tempo* não fosse uma revista dedicada exclusivamente à

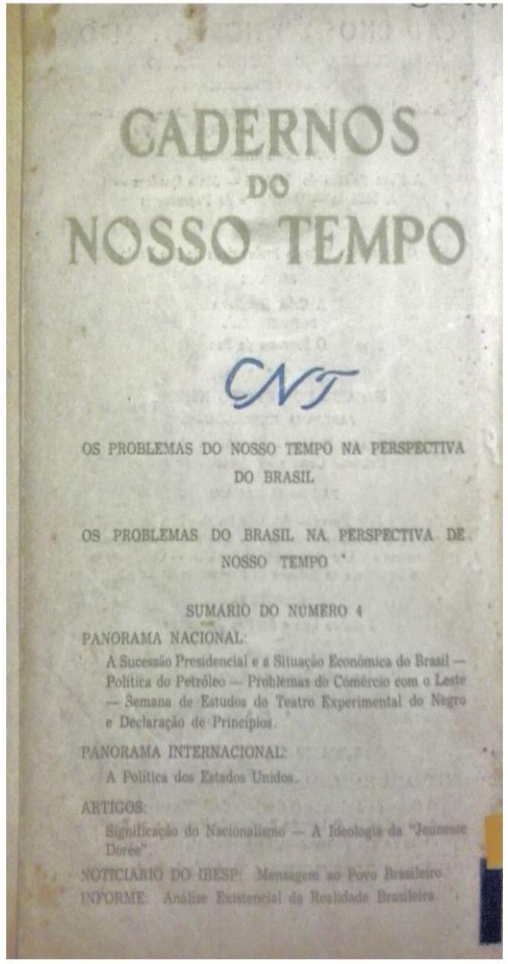
[122] Segundo Schwartzman: "a lista de colaboradores dos *Cadernos* é extensa: ela incluiu a Alberto Guerreira Ramos, Candido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fabio Breves, Heitor Lima Rocha, Hélio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Juvenal Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandes" (SCHWARTZMAN, S. (1981) **Biblioteca do Pensamento Brasileiro. Biblioteca do Pensamento Político Republicano**. Brasília: Câmara de Deputados, vol. 6, p. 3).

[123] SCHWARTZMAN, S. (1981) **Biblioteca do Pensamento Brasileiro. Biblioteca do Pensamento Político Republicano**. Brasília: Câmara de Deputados, vol. 6, p. 3. Da agenda do IBESP constava: "(...) o esclarecimento de problemas relacionados com a interpretação econômica, sociológica, política e cultural de nossa época, com a análise, em particular, das ideias e dos fenômenos políticos contemporâneos e com o estudo histórico e sistemático do Brasil, encarado, igualmente, do ponto de vista econômico, sociológico, político e cultural".

análise das relações internacionais, em seus cinco volumes publicados entre 1953 e 1956, temos duas seções fixas de ensaios: “Panorama Nacional” e “Panorama Internacional”. Sem seguir um rígido padrão editorial, a revista do IBESP contou, ainda, com as seguintes seções: “Pesquisas”, “Informes”, “Noticiário do IBESP”, “Estudos”, “Entrevistas” e “Documentário”[124], conforme podemos ver nas imagens das capas abaixo:

Figura 2: Capas dos cinco números da *Cadernos de Nosso Tempo*

[124] BUARQUE, C. (2012) “Arquivo Cadernos de Nosso Tempo. Nota de apresentação”. **Revista Estudos Políticos**, n. 4, p. 136.



CADERNOS DO NOSSO TEMPO

CNT

OS PROBLEMAS DO NOSSO TEMPO NA PERSPECTIVA DO BRASIL

OS PROBLEMAS DO BRASIL NA PERSPECTIVA DE NOSSO TEMPO

SUMÁRIO DO NÚMERO 4

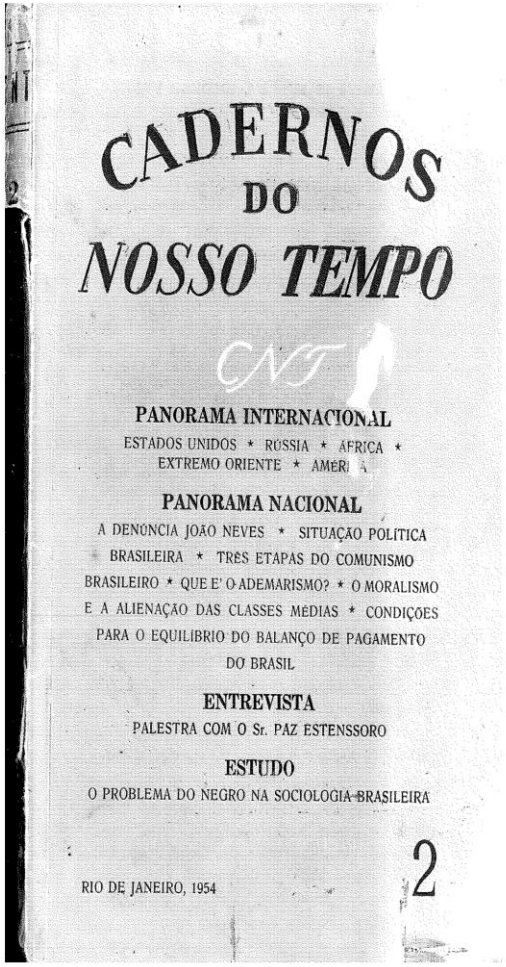
PANORAMA NACIONAL:
A Sucessão Presidencial e a Situação Econômica do Brasil — Política do Petróleo — Problemas do Comércio com o Leste — Semana de Estudos do Teatro Experimental do Negro e Declaração de Princípios.

PANORAMA INTERNACIONAL:
A Política dos Estados Unidos.

ARTIGOS:
Significação do Nacionalismo — A Ideologia da "Jeunesse Dorée".

NOTICIÁRIO DO IBESP: Mensagem ao Povo Brasileiro

INFORME: Análise Existencial da Realidade Brasileira.



CADERNOS DO NOSSO TEMPO

CNT

PANORAMA INTERNACIONAL

ESTADOS UNIDOS ★ RÚSSIA ★ ÁFRICA ★ EXTREMO ORIENTE ★ AMÉRICA

PANORAMA NACIONAL

A DENÚNCIA JOÃO NEVES ★ SITUAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA ★ TRÊS ETAPAS DO COMUNISMO BRASILEIRO ★ QUE E' O ADEMARISMO? ★ O MORALISMO E A ALIENAÇÃO DAS CLASSES MÉDIAS ★ CONDIÇÕES PARA O EQUILÍBRIO DO BALANÇO DE PAGAMENTO DO BRASIL

ENTREVISTA

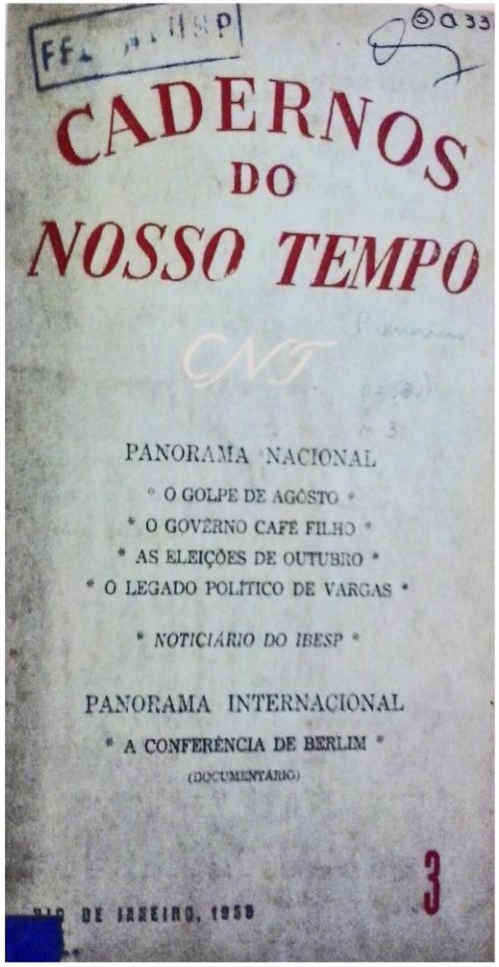
PALESTRA COM O Sr. PAZ ESTENSSORO

ESTUDO

O PROBLEMA DO NEGRO NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

RIO DE JANEIRO, 1954

2



CADERNOS DO NOSSO TEMPO

CNT

PANORAMA NACIONAL

* O GOLPE DE AGÔSTO *
* O GOVÊRNO CAFÉ FILHO *
* AS ELEIÇÕES DE OUTUBRO *
* O LEGADO POLÍTICO DE VARGAS *

* *NOTICIÁRIO DO IBESP* *

PANORAMA INTERNACIONAL

* A CONFERÊNCIA DE BERLIM *

(DOCUMENTÁRIO)

RIO DE JANEIRO, 1955

3

Na seção “Panorama Internacional”, vemos que houve grande destaque para temas relacionados à Guerra Fria e à aproximação do Brasil com os países africanos e asiáticos que viviam o processo da descolonização, bem como para estudos sobre a região latino-americana

com a possibilidade de uma política externa brasileira mais autônoma. O terceiro volume, aliás, chegou a publicar uma extensa documentação sobre a Conferência de Berlim de 1954[125]. Do ponto de vista editorial, para Edison Bariani:

> Os trabalhos publicados nos *Cadernos de Nosso Tempo* geralmente não contêm citações e/ou preocupações acadêmicas, são textos de construção e combate, que denotam a preocupação essencial dos autores: influir decisivamente na realidade brasileira. (...) Em textos concebidos individual ou coletivamente, os autores engalfinham-se com os problemas latentes da sociedade brasileira – naquela década de 50 – e, mais que diagnosticar, por vezes, apresentam sugestões para equacionar os problemas. Embora mantivessem um caráter engajado e não acadêmico alguns textos – hoje lançados à margem – trazem interessantes contribuições teóricas a questões que viriam à berlinda nos tempos seguintes.[126]

Entre os colaboradores do *Cadernos de Nosso Tempo* estavam figuras de renome as quais também tiveram importante participação na história do IBRI/*RBPI*, tais como: Assis Chateaubriand, Cleantho de Paiva Leite, Ewaldo Correia Lima, Hélio Jaguaribe e Hermes Lima. Dentre os nomes relacionados, vale destacar que o principal articulador do "Grupo de Itatiaia" e da *Cadernos de Nosso Tempo*, também importante nome da *RBPI*, foi Hélio Jaguaribe, intelectual que defendia a autonomia nacional e a projeção internacional do Brasil a partir da defesa de uma política externa independente[127].

---

[125] A Conferência de Berlim ocorreu em 1954, de 25 de janeiro a 18 de fevereiro, com participação dos Ministros das Relações Exteriores da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética.

[126] BARIANI, E. (2005) "Uma intelligentsia nacional: Grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo". **Cadernos do CRH (UFBA)**. Salvador: UFBA, v. 18, n. 44, p. 3-4. Ainda sobre essa questão, Cristina Buarque afirma que "os autores-editores dos *Cadernos*, elencados no conselho de redação da revista a cada número, compunham um grupo razoavelmente estável e enxuto. Eles não se pautavam por um paradigma autoral pronunciado. Ao final de cada volume, na seção do índice, apenas as iniciais dos autores (cujos nomes completos podem ser conhecidos pela consulta aos membros do conselho) figuram ao lado dos textos. Em muitos artigos, contudo, simplesmente não há referência de autoria" (BUARQUE, C. (2012) "Arquivo Cadernos de Nosso Tempo. Nota de apresentação". **Revista Estudos Políticos**, n. 4, p. 136).

[127] Hélio Jaguaribe foi secretário geral e diretor do IBESP. Com relação ao IBRI, foi grande colaborador do Instituto e da Revista desde o primeiro número, tendo contribuído ativamente com Cleantho de Paiva Leite para pautar a política editorial da *RBPI* a partir da década de 1970. Isso se deu após retornar de uma longa temporada nos EUA pós golpe militar, onde lecionou na Universidade de Harvard (1964-1966), na Universidade de Stanford (1966-1967) e no Massachusetts Institute of Technology (1968-1969). De volta ao Brasil, em 1969, ingressou nas Faculdades Integradas Cândido Mendes, onde foi professor e diretor de Assuntos Internacionais. Sobre *Cadernos*, Jaguaribe afirmou que "essa revista teve muita influência no Brasil e até na América Latina, mas dela só saíram cinco números, pela dificuldade de se poder fazer tal coisa com recursos extremamente exíguos" (JAGUARIBE, H. (1988) **História da Ciência** (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp). Campinas: Unicamp, p. 11).

1.2 Os Diretores

Entre 1958 e 1992, o IBRI teve ao todo quatro Diretores Executivos, que automaticamente exerciam a função de Diretores da *RBPI*, cumprindo o papel de editores[128]. São eles: Oswaldo Trigueiro (1958-1961), Henrique Valle (1961-1964), José Honório Rodrigues (1964-1967) e Cleantho de Paiva Leite (1967-1992).

Osvaldo Trigueiro[129], paraibano, nasceu no ano de 1905, filho de um chefe político da região de Alagoa Grande, o "coronel" Francisco Luís de Albuquerque Melo. Tornou-se advogado pela Faculdade de Direito de Recife e, depois de formado, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde começou a advogar. Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), elegeu-se governador da Paraíba (1947-50), deputado federal (1951-54) e foi embaixador na Indonésia (1954-56). Posteriormente, voltando à advocacia no Rio de Janeiro, torna-se diretor do IBRI (1956-61). Em carta de Leite para Trigueiro vemos como este se incorporou ao IBRI/*RBPI*:

> Estou ansioso pela sua volta por causa do nosso Instituto de Relações Internacionais, que está a espera de um Diretor Executivo que se possa consagrar em regime de tempo integral, ao trabalho de coordenar as pesquisas e orientar a preparação de Estudos, da Revista e do Anuário.[130]

Chegando ao Brasil, Oswaldo Trigueiro toma posse de seu novo escritório no centro do Rio de Janeiro e, antes de conseguir se dedicar ao projeto da revista, passa a cuidar do livro

---

[128] Desde que o periódico foi transferido para Brasília aos cuidados da UnB os dois cargos encontram-se separados.

[129] Sobre Osvaldo Trigueiro ver: LIMA, V. R. (coord); ROCHA, D. et al (1986) **GETÚLIO: uma história oral**. Rio de Janeiro: Record; Câmara dos Deputados. **Deputados Brasileiros. Repertório** (1946-1967); ABREU, A. A. & BELOCH, I. (2001) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, p. 5799. Na *RBPI*, Trigueiro publicou apenas dois artigos: um sobre a Malásia (1958) e outro sobre José Honório Rodrigues e o IBRI (1987).

[130] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1956. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB). Embora o objetivo inicial de Cleantho de Paiva Leite fosse garantir dedicação exclusiva do Diretor Executivo ao IBRI, em carta de Trigueiro para Leite vemos que este acolheu parcialmente a proposta do amigo: "(...) Isto posto, é com maior agrado que acolho sua sugestão sobre o IBRI, bem como a lembrança de Benedito Silva quanto à IBAM [Instituto Brasileiro de Administração Municipal]. Ao regressar ao Rio, considerarei essas hipóteses com o maior interesse, não me ocorrendo a respeito qualquer objeção. Creio que qualquer dos encargos que Você lembra será, de resto, conciliável com uma advocacia part-time a que eventualmente possa dedicar-me" (Carta de Oswaldo Trigueiro para Cleantho de Paiva Leite. Riviera Lígure, 24 de julho de 1956. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB)).

que o IBRI publicaria em parceria com a *Carnegie Endowment for International Peace*. Em outra carta de Leite à Trigueiro,

> Travei contato com a funcionária da delegação [Genebra] (datilógrafa, escriturária, etc.) a sra. Jaqueline Belin que foi a redatora (junto com o prof. Oppenhein) do estudo sobre "La Suisse et les Nations Unies" da série Carnegie. Contou-me como fez o trabalho e me disse que depois de lido o manuscrito datilografado remetido à Carnegie, receberam várias sugestões e correções, pedidos para desenvolver melhor esta ou aquela parte, reestruturação das seções e capítulos, etc. Fiquei assim mais tranquilo quanto ao nosso e espero que contaremos com a mesma colaboração da Carnegie. (...) Pedi a Madame Belin para ir preparando (ficou encantada) um artigo de 30 ou 40 páginas para nossa Revista do IBRI, que bem poderia ser um resumo em português do livro sobre a Suíça. O Heitor [Herrera] seria um ótimo correspondente nosso, sobretudo para obter as numerosas publicações, muitas excelentes, da ONU e do BID, sobre refugiados, migrações europeias, etc. Estou anunciando à todos as atividades do IBRI, a Revista em janeiro, etc., encontrando enorme interesse da parte de todo o pessoal do Itamaraty.[131]

Durante sua gestão, Trigueiro procurou consolidar o Instituto e a Revista convidando colaboradores de diferentes vertentes políticas; deveriam ser importantes personalidades nacionais e internacionais e/ou intelectuais com *expertise* e experiência no Estado, nos organismos internacionais e na academia[132].

Apesar de ter tido grande envolvimento com o instituto e o periódico, Trigueiro deixou suas funções de Diretor do IBRI/*RBPI* para se tornar membro do Superior Tribunal Federal (STF) em 1961. Em 1964 foi convidado pelo presidente Castelo Branco para o cargo de procurador-geral da República, tornando-se presidente desse tribunal em 1969.[133]

---

[131] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Genebra, 4 de julho de 1957. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

[132] Exemplos de personalidades que publicaram na *RBPI* durante a gestão Trigueiro: o ex-chanceler e ex-ministro da justiça Vicente Ráo (número inaugural), o ex-ministro e ex-presidente da Assembleia Geral da ONU Oswaldo Aranha (nº 2), o diplomata mexicano Jorge Castañeda (nº 3), o ex-embaixador britânico Ashley Clarke (nº 4), o senador chileno e ex-ministro Eduardo Frei (nº 5), o professor de Harvard Rupert Hemerson (nº 6), o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Haroldo Valladão (nº 7) e o diplomata, economista e ex-presidente do BNDE Roberto Campos (nº 8).

[133] Trigueiro aposentou-se do STF em 1975, e faleceu no Rio de Janeiro em 1989. Sobre sua trajetória política ele mesmo afirma que: "tinha muito boas ligações com a UDN nacional e a elas devera minha indicação para o Governo do Estado [da Paraíba] (...). Graças a tais ligações, tornei-me embaixador e posteriormente ministro do TSE, onde assegurei sobrevida ao parlamentarismo, e do Supremo Tribunal Federal, depois de, por indicação do Presidente Castello Branco, haver exercido a Procuradoria Geral da República" (TRIGUEIRO, O. (1989) "Oswaldo Trigueiro: Réquiem para o grande paraibano que acaba de morrer". **O Momento**. 1 de agosto, p.158).

O segundo Diretor, Henrique Valle[134], nasceu em Corumbá (MS), em 1915. Ingressou na carreira diplomática em 1939, ocupando vários cargos no exterior. Nesse período, cursou a Escola Superior de Guerra (ESG) e participou ativamente, entre 1945 e 1955, da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1952, transferiu-se para a Embaixada Brasileira em Santiago do Chile, integrando a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) de 1952 a 1954. Em 1955, tornou-se cônsul-geral em Nova Orleans e, em 1956, ministro-conselheiro do Brasil em Washington. Já no ano de 1959, foi nomeado chefe de gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, Amaral Peixoto, durante o governo de Juscelino Kubitschek, ocupando esse cargo até 1961.

Valle foi Diretor do IBRI entre 1961 e o começo de 1964, acumulando essa função com a de secretário-geral adjunto para Assuntos Americanos do Itamaraty, onde se destacou como membro do Conselho Interamericano Econômico Social (CIES). Em 1963, foi nomeado chefe do gabinete do Ministro das Relações Exteriores Hermes Lima e, em meados de 1964, assumiu o posto de Embaixador na União Soviética (momento em que abdica de suas funções no IBRI)[135].

Durante o período em que esteve à frente do IBRI, Valle pouco pode se dedicar ao Instituto e à Revista em função das demandas do Itamaraty, passando o cargo para José Honório Rodrigues. A última publicação dirigida por ele, aliás, foi, na verdade, organizada por Rodrigues. Tal situação preocupou Oswaldo Trigueiro, a ponto de este sugerir a Cleantho de Paiva Leite soluções para custear a publicação da *RBPI* e, dessa forma, salvaguardar a sua pontualidade.

---

[134] ABREU, A. A. & BELOCH, I. (2001) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, p. 5883; Ministério das Relações Exteriores (1974, 1968 e 1973) **Anuário**. Na *RBPI*, Valle publicou três artigos com temática sobre o continente Americano: as relações entre o Brasil e os EUA (1961), o Brasil e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a ALALC (ambos de 1963).

[135] Em 1969, Valle foi Embaixador junto à Organização dos Estados Americanos (OEA); em 1970, tornou-se chefe da delegação brasileira na Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura (CIECC); por último, em 1972, foi nomeado embaixador do Brasil na Dinamarca. Faleceu no Rio de Janeiro no ano de 1979.

Para resolver esse problema, Trigueiro propôs duas saídas. A primeira: que as responsabilidades de caráter editorial da *RBPI* fossem transferidas para Brasília, ficando sob a incumbência do Itamaraty; e a segunda: celebrar um convênio com a recém criada Universidade de Brasília (UnB), cujo reitor era Darcy Ribeiro. Assim, a publicação da *RBPI* seria transferida para Brasília com apoio conjunto das duas instituições, como podemos verificar no extrato da carta abaixo:

> E o IBRI, como vai? (...) Não vi o Embaixador Valle, que presumo inteiramente absorvido em suas atuais funções no Itamarati. (...) Isso me faz recear que o IBRI venha a cair em ponto morto, sobretudo quanto à Revista que tinha, na pontualidade, uma de suas melhores recomendações. Como lhe disse, acho que, com o crescente encarecimento de tudo, vai ficar cada vez mais difícil a manutenção da Revista. Daí parece-me que deveríamos tentar uma forma de transferir para o Itamarati a maior parte ou mesmo todos os encargos de natureza editorial. Se fosse possível uma conversa sua com o novo Ministro, creio que tudo se resolveria. O diabo é a situação política [parlamentarismo], que nos tem obrigado, praticamente, a viver sem governo. (...) Como alternativa, talvez pudéssemos entrar em acordo com a Universidade de Brasília visando celebrar um convênio para a publicação da Revista aqui [Brasília], sob o patrocínio das duas entidades. A Universidade tem dinheiro para isso e eu creio que o Darcy [Ribeiro] teria receptividade para um entendimento a respeito.[136]

Oswaldo Trigueiro fez essa proposta porque era membro do Conselho Diretor da UnB ao lado de Anísio Teixeira, Hermes Lima, Abgar Renault, Darcy Ribeiro e Matheus Rocha[137]. Percebemos que Trigueiro buscou angariar esforços para desenvolver na nova universidade a área de relações internacionais, visando a aumentar a projeção do Brasil no exterior, como podemos constatar pela carta de Trigueiro enviada a Leite em 1962:

> Na última vez que fui a Velhacap [velha capital], queria falhar-lhe sobre a Universidade de Brasília. Lembro-me de que V. aludiu a um empréstimo, que estaria sendo encaminhado, para as Universidades brasileiras, e eu queria saber até onde a Universidade de Brasília poderia aproveitar-se dele. Como sabe, estou na U. B. como membro do Conselho Diretor, que é cargo honorífico. Creio que não ingressarei no corpo docente, ao menos por enquanto. Mas nem por isso estou menos interessado no sucesso do empreendimento. (...) A ideia é fazer de nossa Universidade uma coisa diferente, sobretudo no plano do ensino post-graduate e no das relações

[136] Carta de Oswaldo Trigueiro para Cleantho de Paiva Leite. Brasília, 12 de julho de 1962. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

[137] A Universidade de Brasília foi criada em dezembro de1961. O primeiro reitor da UnB foi Darcy Ribeiro, que mais tarde se afastaria da universidade para assumir o cargo de Ministro da Educação, sendo substituído por Anísio Teixeira.

> internacionais, criando em Brasília um centro de irradiação científica que lhe dê a projeção internacional adequada à capital de um país da importância do nosso. A respeito desse projeto, estamos mantendo contato permanente com as missões estrangeiras e órgãos internacionais, que vêm demonstrando interesse de colaborar conosco, particularmente criando e mantendo aqui as respectivas Casas da Língua e da Cultura. (...) Por tudo isso, desejaria que V., quando tivesse de vir a Brasília, reservasse um pouco de seu tempo para um contato com o Darcy [Ribeiro] e uma visita à Universidade. Estou certo de que V. não só nos pode oferecer sugestões muito valiosas como nos ajudar, no estrangeiro, para a realização dos nossos planos.[138]

Após analisarmos as cartas trocadas entre Trigueiro, Leite e Ribeiro sobre a possível transferência do IBRI/*RBPI* do Rio de Janeiro para Brasília, vemos que essa negociação, ao menos com a UnB, não teve prosseguimento. Temos duas hipóteses para explicar por que o Instituto e a Revista não foram transferidos para a nova capital naquele momento.

A primeira decorre do fato de o IBRI ter desejado se manter como uma associação independente dos poderes públicos, sem vínculos plenos com o Itamatary ou com a UnB. Já a segunda hipótese diz respeito à elite intelectual carioca, que permaneceu no Rio de Janeiro após a mudança de capital. Leite e os demais conselheiros teriam conservado o IBRI e a *RBPI* nas instalações da Fundação Getúlio Vargas, mesmo em condições precárias, pois a geração intelectual que fundou o Instituto continuou mantendo como *locus* de atuação a cidade do Rio de Janeiro.

O terceiro Diretor do IBRI, José Honório Rodrigues[139], nasceu em 1913, no Rio de Janeiro. Foi um dos mais importantes historiadores brasileiros do século XX, notabilizando-se por publicações acerca da história da historiografia brasileira. Graduou-se em Direito na Universidade do Brasil, em 1937 e, entre 1943 e 1944, patrocinado pela Fundação Rockefeller, residiu e pesquisou nos EUA, onde também frequentou cursos da Universidade de Columbia.

---

[138] Carta de Oswaldo Trigueiro para Cleantho de Paiva Leite. Brasília, 12 de julho de 1962. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

[139] STEIN, S. (1988) "José Honório Rodrigues (1913-1987)". **The Hispanic American Historical Review**, vol. 68, no. 3, p. 573-576. Na *RBPI*, José Honório Rodrigues publicou artigos essencialmente sobre a temática Africana, destacando as relações entre o Brasil e a África (foram três ao todo, publicados nos anos de 1962, 1964 e 1967).

Ao retornar ao Brasil, ingressou nos quadros do Instituto Nacional do Livro. Entre 1946 e 1958, foi diretor da Sessão de Publicações e Obras Raras da Biblioteca Nacional. Paralelamente a essas funções, exerceu, entre 1948 e 1951, o cargo de diretor da Seção de Pesquisas do Instituto Rio Branco, ministrando aulas nesse instituto entre 1946 e 1956[140]. Em 1958 recebeu o cargo de diretor do Arquivo Nacional, o qual ocupou até 1964, quando se tornou diretor do IBRI (1964-67)[141], deixando essa função em decorrência do retorno de Leite ao Brasil. Sobre sua atuação como Diretor do Instituto, sua esposa Lêda Boechat afirmou que:

> Tendo sido demitido do Arq. Nac. [Arquivo Nacional], estava desejoso de arranjar um escritório na cidade (...) [e] como Diretor Executivo [do IBRI] ele logo começou a publicar a Revista [*RBPI*] e o Dr. Simões Lopes, Presidente da Fundação Getúlio Vargas o convidou a vir à sala da Presidência explicar como conseguiria retomar a publicação da Revista [depois da saída de Valle]. Voltando ao país o Cleantho, que fora um dos fundadores do IBRI, pediu a José Honório com a maior insistência que lhe passasse o cargo e publicou o próximo número.[142]

Rodrigues foi o responsável por introduzir na *RBPI* a tradição de se publicar edições especiais (temáticas). Essas edições traziam uma feição mais monográfica à Revista, centrando-se na análise de um único assunto[143]. Em "Nota Liminar"[144] ao número 24, este afirmou que,

> Contando com a colaboração de estudiosos da matéria, já estão em preparo vários números que tratarão cada um, exclusivamente, de temas como os Problemas do Comércio Internacional dos Produtos de Base, Desarmamento, Descolonização, Desenvolvimento e Comércio, e Política Cultural

---

[140] RODRIGUES, J. H.; SEITENFUS, R. A. S. (1995) **Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Organização e explicação de Boechat Rodrigues

[141] Ao longo da sua carreira, Rodrigues foi também professor em diversas instituições de ensino superior e programas de pós-graduação no Rio de Janeiro, bem como professor visitante em universidades estadunidenses. Faleceu no Rio de Janeiro em 1987.

[142] Carta de Lêda Boechat Rodrigues para José Octávio de Arruda Mello. Rio de Janeiro, agosto de 1969. Arquivo Pessoal de José Octávio de Arruda Mello.

[143] Ao todo, foram publicadas na *RBPI* dezesseis edições especiais/temáticas, sendo uma durante a gestão Henrique Valle, cinco na direção de José Honório Rodrigues e dez no período de Cleantho de Paiva Leite: (1)*Conferência Latino-americana sobre Tensões no Hemisfério Ocidental*; (2)*Encampação das concessionárias estrangeiras I*; (3)*Encampação das concessionárias estrangeiras II;* (4)*Acordo de Garantia de Investimentos entre Brasil e Estados Unidos I*; (5)*Acordo de Garantia de Investimentos entre Brasil e Estados Unidos II*; (6)*Política Nuclear Brasileira*; (7)*Amazônia*; (8) *II UNCTAD;* (9)*Bacia do Prata;*(10) *Direito do Mar*; (11)*Produtos de Base*; (12)*III UNCTAD*; (13)*A crise energética Mundial*; (14)*Relação entre o Brasil e a Argentina na Década de 80;* (15)*Brasil-Argentina* e (16)*Número especial de 30 anos.*

[144] **Revista Brasileira de Política Internacional,** 7 (28), 1959, p. 659. A designação "Nota Liminar" da *RBPI* existe desde os anos sessenta, quando José Honório Rodrigues passou a escrever textos introdutórios para os seus números temáticos.

> Internacional, e nos quais será especialmente acentuada a atuação do Brasil nesses vários setores da vida internacional.[145]

Para preparar as edições temáticas, Rodrigues costumava reunir em seu apartamento, no Rio de Janeiro, especialistas e pessoas ligadas ao temário. Segundo sua esposa, Lêda Boechat Rodrigues, "foi para discutir este número [número temático sobre a Política Nuclear Brasileira] que aqui estiveram várias pessoas, inclusive o atual Emb. nos EUA Marcílio Morena, um ministro do Itamaraty, Celso Lafer da USP, Ênio Silveira[146], e acho que mais pessoas".[147] Segundo Trigueiro,

> Vencendo as dificuldades habituais, José Honório manteve a REVISTA em dia, sendo responsável pela edição de uma dezena de fascículos, que figuram entre os melhores da série até aqui publicada. Entre outras iniciativas, coube-lhe a de editar a REVISTA em feição monográfica ou especializada, dedicando-se alguns fascículos, por inteiro, a temas de permanente atualidade, no contexto da nossa posição diante de problemas maiores da política internacional.[148]

Finalmente, Cleantho de Paiva Leite[149], quarto Diretor do IBRI/*RBPI* por 25 anos, foi o responsável por conseguir subsídios governamentais e doações da iniciativa privada os quais asseguraram a sobrevivência do Instituto e a manutenção da *RBPI*. Segundo Hélio Jaguaribe,

> Como sempre acontece nos grupos, alguns tinham uma participação um pouco mais passiva que os outros. (...) A pessoa mais dinâmica na fundação

---

[145] RODRIGUES, J. H. (1963) **Revista Brasileira de Política Internacional**: 6 (24).

[146] No que diz respeito à temática das relações internacionais, além da *RBPI*, José Honório Rodrigues contribui com outra publicação de prestígio no período, a revista *Política Externa Independente*, periódico trimestral concebida pela Editora Civilização Brasileira e dirigida por Ênio Silveira. Segundo José Octávio de Arruda Mello, "a essa publicação [Revista *Política Externa Independente*], J.H.R. [José Honório Rodrigues] ofereceria efetiva colaboração, sendo de notar que os estudos de sua autoria nos dois primeiros números – a respeito de Política Externa Independente e relações do Brasil com a China, seriam posteriormente inseridos no livro *Interesse Nacional e Política Externa*" (ARRUDA MELLO, J.O. (1990) "A Historiografia e História das Relações Internacionais – de José Honório ao IBRI". **A República no Brasil: ideologia, partidos e relações internacionais**. João Pessoa: Edição Fundação Casa de José Américo, p. 92).

[147] Carta de Lêda Boechat Rodrigues para José Octávio. Rio de Janeiro, agosto de 1969. Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello.

[148] TRIGUEIRO, O. (1983) "José Honório na direção do IBRI". **Correio das Artes**. João Pessoa, 18 de setembro.

[149] Sobre Cleantho de Paiva Leite ver: LIMA, V. R. (coord); ROCHA, D. [et al] (1986) **GETÚLIO: uma história oral**. Rio de Janeiro: Record; LEITE, C. P. (2000) **Cleantho de Paiva Leite**. Coleção Paraíba: Nomes do Século, Série Histórica. Paraíba: A União – Superintendência de Imprensa e Editora; ABREU, A. A. & BELOCH, I. (2001) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, p. 3069 e **Currículo e Biografia de Cleantho de Paiva Leite**. Folha de São Paulo: 1992. Na *RBPI* Cleantho de Paiva Leite publicou três artigos sobre: o BID (1958), as relações entre Brasil e Japão (1974) e as relações entre o Brasil e o Caribe (1978).

> do IBRI (...) foi o Cleantho de Paiva Leite. Então o Cleantho, foi um homem que tinha a experiência de ter sido oficial de gabinete do presidente Vargas [membro da Assessoria Econômica da Presidência da República], um homem que tinha uma experiência internacional considerável de Nações Unidas e outras instituições, e estava, como é o caso de alguns outros, preocupado em criar um núcleo de pensamento internacional independente (...).[150]

Nascido na Paraíba em 1921, tornou-se advogado pela Faculdade de Direito de Recife, concluindo parte de seus estudos no Rio de Janeiro. Em 1942, ingressou por concurso no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e, entre 1943 e 1944, foi membro da Missão Brasileira de Assistência Técnica ao Paraguai. Neste último ano passou alguns meses em Londres, como bolsista do *British Council*, pesquisando a administração colonial britânica na *London School of Economics*. Em seguida, ingressou na ONU, onde trabalhou até 1951 como funcionário do Conselho de Tutela.

De volta ao Brasil, durante o segundo Governo Vargas (1951-1954), integrou a Assessoria Econômica da Presidência da República. Responsável pelo setor internacional, atuou no planejamento da reforma do setor público, na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) e na incorporação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Também foi representante do Brasil no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e diretor do Banco do Nordeste do Brasil (BNDE), cargo que ocupou desde agosto de 1953 até 1962.

Entre 1953 e 1955, representou o Brasil nas reuniões da CEPAL. No ano de 1956, foi nomeado chefe de gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, e, em dezembro do mesmo ano, atuou como delegado do Brasil na conferência que preparou os estatutos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição da qual fez parte por muitos anos. Segundo José Octávio de Arruda Mello,

---

[150] Entrevista de Helio Jaguaribe para Raphael Nascimento. Brasília, 26 de abril de 2005. In: NASCIMENTO, R. O. (2005) **Ideias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964**. Brasília: Instituto de Ralações Internacionais, Universidade de Brasília, p. 125-126. Dissertação de mestrado.

> (…) [Cleantho de Paiva Leite foi] um dos artífices da chamada Teoria Econômica do Desenvolvimento. (…) Antigo estudante do Liceu Paraibano, nos anos 30, quando lançou com seus colegas de turma – entre os quais Celso Furtado e Hildebrando Espínola – o jornaleco esquerdizante Luta, Cleantho migrou para o Rio de Janeiro no início da década de 40, depois de haver concluído o Curso de Direito no Recife. (...) [se tornou] técnico e político administrativo nos anos 50, quando, na condição de integrante do Grupo de Itatiaia, exerceu funções na assessoria do presidente Vargas, na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, na Chefia do Gabinete do Ministério da Viação e no BNDES. Quando da Constituição da Sudene, em 1959, foi o primeiro nome cotado para a superintendência e a ele coube lembrar ao presidente JK o nome de outro paraibano – Celso Furtado – em reunião realizada no Palácio do Rio Negro, em Petrópolis.[151]

A partir de fevereiro de 1960, Leite foi Diretor Executivo do BID, representando o Brasil no Equador e no Haiti. Reeleito para o período 1963-1966 ao seu posto do BID, renunciou em dezembro de 1964, quando, designado pelo presidente do Banco, Felipe Herrera, assumiu a representação do BID em Santiago, o que o fez perder o cargo no DASP, sendo acusado pelo regime civil-militar de infringir o Estatuto dos Funcionários Públicos, com o argumento de que não teria tido licença formal do Estado para o cargo que ocupou no BID. Leite recorreu dessa decisão, mas foi vencido nos tribunais nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva; somente no final da ditadura civil-militar é que foi anistiado e que sua demissão foi convertida em aposentadoria.

Retornou ao Brasil e, a partir de 1968, dedicou-se ao IBRI e à *RBPI*[152]. Como seus predecessores, continuou a convidar grandes nomes da intelectualidade brasileira e internacional para escrever no periódico; também publicou números temáticos. Ademais, foi durante a longa gestão de Leite (1967-1992) que a *RBPI* viveu as maiores transformações no que diz respeito à sua estrutura, sua materialidade e às parcerias com outras instituições e revistas do gênero.

Cleantho de Paiva Leite foi também presidente do Instituto Brasileiro de Educação,

---

[151] ARRUDA MELLO, J. O. (1992) "Cleantho: um perfil". "Opinião". **A Carta**. João Pessoa, 17 de outubro.
[152] Vale destacar que embora Leite só tenha retornado ao Brasil em 1968, este já era Diretor do IBRI/*RBPI* desde 1967. Esta informação figura nas capas da *RBPI* a partir do número 39-40, de 1967.

Ciência e Cultura (IBECC)[153], órgão nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) e dedicou-se, ainda, ao setor privado, tendo participado da direção do Grupo Ipiranga. Faleceu em 1992, motivo que levou o Instituto e a Revista a serem transferidos para Brasília no ano seguinte.

1.3. Recursos financeiros

As formas de captação de recursos financeiros da *RBPI* eram variadas, provindo tanto da iniciativa privada quanto da pública, ou seja, contribuição dos sócios e empresas privadas, subvenções governamentais, assinaturas institucionais e individuais e venda avulsa. Conforme afirmou Trigueiro, em 1983,

> Os seus modestos recursos [IBRI] – oriundos de contribuições dos sócios, eventuais doações de origem privada e de esporádicas subvenções – apenas lhe permitem manter a sede, com sua biblioteca especializada, e editar a sua conhecida REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. (...) No caso da revista do IBRI, o entusiasmo certamente converteu-se numa persistência de indiscutível raridade. Com efeito, para o padrão brasileiro, uma revista que se edita há vinte cinco anos, ostenta, só por isso, um merecimento excepcional. Não é este, porém, o único mérito da revista do IBRI, a recomendá-la ao apreço do círculo especializado de leitores. (...) Decerto, não se trata de uma publicação popular, cuja tiragem seja impulsionada por generosa publicidade, como a que promove a venda dos bens de consumo. É apenas um periódico erudito, com o seu modesto lugar assinalado no campo intelectual, como órgão de divulgação e debate dos problemas internacionais, além de documentário da ação do Brasil no plano das relações exteriores.[154]

Nos primeiros anos, o IBRI e a *RBPI* parecem ter vivido das subvenções do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e das doações da *Carnegie Endowment for International Peace*, como podemos perceber pela carta trocada entre Trigueiro e Leite, quando o primeiro estava retornando de seu posto de embaixador na Indonésia:

---

[153] Quando foi presidente do IBECC, Leite editou o *Correio do IBECC*, publicação voltada para a promoção da cooperação regional: "O Correio do IBECC divulgará as atividades da Comissão Nacional da UNESCO no Brasil, textos e documentos de interesse para a cooperação cultural, técnica e educacional dentro dos objetivos fundamentais da organização, e notas de eventos de significação, tanto no Brasil como no estrangeiro, para o progresso da ciência, da educação, dos valores culturais do folclore e que constituem as metas dos grandes programas da UNESCO" ("Seção Expediente". **Correio do IBECC**. Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, 1987).

[154] TRIGUEIRO, O. (1983) "José Honório na direção do IBRI". **Correio das Artes**. João Pessoa, 18 de setembro.

> Estou ansioso pela sua volta ao Brasil para ver se conseguimos tocar para frente o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Como temos aquela reserva de recursos da Carnegie e recebemos a subvenção de 1 milhão de cruzeiros [do Ministério da Educação e Cultura], estamos em condições de oferecer-lhe um contrato de 12 meses, por exemplo, a 20 ou 25 mil cruzeiros mensais para que você se ocupe, permanentemente, da elaboração dos trabalhos de pesquisa, da conclusão do relatório para a Carnegie e da revista.[155]

As assinaturas institucionais também garantiram a sobrevivência do Instituto e da Revista nos anos 50 e início dos anos 60[156]. Essa questão se torna muito perceptível quando o Itamaraty cortou, em 1964, a assinatura de 1000 exemplares que mantinha desde os primeiros números da *RBPI*. O motivo desse corte parece ter sido o fato de que, na época, a publicação estava sendo administrada por José Honório Rodrigues, um notório crítico dos governos militares. Segundo afirma Cleantho de Paiva Leite em carta a José Octávio de Arruda Mello,

> Graças às minhas relações pessoais, consegui que o Itamaraty, desde os primeiros números da REVISTA, comprasse 1000 exemplares de cada número que eram distribuídos a instituições acadêmicas e às embaixadas. Essa compra foi suspensa a partir dos anos 64 ou 65, ignoro se por motivos de economia ou como reação ao fato de que José Honório Rodrigues (um ativista contra os governos militares) ter ficado à frente do IBRI.[157]

Na seção "Notas Liminares" da *RBPI*, Rodrigues escreveu de maneira velada sua opinião sobre o contexto político da época. No número 27, dedicado a San Tiago Dantas, no qual o diretor do IBRI afirma que este foi uma das figuras mais importantes do século XX, vemos duras críticas ao novo regime entremeadas de homenagem a Dantas:

---

[155] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Rio de Janeiro, de julho de 1956. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB). Ainda sobre esse tema, vemos que a subvenção inicial do MEC foi renovada pelo menos até 1960, conforme carta de Trigueiro dirigida a Leite: "o número 10 da REVISTA foi mandado ao impressor desde o mês passado. A subvenção do MEC foi recebida sem qualquer dificuldade e sem desconto" (Carta de Oswaldo Trigueiro para Cleantho de Paiva Leite. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1960. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB)).

[156] Pela carta que se segue, trocada entre Trigueiro e o embaixador brasileiro na *Índia*, José Cochrane de *Alencar, vemos que a RBPI chegava com regularidade às embaixadas brasileiras no exterior em 1960: "*Fiquei muito satisfeito em saber que a nossa REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL está chegando a Nova Delhi com regularidade, e que está agradando aos leitores. Responsável por esta publicação, sou o primeiro a reconhecer-lhe as deficiências, resultantes das nossa naturais limitações. Como quer que seja, porém, acho que estamos "preenchendo uma lacuna" porque, com a importância que o Brasil está conquistando no cenário internacional, não podemos deixar de ter um periódico especializado para os assuntos da política exterior" (Carta de Oswaldo Trigueiro para o Embaixador José Cochrane de Alencar (Índia). Rio de Janeiro, 6 de junho de 1960. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB)).

[157] Carta de Cleantho de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello. Rio de Janeiro: 18 de agosto de 1989. Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello.

> Numa sociedade elitista como a nossa, com os quadros da liderança muito reduzidos e empobrecidos de luz, seu espírito vanguardeiro e progressista tornava ainda maior a sua ascendência e o poder de persuasão de sua inteligência tão afortunada e de seu verbo tão fascinante. A variedade de sua posição política mostrava a inquietude de sua alma e a procura ansiosa de uma solução inteligente e eficaz. E assim foi seu caminho, sempre em busca de aperfeiçoamento, dos desvãos escuros do fascismo para as janelas abertas do mundo das frentes amplas que rompiam as fronteiras dos privilégios e aceitavam a companhia, de igual a igual, dos grupos mais numerosos e menos favorecidos da sociedade (...).[158]

Também no número seguinte, dedicado à "Ata Final da Conferência Internacional de Comércio", Rodrigues continuou a criticar indiretamente o regime militar, em especial a nova diretriz da política externa. Ademais, fez questão de informar os leitores da *RBPI* que os colaboradores daquela edição escreveram anonimamente por motivos "ocasionais":

> O grande problema que ainda persiste é a implementação efetiva das recomendações [da Conferência] contra as quais se obstinam as nações desenvolvidas em sua maioria defensoras das teses do comércio livre, isto é, do comércio por elas controlado. O vigor com que a Chancelaria brasileira se pôs na vanguarda deste movimento parece ter declinado desde que uma concepção tradicionalista retomou a direção de sua política externa. (..) A tradução deste documento [Ata Final] foi preparada com a maior dedicação por um grupo de estudiosos – que por motivos ocasionais preferiu trabalhar anonimamente –, convencido, como a direção da REVISTA da importância de sua divulgação no Brasil.[159]

Assim, com o término das assinaturas por parte do Itamaraty, a Revista sofreu um agravamento no que diz respeito a sua condição financeira. Essa situação teria sido o motivo que levou Rodrigues a optar pela publicação das "edições temáticas" –compostas essencialmente por documentos na íntegra ou extratos que eram cedidos pelos organismos nacionais e internacionais – para que a *RBPI* não sofresse interrupção. Para Leite,

> A decisão de José Honório de organizar números "temáticos" da Revista foi inspirada, sobretudo, em razões pragmáticas, segundo me contou. Dada a dificuldade de obter recursos (...) optou pelo uso de documentos (UNCTAD, Comissões Parlamentares de Inquérito, etc.) e com isso pode manter a continuidade da Revista. Ao voltar do Chile (...) publiquei ainda vários números "temáticos" (Amazônia, Bacia do Prata, ONU, Produtos de Base, Temas Militares, Fundo do Mar, etc.) até que, a partir de 1980, voltamos aos números com artigos sobre temas variados, sem prejuízo de que

[158] RODRIGUES, J. H. (1964) "Nota Liminar". **Revista Brasileira de Política Internacional**: 7 (27), p. 377.
[159] RODRIGUES, J. H. (1964) "Nota Liminar". **Revista Brasileira de Política Internacional**: 7 (28), p. 661-662.

> eventualmente, se as circunstâncias aconselharem, possamos publicar também números "temáticos".[160]

As contribuições da iniciativa privada à Revista eram esparsas e constituíam-se em doações de empresas e de pessoas físicas, tendo o próprio Leite contribuído com recursos pessoais para garantir a existência e a regularidade da *RBPI*. Por sua vez, as assinaturas individuais eram feitas principalmente por diplomatas, acadêmicos, militares e demais funcionários públicos lotados no Brasil ou no exterior[161]. Segundo Leite,

> A Revista do IBRI continua sendo muito bem recebida entre o pessoal da carreira diplomática. Ontem o Walther Moreira Salles me telefonou para dizer que acabava de ler o número de junho sobre o artigo do Banco Interamericano e que o tinha esclarecido amplamente a respeito da nova instituição. (...) Encontrei um exemplar sobre a mesa de um advogado do Banco Internacional, que pretende assiná-la. O pessoal de Embaixada e o da OEA está recebendo as circulares que mandamos e há vários interessados.[162]

Em outra carta de Leite a Trigueiro, enviada de Washington quando este servia como delegado brasileiro junto à OEA, vemos a preocupação que havia em tornar a *RBPI* conhecida no exterior e em ampliar o público leitor, incentivando as assinaturas individuais:

> A Revista do IBRI aqui é um sucesso completo, mas só encontrei dois exemplares de cada número, um na Embaixada e outro na delegação junto a OEA. Vou ver se alguns dos rapazes se interessa em fazer a assinatura individual, para o que muito contribuirão os exemplares que v. está me enviando pela mala do Itamaraty.[163]

Os diretores do IBRI também procuravam apresentar e divulgar a Revista para figuras eminentes no cenário nacional e internacional, como políticos, diretores de empresas públicas e privadas, empresários etc. Abaixo destacamos uma carta enviada por Trigueiro ao presidente Jânio Quadros, apresentando o IBRI e a *RBPI*:

> Senhor Presidente (...) Em nome do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), tenho a honra de enviar a Vossa Excelência uma coleção da REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL, publicação trimestral dedicada ao estudo objetivo e a informação imparcial

---

[160] Carta de Cleantho de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1989. Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello.
[161] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1955. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).
[162] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Washington, 6 de outubro de 1959. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).
[163] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Washington, 1959. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

> dos problemas da política exterior, particularmente dos que mais diretamente interessam à ação diplomática do Brasil. (...) É propósito do IBRI continuar a editar esta REVISTA que, desde seu aparecimento, vem dando uma contribuição positiva, se bem que modesta, à projeção do Brasil no plano internacional.[164]

Ademais, a *RBPI* também era enviada para as sedes das outras publicações do gênero com as quais o periódico buscava manter relações mais estreitas, não só para difundir a revista no exterior, mas também para fazer com que os leitores dessas revistas conhecessem um pouco mais sobre os assuntos que permeavam a política brasileira. Da mesma forma, para ampliar a divulgação da Revista nos círculos especializados estrangeiros, a *RBPI* estabeleceu uma rede de intercâmbio com as publicações internacionais a partir de acordos de cooperação, as chamadas permutas[165]. Sobre essa questão, vale destacar um trecho da carta que Leite enviou a Trigueiro de Paris, contanto como havia sido a visita feita ao *Centre d'Estudes de Politique Étrangère*:

> Na sexta-feira estive no Centre d'Estudes de Politique Étrangère onde fui magnificamente recebido pelo sr. Jacques Vernant. Não somente permite, mas agradece a eventual tradução de artigos da sua revista e deseja também com entusiasmo estabelecer relações estreitas entre as duas instituições. Inclusive encarando o IBRI como um órgão de expressão do pensamento de toda a América Latina em política internacional. Quer artigos nossos, sobre problemas da região ou problemas das outras áreas vistos do ângulo regional

---

[164] Carta de Oswaldo Trigueiro para o Presidente da República Jânio Quadros. Rio de Janeiro, 12 abril de 1961. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

[165] Já na edição inaugural da revista, vemos a primeira permuta com outra revista brasileira, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, da UFMG. Essa foi a única permuta da *RBPI* entre 1958 (n° 1) e 1968 (n°s 43-44). Com um grande intervalo, outras permutas com instituições internacionais aparecem apenas em 1969 (n°s 45-46): *Foreign Affairs* (EUA); a *International Afffairs* (Inglaterra); a *Politique Étrangère* (França); *Estudios Internacionales*(Chile); *Cronique de Politique Étrangère* (Bélgica) e *Foro Internacional* (México). Por sua vez, em 1971, (n°s 55-56), temos: *Il Politico* (Itália), *The Journal of Social Issues* (EUA); *Foreing Affairs* (EUA), *Terzo Mundo* (Itália); em 1978 (n°s 81-84) aparecem os anúncios de *Lo Spettatore Internazionale* (Itália). O grande volume de permutas ocorre entre 1985 e 1992. Estes são alguns exemplos: (1) n°s 109-110 *Third World Planing Review* (Inglaterra); *South: the facts behind third world News* (Inglaterra); (2) n°s 111-112 *Revista Ocidental de estudios latino-americanos* (México), n°s 113-114 *O Correio da Unesco* (IBECC); n°s 115-116 *Estudios Internacionales* (Chile)/*International Affairs* (EUA); *O Correio da Unesco* (IBECC); *Comparative politics* (EUA); 119-120 *Political Economy of Internetional Change Series* (EUA); *Bulletin of Peace proposals* (Noruega); *Comparative Politics* (EUA); n°s 121-122 *Comparative Politics* (EUA); *O Correio da Unesco* (IBECC); n°s 123-124 *Bulletin of Peace proposals* (Noruega); *Comparative Politics* (EUA); n°s 125-126 *Politique Etrangere* (França); *Etudes internationales* (Canadá); *El Trimestre Economico* (México); n°s 127-128 *Etudes Internacionales* (Canadá), *Revue Thiers Monde* (França); n°s 129-130 *El trimestre Economico* (México); *CIEDLA* (Argentina); n°s 131-132 *Bulletin of Peace Proposals* (Noruega); n°s 133-134 *Etudes Internacionales* (Canadá); *Bulletin of Peace proposals* (Noruega); n°s 135-136 *Foreing Affairs* (EUA); *Reis* (Espanha); Etudes Internacionales (Canadá); *Asian Affairs* (Bangladesch); n°s 137-138 *Etudes Internacionales* (Canadá)/ *Asian Affairs* (Bangladesch); *Reis* (Espanha); *Foreing Affairs* (EUA); n°s 138-140 *Reis* (Espanha); *Asian Affairs* (Bangladesch) e *Etudes Internacionales* (Canadá).

> (ex. mercado comum, questões coloniais, etc.). Enfim, foi uma visita muito proveitosa.[166]

Outra forma de divulgação da Revista, a partir de 1972, foi a resolução de Leite de distribuir, em separado, artigos publicados em números anteriores da *RBPI*, como vemos na seção "Aos Leitores", no número 59-60:

> A redação da REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL vem sendo constantemente procurada por estudantes universitários e pesquisadores interessados em obter separatas de artigos publicados em seus números anteriores. Tendo em vista a crescente demanda por esses serviços, a redação da Revista colocará à disposição de seus assinantes e do público em geral a oportunidade de receberem, por via postal, cópias xerox dos artigos desejados. Para fazer frente aos custos de manutenção desse serviço, a redação da Revista cobrará apenas uma taxa de expediente e correio (...).[167]

Por último, com relação às vendas avulsas, somente nos números 1 e 2 da *RBPI* encontramos indicações de que o periódico poderia ser encontrado na Livraria da Revista Forense, no Rio de Janeiro (nesses números era fornecido o endereço onde se poderia adquirir o exemplar). Pelo que percebemos, essa livraria não realizava o serviço de distribuição da Revista; o local era somente um ponto de comercialização da mesma. Já a partir do número 22, de 1963, a *RBPI* passou a ser distribuída e também comercializada pela Fundação Getúlio Vargas para os postos de vendas no Rio de Janeiro, em Brasília, em São Paulo, em Campinas, em Belo Horizonte, em Juiz de Fora, em Porto Alegre, em Salvador e em Recife. Isso se deu até 1992.

1.4 *Corpus* da *RBPI*

Entre 1958 e 1992, a *RBPI* sofreu modificações no que se refere ao *corpus* da Revista, ou seja, o conjunto composto pela periodicidade e pelo projeto gráfico[168].

---

[166] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Paris, 16 de julho de 1957. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).
[167] LEITE, C. de P. (1972) "Aos Leitores". **Revista Brasileira de Política Internacional**: 15 (59-60), p. 93.
[168] Com relação à tiragem, infelizmente não conseguimos obter informações precisas sobre o número total de revistas impressas.

Desde a proposta inicial, a revista do IBRI buscava ser uma publicação trimestral, isto é, quatro números individuais por ano.[169] Esse objetivo foi alcançado até o número 30, de 1965. Porém, a partir da edição de números 31-32, do mesmo ano, até os números 63-64, de 1973, optou-se por reunir dois números em uma mesma edição em razão de limitações financeiras. Essas, ao longo do tempo se agravaram cada vez mais, culminando na edição única de quatro números a partir de 1974 (65-68).

Outra alteração observada na *RBPI* aconteceu a partir dos números 109-110, de 1985. Dessa edição em diante, até 1992, voltou-se a publicar dois números em uma única edição[170].

Com relação ao projeto gráfico da *RBPI* – elemento que dá forma à proposta editorial, confere-lhe unidade e reflete a personalidade da publicação[171] –, escolhemos analisar as capas, os expedientes e os sumários.

As capas[172] da revista sofreram duas grandes modificações ao longo do tempo: a primeira em 1967, provavelmente em função do fato de Leite ter passado a ocupar os cargos de diretor do Instituto e da Revista, substituindo José Honório Rodrigues; e a segunda em 1983, com o intuito de comemorar os 100 números de publicação da *RBPI* completados na edição anterior.

Desde o número 01, de 1958, até os números 39-40, de 1967, o recurso tipográfico do "nome" da *RBPI* esteve centrado na página e era bem legível em caixa alta ou baixa. No topo da revista, do lado direito, constava o mês e o ano; ao centro, o nome da publicação, em letra de forma com uma variação da fonte tipográfica em tamanhos diferentes.

---

[169] A periodicidade é aqui entendida como o período em que a revista é colocada à venda para o público.

[170] Vale destacar que a partir do 36º volume, a numeração voltou a sofrer mudanças; desta vez, ela não era mais sequencial, passando a assumir uma nova numeração: voltou-se ao número 1 na edição de 1993, quando a *RBPI* foi transferida junto com o IBRI para Brasília. Além disso, a Revista passou a ser semestral, com dois exemplares individuais por ano.

[171] LESLIE, J. (2003) **Novo design de revistas**. Barcelona: Gustavo Gili; CAMARGO, L. (1995) **Ilustração do livro infantil**. Belo Horizonte: Lê.

[172] BARZOTTO, V. H. (1998) "A materialidade do texto publicado em revistas periódicas". **Leitura: teoria & prática**. Campinas: ALB / Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 36.

Observa-se “Revista Brasileira de” em tamanho menor que “Política Internacional”; o último em destaque. Abaixo, do lado direito, constavam o número do volume e o número da revista. Toda a composição tipográfica[173] do texto era circundada por duas imagens: a primeira, com linhas perpendiculares onde o texto estava inserido, e a segunda, com o logotipo do IBRI.

A rigor, a *RBPI* tem, em sua materialidade, uma “atmosfera” bastante simples, apropriada ao seu conteúdo e à sua própria forma de se apresentar. Notamos que eram mais relevantes as ideias contidas na Revista e não a sua forma de comunicação visual (caso semelhante ocorreu com as publicações *Foreign Affairs*, *International Afffairs*, *Politique Étrangère e Cadernos de Nosso Tempo*). Além disso, com exceção do logotipo do IBRI, não existia qualquer outra imagem, as cores das letras apareciam em preto e branco e o fundo tinha uma coloração pastel, demonstrando neutralidade.

Na figura 3, podemos observar as características descritas acima:

[173] Consideramos a composição tipográfica um elemento primordial que mantém as características de uma publicação e que ajuda a transmitir visualmente a mensagem pretendida, sendo que sua função é assegurar que a expressão e a ênfase aos textos sejam o reflexo do posicionamento da revista. A tipografia, por sua vez, é composta por um conjunto de símbolos visíveis relacionados aos caracteres ortográficos (letras) como, por exemplo, a utilização de letra maiúscula (caixa alto) e minúscula (caixa baixo) (FARIAS, P L. (2000) **Tipografia digital. O impacto das novas tecnologias**. Rio de Janeiro: 2AB; HULBERT, A. (1999) **Layout: o design da página impressa**. São Paulo: Nobel).

Figura 3: Capa da *RBPI* número 1

Nos números 41-42, de 1968, a composição tipográfica mudou significativamente: no topo da publicação, tomando todo o espaço, constava o nome da revista – aqui não havia variação das fontes tipográficas – e todas as fontes apareciam em tamanhos iguais. Ao centro, e em destaque, tinha-se a imagem de duas meias luas preenchidas com cor preta, uma posicionada para cima e outra para baixo, de maneira que suas bordas se aproximavam, criando uma espécie de globo partido ao meio onde as partes opostas se tocavam em suas extremidades.

Essa imagem poderia ser compreendida como o mundo dividido: rico *versus* pobre, norte *versus* sul, centro *versus* periferia, desenvolvido *versus* subdesenvolvido etc. – temas

caros à *RBPI* desde sua fundação. Poderíamos inferir, também, que essa figura representava o lado sul e lado norte do globo que se fundia no mesmo ponto; ou seja, embora apartadas, as duas extremidades (mundos/regiões) se aproximavam.

Ainda, do lado direito, vemos o logotipo do IBRI com fonte maior, colocado em evidência, diferentemente das edições anteriores, nas quais apareciam somente as fontes com o nome do instituto e o texto "Instituto Brasileiro de Relações Internacionais". Abaixo e ao centro constava "neste número" e, à direita, o nome da edição especial, nesse caso, "A Amazônia". Vale destacar que a edição não continha nem o número do volume nem o número da revista na capa.

Figura 4: Capa da *RBPI* números 41-42

Outra pequena alteração nas capas da *RBPI* ocorreu nos números 43-44, de 1968, permanecendo até os números 97-100, de 1982. Todas as características acima citadas permaneceram; os novos elementos foram a adição do número e do volume na capa da revista, que aparecem no topo da publicação. Além disso, e pela primeira vez, apareceu o valor para comercialização da *RBPI* no mesmo alinhamento do número e do volume. Essa edição também era uma edição especial intitulada "II UNCTAD".

Figura 5: Capa da *RBPI* números 43-44

Por último, a composição tipográfica modificou-se novamente nos números 101-104, de 1983. No topo da revista, alinhadas à direita, uma abaixo da outra, apresentavam-se as iniciais do nome da publicação "Revista Brasileira", juntamente com o ano e o número. Logo

abaixo, ao centro, tinha-se a palavra “de” e, abaixo desta, alinhada à esquerda, aparecia paralelamente a expressão “Política Internacional”. Também nesse número não houve variação da composição tipográfica, sendo que todas as fontes apareciam em tamanhos iguais e em caixa alta envolvidas por um retângulo. Além disso, nessa edição, diferentemente das demais, não havia a sigla do IBRI, as cores das letras continuaram pretas e o fundo manteve a mesma coloração.

Ao centro da revista, em maior destaque, ocupando quase todo o espaço da capa, sobressai-se o elemento que compõe a imagem: um símbolo gráfico representado por um globo de forma estilizada contornado por um retângulo. Nessa nova capa, parecem ficar nas entrelinhas os elementos implícitos nas capas anteriores (rico/pobre; norte/sul; centro periferia; desenvolvido/subdesenvolvido). Essa edição, além de comemorar os 100 números da *RBPI* completados no volume anterior, apresentou uma imagem que parece representar a nova reconfiguração do mundo no contexto de crise do sistema bipolar.

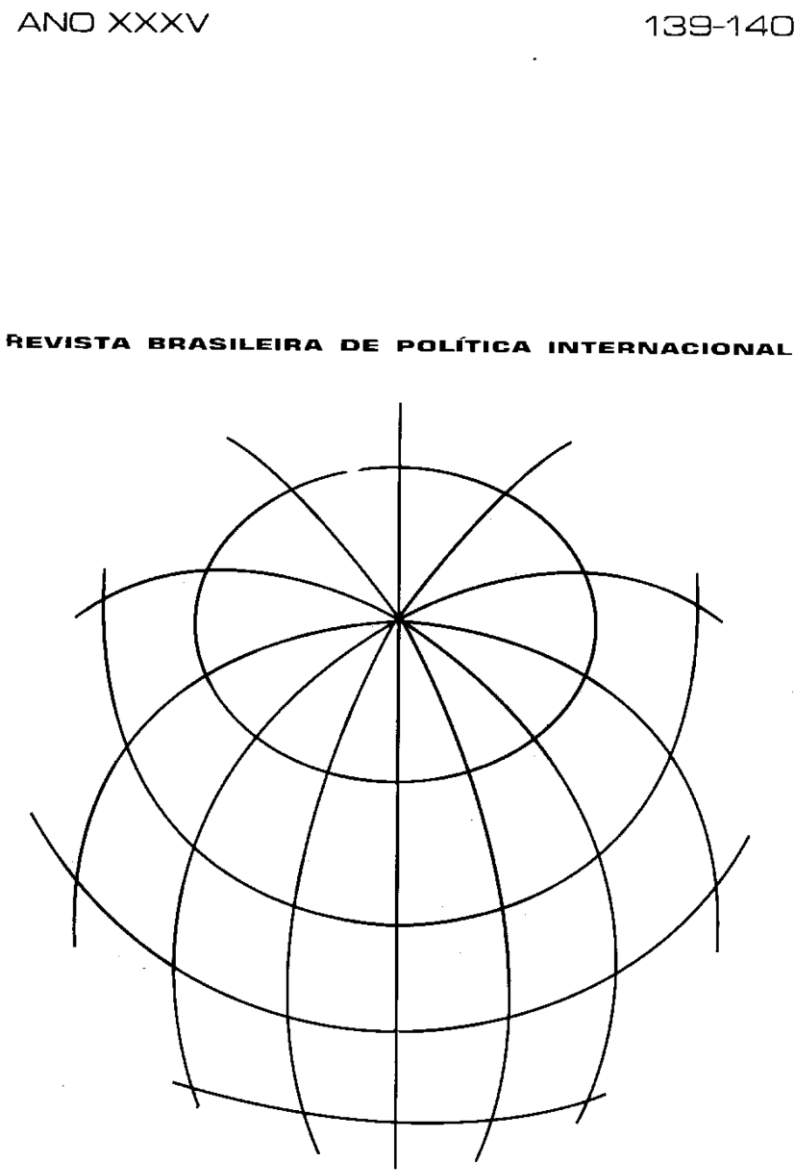
Figura 6: Capa da *RBPI* números 101-104

Nos números 131-132, de 1990, a composição tipográfica sofreu pequenas alterações em relação às edições anteriores: no topo da revista, alinhado à direita, tem-se o ano da revista. No mesmo alinhamento, do lado oposto, o número da revista e, logo abaixo e em relevo, o logotipo do IBRI; as fontes não eram semelhantes às outras edições – o texto aparece em caixa alta, porém em letras vazadas. Abaixo do logotipo, por sua vez, constava o nome do IBRI por extenso; já no alinhamento inferior estava o nome da revista, em negrito. O globo estilizado continuava a ocupar maior destaque na capa, porém houve alteração no símbolo visual: a parte superior estava preenchida com a cor preta ao passo que as outras partes do globo permaneceram inalteradas. As letras continuaram na cor preta e o fundo manteve a mesma coloração.

Figura 7: Capa da *RBPI* números 131-132

Já a capa nas edições 139-140, de 1992, apresenta nova mudança da composição tipográfica, dando à revista um aspecto mais “limpo”. Em relação à alteração anterior, o que permaneceu foi a marca do globo estilizado, porém desapareceu a parte preenchida em preto, conservando somente as linhas que compunham a figura (também manteve-se o ano, o número e o nome por extenso do IBRI, embora as outras composições tenham sido retiradas). Ainda continuaram as cores das letras em preto e o fundo com a mesma coloração das edições anteriores.

Figura 8: Capa da *RBPI* números 139-140



Assim, após analisarmos as capas da *RBPI* no período estudado, podemos afirmar que não havia, por parte dos diretores da Revista, maior preocupação com o projeto gráfico. Além disso, parece que não houve cuidado em fortalecer o logotipo do IBRI, que variou muito ao longo dos anos, o que deve ter representado uma perda para o Instituto, uma vez que as capas e os logotipos são símbolos visuais muito importantes, representativos da assinatura institucional do periódico.[174]

No que diz respeito ao "Expediente" da *RBPI*, este era dividido em duas partes, entremeado por uma espécie de contra capa. A primeira continha as informações relativas à natureza jurídica do IBRI, os dados dos membros do Conselho Curador e do Conselho Consultivo, o nome do Diretor Executivo e o endereço da sede da Revista.

Na página seguinte, tinha-se o nome do instituto grafado por extenso de forma centralizada, em caixa alta e em negrito, como uma espécie de contracapa. Em seguida, os dados da distribuição da revista e as diretrizes administrativas e políticas da publicação. Posteriormente, apareciam as informações sobre o diretor, o endereço da sede e o valor das assinaturas. Também nesse setor da publicação indicavam-se todos os articulistas que escreveram para a revista (com suas respectivas ocupações) do número 1 ao número 24, ou seja, de 1958 a 1963.

Outra parte que sofreu pequenas transformações ao longo das décadas estudadas na *RBPI* foi o "Sumário". A nomenclatura não foi alterada e alternava entre o centro da página e o lado esquerdo. No que se refere aos títulos de cada seção no interior da revista, os exemplares vinham sempre em "letras de forma", o que conferia caráter de formalidade à *RBPI*. Assim, os nomes conferidos às seções não diferiam do léxico utilizado por seu público alvo, quais sejam, os diplomatas, os militares, os professores etc.

[174] ADG BRASIL. (2003) **O valor do design: guia ADG Brasil de prática profissional do designer gráfico**. São Paulo: Senac.

Figura 9: Expediente *RBPI*

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos poderes públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

Conselho Curador:

JOSÉ FERREIRA DE SOUZA, Presidente — FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO DANTAS, CARLOS BERENHAUSER JÚNIOR, J. B. BARRETO LEITE FILHO, CLEANTHO DE PAIVA LEITE, JOSÉ JOBIM, LINNEU DE ALBUQUERQUE MELLO, HERMES LIMA, HÉLIO JAGUARIBE, JOSÉ SETTE CÂMARA FILHO, AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE, EWALDO CORREIA LIMA, GERMANO JARDIM, JOAQUIM CAETANO GENTIL NETTO.

Conselho Consultivo:

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, ANTONIO GALLOTI, ARTHUR G. DE ARAUJO JORGE, ASSIS CHATEAUBRIAND, C. A. NÓBREGA DA CUNHA, CARLOS MEDEIROS SILVA, CYRO DE FREITAS VALLE, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO, GUSTAVO CAPANEMA, HAROLDO VALADÃO, HERBERT MOSES, JOSUÉ DE CASTRO, LOURIVAL FONTES, LUIZ SIMÕES LOPES, MAURÍCIO DE MEDEIROS, NELSON DANTAS, NELSON ROMERO, OSCAR TENÓRIO, RAUL BITTENCOURT, ROSALINA COELHO LISBOA LARRAGOITI, THEMISTOCLES CAVALCANTI.

Diretor Executivo:

OSWALDO TRIGUEIRO

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1204
RIO DE JANEIRO, D. F. — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

1

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A Revista Brasileira de Política Internacional, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor:

OSWALDO TRIGUEIRO

Direção e Administração:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1204 — Tel. 52-4557
Rio de Janeiro

Assinatura anual — Cr$ 300,00; Para o estrangeiro — Cr$ 350,00
Número avulso — Cr$ 80,00

A Revista Brasileira de Política Internacional
é distribuida pela
Livraria da Revista Forense
Avenida Erasmo Braga, 299 — Rio de Janeiro, D. F.

* * *

Escrevem neste número: VICENTE RÁO, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ex-Ministro da Justiça, Ex-Ministro das Relações Exteriores; RAUL FERNANDES, Advogado, ex-Ministro das Relações Exteriores, ex-Embaixador, ex-Deputado Federal; BARRETO LEITE FILHO, Jornalista, especializado em assuntos internacionais; JAYME MAGRASSI DE SÁ, Economista, Professor do Instituto Rio Branco; MAURICIO DE MEDEIROS, Ministro da Saúde, Professor da Faculdade Nacional de Medicina, Membro da Academia Brasileira de Letras; HERMES LIMA, professor da Faculdade Nacional de Direito, ex-Deputado Federal, Delegado à Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos.

Nas primeiras edições, a página que continha o sumário começava com o nome da revista, o número do volume, o mês, o ano e o número do exemplar. Tais informações eram apresentadas entre duas linhas dando destaque aos elementos de maneira formal. Abaixo do termo 'sumário', em seguida e na posição inferior a este, era apresentado, primeiro, o nome do autor e, na mesma linha em frente de cada seção, o título e o número da página com a indicação das seções que constavam da publicação: "notas liminares", "prefácios", "artigos", "resenhas", "documentos" e "resenhas de livros".

Uma das transformações que percebemos no "sumário" se deu a partir dos números 51-52, de 1970; este passou a ser bilíngue (português/inglês). O curioso é que o sumário, em língua inglesa, aparecia antes do sumário em língua portuguesa. No entanto, dos números 111-112 aos números 139-140, de 1985 a 1992, os sumários em inglês foram suprimidos, aparecendo somente o texto em português.

Nas figuras 10, 11 e 12, na sequência, apresentamos os Sumários da *RBPI* números: 1, 51-52 (Inglês) e 111-112.

Figura 10: Sumário *RBPI* número 1

Revista Brasileira de Política Internacional

Volume I — Março de 1958 — Número 1

SUMÁRIO

Vicente Ráo

OS DIREITOS HUMANOS COMO FUNDAMENTO DA ORDEM JURÍDICA E POLÍTICA 5

Raul Fernandes

O MALÔGRO DA SEGURANÇA PELA UNIÃO DAS NAÇÕES E A LIDERANÇA AMERICANA 32

Barreto Leite Filho

DISSOLUÇÃO DO TOTALITARISMO NA EXPERIÊNCIA ARGENTINA 41

Jayme Magrassi de Sá

A ORGANIZAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL CONSULTIVA DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA 76

Maurício de Medeiros

O BRASIL E A POLÍTICA SANITÁRIA INTERNACIONAL 98

Hermes Lima

A CONFERÊNCIA ECONÔMICA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS 111

RESENHA

Conferência Econômica de Buenos Aires 114
XII Assembléia Geral das Nações Unidas 120
União Interparlamentar 124
Conselho Econômico e Social da ONU 129
Aniversário das Nações Unidas 154
Agência Internacional de Energia Atômica 160
Seminário da UNESCO no Rio de Janeiro 161

V Conferência Mundial das Organizações Não Governamentais. 161
Seminário de Cooperativas de Eletricidade Rural 162
Visita do Presidente de Portugal 164
Visita do Presidente do Paraguai 170
Brasil — Chile 174
Brasil — Peru 179

DOCUMENTOS

Resoluções da Conferência Econômica Interamericana ... 185
Acôrdo Brasil-Itália 189
Acôrdo Cafêeiro Latino-Americano 191
Acôrdo Cultural Brasil-Estados Unidos da América 193
Convênio de Cooperação Econômica Brasil-Peru 197

LIVROS

Um Estadista da República — **Afonso Arinos de Melo Franco**; A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy — **Max F. Millikan** e **W. W. Rostow**; The Suez War — **Paul Johnson**; Venezuela — Politica y Petroleo — **Romulo Betancourt**; O Brasil e o Mundo Ásio-Africano — **Adolpho Justo Bezerra de Menezes**; Report on the World Social Situation — **United Nations**; Mexico y el Orden Internacional — **Jorge Castañeda** 199

Figura 11: Sumário *RBPI* número 51-52 (Inglês)

Revista Brasileira de Política Internacional

Year XIII — N.º 51/52 — Sept/Dec 1970 — Págs. 1 a 212

SUMMARY

ARTICLES

Preliminary note 5

Ronaldo Costa

International market for basic commodities 7

Basic Commodities

Wheat agreement: a case of agreement among developed countries — Celso A. M. Relvas 17
Cotton — Celso A. M. Relvas 25
Sugar — International trade and markets — Raul E. A. d'Escrangnole Taunay 33
Rubber — Raul E. A. d'Eseragnole Taunay 45
Meat — Fernando Cacciatore de Garcia 53
Tin — Fernando Cacciatore de Garcia 63
Cocoa — José Antônio C. B. de Macedo Soares 73
Coffee — Marcos Camacho de Vloemzl 77

Paulus da Silva Castro

Integration of the frontier zone into national development process and neighbouring countries 87

DOCUMENTS

Vote of former Minister Paulo Egydio Martins on souble coffee dispute (London. February 1969) 109
The copper situation in Chile — Ambassador Hector Correa Letelier 121
Brazil and the development of intrazonal trade — Ambassador Mozar Gurgel Valente 133
Coffee: its economic significance 139

SUMMARY OF EVENTS

Brazil and Paraguay signs Sete Quedas hidroeletric development agreement 151
As Eleições Presidenciais no Chile 153
Conferência dos países não-alinhados em Lusaka 154
XXV Assembléia Geral da ONU e o discurso do Chanceler Mário Gibson Barbosa 155
Renúncia do Presidente do BID, Felipe Herrera 156
Morte do General Charles De Gaulle 157
Morte do Presidente Gamal Abdel Nasser 158

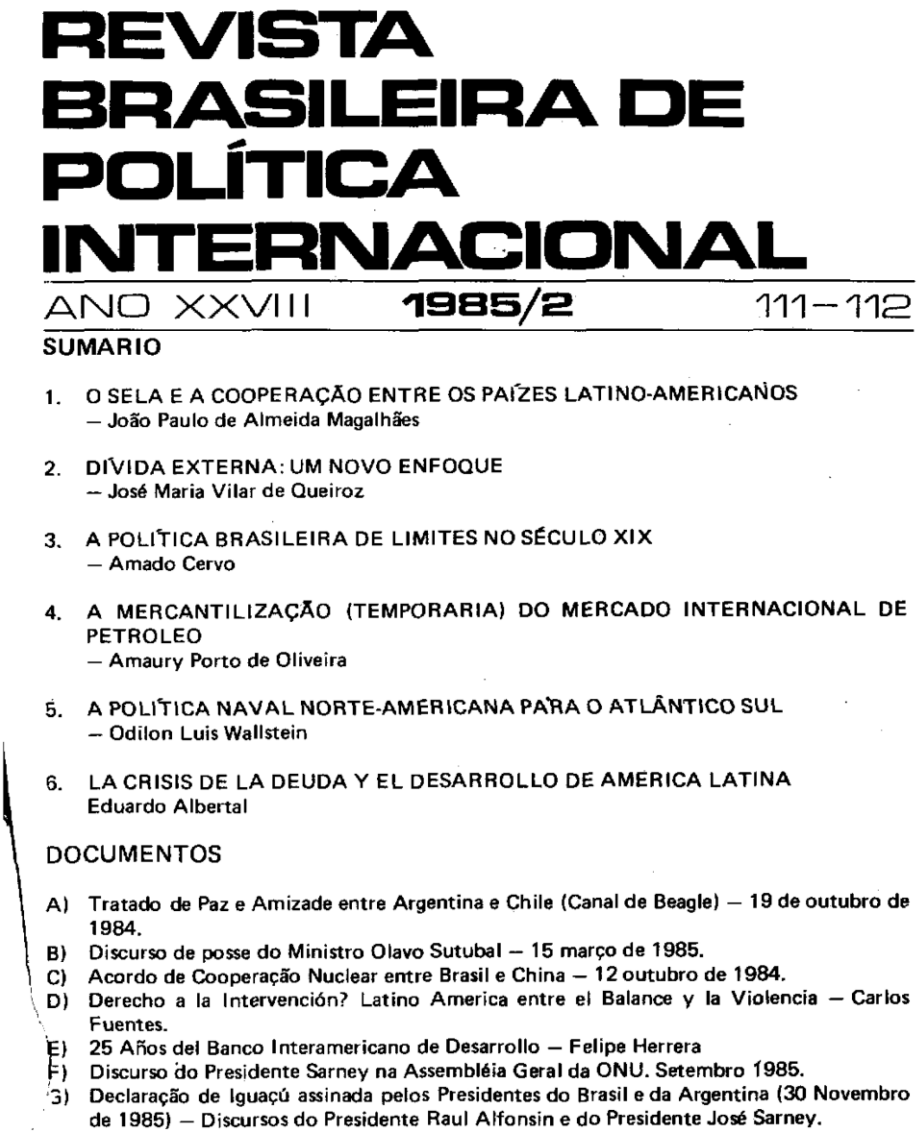
RESENHA DE LIVROS 161

LIVROS 181

BIBLIOGRAFIA especializada sôbre Produtos de Base 198

Composto e impresso nas oficinas da
GRAFICA EDITÔRA ITANEE S.A.
Rua Leandro Martins, 72

Figura 12: Sumário *RBPI* número 111-112



REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

ANO XXVIII 1985/2 111–112

SUMARIO

1. O SELA E A COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍZES LATINO-AMERICANOS
— João Paulo de Almeida Magalhães

2. DÍVIDA EXTERNA: UM NOVO ENFOQUE
— José Maria Vilar de Queiroz

3. A POLÍTICA BRASILEIRA DE LIMITES NO SÉCULO XIX
— Amado Cervo

4. A MERCANTILIZAÇÃO (TEMPORARIA) DO MERCADO INTERNACIONAL DE PETROLEO
— Amaury Porto de Oliveira

5. A POLÍTICA NAVAL NORTE-AMERICANA PARA O ATLÂNTICO SUL
— Odilon Luis Wallstein

6. LA CRISIS DE LA DEUDA Y EL DESARROLLO DE AMERICA LATINA
Eduardo Albertal

DOCUMENTOS

A) Tratado de Paz e Amizade entre Argentina e Chile (Canal de Beagle) — 19 de outubro de 1984.
B) Discurso de posse do Ministro Olavo Sutubal — 15 março de 1985.
C) Acordo de Cooperação Nuclear entre Brasil e China — 12 outubro de 1984.
D) Derecho a la Intervención? Latino America entre el Balance y la Violencia — Carlos Fuentes.
E) 25 Años del Banco Interamericano de Desarrollo — Felipe Herrera
F) Discurso do Presidente Sarney na Assembléia Geral da ONU. Setembro 1985.
G) Declaração de Iguaçú assinada pelos Presidentes do Brasil e da Argentina (30 Novembro de 1985) — Discursos do Presidente Raul Alfonsin e do Presidente José Sarney.

Em suma, a partir da análise das capas, expedientes e sumários, percebemos que nas diretorias de Trigueiro, Valle e Rodrigues não ocorreram mudanças significativas no projeto gráfico; é apenas com Leite, a partir de 1967, que observamos modificações consistentes. Acreditamos que isso possa ter acontecido, entre outros motivos, porque apenas a partir da gestão do quarto diretor a Revista passou a contar com apoio e supervisão gráfica, o que

permitiu a elaboração de um projeto propriamente dito para a *RBPI*. Além disso, a partir de 1974, a Revista passou a contar com profissionais dedicados à supervisão gráfica (oito diferentes profissionais e duas gráficas), o que explica em grande parte as mudanças do ponto de vista visual.

1.5 As Seções

A *RBPI* contou com algumas seções que variaram bastante ao longo dos 35 anos estudados. Os Índices Remissivos publicados, respectivamente, nos números 24, de 1963, 43-44, de 1968, 55-56, de 1971 e 121-122, de 1988, adotam a seguinte classificação e indexação para as seções: "Artigos" (A); "Resenhas" (R), "Documentos" (D), "Resenhas de livros" (L) e "Referências Bibliográficas" (RB). Essa última classificação constou apenas no índice de 1988[175].

Os "artigos", num primeiro momento, seguiram o modelo ensaístico e não costumavam ter muitas regras pré-estabelecidas – apenas alguns seguiam o rigor acadêmico como padrão (com fontes e referências)[176]. O gênero ensaístico não possui uma única forma de expressão, uma vez que seu estilo é bastante livre. Para Sylvio Lago Jr.,

> (...) a ensaística, não raro, é uma composição escrita em prosa na qual o escritor estuda, discute e desenvolve um tema ou propõe ideias sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto. Dessa perspectiva, o ensaísta passa por um processo de reflexão e de apreensão de ideias e materiais alheios e próprios com longos cuidados de quem capta, aclara e escreve, valendo-se

[175] Em "Nota Liminar" a primeira edição da *RBPI*, de 1994, Paulo Roberto de Almeida, em texto de apresentação ao "Índice Remissivo" publicado naquele número, afirma que a indexação nos índices anteriores não era uniforme e que a revista carecia, desde o começo, de critérios seletivos para a elaboração dos números. Almeida acredita que os índices pecaram: "(...) por várias falhas metodológicas que limitam singularmente seu uso. Em primeiro lugar, a apresentação por títulos pouco manejável para fins de pesquisa sistemática, já que alguns títulos, reproduzidos diretamente a partir dos sumários, são francamente críticos; em segundo lugar, a classificação utilizada não distingue sempre de forma adequada entre artigo (A) e documentos (D), estes últimos podem ser também conferências ou palestras laboradas institucionalmente ou a título pessoal; em terceiro lugar, algumas referências, sofrem de séria falha de atribuição de titularidade, o que ocorre em relação a documentos e mais especialmente no caso das resenhas de livros (L), pois que no índice correspondente, é o titular da obra que aparece e não o autor da resenha" (ALMEIDA, P. R. de (1994) "Nota Liminar". **Revista Brasileira de Política Internacional**: 37 (1), p. 150).

[176] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1955 e Carta de Oswaldo Trigueiro para Adolfo Justo Bezerra de Meneses: Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1957. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

> de argumentos que fundamentam as questões estudadas.[177]

Com o passar do tempo, ao analisarmos os artigos publicados na *RBPI*, notamos que há uma especialização do conhecimento mais vinculada à área de formação dos colaboradores da revista, os quais seguiam padrões acadêmicos balizados pelos rigores científicos, com citações de documentos e vastas referências bibliográficas.

As denominadas "resenhas" tratavam, majoritariamente, de compilação de informações relativas a eventos, como seminários, congressos, conferências, reuniões, discursos, cartas e atas. A maior parte dessas informações advinham do Ministério das Relações Exteriores, seja pelo "Departamento Cultural e de Informações" seja pelo "Noticiário do Itamaraty"[178]. No documento que se segue, Leite comenta com Trigueiro a seção "resenha":

> Recebi há uma semana o número 7 da revista e muito lhe agradeço pela gentileza. Congratulo-me mais uma vez pelo fato dela ter saído em dia e com material muito interessante. (...) Quanto à Resenha, noto que a parte final da notícia sobre a Academia de Direito Internacional de Haia atribui à Secretaria do IBRI a coordenação de esforços no sentido de formar no Brasil um grupo de estudantes e ex-alunos da Academia. Creio que uma atividade dessa natureza, embora apresente pouco trabalho, só poderia ser aceita e sobretudo anunciada depois de aprovada a ideia pelo Conselho Curador. (...) O resto da revista está muito bom, inclusive a extensa lista de novos livros sobre os problemas Internacionais.[179]

Já a seção "documentos" paresentava extratos de documentos oficiais que poderiam servir de reforço aos temas tratados na revista. Essas duas seções, "resenhas" e "documentos", procuravam cobrir a lacuna de informações sobre os temas mais candentes do período, uma vez que a circulação dos documentos não se dava de forma regular em outros veículos de comunicação (os jornais impressos, por exemplo, costumavam publicar apenas pequenos trechos dos principais eventos internacionais). Vale destacar que as edições de 1974 a 1984 da

---

[177] LAGO JR., S. "O ofício do ensaísta". **Revista Logos**. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, vol.1, n. 1, p. 5. Sobre esse assunto ver também: GÓMEZ-MARTÍNEZ. J. L. (1992) **Teoria del Ensayo**. México: UNAM; JUNGUEIRA, I. (1991) **Prosa dispersa – Ensaios**. Rio de Janeiro: Topbooks.

[178] "Resenha". **Revista Brasileira de Política Internacional**: 7 (25), 1964, p. 115; "Resenha". **Revista Brasileira de Política Internacional**: 7 (26), 1964, p. 317

[179] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Washington, 6 de outubro de 1959. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

Revista eram compostas, essencialmente, de documentos com os mais variados temas relacionados à política interna e externa do Brasil. No trecho da carta que se segue, vemos como Leite e Trigueiro selecionavam documentos para essa seção da *RBPI*:

> Mando-lhe, em anexo, um exemplar do memorandum distribuído em setembro na Reunião Informal de Ministros das Relações Exteriores e do qual só tomei conhecimento aqui em Washington. Trata-se de um documento diferente do AIDE-Mémoire que havia sido distribuído as Chancelarias e é na verdade um documento muito mais importante, que merece aparecer no número da nossa Revista.[180]

Por sua vez, as "resenhas de livros", que apareciam sempre ao final da *RBPI*, eram análises críticas de obras recentes, relacionadas a assuntos de política nacional e internacional de autores brasileiros e estrangeiros. Sobre essa seção, reproduzimos abaixo o trecho de uma carta trocada entre Trigueiro e Orlando Carvalho:

> Recebi há dias, gentilmente enviado pelo autor, o Curso de Direito Internacional Público, do Professor Mello Boson. Sobre este livro, que ainda não pude folhear com a atenção merecida, eu gostaria de dar, na revista, uma boa nota [resenha]. Porém não tenho aqui quem possa fazê-la com tempo de incluí-la no número de março. Lembrei-me de perguntar-lhe se seria possível isso aí (talvez com algum assistente ou ex-aluno do Professor Boson). Podemos mesmo reproduzir notícia já aparecida em revista ou jornal de Minas, desde que para isso nos deem autorização. Não podendo ser para março acho que a nota não ficará obsoleta na Revista de junho. Podemos remunerar o autor da nota na mesma base da RBEP [Revista Brasileira de Estudos Políticos].[181]

As "referencias bibliográficas" se caracterizam por uma relação de bibliografia especializada sobre as temáticas tratadas em cada edição. Vale destacar que muitos desses livros eram disponibilizados pelo IBRI, em sua biblioteca na FGV, aos leitores da revista e demais interessados.

Todas essas seções eram muito comuns nas publicações do gênero durante o período estudado como, por exemplo, nos *Cadernos de Nosso Tempo* (salvo algumas pequenas variações). Na longa passagem abaixo, vemos como Leite descreve tais categorias (com

[180] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Washington, 15 de janeiro de 1959. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).
[181] Carta de Oswaldo Trigueiro para Orlando Carvalho. Rio de Janeiro, 10 dezembro de 1958. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

exceção das "referencias bibliográficas"), em carta trocada com Trigueiro sobre a pauta da *RBPI* a ser publicada em 1959:

> Respondo a sua carta de 28 que veio acompanhada do sumário do número de março da nossa Revista. Com relação à **Resenha** [informações relativas a eventos como seminários, congressos, conferências, reuniões, discursos, cartas e atas], o Dario [Moreira de Castro] Alves, que está comigo, pergunta o que consta com relação à XIII Assembleia da ONU e se foi aproveitado o material que Galvão mandou de NY. Caso contrário, sugeria ele que fosse aproveitada a introdução ou parte geral do Relatório, que já havia sido enviada ao Celso Souza e Silva no Gabinete e que não contém matéria confidencial ([Haroldo] Valadão poderia ajudar). (...) Já iniciei a coleta de **artigos** e **"book reviews"** [resenhas de livros]. Tenho como certo um artigo do [João Carlos] Muniz, "A Crise do Panamericanismo", que é o texto de uma Conferência que ele vai pronunciar no dia 25 no Counsil on Foreign Relations em Nova York. Tem algumas passagens filosóficas, generalidades sobre a luta entre o capitalismo ocidental e o mundo comunista, a necessidade da OPA, etc. mas é uma contribuição à doutrina Kubistchek que, assinada por um homem da autoridade do Muniz, está certamente no nível da Revista. Estou tentando convencer o Ronaldo Costa para transformar um documento de trabalho (15 ou 20 p.) que preparamos sobre o programa de assistência técnica no sistema interamericano em artigo. Caso contrário, publicaremos entre os **Documentos** [extratos de documentos oficiais], porque, modéstia à parte, está bom. O Dario contribuirá com dois ou três **"book reviews"** [resenhas de livros] e talvez consiga outras ajudas de rapazes que estão quase todos fazendo cursos em universidades e lendo livros novos. "Globe and Hemisphere", "The rise of midleclass in Latin America", "Soviet Economic Aid", são os três de que o Dario está cuidando. Os dois últimos sairão esta semana. (...) Vi esta semana que saiu um comunicado em Paris sobre a Primeira Reunião do Conselho da Comunidade e que haverá outra reunião em Março. Seria conveniente (certamente v. já está) ficar atento a estes **documentos** [extratos de documentos oficiais]. Está havendo também no dia 24 de fevereiro uma sessão especial, ou parte da XIII Assembleia em Nova York para tratar do caso dos Camarões franceses que certamente ficarão independentes em 1 de janeiro de 1960, na mesma data que a atual Somália (sob tutela italiana). É também assunto bom para a **Resenha** [informações relativas a eventos como seminários, congressos, conferências, reuniões, discursos, cartas e atas] de junho, com aproveitamento de material que o Galvão mandar de Nova York. Eu também poderei contribuir para o número de junho com **artigo** sobre o Banco Interamericano (...) vou também escrever a Madalena, secretária do [Roberto de Oliveira] Campos, cobrando a tradução da Conferência que fez em NY sobre as relações econômicas entre os Estados Unidos e o Brasil que está excelente. Daria um **artigo** de primeira ordem.[182] (grifos nossos)

Embora não conste nos índices remissivos, a seção "Notas Liminares", que apareceu em 21 publicações, tinha o objetivo de introduzir o tema que seria tratado nas respectivas edições. Vemos que as "Notas" acabaram cumprindo o papel dos editoriais, pois não só

[182] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro. Washington, (sem data), 1959. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

anunciavam os temas, como, em alguns casos, também esclareciam e enfatizavam o porquê da sua relevância com uma forte carga explicativa, marcando claramente a opinião do diretor que as assinava[183].

Em 1975, durante a gestão de Cleantho de Paiva Leite, apareceu pela primeira vez na revista uma seção intitulada "Prefácio". Essa seção, que só constou em quatro números, parece ter ampliado o papel desempenhado pelas "notas liminares", detalhando ainda mais os objetivos das edições. Desse modo, o "prefácio" fazia um resumo das principais temáticas e, por vezes, trazia as impressões do diretor da revista sobre os respectivos temas, como é o caso dos números 69-72, de 1975, sobre "As repercussões da crise internacional dos últimos anos sobre o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil", bem como dos números 73-76, de 1976, sobre a "A CPI das Multinacionais*"*.

É curioso observar que, a despeito das flutuações da política interna e externa do Brasil, no período estudado, a memória que a Revista construiu sobre si mesma, destacando, sobretudo, o prestígio dos seus colaboradores e a sua capacidade de influência na política nacional, permaneceu quase "imune" às intempéries políticas – embora tenha havido certa tentativa de censura por parte da ditadura civil-militar com o corte das assinaturas da *RBPI* e a demissão de Leite do DASP –, como podemos notar no prefácio da "Especial de 30 anos", escrita por Trigueiro:

> Os estudos e documentos, enfeixados neste número, dão-nos uma amostragem da qualidade desses trabalhos e da influência dos seus autores no plano da nossa política exterior. Reeditamos uma seleção dos trabalhos mais característicos, tanto do ponto de vista dos temas abordados, quanto do prestígio dos seus autores, no terreno da política internacional. São trabalhos de personalidades eminentes, que trataram de temas de grande interesse para

[183] Na sequência, identificamos as edições e relacionamos os assuntos que foram tratados nas notas liminares: [nº 20] edição especial sobre a Conferência Latino-americana sobre Tensões no Hemisfério Ocidental; [nº 24] eleição de José Honório Rodrigues como Diretor Executivo do IBRI; [nº 27] sobre San Tiago Dantas; [nº 28] Ata Final da Conferência Internacional de Comércio; [nº 29] comentários sobre Comércio Internacional e a Política de Desenvolvimento; [nº30 e nºs31-32] encampação das concessionárias estrangeiras I e II; [nºs 33-34 e 35-36] Acordo de Garantia de Investimentos entre Brasil e Estados Unidos I e II; [nºs 37-38] Política Nuclear Brasileira; [nºs 39-40] Financiamento Internacional; [nºs 41-42] Amazônia; [nºs 43-44 e 57-58] II e III UNCTAD; [nºs 45-46] Bacia do Prata; [nºs 47-48] Direito do Mar; [nºs 49-50] 25 anos da ONU, [nºs 51-52] Produtos de Base; [nºs 53-54] Temas Militares; [nºs 55-56] e [nºs 69-72] Painel de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados.

> o país, alguns deles ainda hoje de viva atualidade. Não se deve esquecer que o período de circulação da *Revista* coincide com o surgimento do Brasil como potência emergente. Nesse período saímos definitivamente da temática do século dezenove, que aqui se prolongou até por volta de 1950, para entrar na presente fase de diplomacia técnica e atuante, com larga irradiação nos planos de integração política e econômica do nosso tempo.[184]

Assim, com o objetivo de influir no momento presente e orientar a agenda da política externa brasileira, os editores da revista buscaram publicar na *RBPI* "artigos" de personalidades nacionais e internacionais; "resenhas" com informações relativas aos principais eventos do momento; extratos dos mais importantes "documentos" oficiais que não estavam disponíveis ao público em outros veículos de comunicação; "resenhas dos livros" recentes sobre as relações internacionais (com destaque para os estudos estrangeiros pouco conhecidos no país); e, por fim, as relações dos livros mais recentes sobre as temáticas tratadas nas respectivas edições.

Levando em conta a análise que fizemos neste capítulo, entendemos que a *RBPI* teve grande destaque na época áurea do IBRI, qual seja, entre as décadas de 1950 e 1960 (especialmente no período do nacional-desenvolvimentismo). No entanto, com o recrudescimento da ditadura civil-militar, embora a publicação tenha mantido prestígio por conta do trabalho de Cleantho de Paiva Leite (com a colaboração ativa de Hélio Jaguaribe, a partir dos anos 70), percebemos que, com o tempo, a *RBPI* foi perdendo "o fôlego" no sentido estrutural de publicação, tal como apontamos anteriormente, e administrativo como, por exemplo, com a diminuição de nomes de peso dos Conselhos (sem a incorporação de novos).

Salientamos que as mudanças pelas quais passou a *RBPI* com relação aos números, ao volume, à periodicidade e à distribuição ocorreram, de fato, em função da escassez de recursos financeiros para publicação da Revista, o que comprometeu a regularidade/pontualidade de seus exemplares. Nesse sentido, ao longo dos 35 números estudados, percebemos que o plano original não foi mantido como o desejado em seus

[184] *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: n.119-120, vol. 63.

primórdios; ou seja, a publicação de quatro números individuais por ano (como era o caso das revistas *Foreign Affairs*, *International Afffairs* e *Politique Étrangère*).

Esse pode ter sido um fator importante quando analisamos a *RBPI* em relação à concorrência com outros periódicos especializados em relações internacionais do período, como é o caso das revistas *Resenha de Política Exterior do Brasil*, mantida pelo Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), desde 1974, e a *Contexto Internacional*, publicação do Instituto de Relações Internacionais da PUC/Rio, fundada em 1985.

Isso pode ter acontecido em razão de falhas no planejamento financeiro, inviabilizando uma elaboração que promovesse a sustentação da imagem da revista ao longo dos anos. Um exemplo disso é o fato de que a Revista tinha poucos anunciantes e o serviço de distribuição, no princípio, era deficiente, o que pode ter comprometido o fortalecimento da imagem da *RBPI*, fazendo com que, de tempos em tempos, os recursos financeiros fossem diminuindo, uma vez que, como apontamos acima, a Revista não tinha um planejamento mais equilibrado para aumentar seu faturamento. Por tudo isso, a concorrência de revistas congêneres parece ter ganhado, em parte, o espaço da *RBPI* no cenário nacional.

Apesar disso, acreditamos que um movimento inverso ocorreu com relação ao cenário internacional, pois foi exatamente a partir da gestão de Leite que aumentaram, consideravelmente, as permutas entre a *RBPI* e as demais revistas estrangeiras, como é o caso, por exemplo, da *Foreign Affairs* (EUA), da *Politique Étrangère* (França), de *Estudios Internacionales* (Chile), de *Cronique de Politique Étrangère* (Bélgica) e de *Foro Internacional* (México).

No próximo capítulo, trataremos do processo de racionalização do Estado e da incorporação de intelectuais desenvolvimentistas ao aparelho governamental entre os governos Vargas e Kubitschek (1951-1961), momento em que se dá a criação e a

consolidação do IBRI bem como da *RBPI*. Ademais, nos deteremos na análise de dois importantes institutos fundados no mesmo contexto do IBRI com quadros políticos semelhantes: o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

CAPÍTULO 2. A *INTELLIGENTSIA* E O ESTADO (1951-1961)

Neste capítulo trataremos do processo de racionalização do Estado e da incorporação de intelectuais de desenvolvimentistas ao aparelho governamental entre o Segundo Governo Vargas e o governo Kubitschek (1951-1961), momento em que se dá a criação e a consolidação do IBRI bem como da *RBPI*. Vale destacar que essa *intelligentsia* forjada nos anos 50 permanecerá no núcleo do Instituto e da Revista nas décadas seguintes, mesmo diante dos desafios enfrentados durante a ditadura civil-militar e o período de redemocratização.

Muitos colaboradores do IBRI tiveram fortes relações com o Estado, chegando mesmo a fazer parte da burocracia em cargos de alto escalão ou de direção de órgãos da administração direta e/ou indireta do executivo. Membros do Instituto e colaboradores da Revista exerceram, temporariamente ou de forma contínua, atividades de direção em importantes órgãos governamentais, tais como DASP, IBGE, BNDE, MEC etc.

Esse grupo, composto por atores políticos relevantes no cenário nacional, conjugava saber e experiência técnica. Ao lado de diplomatas, políticos, profissionais liberais, empresários, acadêmicos, militares etc., os técnicos mobilizaram conhecimento técnico-científico como recurso político para tentar transformar o papel do Brasil no cenário internacional.

A demanda de pessoal qualificado dos anos 50 estimulou também a criação de alguns institutos que tinham o objetivo de preparar quadros para a administração pública e privada e para a formulação de diretrizes de políticas públicas, entre eles o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Esses institutos serão objeto de análise neste capítulo, uma vez que grande parte dos fundadores e colaboradores do IBRI/*RBPI* tiveram também papel de destaque nessas instituições. Como a fundação do IBRI já foi tratada no Capítulo 1, neste capítulo faremos

uma breve contextualização da criação do IBAM e do ISEB, abordando a circulação de intelectuais entre eles.

2.1 *Intelligentsia* e o aparelho estatal

2.1.1 A *intelligentsia* técnica

Na década de 1950, houve no Brasil uma acumulação de experiência técnica, científica e política vinculada ao aparelho estatal, em função de uma multiplicação dos empregos administrativos e executivos, resultado da burocratização e racionalização do Estado[185].

Os governos, de Vargas a Kubitschek, atraíram para sua esfera gravitacional e deram grande destaque para parte da *intelligentsia* desenvolvimentista, que estava dispersa em seus respectivos núcleos profissionais. Isso se deu porque se acreditava que um corpo técnico isolado das disputas político-partidárias tornava esses atores capazes de assessorar os governos na formulação de políticas públicas, que se propunham duradouras, ao buscar superar o atraso nacional e o subdesenvolvimento[186]:

> O processo de "racionalização" do Estado requisitava a incorporação de quadros técnicos especializados, qualificados a atuar em áreas específicas da intervenção estatal. Esse processo requisitava, também, o aprofundamento dos estudos e das análises sobre os chamados "problemas brasileiros" ou

[185] Vale lembrar que o aparelho burocrático estatal "(...) desempenha papel decisivo no funcionamento do sistema político, já que constitui a base material para o exercício da função governativa, não apenas para a formulação e execução das políticas públicas (como em qualquer Estado contemporâneo), mas também porque seus cargos são usados como moeda de troca para garantir apoio do Congresso ao governo" (LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs) (2010) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 105). Sobre o conceito de Estado, concordamos com a proposta de Nicos Poulantzas, para quem o Estado não é em si uma entidade intrínseca, mas se constituiu "(...) como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ela se expressa, de maneira sempre específica no seio do Estado" (POULANTZAS, N. (1990) **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, p. 147).

[186] Sobre esse assunto ver: DRAIBE, S. (1985) **Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; DREIFUSS, R. A. (1981) **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes; LAFER, C. (2002) **JK e o programa de metas – 1956-1961**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; D'ARAUJO, M. C. S. (2004) "A volta de Vargas ao poder e a polarização das forças políticas e sociais". In: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. G. (orgs) **Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea**. Campinas: Unicamp/São Paulo: Hucitec; LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs) (2010) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV.

> sobre a "realidade brasileira". Nos anos 1950 o problema maior a ser enfrentado pelo Estado não estava apenas na reestruturação do seu aparelho com vistas à intervenção no campo econômico. Tratava-se, também, de ampliar os estudos e análises que pudessem dar suporte a essa intervenção. Os problemas se avolumavam e tornavam-se mais complexos. As transformações na base econômica acentuavam-se, impondo um grau maior de complexidade à intervenção estatal[187].

Acreditamos que o termo "técnico" é o que melhor representa esse conjunto de atores sociopolíticos que estavam fortemente vinculados ao aparelho estatal e foram os responsáveis por fundar e manter o IBRI e a *RBPI*. Nesse sentido, concordamos com Lourdes Sola para quem o termo pode ser interpretado como uma identidade política suprapartidária reconhecida em função da qualificação especializada e/ou acadêmica[188].

Entendemos, pois, que esse termo é mais abrangente que o termo "tecnocrata", constantemente trabalhado pela literatura especializada, uma vez que este último, segundo Sola, não dá conta da relevância desses atores políticos como, por exemplo, o papel desempenhado por figuras como Celso Furtado e Rômulo de Almeida. Isso poderia ser aplicado também aos diretores do IBRI (Oswaldo Trigueiro, Henrique Valle, José Honório Rodrigues e Cleantho de Paiva Leite), que conjugavam experiência técnica e diferentes saberes com uma forte ação política:

> (...) atores sociais e políticos que exerciam a função de líderes no processo de formulação e de distribuição de valores a uma nação desarticulada e dividida por regionalismos, cuja coesão interna e integridade como nação continuava garantida graças à tradição de um Estado centralizador.[189]

Assim, os técnicos são intelectuais especializados em determinados assuntos/temáticas, que circulavam entre várias áreas, diversos cargos, órgãos e instituições. Seu trabalho era reconhecido como efeito de legitimidade científica, o que os capacitava a ocupar cargos em órgãos-chave do Estado. Segundo afirma Sola, "os técnicos tinham uma

---

[187] PEREIRA, A. E. (2002) **O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil - 1952-1964**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, p. 50-51.
[188] SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p. 153.
[189] SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p. 154.

dupla condição de membros de Estado e agentes do *establishment* que garantiam sua legitimidade no sistema político"[190].

Os técnicos desenvolvimentistas foram chamados a participar dos governos, em especial o Segundo Governo Vargas e a gestão Kubitschek – além de terem sido incentivados a criar institutos, clubes, centros de pesquisa, associações profissionais ou coorporativas etc –, porque tinham como missão formular projetos alternativos de desenvolvimento. O que congregava esses diferentes atores políticos em torno, por exemplo, de instituições como o IBRI era o desenvolvimentismo, que pautava o projeto de industrialização e de inserção do Brasil no sistema internacional.

Esse contexto particular, marcado pela ideologia desenvolvimentista, poderia explicar o fato de o IBRI ter sido o primeiro instituto dedicado às relações internacionais na América Latina, pois não teria havido na região outro país com condições tão propícias para a criação de um instituto para tal finalidade quanto o Brasil dos anos 50[191]. Outrossim, esse pioneirismo também poderia ser explicado pelo fato de o Brasil ter sido um dos países latino-americanos mais influenciados pelas teses da CEPAL, o que teria possibilitado uma ampla reflexão sobre o papel do Brasil na região e no mundo[192].

Ademais, os idealizadores do IBRI acreditavam que a política externa era pautada pela interna e vice-versa; ou seja, refletir e formular políticas que garantissem a autonomia e a independência do Brasil no cenário internacional demandava necessariamente um forte desenvolvimento interno, que só seria alcançado pela industrialização.

Embora tenhamos hoje concepções mais simplistas do papel político dos técnicos, vale ressaltar que o saber técnico nos anos 50 tinha funções políticas claras, mas não

---

[190] SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p. 157.

[191] Vale lembrar que a *RBPI* foi a primeira revista criada na América Latina dedicada ao tema das relações internacionais. Já a segunda foi a revista mexicana *Foro Internacional*, fundada pelo Centro de Estudos Internacionais do Colégio do México em 1960 (Disponível em http://biblioteca.colmex.mx/revistas/index. Acessado em 07/01/2009).

[192] É interessante destacar que Furtado, em entrevista à Lourdes Sola, chega a afirmar que o Brasil foi o local mais influenciado pelo pensamento cepalino na América Latina. SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p.138).

necessariamente com vinculações partidárias (mesmo que muitos desses atores nutrissem simpatias pelos principais partidos políticos do período).

Os técnicos que compunham o IBRI e os demais institutos, órgãos, associações etc. eram politizados e muito atuantes no Estado. Porém, boa parte desses atores percebia os partidos políticos como instituições morosas e sectárias, que ameaçavam ou retardavam os projetos de novas políticas públicas para o Brasil. Assim, as decisões estratégicas capitaneadas pelos técnicos desenvolvimentistas acabaram sendo realizadas em grande parte fora dos partidos políticos.

Desse modo, em função de sua competência técnica, os membros dessas instituições, clubes, associações, entre outros, tinham a percepção de que eram produtores de ideologia e formuladores de políticas públicas, o que lhes garantia mais legitimidade do que os partidos políticos, que não tinham claras suas ideologias e estavam em constantes disputas internas[193].

No entanto, cumpre ressaltar que o poder atribuído aos técnicos não derivava exclusivamente da competência técnica ou do saber especializado, pois esse grupo sempre dependeu da autoridade política em função, principalmente, de o Estado brasileiro ser bastante centralizador, como é possível observar durante os governos Vargas e Kubitschek[194].

Vemos também que o pensamento dos técnicos de viés nacionalista se expressava na elaboração de projetos, pareceres e estudos, os quais circulavam tanto na grande imprensa como em publicações especializadas, tais como a *RBPI*. Dado que instituições, clubes, órgãos, associações etc. eram muito recentes, as revistas foram consideradas espaços de socialização por excelência e uma espécie de laboratório nos quais técnicos poderiam difundir e auferir

[193] SOLA, L. (1998) **Idéias Econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP.

[194] Para Loureiro, Abrucio e Pacheco "(...) os políticos, por mais que reforçassem o poder de decisão de agências burocráticas específicas, sempre mantiveram a burocracia dependente da autoridade política. Dessa forma, não se pode falar em tecnocracia no sentido estrito da palavra, vale dizer, de um tipo de poder que deriva exclusivamente da competência técnica ou do saber especializado" (LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs) (2010) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 107).

suas ideias-chave. Assim, nessas publicações especializadas, esses atores buscavam fazer diagnósticos, propor soluções e "conversar" com seus pares.

É importante frisar, igualmente, que os técnicos que compunham essas entidades não necessariamente eram oriundos da elite, como era costume no Brasil. Grande parte desses atores políticos provinha de uma classe média em rápida transformação, incorporados ao aparelho estatal principalmente a partir dos concursos públicos.[195]

Embora o desenvolvimentismo fosse, nos anos 50, a corrente de pensamento econômico dominante no Brasil, o economista Ricardo Bielschowisky identifica três grandes vertentes compostas por intelectuais que participaram do intenso debate econômico nesse período: os "neoliberais," os "desenvolvimentistas" e os "socialistas". A partir da análise de Bielschowisky, veremos como, no IBRI, predominava a corrente "desenvolvimentista" em função de seus principais membros.

Os "neoliberais", cujos principais representantes eram Daniel de Carvalho, Dênio Nogueira, Eugênio Gudin e Octávio Bulhões, defendiam a "livre movimentação das forças de mercado como meio para atingir a eficiência econômica (...) [e buscavam] estabelecer as condições do equilíbrio monetário e financeiro (...) que seria indispensável à maximização da eficiência dos mecanismos de mercado"[196]. Dentre os nomes citados acima, apenas Octávio Bulhões colaborou com o IBRI/*RBPI*.

Já os desenvolvimentistas, cujo precursor foi Roberto Simonsen (falecido em 1948), estavam divididos em três grupos: (1) o "setor privado", composto por economistas que

---

[195] SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP.

[196] BIELSCHOWISKY, R. (2000) **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo – 1930/1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 33. Para José Octávio de Arruda Mello, "bastante enriquecedor, esse debate de ideias [acerca do desenvolvimento] ganhou o campo econômico onde os economistas liberais Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões, mais à frente substituído por Roberto Campos, encontraram pela frente os desenvolvimentistas Roberto Simonsen, Rômulo de Almeida, Celso Furtado, Jesus Soares Pereira e Cleantho de Paiva Leite. (...) Os primeiros, dominantes nos governos Eurico Dutra (1946/51) e Café Filho (1954/55), defrontaram-se com os últimos, hegemônicos nas administrações federais de Getúlio Vargas (1951/54) e Juscelino Kubitschek (1956/61). Favoráveis à politicas públicas, os desenvolvimentistas extraiam ideias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da ONU, e do chamado Grupo de Itatiaia" (ARRUDA MELLO, J. O. (2010) "As ideias políticas no Brasil da Redemocratização de 45 a nossos dias". **Revista do IHGP**, Ano C, n. 41. João Pessoa, p. 96).

assumiam uma posição antiliberal e desenvolvimentista, "favoráveis ao apoio estatal e à acumulação privada (...) [com] posições variadas sobre o grau de participação estatal que convinha ao processo"– cujos principais nomes eram João Paulo de A. Magalhães e Nuno F. de Figueiredo; (2) o "setor público não nacionalista", integrado por economistas "favoráveis ao apoio estatal à industrialização (...) com marcada preferência por soluções privadas nos casos de disputas de inversões estatais" – cujos principais economistas eram Glycon de Paiva, Lucas Lopes e Roberto Campos; e (3) o "setor público nacionalista", grupo de economistas que "defendia inversões estatais em setores considerados estratégicos para a continuidade do processo de industrialização, ou seja, mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas" – cujos principais expoentes eram: Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Américo B. Oliveira e Evaldo C. Lima[197]. Com relação aos nomes citados acima, participaram do IBRI/*RBPI* Glycon de Paiva, Roberto Campos, Celso Furtado, Rômulo de Almeida e Evaldo C. Lima.

Por último, a corrente composta pelos "socialistas" compreendia os intelectuais e economistas que tinham algum tipo de vinculação com o Partido Comunista Brasileiro, centrados nas táticas das lutas "antifeudal" e "anti-imperialista". Para os membros desse grupo, cujos principais nomes eram Caio Prado Júnior, Nelson W. Sodré, Alberto Passos Guimarães e Aristóteles Moura, a industrialização só seria possível a partir do

[197] BIELSCHOWISKY, R. (2000) **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo – 1930/1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 34. Outros nomes de "desenvolvimentistas do setor privado" são: Ernesto Street, Knaak de Souza, Mario Henrique Simonsen, Humberto Bastos, Djacir Menezes, Hamilton Prado, Manuel Orlando Ferreira, Renato Sampaio, Delfim Netto, Hélio S. da Silva e Roberto Pinto de Souza. Já com relação aos "desenvolvimentistas não nacionalistas" temos: Ary Torres, Horácio Lafer e Valentim Bouças. Por último, outras figuras importantes dos "desenvolvimentistas nacionalistas" são: Cleantho de Paiva Leite, Joaquim Mangia, Heitor Lima Rocha, Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes, Aldo Franco, Jesus Soares Pereira, Tomás P. Accioly Borges, Octávio Dias Carneiro, Richard Lewinsohn, OtholmyStavch, Lucio Meira, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Vieira Pinto e Candido Mendes.

"desenvolvimento das forças produtivas necessárias ao processo de transição para o socialismo"[198].

2.1.2. De Vargas à Kubitschek

Historicamente, o processo de incorporação dos intelectuais ao aparelho do Estado se deu a partir dos anos 30, uma vez que Vargas se opunha ao modelo de Estado oligárquico do período anterior, caracterizado por um forte clientelismo[199]. Assim, dos anos 30 em diante o Estado passou a internalizar os "conflitos políticos nos diversos órgãos, institutos, autarquias, empresas" criados por ele[200]:

> Os "tenentes" foram o lado militar da burocracia moderna do Estado que, a partir da Revolução de 1930, passa a fazer parte da nova coalizão política ou bloco de poder que se forma então. Houve, entretanto, uma burocracia civil do Estado que também começa a ganhar um papel decisivo a partir deste ponto. Para que isto acontecesse, entretanto, era necessário que o próprio aparelho de Estado se desenvolvesse criando os postos para a classe média que as escolas superiores estavam formando. E foi isto o que ocorreu. Os anos 1930 foram anos de abandono do liberalismo e de aumento do intervencionismo em todo o mundo. No Brasil, isto também ocorreu, não simplesmente como um mecanismo de defesa contra a depressão, como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, mas como uma forma de levar adiante uma estratégia nacional de desenvolvimento. (...) A hora é de organizar o Estado, de dar-lhe o pessoal e os instrumentos que lhe permitam desenvolver uma política nacional de desenvolvimento econômico.[201]

Para superar o "atraso brasileiro" e desenvolver economicamente o país, era necessário reformar a administração e aparelhar o Estado, o que começou a ser feito em 1936, quando foi criado o Conselho Federal do Serviço Público Civil[202]. Com a Constituição de 1937,

---

[198] BIELSCHOWISKY, R. (2000) **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo – 1930/1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 34.

[199] Sobre essa questão ver: FAORO, R. (1975) **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo; FONSECA, P. C. D. (1989) **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense; IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil – 1930-1970**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

[200] LOUREIRO, M. R.; OLIVIERI, C.; MARTES, A. C. B. (2010) "Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre a política e a democracia no Brasil". In: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 86.

[201] BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007) "Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil". **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 28, p. 15.

[202] Embora o precursor dessa reforma burocrática de 1936 tenha sido o trabalho desenvolvido pelo embaixador Maurício Nabuco no Itamaraty (questão que analisaremos com mais detalhes ainda neste capítulo), a personalidade que terá maior destaque nesse processo será Luiz Simões Lopes que, já em 1944, ajudará a criar a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

estabeleceu-se a exigência de concurso público para os funcionários públicos, prevendo-se a criação de um departamento administrativo junto à presidência, o que se efetivou no ano seguinte com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a partir do decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938. As principais atribuições desse Departamento eram:

> a) Realização de estudos detalhados de repartições, departamentos e estabelecimentos públicos para determinar as modificações a serem feitas em vários campos: dotação orçamentária, distribuição, processos de trabalho, relações entre os órgãos e relações com o público b) fiscalizar a execução do orçamento, juntamente com o presidente da República e c) organizar anualmente a proposta orçamentária a ser enviada à Câmara dos Deputados; cuidar da organização dos concursos públicos para cargos federais do Poder Executivo; aperfeiçoamento dos servidores civis da União; auxílio ao presidente no exame dos projetos de lei submetidos à sanção e fixação de padrões para os materiais usados nos serviço público.[203]

O DASP, organismo planejador e fiscalizador de caráter técnico-burocrático, acabou fortalecendo o poder central à revelia dos interesses locais, uma vez que a contratação de pessoal para compor o aparelho estatal passou a ser baseada na exigência de competência e qualificação. Essa medida beneficiou particularmente as classes médias, que estavam apartadas da burocracia estatal em função das relações clientelistas características do período oligárquico[204].

Assim, com grandes poderes e ligado diretamente à Presidência da República, as decisões importantes passaram a ser tomadas pelo governo, que naquele momento mantinha os estados sob intervenção. Além disso, os chamados "Daspinhos", departamentos estaduais sob controle da administração federal, tiveram ampla influência local, superando muitas vezes o poder dos próprios interventores nomeados por Vargas[205]:

> Em certos momentos, o papel dos profissionais era o de meramente justificar

[203] Disponível em http://www.servidor.gov.br/institucional/historico_DASP.htm. Acessado em 24/05/2009.
[204] GOUVÊA, G. P. (1994) **Burocracia e elites dominantes do país**. São Paulo: Paulicéia.
[205] Sobre esse assunto ver: AVELLAR, H. A. (1976) **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME; CUNHA, M. W. V. da (1963) **O sistema administrativo brasileiro, 1930-1950**. Rio de Janeiro: CBPE/INEP; NUNES, E. (1997) ***A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; WAHRLICH, B. M. S.(1983) **Reforma administrativa na era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

> as decisões já tomadas, mas, em muitos outros, Vargas realmente valia-se dos conselhos e sugestões dos técnicos ou dos intelectuais públicos que reuniam-se em torno do DASP – e, mais amplamente, em torno do governo – para tomar suas decisões. Não apenas por meio do DASP, mas dos Conselhos de Geografia e de Economia e Finanças e do Ministério da Educação, que também foi uma fonte de pensamento da época, e de outros órgãos públicos que foram criados a partir de 1930, o Estado brasileiro reorganizou-se, ganhou consistência administrativa e um sentido nacional para sua ação, ao mesmo tempo em que uma rígida disciplina fiscal o mantinha sadio no plano financeiro. Com isso, estava sendo construído um Estado forte – capaz –; um Estado cuja alta burocracia pública passava, pela primeira vez, a ter um papel decisivo no desenvolvimento econômico brasileiro; um Estado que deixava de ser mero garantidor da ordem social, como ocorrera até 1930, para assumir o papel de prestar serviços sociais e principalmente de ser agente do desenvolvimento econômico; um Estado cujas burocracias técnica e política constituíam, ao lado da burguesia industrial, as classes dirigentes do país.[206]

Além do DASP, outras transformações institucionais efetuadas no aparelho de Estado durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), com o objetivo de romper o caráter agrário-exportador e impulsionar a industrialização nacional, foram, por exemplo, a criação: do Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), do Conselho Nacional do Petróleo (1938), da Companhia Siderúrgica Nacional (1941), da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda (1941), da Companhia Nacional de Álcalis (1943) e da Superintendência da Moeda e do Crédito (1945).

A gestão Dutra (1945-1950), a despeito de ser marcada pelo liberalismo e pelo alinhamento com os EUA, não representou uma grande interrupção no processo de desenvolvimento pelo qual o país passava, pois o Brasil continuava a seguir o caminho da industrialização (mesmo que atrelado ao capital estrangeiro). Nesses cinco anos de governo, destacamos o Plano Salte (1947) e a Missão Abbink (1948) como elementos importantes na esfera do planejamento estatal.

O Plano Salte, orientado pelos trabalhos técnicos do DASP, buscou resolver as principais questões setoriais do Brasil. Os estudos para a elaboração do Plano foram iniciados no primeiro semestre de 1946, tendo como objetivo definir os investimentos que deveriam ser

[206] BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007) "Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil". **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 28, p. 16.

feitos num prazo de cinco anos nas áreas de Saúde, Alimentação, Transportes e Energia.[207]

Já a Missão Abbink, ou Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (1948) – cujo principal objetivo era diagnosticar os problemas centrais da economia brasileira – consistia numa parceria entre os EUA e o Brasil, composta por um grupo de técnicos norte-americanos, liderados pelo economista John Abbink, e um grupo de técnicos brasileiros chefiados por Otávio Bulhões, com colaboração de Valentim Bouças, Glycon de Paiva, Rômulo Almeida e Ary Torres. Entre esses nomes, aliás, vale destacar que Bulhões, Paiva e Almeida colaboraram com o IBRI/*RBPI.* Consideremos, a respeito da Abbink, que

> Os resultados desse trabalho, com escopo bastante abrangente, foram publicados em fevereiro de 1949 no chamado Relatório Abbink, e incluíam estudos sobre diversos setores econômicos, considerando-se diretamente questões como a participação do Estado e do capital estrangeiro nas ações voltadas para o desenvolvimento do país.[208]

A gestão Dutra, embora caracterizada pelo ressurgimento de princípios liberais na economia e na política, não interrompeu o processo de construção institucional liderado por Vargas na década de 1930. E isso se deu apesar de o DASP ter perdido parte de seu papel estratégico no processo de modernização administrativa na segunda metade da década de 1940[209].

Com o retorno de Vargas ao poder (1951-1954), a política econômica desenvolvimentista, fundamentada na substituição de importações, voltou a ser baseada na aliança entre a burocracia e a burguesia industrial, com a adesão de grande parte da classe trabalhadora:

> Na década de 1940, e especialmente na de 50, observa-se uma preocupação acentuada da intelectualidade brasileira em exercer influência sobre os centros de poder no que diz respeito à definição de uma política econômica

[207] BAER, W. (1996) **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel.
[208] CORRÊA, M. L. (2005) "Quadros técnicos e política no Brasil: o setor elétrico estatal (1956-1968)". **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 23, p. 217.
[209] Sola, ao tratar dos técnicos economistas, ressalta que esse período que se inicia com a gestão Dutra "(...) corresponde a uma etapa essencialmente formativa para os gestores da economia: para a cumulação de experiências cruciais não só sobre a natureza e a forma de operação dos sistemas econômico e político brasileiros, mas também sobre a forma de inserção possível do Brasil no cenário internacional" (SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p. 80).

> voltada para o desenvolvimento. As questões surgidas na transição então em curso da sociedade agrária tradicional para a sociedade industrial moderna, incentivaram os intelectuais a se lançar na formulação de estudos, planos e projetos que orientassem a política de desenvolvimento.[210]

Para levar a cabo seu novo projeto para o Brasil, Vargas teria se acercado de técnicos, políticos e militares desenvolvimentistas com vistas a viabilizar as metas do governo, ou seja, por em prática um plano de desenvolvimento econômico e social, apoiado em um diagnóstico da economia e da sociedade brasileira[211]:

> (...) foi apenas no segundo governo Vargas que o nacionalismo adquiriu nova função como *instrumento de mobilização popular* através do qual os atores políticos relevantes – técnicos, políticos profissionais e militares – buscavam articular sistemas de alianças com setores excluídos do sistema decisório.[212]

Um importante centro de poder controlado pelos técnicos desenvolvimentistas durante o governo Vargas foi a Assessoria Econômica do Presidente da República, órgão de planejamento encarregado de estudar e formular projetos ligados às principais necessidades econômicas nacionais e internacionais do Brasil:

> Ao assumir o Governo, [Vargas] constituiu um grupo de assessores técnicos para desempenhar simultaneamente as funções de uma secretaria informal de planejamento e de assessoria ao Gabinete nas questões do dia-a-dia da presidência. Inicialmente, recrutou para a assessoria econômica Rômulo de Almeida, que montou o restante da equipe. (...) De um modo geral, [seus membros] provinham de outras áreas do serviço público, tendo aí entrado através de concurso do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). Vários de seus membros haviam tido experiência prévia na

---

[210] ABREU, A. A. (2005) "A ação política dos intelectuais do ISEB". In: TOLEDO, C. N. **Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan.

[211] Para Draibe, "a concepção varguista do desenvolvimento do capitalismo no Brasil se assentava basicamente em cinco eixos. Em primeiro lugar, industrialização concebida como um processo rápido, concentrado no tempo, a partir de um bloco de inversões públicas e privadas em infra-estrutura e indústria de base, reservando à empresa estatal um papel estratégico e dinâmico. Em segundo lugar, a capitalização da agricultura apoiada na modernização da produção rural via inversões estatais em melhorias técnicas, mecanização, créditos e financiamento às empresas agrícolas, e montagem de um sistema integrado de armazenamento e comercialização. Em terceiro lugar, redistribuição de rendas e melhoria das condições básicas de vida das massas urbanas, privilegiando as questões de transportes e alimentação – essa última no que diz respeito ao fluxos de abastecimentos das cidades e ao controle de preços dos gêneros alimentícios. Em quarto lugar, a organização de um sistema de financiamento apoiado, de um lado, na criação de um banco estatal central e de bancos regionais, e de outro, na ampliação e racionalização da arrecadação tributária como forma de dinamizar e dirigir adequadamente o fluxo dos investimentos públicos e privados. Finalmente, uma forma de articulação da economia brasileira com o capitalismo internacional, indicando condições preferenciais para a entrada do capital externo, nas áreas prioritária de investimento e limites à remessa de lucros" (DRAIBE, S. (1985) **Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 183).

[212] SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p. 94.

> assessoria de organismos como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Conselho Federal de Comércio Exterior e o Conselho Nacional de Petróleo.[213]

Assim, Vargas procurou acercar-se de técnicos com capacidade intelectual voltada para a elaboração e a execução de projetos vitais para o governo. Para tanto, era fundamental que os membros da Assessoria tivessem competência e conhecimento especializados, com vistas a orientar com maior precisão as ações governamentais:

> Os requisitos fundamentais desses assessores eram: a competência e o conhecimento técnicos, que os tornaria capazes de dizer que o presidente estava errado; a especialização em política energética e mineral, que acabou juntando os "comunistas" Jesus Soares Pereira e Ignacio Rangel ao "direitista" Mário da Silva Pinto; a vivência internacional, caso de Cleantho Paiva Leite; e, finalmente, a experiência com planejamento e política industrial – caso de Rômulo de Almeida.[214]

A Assessoria foi responsável pela elaboração de vários projetos de importância estratégica para o desenvolvimento econômico do Brasil. Para Sola, esse órgão, desde o começo, procurou formular "uma política geral de investimentos combinada com o esboço das reformas institucionais complementares nas áreas fiscal e administrativa, e a definição dos requisitos que deveriam orientar a participação do capital estrangeiro" [215].

Diferente dos demais ministérios e do parlamento, mais engessados, morosos e envolvidos com variados compromissos políticos, a Assessoria tinha liberdade para formular projetos e aplicá-los de maneira mais rápida e efetiva, conforme afirmou Rômulo de Almeida, ao declarar que esse órgão utilizava a estratégia de "manter-se na sombra exatamente para poder operar"[216]:

---

[213] LEOPOLDI, M. A. P. (1997) "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954)". In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. T. (orgs) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, p. 35.

[214] MOTTA, M. S. (2005) "Os 'boêmios cívicos' da assessoria econômica: saber técnico e decisão política no governo Vargas (1951-1954)". **História oral: história, cultura e poder. VI Encontro Regional Sudoeste de História Oral**. Juiz de Fora: ANPUH, p. 4.

[215] Segundo Sola, "até 1952 os mesmos técnicos [da Assessoria] haviam também elaborado um anteprojeto da reforma agrária, enviado ao Congresso naquele mesmo ano – e rejeitado" (SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p. 98).

[216] LOUREIRO, M. R.; OLIVIERI, C.; MARTES, A. C. B. (2010) "Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre a política e a democracia no Brasil". In: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 93. Ainda segundo as autoras, "(...) a assessoria

> (...) o projeto alternativo de caráter "nacionalista" de Vargas tomou impulso nos dois primeiros anos de seu governo, isto é, entre 1950 e 1952. Tratava-se de promover uma industrialização intensiva (...) no que se refere tanto ao âmbito da intervenção estatal na economia como à extensão e à forma de participação do capital estrangeiro. Esse projeto foi desenhado, em grande parte, pelos técnicos diretamente subordinados à Presidência.[217]

Assim, ao exercer "funções de planejamento global" nas áreas prioritárias do governo Vargas, especialmente tendo como eixo dinâmico a industrialização intensiva, a Assessoria cumpriu um papel "dinamizador sobre o conjunto dos órgãos da administração" federal[218]:

> Como órgão de assessoramento técnico do presidente ela [Assessoria] realizou um trabalho da maior importância no sentido de planejar a economia nacional. Foi certamente o foco nacionalista do governo que se mostrou mais eficaz. Grande parte da obra nacionalista desse período foi arquitetada por esses assessores e não no ministério ou parlamento. Dessa assessoria brotaram grandes estudos e surgiram grandes discussões acerca da importância de se pensar o desenvolvimento do Brasil num sentido mais integrado, preservando as riquezas nacionais, gerando mais empregos, mas, acima de tudo, dando ao Estado brasileiro um papel mais decisivo no encaminhamento da economia nacional.[219]

Os mais importantes projetos elaborados pela Assessoria foram a criação da Petrobrás e da Eletrobrás; mas esse órgão também foi o responsável pelos projetos da Comissão de Desenvolvimento Industrial, pelo Banco do Nordeste, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, pela Carteira de Colonização do Banco do Brasil, pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior etc.[220]

Cleantho de Paiva Leite, responsável pela Assessoria na área internacional, muitas vezes rivalizava com o Ministro das Relações Exteriores João Neves da Fontoura, francamente pró EUA. Leite costumava sobrepor seu trabalho na Assessoria ao de Fontoura no Itamaraty, o

---

imprimiu um caráter dinâmico e produtivo ao governo Vargas, permitindo que, em um contexto de conflito político de ausência de apoio mais estável por parte dos partidos no Congresso, fosse evitada a paralisia decisória. Com seus projetos de impacto, este órgão foi usado como um canal de comunicação direta com a população em busca de base popular mais sólida. Ou seja, procurando descaracterizar partidariamente sua ação, Vargas recorre a um instrumento técnico para veicular e difundir seus objetivos de governo" (Idem, p. 93).

[217] SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p. 79.

[218] DRAIBE, S. (1985) **Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 231.

[219] D'ARAUJO, M. C. S. (1992) **O segundo Governo Vargas 1951 – 1954: democracia, partidos e crise política**. São Paulo: Ática, p. 119-120.

[220] SANTOS, R. B. (2006) **A assessoria econômica da Presidência da Republica: contribuição para a interpretação do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)**. Campinas: Unicamp.

que sugere o prestígio que os técnicos da Assessoria tinham junto a Vargas. Um bom exemplo são as instruções que Leite levou ao aeroporto para entregar ao recém-nomeado embaixador do Brasil nos EUA, Walter Moreira Salles, que contrariavam diretamente as instruções de Fontoura:

> Walther seguiu para Washington levando como lição de casa na pasta o documento G/DPo/76/921.1, com "Instruções para o Senhor Whalter (sic) Moreira Salles, Embaixador do Brasil em Washington" assinado pelo chanceler João Neves da Fontoura. (…) No próprio aeroporto deu-se conta das dicotomias que envolviam o governo Vargas. Cleantho de Paiva Leite, assessor econômico de Vargas, conseguira convencer o presidente de que João Neves da Fontoura era muito acomodatício em relação aos Estados Unidos. Na despedida de Walther, Cleantho compareceu ao aeroporto com uma pasta contendo instruções secretas ao embaixador, que colidiam com as instruções do Ministério das Relações Exteriores.[221]

Esse episódio acima nos permite perceber a maneira como Leite atuava na assessoria internacional, gerenciando as complicadas relações com os EUA com vistas a manter os empréstimos que financiariam o processo de industrialização, ao mesmo tempo em que se esforçava por não ser subserviente à Casa Branca, tentando pautar uma agenda de política externa mais autônoma para o Brasil[222].

No intuito de ampliar as relações do Brasil com os demais países da região, Vargas apoiou ativamente a CEPAL, uma "base racional" para a política econômica desenvolvimentista latino-americana[223]. Um bom exemplo é a presença do presidente na "V Série de Sessões da CEPAL", que ocorreu em abril de 1953 na cidade de Petrópolis (RJ).

---

[221] NASSIF, L. (2003) "O embaixador de Vargas". **Insight Inteligência**, jan.-fev.mar, p. 119.

[222] Segundo Leopoldi, "Vargas via dois caminhos nas relações internacionais do Brasil. De um lado, a aliança com os Estados Unidos, dos quais pretendia obter empréstimos públicos e colaboração técnica para a industrialização brasileira. Sabia também que iria depender do fornecimento externo de petróleo para incrementar a produção interna de derivados, e de equipamentos e créditos para os projetos de infraestrutura. O Presidente mostrava-se aberto à vinda de empresas estrangeiras interessadas em instalar empreendimentos locais nos setores priorizados por seu governo. Por outro lado, reconhecia a necessidade de voltar-se para a Europa, buscando nela créditos, assistência técnica e trocas comerciais" (LEOPOLDI, M. A. P. (1997) "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954)". In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. T. (orgs) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, p. 35).

[223] LEOPOLDI, M. A. P. (1997) "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954)". In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. T. (orgs) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, p. 68.

Esse evento foi presidido e patrocinado por Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)[224]:

> Essa reunião simbolizou a aliança entre o pensamento cepalino, o ideário industrial e as políticas de expansão industrial do governo Vargas. (...) A insatisfação dos industriais frente à postura do GATT faziam convergir às ideias industrialistas do empresariado brasileiro com as da Assessoria Econômica da Presidência e com o pensamento cepalino.[225]

Além da reunião de Petrópolis, Vargas apoiou a CEPAL em um dos momentos mais complicados da história da Comissão, quando os EUA pressionaram a ONU para que os países membros se reunissem e discutissem a continuidade ou não da CEPAL[226].

Nesse contexto, Leite intermediou um encontro entre Raúl Prebisch, Celso Furtado e Getúlio Vargas. Desse encontro, o presidente determinou que o voto do Brasil fosse de apoio à CEPAL, a despeito das orientações de João Neves da Fontoura, que chegou a acusar Vargas de tentar criar uma república sindicalista anti-imperialista em conluio com a Argentina e o Chile[227]. Sobre a influência da CEPAL no Brasil Leopoldi assevera que:

> O Brasil foi o único país da América Latina onde se deu esta convergência de ideias, levando o governo Vargas a criar um organismo de cooperação com a CEPAL, e a liderança industrial do País a patrocinar um encontro da CEPAL – o de 1953 – e a adotar sua terminologia. Foi nessa mesma época, que, por influência de Roberto Campos (no BNDE) e de Celso Furtado (no Chile), o governo Vargas criou o Grupo Misto de Estudos BNDE/CEPAL, dirigido por Celso Furtado, que teria como tarefa coletar e produzir dados estatísticos, e realizar estudos e projeções que servissem de base ao planejamento governamental.[228]

Importante destacar que a influência da CEPAL no Brasil data do período imediatamente posterior à criação da Comissão, em 1948, com a abertura de um escritório da CEPAL no Rio de Janeiro, no mesmo ano. Outro fator de amplo impacto da CEPAL junto à

---

[224] COLISTETE, R. P. (1997) "A força das idéias: a CEPAL e o Industrialismo no Brasil no início dos anos 50". In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. T. (orgs) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec.

[225] LEOPOLDI, M. A. P. (1997) "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954)". In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. T. (orgs) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, p. 68.

[226] FURTADO, C. A. (1985) **Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[227] SOLA, L. (1998) **Idéias Econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, p. 82.

[228] LEOPOLDI, M. A. P. (1997) "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954)". In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. T. (orgs) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, p. 69.

intelligentsia brasileira foi o "Relatório de 1951", dada a sua importância política, pois "(...) pela primeira vez uma instituição internacional conferia não apenas *legitimidade científica*, mas também *melhores credenciais políticas* ao projeto nacionalista"[229].

Esse escritório teria contribuído, também, para a circulação do Manifesto Prebisch nos meios oficiais, tendo alcançado, especialmente, os técnicos desenvolvimentistas. Ademais, o apoio de Vargas à CEPAL "criava uma oportunidade especial para a integração de técnicos daquele grupo em um sistema de alianças externo às áreas decisórias nacionais", o que veio a acontecer com a incorporação, por exemplo, de Celso Furtado e Cleantho de Paiva Leite à Comissão[230]. Segundo o próprio Celso Furtado,

> A razão de existir pela qual a Cepal veio a ter tanta influência no Brasil é que já existia por aqui uma escola de pensamento (...) eis porque teve mais influência no Brasil do que em qualquer outro lugar. A abordagem da Cepal casava-se perfeitamente com a tendência predominante no Brasil. Entre os economistas ligados ao governo, essa orientação dominante caracteriza-se pelo nacionalismo e por ser a favor do controle do Estado.[231]

Além da Assessoria, outros dois importantes espaços que possibilitaram a acumulação de experiência técnica/científica e a circulação de técnicos desenvolvimentistas durante o segundo Governo Vargas foram: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE):

> De um lado (...) utilizou-se o mecanismo burocrático administrativo de participação simultânea de representantes dos principais órgãos responsáveis pela execução da política econômica nos conselhos dos mesmos órgãos. Essa forma, que já vinha sendo utilizada desde das décadas de 30 e 40, foi reforçada, na tentativa de elevar-se ao máximo a capacidade administrativa e a harmonização das medidas econômicas, exercendo controle sobre as áreas consideradas estratégicas (o comércio exterior, as instituições de crédito e financiamentos, os incentivos tributários, etc). O outro mecanismo foi uma efetiva divisão de tarefas – "de fato", e não *de jure* – no interior do circuito estabelecido entre a Assessoria Econômica da Presidência, o BNDE, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, os órgãos de planejamento setorial

[229] SOLA, L. (1998) **Idéias Econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, p. 100-101.
[230] SOLA, L. (1998) **Idéias Econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, p. 100-101.
[231] SOLA, L. (1998) **Idéias Econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, p. 138.

> (como a CDI ou a CNPA), os da administração direta subordinados aos distintos ministérios (Sumoc, Cexim, Cacex, etc) e, finalmente, as empresas públicas e autarquias – circuito que partia do presidente da República e nele se fechava.[232]

Subordinada ao Ministério da Fazenda, a CMBEU fez parte do plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina que funcionou de 19 de julho de 1951 a 31 de julho de 1953. Já o BNDE, fundado em 20 de julho de 1952, tinha o objetivo de apoiar empreendimentos que contribuíssem para o desenvolvimento do Brasil[233].

Os precedentes da CMBEU datam do governo Dutra, quando os futuros ministros de Vargas, Horácio Lafer e João Neves da Fontoura, tentaram obter ajuda financeira do Banco Mundial (projetos nos setores de energia e agricultura) e do Eximbank (investimentos na área de transportes).

É relevante ressaltar que ao fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA se voltaram para a Europa (vide Plano Marshall) com o intuito de impedir o avanço comunista. Isso fez com que a Casa Branca relegasse ao segundo plano os países latino-americanos, deixando de dar foco ao financiamento de projetos de desenvolvimento na região[234]. Essa situação se modificou bastante no Segundo Governo Vargas com a criação da CNBEU e com o Acordo

---

[232] DRAIBE, S. (1985) **Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 230-231. Vale destacar que a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) foi o único órgão com caráter neocorporativo do governo Vargas, pois houve uma articulação entre a burguesia industrial e o Estado. Era integrada por representantes do aparelho burocrático e representantes indicados pelas entidades da indústria nacional. Outrossim, "a tarefa principal da CDI era o estudo e a proposição de medidas econômicas, financeiras e administrativas ligadas à política industrial. Para realizá-la, a Comissão contava com a participação de técnicos, militares e empresários como Euvaldo Lodi, Luís Dumont Villares, Edmundo de Macedo Soares, Lúcio Meira, Augusto Frederico Schmidt e Luís Simões Lopes. Era composta por várias subcomissões, das quais surgiram dois grupos executivos: a Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (Ceima) e a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico (Ceime). A CDI formulou um Plano Geral de Industrialização para o país, estabelecendo uma classificação das atividades industriais e designando os setores prioritários em que o governo deveria atuar, entre eles energia, metalurgia, transformação mineral, química, têxtil, borracha e material de construção. Sua criação foi um reforço à atuação do governo como agente econômico e favoreceu a colaboração entre setores industriais e o Estado" (ARAÚJO, M. C. "Comissão de Desenvolvimento Industrial". Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoDI. Acessado em 10/04/2012).

[233] Vale destacar que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) transformou-se, em 1982, em Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

[234] SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, p. 79.

Militar[235] firmado com Washington[236]:

> (...) os três primeiros anos desse governo [Vargas] são os mais significativos. Nesse período a política de Vargas consistiu na tentativa de *compatibilizar* a implantação de um projeto *moderadamente* nacionalista de desenvolvimento com busca de *novas formas de inserção* do Brasil no sistema de cooperação internacional, *de modo a obter o apoio oficial dos EUA para a consecução desse projeto*. Deve-se se situar esse tipo de iniciativa no contexto das mudanças no ambiente internacional a partir de 1949-1950, determinadas pelas novas prioridades dos EUA, e, sobretudo, no interesse do governo americano em colaborar com um projeto de desenvolvimento acelerado. (...) isso deu origem a um acordo entre os dois governos em dezembro de 1950, três meses depois das eleições presidenciais, graças ao qual reativou-se a cooperação técnica entre os dois países, por meio das atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.[237]

Para identificar os pontos estratégicos para os quais seriam destinados esses financiamentos foi instalada a CMBEU, composta pelas equipes norte-americana, liderada por Burke Knapp, funcionário do Banco Mundial, e a brasileira, composta por: Ary Torres-chefe, Roberto Campos (Assuntos Econômicos), Glycon de Paiva Teixeira (Assuntos de Geologia e Mineração), Valentim Bouças (Assuntos Financeiros) e Lucas Lopes (Questões Técnicas). Vale lembrar que Campos e Paiva colaboraram com o IBRI/*RBPI*)[238].

Ao todo, foram elaborados 41 projetos prioritários como parte do "Plano de

---

[235] Segundo Maria Celina Soares D'Araújo, "por ele [Acordo Militar], estabelecia-se que o Brasil forneceria minerais estratégicos em troca de material bélico americano, destinado a reequipar parte das forças armadas. Do ponto de vista nacionalista isso era uma tida como extremamente mal negociada: o Brasil estava dando muito para receber pouco. O Brasil estava trocando sua reserva de minerais estratégicos por alguns aviões de sucata. Os temas desse acordo estão muito relacionados à figura de João Neves da Fontoura, que sempre se pautou por uma posição de alinhamento com os Estados Unidos" (D'ARAUJO, M. C. S. "A volta de Vargas ao poder e a polarização das forças políticas e sociais". In: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. G. (orgs) (2000) **Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea**. Campinas: Unicamp/São Paulo: Hucitec, p. 117-118).

[236] Sobre os acordos com os Estados Unidos, destacamos, na sequência, um depoimento de Ignácio Rangel: "Quando acabou a guerra, os Estados Unidos representavam bem mais da metade da produção industrial do mundo e eram quem tinha possibilidade de tirar do seu para dar aos outros. Começaram, então, a tomar interesse pela reconstrução da Europa, do Japão e pela nossa construção. Os Estados Unidos representavam um capitalismo financeiro diferente do europeu, não hesitavam em criar em outros países um capitalismo industrial que fosse competitivo com o seu próprio. (...) Os Estados Unidos entravam, portanto, numa fase superior da evolução do capitalismo financeiro, e nós fomos beneficiados por esse fato. Graças a isso, pudemos começar a discutir o problema do desenvolvimento e do planejamento; isso entrou na nossa vida pelas mãos dos americanos. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi um dos organismos pelos quais os Estados Unidos tentaram exercer sua hegemonia sobre a economia mundial e organizá-la a seu modo. Isso não quer dizer que o modo como eles a organizaram foi hostil ao nosso próprio desenvolvimento" (Depoimento de Ignácio Rangel (1982, p. 17). Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013).

[237] SOLA, L. (1998) **Idéias Econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, p. 95.

[238] DRAIBE, S. (1985) **Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Reaparelhamento Econômico" (1951), que correspondiam a pontos "de estrangulamento que prejudicavam o desempenho industrial do país", especialmente nas áreas de transporte[239], agricultura e energia[240]. Segundo Roberto Campos,

> A Comissão Mista Brasil-EUA foi uma tentativa, primeiro, de planejar esses setores de infraestrutura e, segundo, de criar a rigor uma técnica de "projetamento". A Comissão Mista representou, portanto, uma preparação para a recepção de recursos externos e uma infusão de tecnologia de planejamento.[241]

Também como resultado dos trabalhos da CMBEU criou-se o BNDE, instituição que ficaria encarregada de financiar e gerir os recursos para esses projetos captados no Brasil, no Banco Mundial e no *The Export-Import Bank of the United States* (Eximbank)[242]. Para Lucas Lopes,

> O objetivo do Banco era levantar a contrapartida em cruzeiros aos financiamentos estrangeiros para a realização dos projetos aprovados pela Comissão Mista. Sem essa contrapartida, não haveria financiamentos externos. Essa foi a razão de ser da criação do BNDE e da formulação de toda a sua política.[243]

O BNDE nasceu, assim, com a função de elaborar análises de projetos e de atuar como

---

[239] Sobre a questão dos transportes, vale destacar, na sequência, o depoimento de Ary Torres, presidente da seção brasileira da CMBEU: "Técnicos da comissão visitaram as estradas para completar a coleta de dados, assim como estabelecer a mais íntima colaboração com os engenheiros das ferrovias. Na sede da comissão, no Rio, foi organizado um escritório técnico especializado, abrangendo os setores Via Permanente, Locomoção e Transportes. Se a precariedade de transportes paralisa nossos mecanismos de distribuição interna e de trocas com o exterior, a carência de energia vem asfixiando o nosso desenvolvimento industrial. Muitas empresas veem-se obrigadas ao processo dispendioso de instalar suas próprias fontes de energia. A comissão concentrou esforços no setor de energia elétrica, onde já foram aprovados seis projetos" (Depoimento de Ary Torres ao *Diário de São Paulo* em 24 de julho de 1952. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013).

[240] Para René Armand Dreifuss, "(...) o objetivo de introduzir os conceitos modernos do planejamento indicativo e da racionalidade capitalista foi até certo ponto atingido, de 1951 a 1953, pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (estabelecida em dezembro de 1949), cujas recomendações e projetos foram publicados em 17 volumes em 1953-1954" (DREIFUSS, R. A. (1981) **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, p. 75).

[241] Depoimento de Roberto de Oliverira Campos (1982, p. 19). Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013.

[242] Segundo Dreifuss, o grupo misto BNDE/CEPAL seria um *think-tank*: "(...) O BNDE e outras agências técno-burocrática e grupos executivos tornaram-se os novos focos de poder dos interesses multinacionais e associados. Na realidade, foi a análise dos *Think-Thanks* mistos do BNDE/CEPAL e da Escola Superior de Guerra de 1953-1954 que forneceu as diretrizes para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek" (DREIFUSS, R. A. (1981) **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, p. 75-76).

[243] Depoimento de Lucas Lopes (1982, p. 21). Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013.

o braço do Estado na implementação das políticas de desenvolvimento; ou seja, o Banco seria uma agência estatal voltada para a execução das metas do Plano de Reaparelhamento Econômico, bem como agente do Tesouro para as operações financeiras. Segundo Helio Jaguaribe,

> Como intelectual interessado nos estudos da vida pública brasileira, participei das discussões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que levaram à ideia de fundar o Banco [BNDE]. Eu tinha relações muito boas com o presidente do setor brasileiro da Comissão, o engenheiro Ary Torres, e também com Roberto Campos e Glycon de Paiva. Eram pessoas que estavam no centro das deliberações e conduziram, naturalmente, com o apoio do presidente Vargas, a criação do BNDES. O BNDES está no cerne do processo de desenvolvimento.[244]

É válido destacar que o projeto da CMBEU de criar um banco para o desenvolvimento foi apoiado e legitimado pela Assessoria Econômica. Assim, a Assessoria colaborou na proposta de criação do BNDE, considerando-o essencial para dar o impulso necessário ao processo de industrialização nacional:

> No tocante aos projetos novos, considerados prioritários (...) [com] a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos ficaram os projetos de energia e transporte, particularmente aqueles referentes ao Plano de Reaparelhamento Econômico (de expansão e melhoria da oferta). (...) [Já ao BNDE] coube efetivar um direcionamento do fluxo do investimento global da economia, acentuando, na prática, e antes mesmo da existência de uma agência planificadora, a lógica material do planejamento governamental.[245]

Mesmo após a criação do BNDE, a CMBEU continuou funcionando (a Comissão deixou de existir em 31 de janeiro de 1953). Seu relatório final teve muita repercussão no Brasil, ao afirmar que as deficiências nas áreas de energia e transporte eram os maiores nós do crescimento do país. Por isso, os primeiros investimentos do BNDE visavam a reaparelhar os portos e as ferrovias, a aumentar a capacidade de armazenamento e a ampliar o potencial do setor elétrico[246]. Para Celso Furtado,

---

[244] Depoimento de Helio Jaguaribe (1982, p. 17). Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013.

[245] DRAIBE, S. (1985) **Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 231-232.

[246] Conforme reitera Cleantho de Paiva Leite, "a área de atuação do BNDES focava as áreas de energia e transporte e, principalmente, indústrias básicas. Energia para sustentar grandes projetos, como a Hidrelétrica de

> Creio que [o BNDE] foi a coisa mais inteligente que já se fez, porque, com o tempo, me convenci de que o grande problema dos países subdesenvolvidos, nas suas transformações estruturais dirigidas pelo desenvolvimento industrial, era de caráter financeiro, já que não havia possibilidade de financiar projetos em longo prazo, não havia um sistema bancário adequado para isso e o financiamento internacional naquela época era muito difícil e muito fiscalizado. Era o Banco Mundial que se encarregava disso. O que nos faltava era uma grande instituição de financiamento, para entrar no campo especializado e mobilizar a massa de recursos necessária a essas transformações que a economia ia exigir nos anos 1950.[247]

Entre as ações mais importantes do BNDE logo depois de sua criação destaca-se a composição de um grupo de trabalho formado por técnicos do BNDE e da CEPAL, cuja chefia ficou sob a responsabilidade de Celso Furtado. A ideia era complementar os trabalhos da CMBEU e auxiliar o BNDE na obtenção de dados macroeconômicos. Dedicando-se principalmente aos problemas de transporte e energia, o grupo divulgou o relatório "Esboço de um Programa de Desenvolvimento para a Economia Brasileira (Período de 1955-1962)" – documento que embasou o Plano de Metas do governo Kubitschek[248]. Além disso, o BNDE associou-se ao Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, que passou a lhe fornecer dados sobre a evolução da renda nacional. Assim, o BNDE

> (...) foi uma das instituições – chave da política econômica durante os anos 50, por força das múltiplas funções que passou a exercer: a) principal intermediário financeiro entre as agências de crédito internacional e grupos empresariais privados e/ou empresas estatais; b) agência de planejamento encarregada de definir políticas de investimentos e de preparar projetos específicos; c) a redistribuição intrasetorial de recursos (e de) poder em favor de certos grupos industriais que operavam no mercado interno. Ao facilitar o acesso preferencial de determinados grupos aos novos recursos e crédito relativamente fácil a setores previamente determinados, o BNDE minimizava os riscos envolvidos em novos investimentos nas áreas definidas como

---

São Francisco, Furnas, Cemig e outros. Transporte, com ênfase na estrutura de portos e ferrovias. E indústrias básicas nas áreas de siderurgia, mecânica pesada, química" (Depoimento de Cleantho de Paiva Leite (1982, p. 24). Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013).

[247] Depoimento de Celso Furtado (1982), p. 22. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013).

[248] "BNDES: um banco de História e de futuro", p. 25. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013.

> prioritárias, isto é, de bens de capital, de consumo duráveis, insumos básicos, transportes e energia.[249]

Por último, no que diz respeito à criação do BNDE em 1952 e os quadros técnico-políticos que compuseram esse órgão (parte deles importantes colaboradores do IBRI/*RBPI*), destacamos na presidência e diretoria: Ary Torres (presidente), Roberto Campos (diretor do Departamento Econômico), Glycon de Paiva (diretor do Departamento Técnico) e José Soares Maciel Filho (diretor-superintendente). Já o Conselho Administrativo foi composto por Lucas Lopes, Cleantho de Paiva Leite, Guilherme Arinos, João Daudt de Oliveira, João Pedro Gouvêa Vieira e Paulo Quartim Barbosa[250].

Assim, dos membros da seção brasileira da CMBEU apenas Valentim Bouças não chegou a fazer parte da direção do BNDE, que foi ocupada, como mencionado acima, por Ari Torres (1952-1953), Glycon de Paiva (1955-1956), Lucas Lopes (1956-1958) e Roberto Campos (1958-1959).

Já em 1953 uma nova diretoria do Banco tomou posse: o embaixador Walder de Lima Sarmanho se tornou presidente, tendo como diretores Francisco Antunes Maciel Júnior e Cleantho de Paiva Leite. Leite e Maciel Jr. substituíram Campos e Paiva, que voltariam ao BNDE em 1954 após o suicídio de Vargas. Ao assumir Eugenio Gudin o Ministério da Fazenda naquele contexto, Paiva foi nomeado presidente do Banco e Campos, o diretor-superintendente (posteriormente, entre 1958 e 1959, durante o governo Kubitschek, Campos cumpriu a função de presidente do BNDE)[251].

Entre esses nomes citados acima, é importante perceber que, nos primeiros anos, o BNDE reuniu técnicos da Assessoria Econômica, da CMBEU e da CEPAL em seus quadros.

---

[249] SOLA, L. (1998) **Idéias Econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, p. 117-118.

[250] "BNDES: um banco de História e de futuro", p. 22. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013.

[251] "BNDES: um banco de História e de futuro", p.26. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acessado em 03/01/2013.

Embora com orientações ideológicas distintas, podemos afirmar que o elemento aglutinador desses atores políticos era a orientação desenvolvimentista.

Outro espaço de articulação dos técnicos desenvolvimentistas durante o governo Vargas e Kubitschek foi o "Clube dos Economistas". Fundado por Celso Furtado em parceria com Américo Barbosa Oliveira em 19 de julho de 1952, o clube teve o apoio da Assessoria Econômica, por meio de Rômulo de Almeida e Cleantho de Paiva Leite. Os técnicos do clube integravam diversos órgãos do governo, tais como o BNDE, o Banco do Brasil, a Petrobrás e a Eletrobrás, além de publicar uma importante revista, a *Economia Brasileira*, que se transformou em uma referência para os desenvolvimentistas, ao apresentar projetos político-econômicos alternativos para o Brasil[252]:

> (...) uma das funções mais importantes do Clube dos Economistas consistiu em garantir um canal mais eficiente e mais confiável entre seus principais integrantes e as estruturas do Estado. (...) Celso Furtado, um dos membros fundadores do Clube, registrou a importância dessas funções em uma fase de institucionalização ainda incipiente das arenas decisórias vitais para a formulação da política econômica e a relação que mantiveram seus membros com as estruturas do Estado (desenvolvimentista) mesmo em governos posteriores ao golpe.[253]

A gestão de Juscelino Kubitschek (1956-1961) deu continuidade ao processo de incorporação dos técnicos desenvolvimentistas ao aparelho do Estado, especialmente a partir do Plano de Metas (1956), que multiplicou os empregos administrativos e executivos. Nesse governo, houve o desenvolvimento e a criação de "órgãos e mecanismos de planejamento global e controle efetivos, extra-institucionais, além de grupos executivos e de trabalho, como forma nova de articulação das burocracias do Estado e das grandes empresas"[254]:

> A demanda de pessoal qualificado estimulou a multiplicação de centros técnicos durante a década de cinquenta. Dentro do marco do Plano de Metas, a educação compreendia a formação de uma camada de técnicos. (...)

[252] ABU-EL-HAJ, J. (2005) "O Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro". **Políticas Públicas e Sociedade**, v. I, p.14.
[253] SOLA, L. (1998) **Idéias Econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, p. 147. Vale destacar que além da revista *Economia Brasileira* (EB), as principais revistas no campo da economia nesse período eram a *Revista Brasileira de Economia* (*RBE*), a *Desenvolvimento e conjuntura* (*DC*) e a *Digesto Econômico* (*DE*).
[254] DRAIBE, S. (1985) **Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 181.

> criaram-se várias escolas de administração públicas e de empresas e agências técno-burocráticas governamentais. Tais escolas e agências tinham um duplo objetivo, o de preparar quadros para a administração pública e privada e também sugestões para as diretrizes políticas, fornecendo uma análise legítima da situação econômica e política, ou seja, funcionar com *Think-Thanks* empresariais e governamentais.[255]

Assim como fizera Vargas, Kubitschek valorizou as empresas públicas, tomando-as o principal vetor de desenvolvimento (em especial os bancos públicos), bem como rearticulou, sob novas bases, as relações do empresariado (nacional e internacional) com o Estado. Seu principal instrumento para desenvolver o país, em função de seu programa de governo que previa "50 anos de progresso em cinco anos de realizações", foi o Plano de Metas, composto de 30 metas e mais a meta síntese (Brasília), englobando cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação (os setores de energia e de transporte tinham prioridade)[256].

Fazendo uso dos organismos, planos e instrumentos do Segundo Governo Vargas, Kubitschek continuou a se valer dos técnicos do período anterior e não só: também ampliou a incorporação de novos técnicos ao aparelho estatal, estabelecendo para seu governo uma rede técnica formada pelas camadas mais altas da administração pública:

> (...) esta *intelligentsia* técnica, estreitamente ligada aos empresários em decorrência de interesses e congruência de valores, enfatizava o gerenciamento científico, a administração pública normativa, assim como a formalização e rotinização de tarefas. A rede técno-burocrática expressava o aspecto duplo do processo de controle oligopolista do mercado, ou seja, uma abordagem empresarial para os problemas de desenvolvimento e a colocação propriamente dita de tais problemas em termos capitalistas, o que era exemplificado pela conhecida política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek.[257]

No Plano de Metas, que buscava implementar um programa de industrialização visando a estabelecer uma aliança entre os setores público e privado, trabalharam diversos técnicos

---

[255] DREIFUSS, R. A. (1981) **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, p. 76-77.
[256] LAFER, C. (2002) **JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV.
[257] DREIFUSS, R. A. (1981) **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, p. 73.

desenvolvimentistas por meio de uma ação conjunta entre o BNDE e o Conselho Nacional de Desenvolvimento[258]:

> A premissa do Plano de Metas, esboçado pouco antes da posse de JK por uma equipe do BNDE, era, assim, a superação desses obstáculos estruturais. As metas deveriam ser definidas e implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em determinados setores pudessem refletir-se positivamente na dinâmica de outros. O crescimento ocorreria em cadeia[259].

Ao buscar estimular setores da economia com ênfase nos "pontos de estrangulamento" [260] relacionados à infraestrutura, o Plano de Metas "exigia estruturas flexíveis, não-burocráticas e uma capacidade de coordenação dos esforços de planejamento[261]. Assim, a estratégia de Kubitschek para enfrentar possíveis embates com a burocracia e com o Congresso foi a constituição de uma "administração paralela", ou seja, novas agências organizadas na esfera da presidência e do Ministério da Fazenda[262]. Segundo afirma o próprio Roberto Campos,

> Havia duas vantagens no artifício da administração paralela. De um lado servia para contornar vetos legislativos, mais fáceis de aplicar aos setores normais da administração. De outro, permitia um recrutamento em base estritamente meritocrática, praticamente imune a pressões clientelísticas.[263]

Vale lembrar que essas estruturas já existiam de forma embrionária na Assessoria Econômica de Vargas, uma vez que a Assessoria teria esvaziado "(...) o poder dos ministérios nas áreas técnicas da economia e fazendo com que o Congresso passasse a atuar em função

---

[258] LESSA, C. (1982) **15 Anos de Política Econômica**. São Paulo: Brasiliense.

[259] SILVA, S. B. da "50 anos em 5: o Plano de Metas. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas. Acessado em 20/01/2012. Ainda para Celso Lafer, "a quantificação desse objetivo, em regra geral, foi feita da seguinte maneira: foram elaborados estudos das tendências recentes da demanda e da oferta do setor e, com base neles, projetou-se, por extrapolação, a composição provável da demanda nos próximos anos, na qual também se considerou o impacto do próprio plano de metas. Os resultados dessa extrapolação é que permitiram a fixação de objetivos quantitativos a serem atingidos durante o quinquênio. Esses objetivos foram testados e revistos durante a aplicação do plano, por meio do método de aproximações sucessivas que constituiu, por assim dizer, o mecanismo de *feedback* do plano de metas, conferindo-lhe as características de um planejamento contínuo" (LAFER, C. (1970) "O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)". In: LAFER, B. M. (org) **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, p. 37).

[260] Os "pontos de estrangulamento", setores críticos que não permitiam um adequado funcionamento da economia, foram identificados a partir de estudos da CMBEU, do BNDE e da CEPAL.

[261] CARDOSO, M. L. (1978) **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[262] BENEVIDES, M. V. de M. (1981) **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 224.

[263] CAMPOS, R. de O. (1994) **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 318.

dos projetos econômicos que ela apresentava"[264].

Desse modo, para concretizar os objetivos do Plano de Metas, Kubitschek criou organismos de planejamento, além de consultoria e comissões de trabalho, compostos, principalmente, por diretores de empresas privadas, técnicos desenvolvimentistas e militares[265]. Para Loureiro, Abrucio e Pacheco, "também no governo JK o funcionamento dos grupos executivos ou da "administração paralela" pautou-se pela hegemonia inconteste dos técnicos em relação a outros atores políticos e por sua autonomia diante do Congresso"[266].

Assim, essa "administração paralela" permitia driblar os canais tradicionais de diretrizes políticas e tomadas de decisão, uma vez que o Congresso muitas vezes se opunha ao executivo em função do clientelismo histórico presente na sociedade brasileira, favorecendo a ajuda financeira a diferentes grupos, organizações, associações etc.[267]:

> Nos anos 1950, a lógica do insulamento burocrático foi instrumentalizada para promover o nacional-desenvolvimentismo, de modo que a administração das políticas econômicas e as decisões estratégicas acabaram sendo realizadas fora dos partidos. O auge desse processo se deu sob o governo de Juscelino Kubitschek (JK) e com a criação de duas principais agências, ligadas ao planejamento e execução do Plano de Metas: os grupos executivos, cujos membros foram recrutados na Sumoc, Cacex, BNDES, Dasp e ministérios, e mantidos sob a direção de Roberto Campos e Lucas Lopes; o Conselho de Desenvolvimento, composto por ministros de Estado, chefes do gabinete civil e militar, presidentes do Banco do Brasil e do BNDES, além da assessoria de uma secretaria executiva formada por especialistas do setor público e privado.[268]

Nesse contexto, foram criados o Conselho de Desenvolvimento e os Grupos Executivos, que atuavam paralelamente à burocracia tradicional, numa "administração paralela" que teria criado "bolsões de eficiência" nos quais a *intelligentsia* técnica ocupava posições estratégicas no aparelho estatal em órgãos governamentais como o BNDE, a

---

[264] LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs) (2010) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 93.
[265] GOMES, Â. de C. (2002) O Brasil de JK. Rio de Janeiro: Editora FGV.
[266] LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs) (2010) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 99-100.
[267] RIBEIRO, S. M. R. (2002) "Reforma do aparelho de Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90". **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Portugal: Lisboa, p. 2.
[268] LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs) (2010) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 99.

Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o Banco do Brasil:

> Seria na gestão desse presidente [JK] que se implementaria uma *reforma administrativa racionalizante* e, ao mesmo tempo, *minimizadora dos custos políticos envolvidos*. Através dela *sobrepunha-se* uma nova estrutura administrativa à já existente, que tipicamente permaneceria intocada, *com o propósito de contornar o poder de veto de um Congresso dominado por partidos hostis àquele tipo de reforma porque eivados de práticas clientelistas*. (...) *esta consistiu (...) em uma estratégia pela qual se contornaria o poder de veto do Congresso graças à concentração das decisões–chave de política industrial e, mais amplamente, de política econômica em instituições protegidas das pressões da política competitiva*.[269]

Criado pelo Decreto n.º 38.744, de 1º de fevereiro de 1956, data da posse de Kubitschek, o Conselho de Desenvolvimento era composto pelos ministros, chefes dos gabinetes civil e militar da presidência e pelos presidentes do BNDE e do Banco do Brasil. O Conselho foi conduzido por Lucas Lopes de fevereiro de 1956 até agosto de 1958, quando ele passa a ocupar o Ministério de Fazenda. Posteriormente foi substituído por Roberto Campos, que permaneceu no cargo até julho de 1959. Dessa data até o final do governo Kubitschek, Lúcio Meira foi o secretário-executivo do Conselho.

Dentro dessa estrutura, o Conselho operava com Grupos Executivos[270], voltados para a aprovação de projetos de leis e decretos além de projetos empresariais. Esses Grupos eram compostos por órgãos mistos formados por técnicos do Estado e empresas privadas às quais cabia a responsabilidade pela concessão de incentivos ao setor privado para que as metas fossem atingidas. Por sua vez, as Comissões Especiais, como a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA), buscava realizar estudos para simplificar os processos administrativos e as reformas ministeriais. Já a Comissão de Simplificação Burocrática (COSB) procurava elaborar projetos para empreender reformas gerais e descentralizar os serviços[271]:

---

[269] SOLA, L. (1998) **Idéias Econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo**. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, p. 119. O trecho foi destacado pela autora.

[270] Vale destacar que o mais conhecido de todos os "Grupos Executivos" foi o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA).

[271] Disponível em http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PLANDI3.HTM. Acessado em 07/01/2010.

> O Conselho do Desenvolvimento funcionou a partir de dispositivos como os grupos de trabalho e grupos executivos que se compunham por servidores civis e militares e técnicos requisitados das autarquias e empresas de economia mista e dos órgãos responsáveis pela concessão dos diversos incentivos, como o próprio BNDE, a Carteira de Crédito Exterior do Banco do Brasil (Cacex) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Contava em sua composição, também, com representantes dos setores econômicos que eram o alvo das mesmas iniciativas e consultores especiais escolhidos diretamente pelo presidente da República, segundo uma modalidade de representação de interesses que tinha sua origem nos conselhos técnicos do Estado Novo (....). Os grupos de trabalho variavam de tamanho, tendo cada um deles um coordenador, sendo esse cargo por vezes exercido por um ministro de Estado (.....), e deixavam de existir tão logo os programas da meta ou subsetor em estudo fossem delineados. Quando era necessário que exercessem funções normativas, os grupos de trabalho seriam transformados em grupos executivos, sendo essa estrutura, portanto, bastante informal (.....). Somente entre março de 1956 e agosto de 1957 foi constituído no Conselho do Desenvolvimento um total de 32 grupos de trabalho e executivos (.....).[272]

Com relação aos quadros do governo que participaram da "administração paralela", vale destacar que dois dentre os três "diretores" do Conselho tiveram relação com IBRI/*RBPI*: Roberto Campos e Lucio Meira.

Assim, o dilema da difícil relação do executivo com o Congresso acabou sendo contornado, nas gestões Vargas e Kubitschek, pela Assessoria Econômica e pela "administração paralela", ambas controladas por técnicos desenvolvimentistas (muitos deles colaboradores do IBRI na *RBPI*), que segmentaram o aparato burocrático, separando "de um lado, os ministérios e cargos abertos à negociação e, de outro, as áreas 'protegidas' ou insuladas – como as agências de desenvolvimento econômico que ficaram conhecidas como 'ilhas de excelência'"[273]. Consolidou-se, pois, "(...) um modo de definir e implementar políticas públicas cada vez mais deslocado para instâncias fechadas da burocracia estatal, protegidas das interferências externas e das disputas parlamentares"[274].

Desse modo, entendemos que os grandes responsáveis pelo fornecimento ao Estado das bases sociais de sustentação durante os governos Vargas e Kubitschek foram, justamente,

---

[272] CORRÊA, M. L. (2005) "Quadros técnicos e política no Brasil: o setor elétrico estatal (1956-1968)". **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina, 23, p. 222.
[273] LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. (orgs) (2010) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p.106.
[274] CORRÊA, M. L. (2005) "Quadros técnicos e política no Brasil: o setor elétrico estatal (1956-1968)". **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História** Londrina, 23, p. 211.

os técnicos desenvolvimentistas, que ocupavam postos importantes dentro do aparato estatal.

Percebemos, ainda, que para esses governos a incorporação de técnicos e intelectuais foi decisiva no assessoramento e na consultoria do processo de tomada de decisões. Isso continuará a ocorrer nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) e será, em grande parte, interrompido durante a ditadura civil-militar, restando a esses atores outros espaços de atuação, como os institutos, os clubes, as associações (como o IBRI) etc., que resistiram ao golpe e ao autoritarismo das décadas seguintes.

2.2. IBAM e ISEB: outros espaços de articulação da *intelligentsia nacional*

Os fundadores e principais colaboradores do IBRI se articularam, também, em torno de outras duas instituições relativamente autônomas. Com efeito, constituíram quadros, vínculos e se inclinavam a posições nacionalistas e/ou desenvolvimentistas, mas estavam intimamente ligadas ao Estado na década de 1950: o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), fundado em 1952, e o Instituo Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955[275].

Nos idos de 1950, aprofunda no Brasil o debate já travado nas décadas anteriores sobre os caminhos que deveriam ser trilhados para superar o atraso e alcançar o desenvolvimento do país. Assim, o debate desenvolvimentista encontrou terreno fértil nas discussões dos intelectuais do IBRI, do IBAM e do ISEB, tendo esses institutos se tornado importantes espaços para a difusão das teses ligadas ao desenvolvimento nacional e à inserção internacional do Brasil.

Esses institutos também refletiam o pensamento modernizador do período. Seus principais objetivos seguiam os ideais transformadores que tomavam conta do país no momento em que se intensificou o pensamento nacional-desenvolvimentista, além de tratar de

[275] Vale ressaltar que esse grupo de intelectuais teve participação ativa na vida pública brasileira das décadas de 1950 e 1960 e, de certa forma, permaneceu atuante nas décadas seguintes no IBAM e no IBRI (o ISEB foi fechado após o golpe de 1964).

questões comuns, tais como o papel do Estado, as desigualdades regionais nacionais, as possibilidades de ampliar a integração com os demais países latino-americanos e os desafios de desenvolvimento do terceiro-mundo.

Na sequência, apresentaremos alguns pontos que consideramos fundamentais na história do IBAM e do ISEB com vistas à compreensão detalhada do nosso objeto de estudo. Como o IBRI já foi tratado no capítulo 1, destacaremos aqui a confluência de quadros políticos entre esse Instituto, o IBAM e o ISEB.

2.2.1 O IBAM

O IBAM[276] foi fundado em 1952 e permanece ativo atualmente na cidade do Rio de Janeiro. Criado como resultado do II Congresso Nacional de Municípios realizado na Cidade de São Vicente - Estado de São Paulo, foi instituído como uma organização de caráter privado, apolítico, técnico e sem fins lucrativos, sendo reconhecido como órgão de utilidade pública pelo governo federal em 1953 e pelo governo do Estado do Rio de Janeiro em 1993.[277] Segundo José Carneiro, o Movimento Municipalista era composto por pessoas dedicadas, ao mesmo tempo, à questão local e ao desenho do Estado e das estruturas burocráticas. Ademais, os municipalistas integravam o grupo:

> (...) que passou a se ocupar com a realidade social e econômica no plano local usando modernos métodos de leitura estatística das realidades do Brasil em transformação. O fenômeno urbano e a crise da economia rural

[276] Sobre o IBAM ver: ABREU, A. A. & BELOCH, I. (2001) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, p. 2782-2784; BOMENY, H. & MOTTA, M. (orgs) (2002) **A ESCOLA que faz Escola: EBAPE 50 anos**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; CARNEIRO, J. M. B. (2002) **Formação profissional para administração municipal no Brasil: A experiência do IBAM**. São Paulo: FGV; LOUREIRO PINTO, A. (1967) **The Brazilian Institute of Municipal Administration (IBAM): A Case of Institution Building in Brazil**. Los Angeles: University of Southem Califomia.

[277] LEME, M. C. S. (1999) **A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1958- 1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM. Segundo a edição comemorativa dos 30 anos do IBAM, "(...) pouco depois de um ano de sua criação era-lhe reconhecido o caráter de instituição de utilidade pública pelo Decreto federal n. 34661, de 19 de novembro de 1953. Aí estava o primeiro passo para se obter o apoio financeiro, através de subvenções, daquele que costuma ser, quase que invariavelmente, o único praticante da filantropia física e cultural nos países em desenvolvimento – o Poder Público" (*IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 39).

> instigaram diversos profissionais engajados com as causas municipais.[278]

Com a promulgação da Constituição de 1946, foram estabelecidas as duas premissas centrais que sustentavam os interesses municipais defendidos e enfatizados pelo Movimento Municipalista Brasileiro: autonomia política e autonomia financeira. Eram, de fato, premissas consideradas decisivas na estruturação administrativa pública municipal, sobretudo pela autonomia política na gestão dos interesses econômicos, urbanísticos, sociais, culturais e políticos. Para Sarah Feldman, durante a vigência do período democrático a partir de 1946, e com o caráter descentralizador da Carta Constitucional,

> A ingerência de um órgão federal nas instâncias sub-regionais de governo se inviabiliza, e criam-se organizações autônomas para dar curso ao projeto modernizador no município. É o caso do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, no Rio de Janeiro, criado para essa finalidade.[279]

Na verdade, a história do IBAM começou a ser traçada no período posterior ao Estado Novo (1937-1945), quando se criou a primeira unidade institucional do Movimento Municipalista no Brasil: a Associação Brasileira de Municípios (ABM), fundada em 1946.[280]

As concepções da ABM estão inseridas em um movimento mais abrangente, que defendia a racionalização da administração pública, com a criação do DASP (1938)[281] e, mais

---

[278] CARNEIRO, J. M. B. (2002) **Formação profissional para administração municipal no Brasil: A experiência do IBAM**. São Paulo: FGV.

[279] FELDMAN, S. (2005) "O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/ empresas de engenharia consultiva". **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Salvador, p. 20.

[280] A primeira assembleia da ABM ocorreu no dia 30 de abril de 1946, após uma reunião de instalação da entidade no dia 15 de março do mesmo ano com a criação da Comissão Nacional Organizadora da Associação Brasileira de Municípios. Contou com a presença de senadores, deputados, prefeitos, vereadores, entre outros. No Arquivo de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, tivemos acesso a uma Carta da Associação Brasileira de Municípios para Oswaldo Trigueiro (Rio de Janeiro, 24 de julho de 1946), que o convida para fazer parte da ABM: "Com elevada satisfação, comunicamos ao ilustre patrício a escolha de seu nome para integrar os quadros da Associação Brasileira de Municípios, proposta e aprovada em reunião deste órgão técnico nacional, destinado ao estudo e solução dos problemas de organização local, na conformidade dos acordos interamericanos que o instituíram. Assinado: Horácio Lafer (Presidente da Comissão Executiva), Novelli Júnior (Presidente do Conselho Diretor) e Lauro Montenegro (Presidente da Comissão de Propaganda e Organização da Associação Brasileira de Municípios)".

[281] Vale destacar que na década de 1950 o DASP estava sobrecarregado de responsabilidades no plano federal e, por isso, não conseguiu responder a questão de assistência técnica dos municípios, o que teria fortalecido a transformação da ABM em IBAM, instituto criado para ser o braço técnico da associação. É interessante notar, também, que no DASP atuaram importantes municipalistas como: Joaquim Neves Pereira, José Maria dos Santos Araujo Cavalcante, Cleantho de Paiva Leite e Arizio de Viana (Cf. *IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 34-37).

especificamente, com o esforço para prover os municípios que necessitavam de quadros técnicos capacitados para responder aos desafios nacionais e internacionais da década de 1950. Esse mesmo grupo foi também responsável pela criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE - 1936)[282] e da Escola Brasileira de Administração Municipal (EBAP - 1952)[283].

A ABM surgiu a partir dos trabalhos de uma Comissão Nacional criada em 1945 pela Comissão Pan-Americana de Cooperação Municipal da Junta Diretora do Congresso Interamericano de Municípios. Tinha como missão rearticular o Movimento Municipalista e implementar o Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, cujo primeiro evento definiu a Associação como o órgão oficial das municipalidades[284]. Fundada como uma sociedade civil de âmbito nacional, buscava estabelecer uma "relação de cooperação com as municipalidades, instituições congêneres bem como entidades estaduais, federais e internacionais"[285].

Já ao longo da década de 1940 e, principalmente, a partir da década de 1950, ocorreram mudanças importantes nos campos da economia e da urbanização, transformando as relações

---

[282] Segundo a edição comemorativa "IBAM 30 anos", "o IBGE manteve uma preocupação com os assuntos municipais e com o ideal municipalista por longos anos, a par do seu trabalho normal de levantar e divulgar estatísticas que, pelas suas revelações forneciam argumentos para os que se batiam pela revitalização do interior e por uma nova discriminação de rendas. Lançou, em 1948, e manteve, a 1968, a *Revista Brasileira dos Municípios*, como órgão de divulgação da Associação Brasileira de Municípios" (*IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 34).

[283] Segundo a edição comemorativa "IBAM 30 anos", "a Fundação Getúlio Vagas, criada em 1944, fazia escola, assim como a doutrina das Nações Unidas sobre o planejamento governamental e a do programa Ponto IV do governo dos Estados Unidos da América do Norte sobre a assistência técnica no processo de desenvolvimento, através do fortalecimento de instituições existentes ou da criação de novas. Em 1952, cria-se a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP – na Fundação Getúlio Vargas, sob a inspiração de Benedicto Silva, Cleantho Leite e outros técnicos e com o apoio das Nações Unidas, ao mesmo tempo que *[sic]* surge o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE – como instrumento propulsor e modernizador do nosso processo de industrialização" (*IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 37).

[284] FARIA, R. S. (2009) "Urbanismo e Municipalismo entre a Associação Brasileira de Municípios (ABM) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM): a construção institucional do municipalismo brasileiro pós-1946 e os "problemas técnicos" de urbanismo". **Anais do Encontro da ANPUR**. Florianópolis: UFSC, p.7.

[285] Segundo o site oficial da ABM, "estava fundada a Associação Brasileira de Municípios - ABM, e aos 30 dias do mês de abril de 1946, conforme a ata oficial da COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL, na cidade do Rio de Janeiro, Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, reuniram-se na sede provisória, no edifício do 'Jornal do Comércio', 4º andar, os componentes da COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA e os membros da ABM, em primeira assembleia geral, depois da instalação da mesma Associação em 15 de março de 1946, no auditório do Ministério da Fazenda. Tendo como Presidente o senhor Rafael Xavier, que convidou para tomar assento a mesa de trabalhos os senhores Horácio Lafer, Novelli Junior e Lauro Montenegro, deu a palavra ao secretario executivo, senhor Osório Nunes, afim de que procedesse a leitura da recomendação nº 1 da Comissão Nacional Organizadora da ABM" (Disponível em http://www.abm.org.br/?pg=historia-abm. Acessado em 25/02/10).

entre o sistema urbano e o sistema de produção[286]. A ABM (e posteriormente o IBAM) viveram as discussões urbanísticas empreendidas no âmbito do municipalismo brasileiro, que procurava repensar a dimensão urbano-regional do território nacional:

> (...) por um conjunto de variáveis associadas às mudanças produtivas e espaciais da economia no país, entre as quais mencionaremos quatro que estiveram e continuam intimamente relacionadas aos debates urbanísticos e os municípios brasileiros a partir da década de 1950: [1] movimento migratório em direção às áreas de atração de mão-de-obra para o mercado de trabalho industrial - e neste movimento não só a relação campo-cidade, mas de cidades de outras regiões do país para a capital paulista e demais cidades da região sudeste -, cuja oferta fora criada pela expansão da indústria resultante dos referidos investimentos; [2] crescimento da população urbana decorrente inicialmente deste movimento migratório e êxodo rural; [3] expansão periférica das cidades que esta migração acarretou, geralmente relacionada à necessidade habitacional deste contingente populacional em crescimento – inicialmente migratório e posteriormente natural, também transformado em agente de demanda por melhorias na infraestrutura urbana de transporte público, saúde, educação, lazer, entre outras, nas áreas em expansão horizontal das cidades; [4] a intensa especulação imobiliária interessada e associada a esse processo de transformação e expansão física das cidades, sobretudo pelas potencialidades comerciais e econômicas das terras urbanas para loteamentos, muitas configuradas como vazios urbanas à espera de maior valorização.[287]

Foi na esfera do debate urbanístico iniciado ao final do Estado Novo que se consolidou o processo de estruturação dos setores de urbanismo das administrações municipais, especialmente pela criação dos Departamentos de Urbanismo. São exemplos importantes dessa estruturação o Departamento de Urbanismo do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto-lei 8034, de 6 de dezembro de 1945, e o Departamento de Urbanismo de São Paulo, criado pelo Decreto-lei 431, de 7 de julho de 1947[288].

Entretanto, em função de dificuldades financeiras (poucos municípios incluíram em seus orçamentos uma dotação para a associação) e organizacionais (dificuldade de contato com membros diretores das entidades que viviam em municípios distantes da sede), a ABM não

---

[286] COELHO, F. D. (1996) **História Urbana e Movimentos Sociais: O Movimento de Reforma Urbana (1950 - 1990)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

[287] FARIA, R. S. "Urbanismo e Movimento Municipalista no Brasil: considerações para se pensar as discussões urbanísticas nos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros (1946-1964) – uma proposta de investigação". Disponível em www.ifch.unicamp.br/ciec/documentos/artigo_pesquisaPD.pdf. Acessado em 23/04/2011.

[288] FARIA, R. S. "Urbanismo e Movimento Municipalista no Brasil: considerações para se pensar as discussões urbanísticas nos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros (1946-1964) – uma proposta de investigação". Disponível em www.ifch.unicamp.br/ciec/documentos/artigo_pesquisaPD.pdf. Acessado em 23/04/2011, p. 6.

conseguiu alcançar as metas propostas em 1946, sendo transformada em um Conselho Nacional, o qual, por sua vez, ficou esvaziado quando transferiu a maior parte de suas funções para o IBAM, em 1952[289].

Como se vê, a conjuntura de criação do IBAM é bastante particular, uma vez que esse Instituto foi fundado para ser um órgão de assistência técnica aos municípios no campo urbanístico. Suas principais finalidades eram "o aperfeiçoamento da administração municipal a partir do estudo dos problemas das municipalidades" e a "transmissão ao funcionalismo público do poder executivo e legislativo de métodos e instrumentos de administração pública"[290].

Já no Congresso Municipalista de São Vicente, quando se criou o IBAM, verificou-se que os congressistas tinham duas grandes preocupações. A primeira relacionava-se à qualidade dos serviços municipais e à organização e racionalização da administração pública brasileira. Já a segunda dizia respeito à viabilidade ou não do instituto de se vincular politicamente formando, dentro do movimento municipalista, dois grupos com visões bastante distintas sobre o tema[291].

Assim, para criar o IBAM em 1952 foi preciso vencer as diferenças e as tensões internas, obtendo-se a aprovação formal da ABM durante o congresso de São Vicente. Um grupo liderado por Rafael Xavier (presidente da ABM) propunha que o movimento tivesse caráter apolítico, afirmando que não era necessário transformá-lo em partido político para influenciar as políticas públicas que tratavam dos municípios. Xavier era radicalmente contrário a que membros da ABM ocupassem cargos políticos eletivos, pois isso poderia ameaçar a liberdade política do movimento.

---

[289] Relatório do Diretor Executivo do II Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, Nador Rodrigues Manga. Contribuição da "Revista do Serviço Público" ao IV Congresso Interamericano de Municípios. Montevidéu, fevereiro de 1953, p.11.

[290] FARIA, R. S. (2009) "Urbanismo e Municipalismo entre a Associação Brasileira de Municípios (ABM) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM): a construção institucional do municipalismo brasileiro pós-1946 e os "problemas técnicos" de urbanismo". **Anais do Encontro da ANPUR**. Florianópolis: UFSC, p. 8.

[291] LOUREIRO PINTO, A. (1967) **The Brazilian Institute of Municipal Administration (IBAM): A Case of Institution Building in Brazil**. Los Angeles: University of Southem Califomia, p.168-169.

Por sua vez, o grupo liderado por Cleantho de Paiva Leite buscava politizar o movimento para garantir potência ao municipalismo. Para ele, era indispensável conferir força política à campanha municipalista com vistas a alcançar resultados mais concretos em favor dos municípios, especialmente para assegurar a implementação das disposições da Constituição de 1946. Segundo Aluízio Loureiro Pinto, no processo de criação do IBAM Leite empreendeu enorme esforço para vencer as resistências e suspeitas que seus companheiros tinham em função de sua atuação na Assessoria Econômica de Vargas e de suas supostas aspirações políticas[292].

No final do Congresso de São Vicente, ambos os grupos tiveram de ceder em suas reivindicações para que o IBAM se tornasse um braço técnico da ABM. Embora não tivesse vinculação partidária, o Instituto teve em seu primeiro Conselho e Comissão Executiva figuras do cenário político nacional, tais como: "Novelli Junior, Juarez Távora, Novais Filho, João Cleofas, José Joffily, Café Filho, Luís Vianna Filho, Gercino M. Pontes, Horácio Lafer, Aliaomar Baleeiro e Paulo Sarazete"[293]. Leite, inclusive, se tornou o primeiro Diretor-Executivo do IBAM e praticamente comandou o Instituto de seu escritório no BNDE até 1956, quando passou o cargo para Diogo Lordello de Mello[294]:

> (...) a insuficiência – bem maior àquela época – de pessoal qualificado em administração pública impunha a criação de instrumentos de assistência técnica aos municípios, para levá-los a um mínimo de planejamento e organicidade. Tratava-se de dar os primeiros passos no sentido de congregar os municípios, fazê-los depositar suas múltiplas experiências ao longo de um país essencialmente diferenciado, estimulá-los a trocar estas experiências, discutir alternativas de trabalho em comum, disseminar ensinamentos válidos para todos, aprimorar o conceito de que, no Brasil, o município pode ser a principal forma de aproximar governo do povo. [Para os municipalistas

[292] LOUREIRO PINTO, A. (1967) **The Brazilian Institute of Municipal Administration (IBAM): A Case of Institution Building in Brazil**. Los Angeles: University of Southem Califomia, p.168-169.
[293] *IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 35.
[294] Segundo Rômulo de Almeida, em depoimento à edição comemorativa dos 30 anos do IBAM, "(...) o IBAM, voltado para o interior, brotou da devoção ao nosso povo que seguiu Cleantho de Paiva Leite seu grande artífice - nas suas andanças nos quadro canto do mundo. Uma organização para ajudar a Administração Municipal direta e indiretamente seria um instrumento eficaz num momento em que o Municipalismo se perdia na declamação, que contentava o romantismo de alguns e a ambição política de outros. Saiu em campo e implantou o Instituto. Diretor-Executivo até quando pode, se mobilizou em tempo integral, como seu companheiro, depois sucessor, outro administrador objetivo e missionário Diogo Lordello de Mello (...)" (*IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 35).

> era] tão válido fortalecer a administração federal como consolidar de fato os municípios, realidades complementares e nunca excludentes, elementos de um processo que não prescindia de qualquer deles. (...) [Cleantho de Paiva Leite] na organização da administração federal integrou o DASP, no movimento municipalista participou da mobilização das ideias que levaram ao IBAM e a outras iniciativas de fortalecimento dos municípios. Ao integrar o segundo Governo Vargas, participou também da institucionalização inicial do processo de desenvolvimento brasileiro.[295]

Assim, a ABM e o IBAM constituem o corpo estrutural e conjuntural do Movimento Municipalista no país. São, ainda, segundo Sarah Feldman, respectivamente o braço técnico "especificamente para desempenhar atividades de assistência aos municípios", que atua "no campo estrito de urbanismo", e o braço político, "que tem entre seus objetivos promover o maior intercâmbio possível entre os Municípios, até prestar aos Municípios completa e efetiva assistência"[296].

Do ponto de vista institucional, o IBAM é dirigido desde a sua fundação por um Conselho de Administração, responsável pela transmissão dos valores do movimento da administração pública do nível federal para o municipal. Embora tenha sido fundado em 1952, apenas em 1954 foi eleito o primeiro Conselho de Administração. Os selecionados para esse Conselho foram: Luiz Simões Lopes (presidente), seguido por Rafael Xavier, Saturnino de Brito, Osvaldo Trigueiro, J. M. Dos Santos Araújo Cavalcanti, Rômulo de Almeida, Adroaldo Tourinho Junqueira Aires, Cleantho de Paiva Leite (diretor executivo) e J. Teixeira Machado Júnior (diretor adjunto). Segundo depoimento de Leite na edição comemorativa dos 30 anos do IBAM,

> A fundação do IBAM em 1952 por um pequeno grupo de idealistas, crentes

---

[295] FARIAS, J. (1993) "Geração, Ideias e Projetos em Cleantho de Paiva Leite". **Conferências do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)**. João Pessoa, p.2-5. É interessante destacar que para o outro diretor do IBRI, Oswaldo Trigueiro, "a despeito do atraso e da penúria que ainda vive grande parte de nossos Municípios, não se pode contestar o progresso da administração municipal brasileira, nos últimos tempos, quer quanto a melhoria dos serviços tradicionais, quer quanto a importância dos novos empreendimentos. (...) Isso se deve a diversos fatores, mas é justiça destacar, entre eles, a presença do IBAM, com a sua inestimável influência para a transformação da mentalidade dominante, na esfera do governo local" (Carta de Oswaldo Trigueiro para Cleantho de Paiva Leite. Brasília, 16 de outubro de 1972. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB)).

[296] FELDMAN, S. (2005) "O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/ órgãos de planejamento/ empresas de engenharia consultiva". **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Salvador, p. 23.

> na necessidade e na possibilidade de modernizar as instituições municipais, foi ato de fé no futuro do Brasil e na capacidade de seu povo e de seus dirigentes. Não há dúvida de que o Segundo período de Vargas se caracterizou por uma atividade criadora do setor público da maior importância do progresso do país: no mesmo ano do IBAM, nasceram o Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Participei da criação dos três, afastando-me em 1960 do Banco do Nordeste e em 1962 do BNDE.[297]

Vale destacar que, ao analisarmos a documentação do IBRI/*RBPI*, vimos que o IBAM e o IBRI eram tratados como parte do mesmo processo, tal como se pode perceber pela carta enviada por Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro, de 16 de maio de 1955, quando o primeiro era Diretor do BNDE/Diretor-Executivo do IBAM e o segundo, embaixador na Indonésia:

> Estou lhe devendo uma carta há bastante tempo. Com a saída do Sarmanho e do Maciel, e a vinda do Campos e do Glycon, passei a ter mais trabalho (se isso fosse possível). Sou eu agora praticamente o único que tem a tradição das operações do Banco desde seu início, uma vez que a ausência de dois anos não permitiu ao Campos e Glycon acompanhar nosso funcionamento. (...) Além disso, continuo tocando para frente, como é possível, nossos IBRI e IBAM. Mando-lhe em anexo o folheto sobre o concurso 'Municípios de Maior Progresso'. Foram distribuídos mais de seis mil exemplares a prefeitos, presidentes de Câmara Municipal, Rotary Club, deputados, senadores, governadores, etc. Espero que possamos ter certo êxito nessa primeira iniciativa.[298]

Financeiramente, o maior vínculo instituído pelo o IBAM foi com o Ministério da Educação, principalmente com subvenções destinadas ao Instituto entre os anos de 1954 a 1964. Já do ponto de vista da infraestrutura, o IBAM esteve locado, no começo, no escritório de Paiva Leite no BNDE e, posteriormente, nas dependências cedidas pela FGV no centro da cidade (mesmo local em que o IBRI permaneceu por muitos anos). O Instituto só adquiriu um

---

[297] *IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 72.

[298] Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro, de 16 de maio de 1955. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB). Vale destacar, sobre o concurso mencionado acima, "Municípios de Maior Progresso", o trecho a seguir da edição comemorativa do "IBAM 30 anos": "Houve, finalmente, um vínculo também decisivo na fase inicial do IBAM: o antigo Ponto IV, mais tarde transformado na USAID [comissão composta por representantes brasileiros e norte-americanos] (...) tinha por finalidade promover a cooperação norte-americana em programas de modernização no campo de Administração Pública em geral. Em 1955, a Comissão obteve o apoio do Ponto IV para o lançamento pelo IBAM do concurso "Municípios Brasileiros de Maior Progresso", co-patrocinado pela Revista *O Cruzeiro* – por decisão pessoal de Assis Chauteabriand – então semanário de maior penetração do País. O concurso era semelhante ao que se realizava anualmente nos Estados Unidos, sob o patrocínio *Look*, com grande êxito como veio a ser o que o IBAM promoveu de 1955 a 1960" (*IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 40).

local para sua sede em 1957, transladando-se do centro da cidade para o Bairro do Humaitá. Segundo a edição comemorativa dos "30 anos do IBAM",

> Sob vários aspectos foi a Fundação Getúlio Vargas o elo talvez mais importante nos primeiros anos do IBAM. (...) a colaboração da fundação continuou através dos anos e foi decisiva para o funcionamento regular do IBAM a partir de 1956. (...) do ponto de vista do apoio financeiro, o vinculo crítico para a consolidação do Instituto foi o Ministério da Educação e Cultura. Desde 1954, quando lhe foi concedida a primeira subvenção pelo MEC, até os dez anos seguintes, foi essa a principal fonte de receita do IBAM, e que possibilitou ao Instituto a organizar-se definitivamente, a partir de 1956, e pagar uma pequena equipe de funcionários em tempo integral para o seu funcionamento regular.[299]

Em seu Estatuto, o IBAM tinha como missão "estudar a organização administrativa e o funcionamento dos serviços municipais e urbanos, buscando seu aperfeiçoamento".[300] Dentre suas atividades estavam previstas a realização de pesquisas e a promoção e divulgação de ideias capazes de contribuir para o desenvolvimento da administração municipal e dos serviços urbanos brasileiros, prestando assistência técnica a prefeitos, câmaras municipais e outras entidades.

Logo após sua criação, o Instituto começou a editar o *Boletim do IBAM*, que a partir de 1956 ganhou o nome de *Notícias Municipai*s e, em 1961, transformou-se na *Revista Brasileira de Administração Municipal*[301]:

> O rápido reconhecimento do IBAM como entidade de utilidade pública é fruto das ligações que mantinham os seus dirigentes com a alta

---

[299] *IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982. Ainda segundo a mesma publicação, "(...) a fim de instalar o IBAM, a Fundação Getúlio Vargas cedeu-lhe [Diogo Lordello de Mello] duas salas no Edifício Darke de Mattos, Av. 13 de Maio, no centro da cidade, destinadas à seção brasileira do Instituto Internacional das Ciências Administrativas, presidida por Luiz Simões Lopes e cujo Secretário Geral era Araujo Cavalcante, ambos do conselho de Administração do IBAM. (...) Em 1968 começou a construção de sua atual sede, na rua Visconde de Silva, 157, logradouro depois oficialmente denominado Largo IBAM pelo Governo do Estado da Guanabara [para construir a sede o IBAM contou com o apoio financeiro do programa da Operação Pan-Americana]" *(IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 38; 41-42).

[300] Estatuto do IBAM (1952) **A Origem e a Missão do IBAM**. Rio de Janeiro, p.1; *Boletim do IBAM*, n.6, 1954 e *Revista de Administração Municipal*, n.173, outubro/dezembro de 1984.

[301] As publicações organizadas pela ABM e pelo IBAM são, respectivamente, a *Revista Brasileira dos Municípios* e a *Revista Notícias Municipais*. Esta foi, posteriormente, transformada em *Revista de Administração Municipal*, constituindo-se importante veículo de difusão e circulação das ideias urbanísticas no Brasil. Essas publicações apresentam uma estrutura semelhante a da *RBPI*, como podemos observar nas seções permanentes da *Revista Notícias Municipais*: Planejamento, Urbanismo, Finanças Municipais, Legislação, Jurisprudência, Bibliografia e Documentação, Assuntos Diversos e Pequenas Notícias (Cf. *IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 42).

> administração federal. (...) Outra ligação importante nos primeiros anos do IBAM foi o BNDE do qual Cleantho Leite, Diretor Executivo do Instituto, era um dos diretores. Com o auxílio de sua secretaria, no Banco, Sra. Marisa Pinto Coelho, conseguia organizar e preparar os originais do Boletim Mensal *Notícias Municipais* cujo primeiro número saiu em junho de 1954 e que depois se transformou na *Revista Brasileira de Administração Municipal*.[302]

Atualmente, o IBAM atua tanto no Brasil como no exterior, com forte presença na América Latina e nos países africanos de língua portuguesa. Vale destacar que esse Instituto manteve relação com o Itamaraty desde sua fundação visando à concretização no âmbito da cooperação técnica – organização de cursos para estagiários estrangeiros e assessoramento técnico direto em projetos relativos à administração municipal – bem como no âmbito de programas e projetos com os países em desenvolvimento[303].

A história do IBAM registra diversos momentos de grande efervescência; mas certamente o mais importante, segundo o próprio Instituto, foi o trabalho desenvolvido pelo IBAM junto à Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988, contribuindo para que o município fosse inserido com destaque na carta constitucional (cf. Art. 18, Título III, Da Organização do Estado – Da Organização Político-Administrativa) e tivesse o reconhecimento efetivo da autonomia municipal (indissolúvel), compondo, com a União, os Estados e o Distrito Federal, a organização político-administrativa do Brasil[304].

2.2.2 O ISEB

O ISEB[305], por sua vez, fundado no Rio de Janeiro no ano de 1955, ainda no governo de transição de Café Filho, influenciou diversos grupos, forneceu os pilares para a teorização

---

[302] *IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 39.

[303] Um dos objetivos da ABM/IBAM era "(...) a integração no movimento municipalista interamericano comandado pela Organização Interamericana de Cooperação Intermunicipal – OICI, então com sede em Havana e sob a orientação dedicada de Carlos Morán" (*IBAM 30 anos*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1982, p. 35).

[304] É interessante destacar que para Carneiro o IBAM pode ser caracterizado como um *think tank* em função de sua importância no cenário nacional desde os anos 1950 (CARNEIRO, J. M. B. (2002) **Formação professional para administração municipal no Brasil: A experiência do IBAM**. São Paulo: FGV.

[305] O ISEB é o instituto desse período mais estudado pelos pesquisadores; por isso, possui uma vasta literatura sobre sua história. Sobre o ISEB ver: BOSI, A. (1980) "Um testemunho do presente". In: MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933- 1974)**. São Paulo: Ática; FRANCO, M. S. C. (1985) "O tempo das

do desenvolvimento e tornou-se a síntese do pensamento nacional-desenvolvimentista. Entre os institutos estudados nesta pesquisa, o ISEB é o único que não funciona atualmente:

> O Iseb foi, no Brasil contemporâneo, a instituição cultural que melhor simbolizou ou que melhor concretizou o ideal do engajamento do intelectual na vida política e social de seu país. Apesar de expressarem discrepantes orientações teóricas e políticas, esses intelectuais do Iseb convergiam na convicção de que, por meio do debate e do confronto das idéias, seria possível formular um projeto ideológico comum para o Brasil. O nacional-desenvolvimentismo foi então concebido como essa ideologia-síntese capaz de levar o país – por meio da ação estatal (planejamento e investimento público) e de uma ampla frente classista – à superação do atraso econômico-social e da alienação cultural. Uma nação desenvolvida e soberana estava, assim, no horizonte ideológico da maioria desses intelectuais.[306]

Apesar de ter sido criado pelo Decreto n.37.680, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura, com autonomia administrativa e liberdade de pesquisa, opinião e cátedra, em função de ter sido diretamente associado ao pensamento político de esquerda teve seu término em 1964, uma vez que os militares que depuseram o governo João Goulart decretaram sua extinção em 13 de abril de 1964, pelo Decreto n.53.884[307]:

> Após seu fechamento instaurou-se um Inquérito Policial Militar (IPM) nº 481, no qual o ISEB foi apontado como um dos participantes da "guerra revolucionária" e um dos artífices da instabilidade política e social do Brasil nos anos 1960. Segundo o autor do relatório do IPM, os intelectuais do ISEB daqueles anos pretendiam desestabilizar a ordem capitalista com vistas à tomada do poder.[308]

A história do ISEB está, pois, relacionada à trajetória dos intelectuais que escreviam no suplemento cultural na 5ª página do *Jornal do Comércio* (publicado semanalmente às

---

ilusões". In: CHAUÍ, M. & FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC; JAGUARIBE, H. (1979) "Iseb: um breve depoimento e uma apreciação crítica". **Cadernos de Opinião**, n.14; LAMOUNIER, B. (1979) "O ISEB: notas à margem de um debate". **Discurso**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, nº 9, p. 153- 8; LEITE, D. M. (1969) **O caráter nacional brasileiro; história de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira; MARINHO, L. C. de O. (1986) **O ISEB em seu momento histórico**. Rio de Janeiro: UFRJ; MOTA, C. G. (1980) **Ideologia da cultura brasileira (1933- 1974)**. São Paulo: Ática; ORTIZ, R. (1994) **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense; PAIVA, V. P. (1986) **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; PÉCAUT, D. (1990) **Os intelectuais e a política no Brasil; entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática; SCHWARTZMAN, S. (1981) **Pensamento Nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo**. Brasília: UnB; SODRÉ, N. W. (1978) **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir; TOLEDO, C. N. (org) (2005) **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan.

[306] TOLEDO, C. N. de. (2005) "A experiência isebiana". **Jornal da Ciência**. SBPC. Disponível em http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=29799. Acessado em 24/09/11.

[307] TOLEDO, C. N. de. (2005) "50 anos de fundação do Iseb". **Jornal da Unicamp**, n. 296, p. 11. Disponível em http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2005/ju296pag11.html. Acesso em 04/03/2009.

[308] PEREIRA, A. E. (2005) "Organização, estrutura e trajetória do ISEB". In: TOLEDO, C. N. (org) **Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, p. 253.

sextas-feiras). Isso ocorreu a partir de julho de 1949, graças ao papel desempenhado por Augusto Frederico Schimidt que intercedeu junto ao diretor do jornal[309]. Segundo depoimento de Helio Jaguaribe,

> (...) O primeiro momento que conduziu ao ISEB foi o acordo que fizemos com o Elmano Cardin – então proprietário e diretor do Jornal do Comércio – abrangendo um pequeno grupo de intelectuais amigos meus. Recebemos dele, por intermediação de Augusto Frederico Schimidt, um poeta e escritor de quem eu fui muito amigo e que era amigo do Cardin, uma página do Jornal, por semana, para ali fazermos um Suplemento Cultural. Foi a "Quinta página" do Jornal do Comércio, que começou a estruturar um grupo de pessoas que estavam nessa iniciativa. Além de eu próprio, eram assíduos contribuintes da "Quinta Página" Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Candido Mendes, Ewaldo Correia Lima, Fábio Breves, José Ribeiro de Lira, Ottolmy Strauch.[310]

A grande repercussão do suplemento motivou a reunião sistemática (mensal) desses intelectuais no Parque Nacional de Itatiaia. O local fora conseguido por Rômulo de Almeida, membro da Assessoria Econômica de Vargas e Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura. Segundo Maria Celina Soares de D'Araújo, Vargas teria, inclusive, incentivado as reuniões do grupo, que ficou conhecido como "Grupo de Itatiaia"[311].

Embora tivessem orientações teóricas, ideológicas e políticas muito distintas, esses intelectuais tinham em comum a questão da superação do atraso e a busca do desenvolvimento brasileiro. Alguns deles exerciam funções públicas e ocupavam altos cargos no aparelho estatal, pois acreditavam que era necessário cumprir funções de assessoria, consultoria, elaboração de projetos etc.[312]

Para estruturar as atividades do grupo, criou-se, em 1953, o Instituto Brasileiro de Sociologia, Economia e Política (IBESP), que foi financiado em parte por Hélio Jaguaribe. Com o objetivo de divulgar as ideias dos intelectuais do IBESP, entre 1953 e 1956, editou-se

---

[309] PEREIRA, A. E. (2002) **O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil - 1952-1964**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

[310] H. KUMASAKA; BARROS, L. O. C. (1988) "Entrevista com o professor Helio Jaguaribe de Matos". **História da Ciência** (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp), p.10. Disponível em http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/ehelio.pdf. Acesso em 20/03/2010.

[311] D'ARAUJO, M. C. S. (1992) **O segundo Governo Vargas 1951 – 1954: democracia, partidos e crise política**. São Paulo: Ática.

[312] MIGLIOLI, J. (2005) "O ISEB e a encruzilhada nacional". In: TOLEDO, C N. de **Intelectuais e política no Brasil: A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan.

a revista *Cadernos do Nosso Tempo* (publicação que serviu de modelo para a *RBPI*)[313].

Porém, como os recursos eram escassos, Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier tentaram tornar o IBESP uma instituição pública. Isso porque o instituto não "compunha os quadros do governo e sua sobrevivência dependia das contribuições de seus membros, jovens em início de carreira"[314]. Com o suicídio de Vargas, o projeto ficou estagnado e só em 1955 foi aprovado, baseado em uma proposta que pretendia instalar no Brasil o equivalente ao Colégio da França[315]. Segundo afirma Jaguaribe,

> Foi assim que se decidiu, em 1954, encontrar uma fórmula pública para o Instituto [IBESP]. A oportunidade se apresentou quando Gilberto Amado foi designado chefe de gabinete de Antonio Balbino, ministro da Educação. Gilberto Amado e Antonio Balbino aceitam a ideia de construir um equivalente brasileiro ao College de France ou, em ternos latino-americanos, ao Colégio de México, participando eu, ativamente, dos trabalhos preparatórios desta instituição. O golpe de 24 de agosto de 1954 interrompeu, infelizmente, essa iniciativa, como tantos outros projetos importantes do governo Vargas. Afortunadamente, entretanto, o novo presidente Café Filho designa ministro da Educação um homem de ampla cultura e visão intelectual, o professor Candido Motta Filho. Este encontra, entre os estudos deixados por seu antecessor, o projeto do Colégio do Brasil e resolve dar-lhe continuidade, embora em escala mais modesta, como o exigiam as novas circunstâncias do país. E assim, contrariando as tendências gerias do governo Café Filho, surge finalmente, no âmbito do Ministério da Educação (...) um conjunto de atividades de estudo e ensino, com plena autonomia de pesquisa e de cátedra, sob a denominação de Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.[316]

Desde o início o ISEB teve poucos recursos, permitindo apenas arcar com as despesas básicas e a remuneração do seu diretor. Os demais colaboradores não eram remunerados. Como o instituto era autônomo, alguns membros procuraram financiar suas pesquisas junto à iniciativa privada, como é o caso de Alberto Guerreiro Ramos, que dirigia o Departamento de Sociologia e que, em 1958, criou o Centro de Estudos e Pesquisas financiado pela Federação

[313] Sobre essa revista ver capítulo 1.
[314] BUARQUE, C. (2012) "Arquivo Cadernos de Nosso Tempo. Nota de apresentação". **Revista Estudos Políticos**, n. 4, p. 138.
[315] PEREIRA, A. E. (2005) "Organização, estrutura e trajetória do ISEB". In: TOLEDO, C. N. (org) **Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, p. 255.
[316] JAGUARIBE, H. (1979) "ISEB – Um breve depoimento e uma reapreciação crítica". **Cadernos de Opinião**, n. 14, p. 95.

das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)[317].

A leitura da realidade feita pelos participantes das discussões do ISEB buscava, essencialmente, resolver os seguintes problemas: a realização de um projeto integrado de desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país; a implementação desse projeto dentro das condições existentes no Brasil e no mundo; e a constatação de que o Brasil e os demais países do bloco ocidental estavam em diferentes estágios de desenvolvimento[318]. Desse modo, eram favoráveis a uma política econômica liberal que reforçaria o setor primário da economia:

> O ISEB iniciou suas atividades no momento em que Juscelino Kubitschek assumia a presidência da República e começava a se acelerar o processo de industrialização do país, com a ampliação dos investimentos privados nacionais e estrangeiros, além do investimento estatal. Os membros do ISEB apoiaram a política de desenvolvimento de Kubitschek por considerá-la muito próxima das ideias que eles próprios vinham formulando.[319]

Assim, o ISEB exemplifica a efervescência do pensamento modernizador que tomava conta da *intelligentsia* nacional da década de 1950. Os intelectuais que integravam o Instituto, muitos deles diretamente vinculados ao aparelho estatal, propunham uma política de desenvolvimento que seguia a vertente nacionalista, capaz de conduzir o Brasil à emancipação e à soberania:

> Muitos dos intelectuais fundadores [do ISEB] exerciam funções públicas, o que facilita o acesso deles às instâncias decisórias. É o caso de Alberto Guerreiro Ramos (no DASP e na Assessoria Econômica), Ignácio Rangel (na Assessoria Econômica e mais tarde no Departamento Econômico do BNDE), Helio Jaguaribe (que prestou assessoria jurídica à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e elaborou projetos para o MEC), Roland Corbisier (que atuava na ATEC/MEC) e Ewaldo Correia Lima (da Assessoria Econômica). Também não se pode deixar de mencionar a atuação de Anísio Teixeira (INEP e CAPES) que contribuiu para viabilizar o projeto do ISEB dentro do Ministério da Educação e Cultura. A demanda dos intelectuais é atendida não somente graças às funções públicas que exercem, mas devido ao reconhecimento da necessidade de criação de um centro de estudos capaz de contribuir para os esforços do desenvolvimento que vinham sendo

[317] JAGUARIBE, H. (2005) "O ISEB e o desenvolvimento nacional". In: TOLEDO, C. N. de (org) **Intelectuais e política no Brasil: A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan.
[318] MIGLIOLI, J. (2005) "O ISEB e a encruzilhada nacional". In: TOLEDO, C. N. (org) **Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio Janeiro, REVAN.
[319]ABREU, A. A. & BELOCH, I. (2001) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, p. 2802.

empreendidos.[320]

Cumpre ressaltar, no entanto, que mesmo vinculados ao Estado os intelectuais do ISEB mantinham relativa autonomia. Embora acreditassem que o Estado tinha papel decisivo no desenvolvimento do país, o Instituto não determinava a pauta dos cursos, da produção intelectual dos membros, dos alunos etc.

A estrutura administrativa formal do Instituto era baseada em dois Conselhos e cinco Departamentos: o Conselho Consultivo era composto por 50 membros indicados pelo MEC, abaixo estava o Conselho Curador, formado por oito membros e, em seguida, estavam os cinco Departamentos: Ciência Política, Economia, Filosofia, História e Sociologia.

Para alcançar seus objetivos, o ISEB instituiu um curso regular com duração de um ano ministrado a alunos portadores de diploma de nível superior (profissionais liberais, militares, professores, funcionários públicos etc.). Os alunos selecionados deveriam ocupar posições de destaque no serviço público ou privado – empenhados nos estudos dos problemas nacionais e no planejamento e execução das soluções.

Ademais, havia os cursos extraordinários e as conferências (abertos ao público e sem exigência de formação superior). Para demonstrar o prestígio do ISEB nesse período temos o fato de que a primeira turma formada pelo curso regular (1956) teve Juscelino Kubitschek como paraninfo. Assim, as atividades do Instituto estiveram concentradas no ensino e na pesquisa e foram voltadas para a divulgação das ideias desenvolvimentistas. Entretanto, segundo Caio Navarro de Toledo,

> (...) não se limitaram [membros do ISEB] a ministrar aulas e conferências na sede do instituto. Escreveram pequenos livros dirigidos aos trabalhadores e às camadas populares (como, por exemplo, os "Cadernos do Povo Brasileiro"). Também assinavam artigos em jornais e revistas progressistas, reivindicando a realização das reformas estruturais e, durante os nove anos de existência do instituto, se posicionaram ativamente contra as constantes ameaças ao regime democrático brasileiro.[321]

---

[320] PEREIRA, A. E. (2002) **O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil - 1952-1964**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, p. 70.

[321] TOLEDO, C. N. de. (2005) "A experiência isebiana". **Jornal da Ciência**. SBPC. Disponível em http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=29799. Acessado em 24/09/11.

No ano de 1958, instala-se uma grande polêmica no ISEB, o que o levará à crise: o livro *Nacionalismo na atualidade brasileira*, escrito por Hélio Jaguaribe. A polêmica centrava-se na crítica às teses do autor sobre o recurso ao capital estrangeiro e à privatização do setor petroquímico. O debate sobre o livro, durante uma reunião do Conselho Curador, gerou a defesa da liberdade de cátedra e de opinião. Porém, tal defesa não resolveu a crise e mais: provocou o afastamento de dois intelectuais "históricos do ISEB"[322]: Alberto Guerreiro Ramos e Helio Jaguaribe. A partir dessa ruptura a estrutura administrativa do ISEB passou por grandes modificações:

> Por meio do Decreto nº 45.811 foi extinto o Conselho Consultivo e, em seu lugar, ganhou significativos poderes a recém-criada Congregação formada pelos professores responsáveis pelos Departamentos e pelo Diretor Executivo. O Conselho Curador foi mantido, mas seu papel resumia-se a fiscalizar a execução da dotação orçamentária e do Plano de Atividades Anuais. Na prática, o Decreto nº 45.811 concedeu maiores poderes ao Diretor Executivo e aos chefes dos Departamentos.[323]

A partir de 1959 o ISEB entrou em outra fase. Voltou-se para os segmentos organizados da sociedade, oferecendo um número bem maior de cursos destinados aos membros de órgãos públicos, órgãos paraestatais, universidades, entidades culturais, sindicatos, associações de classe, movimento estudantil, partidos políticos etc.[324]

Em 1961, o Instituto passa por sua pior crise financeira, quando perde a sua dotação orçamentária anual. Essa crise econômica vai coincidir com o momento no qual as ideias do ISEB mais repercutem na opinião pública, pois o Instituto se envolveu diretamente na

---

[322] TOLEDO, C. N. (2005) "Apresentação". In: TOLEDO, C. N. (org) **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan.

[323] PEREIRA, A. E. (2005) "Organização, estrutura e trajetória do ISEB". In: TOLEDO, C. N. (org) **Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, p. 258.

[324] Para Edson Bariani, "nesses breves 9 anos de existência vários conflitos agitaram o ISEB: o estreitamento do grupo de participantes, as disputas internas, o controverso apoio à candidatura do Mal. Lott, a polêmica em torno do livro de Hélio Jaguaribe (Nacionalismo na atualidade brasileira), as críticas de GR [Guerreiro Ramos] a Jaguaribe e a Álvaro Vieira Pinto, a pressão da UNE no sentido de um alinhamento ideológico, o boicote orçamentário, as diferenças entre o nacionalismo dos antigos isebianos (históricos) e o esquerdismo dos novos isebianos etc. Não obstante, os conflitos não se limitaram ao funcionamento do ISEB, os analistas e comentaristas que se debruçaram sobre o instituto travaram (e travam) severas batalhas; de fábrica de ideologias, órgão oficial (ou oficioso) do governo JK a bastião da esquerda nacionalista e revolucionária, muito foi dito a respeito dele" (BARIANI, E. (2005) "Iseb: fábrica de controvérsias". **Revista Espaço Acadêmico**, n. 45, p. 1. Disponível em http://www.espacoacademico.com.br/045/45cbariani.htm. Acessado em 02/08/2011).

campanha pelas "reformas de base" propostas pelo presidente João Goulart (1961-1964)[325]. De acordo com Pereira,

> (...) Esta fase corresponde ao momento final da história isebiana na qual a instituição engajou-se mais diretamente no curso da conjuntura política. Este engajamento, que se articulava com frentes políticas e movimentos sociais da esquerda reformista, levou setores militares e civis a intervir no processo político brasileiro. Nos primeiros dias de abril de 1964, O Instituto Superior de Estudos Brasileiros era fisicamente destruído pelas forças de repressão que apoiaram o golpe de 1964. Durante anos alguns de seus intelectuais serão alvos das investigações instauradas pelos militares golpistas.[326]

Assim, a atuação do ISEB no final da década de 1950 e nos anos 1960 esteve mais vinculada aos problemas concretos do desenvolvimento nacional. O envolvimento do Instituto nas campanhas pelas "reformas de base" demonstra maior engajamento dos membros do ISEB com o debate político do período, uma vez que as reformas tornaram-se um imperativo para os intelectuais, já que os principais problemas brasileiros (miséria, desigualdade social, latifúndios etc.) não haviam sido solucionados pelos presidentes desenvolvimentistas do período.[327]

2.2.3 Quadros e Vínculos

Procuramos demonstrar, neste capítulo, que na década de 1950 ocorreu uma ampliação no quadro de instituições de produção intelectual e planejamento de políticas públicas em função da compreensão da importância do campo intelectual como um espaço de luta política travada em torno das propostas de desenvolvimento para o Brasil.

No intuito de exemplificar as questões tratadas neste trabalho, na sequência apresentaremos algumas figuras que buscam demonstrar como os membros do Conselho Curador e Consultivo do IBRI/*RBPI* (assunto tratado no capítulo anterior), representantes da

---

[325] SODRÉ, N. W. (1978) **A Verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora.
[326] PEREIRA, A. E. (2005) "Organização, estrutura e trajetória do ISEB". In: TOLEDO, C. N. (org) **Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, p. 258.
[327] PÉCAUT, D. (1990) **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: Ática.

intelligentsia nacional, estavam inseridos: no IBAM e ISEB, na academia, na imprensa, no espaço político, nas instituições nacionais e nos órgãos internacionais[328].

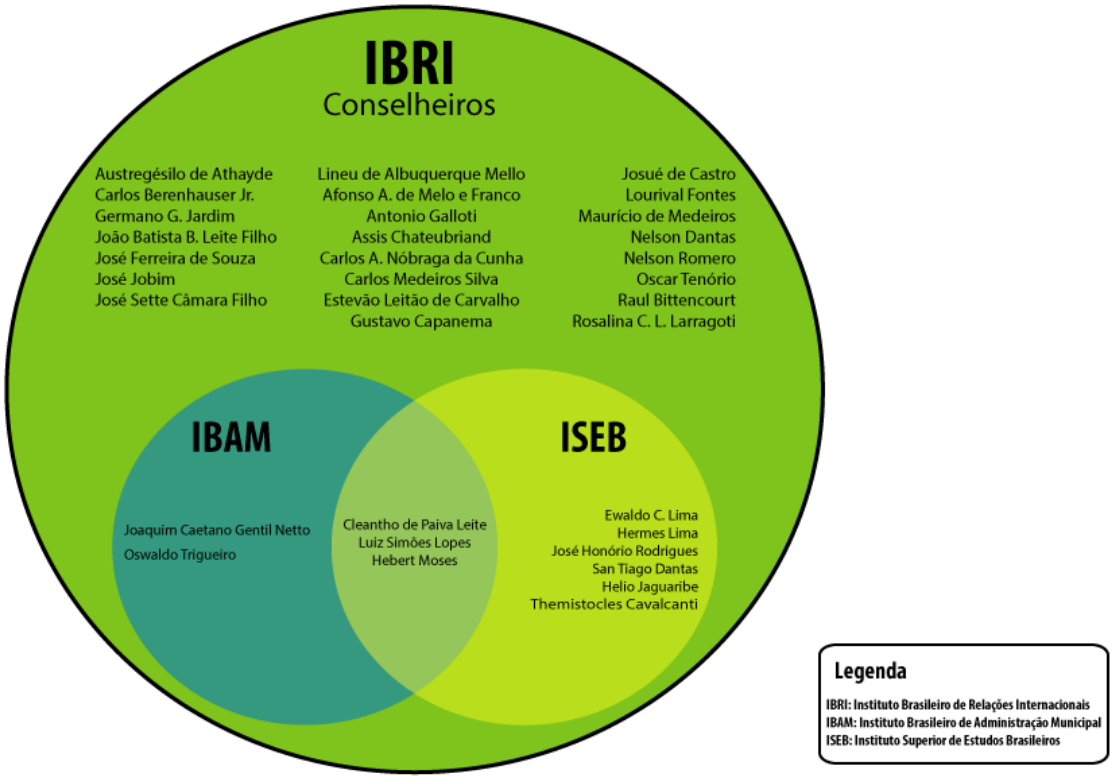
Antes de apresentar as figuras, cumpre destacar que compunham o Conselho Curador: José Ferreira de Souza (presidente), San Tiago Dantas, Carlos Berenhauser Junior, João Batista Barreto Leite Filho, Linneu de Albuquerque Mello, Hermes Lima, Hélio Jaguaribe, José Sette Câmara Filho, Austregésilo de Athayde, Ewaldo Correia Lima, Germano Gonçalves Jardim e Joaquim Caetano Gentil Netto.

Por sua vez, faziam parte do Conselho Consultivo: Afonso Arinos de Melo e Franco, Antonio Galloti, Arthur G. de Araujo Jorge, Assis Chateaubriand, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, Carlos Medeiros Silva, Cyro de Freitas Valle, Estevão Leitão de Carvalho, Gustavo Capanema, Haroldo Valadão, Herbert Moses, Josué de Castro, Lourival Fontes, Luiz Simões Lopes, Maurício Mendes, Nelson Dantas, Nelson Romero, Oscar Tenório, Raul Bittencout, Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti e Temístocles Cavalcanti.

Embora conste nos estatutos do IBRI, bem como nos estatutos e documentos do IBAM e ISEB, o caráter apolítico dessas instituições – pois segundo seus idealizadores elas deveriam ter autonomia gerencial sem ligações com o poder público – o que podemos perceber é que o corpo dirigente desses institutos era composto por pessoas muito influentes nos governos entre as décadas de 50 e 60, quadros que abriam as portas, por exemplo, para arrecadar recursos financeiros. Na figura abaixo, podemos observar a intersecção dos atores políticos nos institutos estudados neste subcapítulo:

Figura 13: Intersecção dos Atores Políticos (IBRI/IBAM/ISEB)

[328] Para ter acesso a um panorama mais completo da atuação profissional dos conselheiros do IBRI/*RBPI* ver apêndice.



Acreditamos que a convergência de pensamento de grande parte dos intelectuais que compunham o IBRI, IBAM e ISEB, pode ajudar a justificar a incorporação da *intelligentsia* no aparato estatal. Além disso, podemos supor que a presença dos membros dos institutos no quadro institucional do Estado também conferia mais evidência e legitimidade aos próprios institutos.

Assim, entendemos que os intelectuais do IBAM, do IBRI e do ISEB constituíram uma comunidade epistêmica em torno dos preceitos desenvolvimentistas. Essa *intelligentsia*, formada por um grupo de atores políticos que apresentavam uma convergência ideológica em torno do desenvolvimentismo, procurou produzir pensamento próprio sobre os problemas brasileiros ("a realidade brasileira"), em especial na busca pela superação do "atraso nacional" através, principalmente, do desenvolvimento industrial, bem como repensar o lugar do Brasil no plano internacional. Segundo afirma Helio Jaguaribe,

> (...) Na verdade esses institutos [IBAM, ISEB e IBRI] constitucionalmente eram completamente independentes. Cada um tinha objetivos próprios. O

> IBAM era um órgão que visava a dinamizar os municípios brasileiros. O ISEB era um organismo destinado a elaborar estudos sobre desenvolvimento, um projeto de desenvolvimento, e a aceleração do projeto de desenvolvimento... e o IBRI era um instituto voltado para relações internacionais. Mas certas preocupações eram comuns, por isso que pessoas... o Cleantho por exemplo é decisivo no IBAM e no IBRI, menos decisivo no ISEB. Eu sou decisivo no ISEB, não tenho participação direta no IBAM, tenho direta no IBRI. Havia, portanto, (...) diferentes posições, [mas também] uma mentalidade nesse grupo comum, que era a mentalidade nacional-desenvolvimentista que conduziu à formação desses três institutos.[329]

Boa parte dos membros do IBRI, bem como do IBAM e ISEB, atuavam na academia, no âmbito político e no setor de comunicação. Era muito comum neste período que os intelectuais operassem simultaneamente em vários cargos/funções, tais como: professores universitários, jornalistas, deputados e senadores, etc. Como podemos observar na figura abaixo sobre os espaços de atuação dos conselheiros do IBRI:

Figura 14: Conselheiros do IBRI – Espaços de Atuação

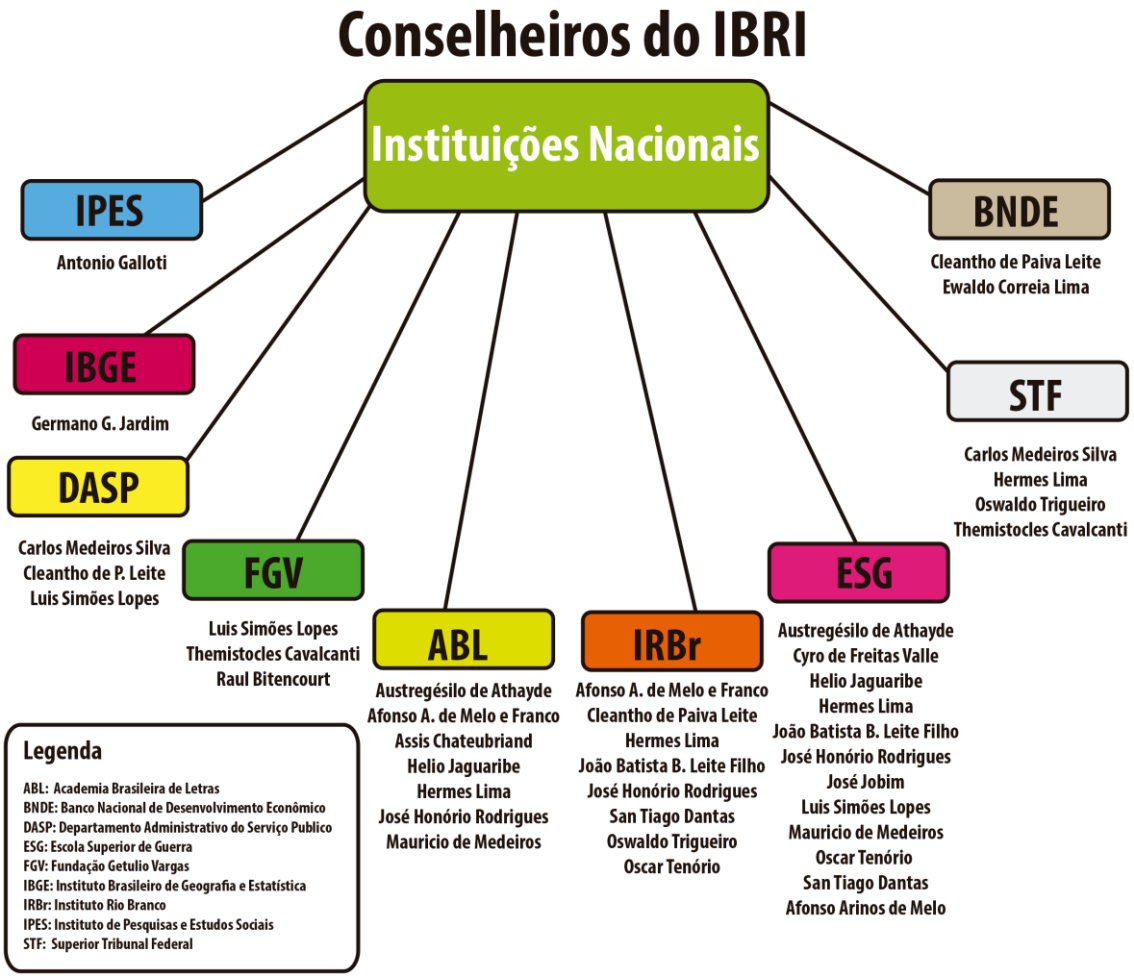
[329] Entrevista de Hélio Jaguaribe para Raphael Nascimento. Brasília, 26 de abril de 2005. In: NASCIMENTO, R. O. (2005) **Ideias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964**. Brasília: Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, p.126. Dissertação de mestrado.

Vimos também neste capítulo, que uma estratégia vital dos governos, principalmente o Segundo Governo Vargas e o governo Kubitschek, para colocar em marcha instrumentos capazes de acentuar o desenvolvimento econômico no bojo da modernização administrativa e do planejamento governamental, foi incorporar os técnicos desenvolvimentistas ao aparelho estatal.

Ademais, esses órgãos, clubes, associações e demais instituições de produção intelectual que operavam dentro e fora do aparelho estatal exerceram papel importante na difusão das teses relacionadas ao desenvolvimento, uma vez que seus membros buscavam

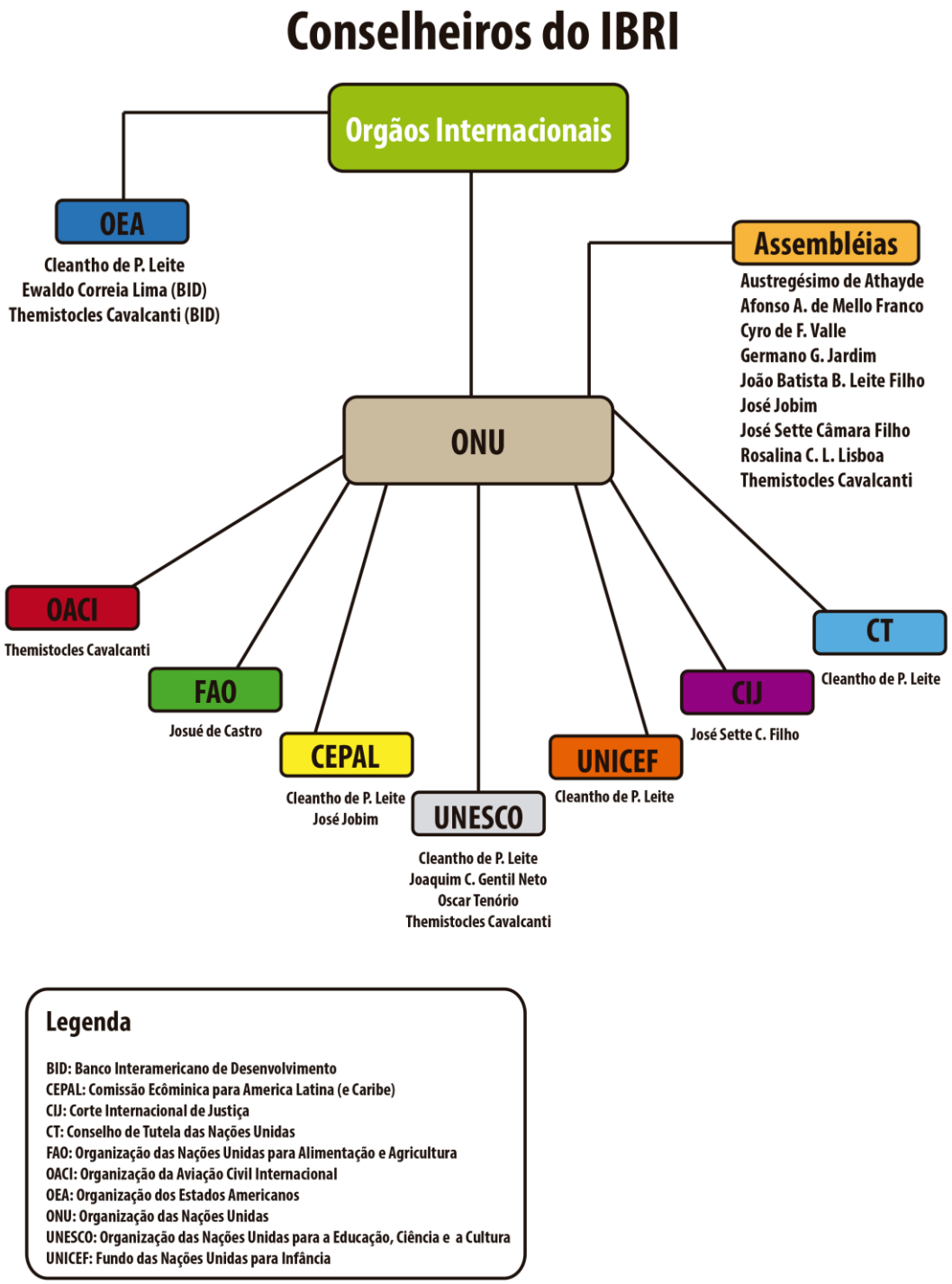
congregar o saber técnico com a ação política. No quadro abaixo podemos observar que grande parte dos integrantes do Conselho do IBRI/*RBPI* pertenciam a importantes instituições nacionais, sobretudo às públicas:

Figura 15: Conselheiros do IBRI: Instituições Nacionais



Podemos observar acima, que parte considerável dos conselheiros do IBRI tinham acesso a órgãos-chave do aparelho estatal, tais como o DASP e o BNDE ou participavam de instituições de prestígio no cenário nacional como, por exemplo, a ABL. Estes conselheiros do também participaram ativamente das instâncias internacionais, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, seja atuando na própria Nações Unidas, principalmente como representantes do país nas Assembleias, seja participando dos "braços institucionais" da ONU no Brasil e no exterior, conforme podemos observar na figura seguinte:

Figura 16: Conselheiros do IBRI - Órgãos Internacionais



Acreditamos que os membros do IBRI fazem parte do que Amaury de Souza chama de "comunidade brasileira de política externa", ou seja, um "(...) universo constituído por pessoas que participam do processo decisório e/ou contribuem de maneira relevante para a formação

da opinião no tocante às relações internacionais do país".

Este grupo é composto por pessoas que atuam nas mais diferentes esferas e representam os interesses tanto da iniciativa privada, como da esfera pública: "autoridades governamentais, congressistas, representantes de grupos de interesse, líderes de organizações não-governamentais, pesquisadores acadêmicos, jornalistas e empresários com atuação na esfera internacional"[330].

Embora Souza afirme que as "comunidades de política externa" não são entidades socialmente homogêneas, o pesquisador acredita que é razoável presumir "(...) que tais 'comunidades' mostram-se bastante convergentes no que diz respeito às premissas e aos critérios de avaliação utilizados para atribuir prioridades e definir diretrizes estratégicas de política externa"[331].

Assim, acreditamos que embora o grupo do IBRI fosse bastante heterogêneo como pode ser exemplificado nas figuras de Oswaldo Trigueiro (fundador da UDN nomeado ministro do STF durante a ditadura civil-militar) e Helio Jaguaribe (um importante quadro de esquerda desse período exilado nos EUA pós 64), essas personalidades tinham em comum um projeto de inserção internacional para o Brasil que tinha como principal vetor o desenvolvimento

---

[330] SOUZA, A. (2002) *A Agenda Internacional do Brasil: um Estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa*. Rio de Janeiro: CEBRI, p.15. Disponível em: http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/07/agenda-internacional-do-brasil-Amaury-de-Souza.pdf. Acessado em: 20/03/2011. Para formar um quadro atual da "comunidade brasileira de política externa", Souza realizou uma pesquisa com 149 personalisdades entre 2000 e 2001. Para a seleção das pessoas a serem entrevistadas, organizou-se uma lista de personalidades que pertencem à comunidade brasileira de política externa que se distribuíam por diversos segmentos: "1.Poder Executivo: Ministros de Estado e membros do primeiro e do segundo escalões dos Ministérios das Relações Exteriores; Fazenda; Defesa; Agricultura e Abastecimento; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Planejamento, Orçamento e Gestão; Banco Central e BNDES. 2. Congresso Nacional: Presidentes e membros das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara de Deputados e do Senado, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e do Parlamento Latino-Americano. 3.Líderes Empresariais, Sindicais e de Organizações Não-Governamentais: Presidentes e primeiro escalão de associações empresariais da indústria, serviços e agricultura; associações de trabalhadores e outras organizações não-governamentais. 4.Empresários: Presidentes, vice-presidentes e diretores executivos de grandes empresas industriais, financeiras e de energia com atuação no comércio exterior. 5. Acadêmicos e Jornalistas: Editorialistas, colunistas e jornalistas da imprensa escrita e televisiva de São Paulo e do Rio de Janeiro e professores e pesquisadores acadêmicos nas áreas de relações internacionais e defesa. 6.Conselheiros e Consultores do Centro Brasileiro de Relações Internacionais". Idem, p. 103.

[331] SOUZA, A. (2002) *A Agenda Internacional do Brasil: um Estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa*. Rio de Janeiro: CEBRI, p.15. Disponível em: http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/07/agenda-internacional-do-brasil-Amaury-de-Souza.pdf. Acessado em: 20/03/2011.

nacional:

> Neste sentido, as ideias e avaliações da "comunidade de política externa" delimitam o discurso político visto como legítimo, fixam o molde dentro do qual se formam as percepções de outros segmentos sociais e da opinião pública e assim influenciam, direta e indiretamente, o curso das decisões de política externa. Para bem entender, portanto, sua formação, mister se faz conhecer as percepções, aspirações, preferências e recomendações dessa "comunidade"[332].

No próximo capítulo, daremos destaque a dois atores e instituições importantes para compreendermos o IBRI/*RBPI* entre 1954 e 1992: os diplomatas/Itamaraty e os militares/Forças Armadas. Empreenderemos tal tarefa pois tanto nos Conselhos do instituto, quanto em relação aos colaboradores que escreveram na revista, percebemos um grande número de diplomatas e um número considerável de militares. Ademais, trataremos das semelhanças entre estas duas instituições/carreiras e do IBRI/*RBPI* durante a ditadura civil-militar.

[332] SOUZA, A. (2002) *A Agenda Internacional do Brasil: um Estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa*. Rio de Janeiro: CEBRI, p.15. Disponível em: http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/07/agenda-internacional-do-brasil-Amaury-de-Souza.pdf. Acessado em: 20/03/2011.

CAPÍTULO 3. DIPLOMATAS E MILITARES: RELAÇÃO COM O IBRI/*RBPI*

No capítulo 2 tratamos dos técnicos e sua incorporação ao aparelho de Estado entre os governos Vargas e Kubitschek, quando IBRI/*RBPI* foram fundados. Também analisamos dois institutos que compartilharam quadros com o IBRI: o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Neste capítulo, conferimos destaque a outros dois atores que são relevantes para a nossa investigação do IBRI/*RBPI*: os diplomatas e os militares. Não só nos Conselhos[333] do Instituto como também entre os colaboradores que publicaram na Revista entre 1958 e 1992 percebemos um grande número de diplomatas e um número considerável de militares.

Para exemplificar tal questão, consideremos que, entre os 37 conselheiros do IBRI (Conselhos Consultivo e Curador), 19[334] tiveram relação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), seja participando do quadro diplomático, nomeados para embaixadas/consulados e/ou órgãos internacionais, seja atuando como colaboradores do curso do Instituto Rio Branco (IRBr[335]). No que diz respeito aos militares, 14[336] conselheiros tiveram vinculação com as Forças Armadas (FA), sendo dois da carreira militar e 12 relacionados à Escola Superior de Guerra (ESG). Já no que diz respeito à publicação de

[333] Os Conselhos Curador e Consultivo do IBRI/*RBPI* foram tratados nos capítulos 1 e 2 desta tese.
[334] IRBr: Afonso Arinos de Mello e Franco, Cleantho de Paiva Leite, Hermes Lima, João Batista B. Leite Filho, José Honório Rodrigues, San Tiago Dantas, Oswaldo Trigueiro e Oscar Tenório. Demais órgãos: Themístocles Cavalcanti, Ewaldo Correia Lima, Josué de Castro, José Jobim, Joaquim C. Gentil Netto, José Sette C. Filho, Austregésilo de Athayde, Cyro de Freitas Valle, Germano G. Jardim, Haroldo Valadão e Rosalina C. L. Lisboa.
[335] Quando o Instituto Rio Branco foi criado, em 1945, cunhou-se a sigla IRB e não a IRBr, usada atualmente. Nesta tese, utilizaremos a sigla atual: IRBr.
[336] Carreira Militar: Carlos Berenhauser Júnior e Estevão Leitão de Carvalho. Conferencistas: San Tiago Dantas, Hermes Lima, Helio Jaguaribe, João Batista B. Leite Filho, Luiz Simões Lopes, José Honório Rodrigues e Oscar Tenório. Diplomados: Austregésilo de Athayde, Hermes Lima, João Batista B. Leite Filho, José Honório Rodrigues, José Jobim, Cyro de Freitas Valle e Maurício de Medeiros. Cursos livres: Afonso Arinos de Melo Franco.

artigos na Revista, convém destacar que atores da alta hierarquia do MRE e das FA publicaram artigos na *RBPI* (oito chanceleres e cinco generais[337]).

Os diplomatas, por seu turno, também tiveram participação importante no Instituto e na Revista em todo o período estudado. Na década de 50, estes ainda não tinham o monopólio sobre a agenda de política externa, uma vez que os técnicos exerciam grande influência junto aos presidentes e às agências estatais, do mesmo modo que outros atores: acadêmicos, empresários, jornalistas, parlamentares etc.

Com efeito, os diplomatas compartilharam este espaço de expressão (a *RBPI*) com os demais atores políticos de influência no período estudado. Porém, com o tempo, ocorre um processo de burocratização e insulamento do MRE, gerando um "quase monopólio" sobre a formulação da política externa brasileira.

A fundação do IBRI e da *RBPI* na década de 50 representa, portanto, essa transformação. O Instituto e a Revista acompanham o processo de institucionalização e burocratização do Itamaraty, uma vez que, com o passar dos anos, cresce a participação dos diplomatas no IBRI e na *RBPI* na medida em que se institucionaliza e se profissionaliza cada vez mais o campo das relações internacionais, com a criação de cursos universitários, de entidades, clubes e demais publicações voltadas exclusivamente para a área.

Já com relação aos militares, estes colaboraram com o Instituto e a Revista principalmente após 1964, tratando especialmente de temas relativos à inserção internacional do Brasil, ao desenvolvimento e às questões de segurança e defesa, além de questões diretamente relacionadas com os assuntos mais relevantes da agenda internacional do período da Guerra Fria. Da mesma forma, a participação desses atores entrou em declínio na medida em que o regime enfraqueceu, ocorrendo o processo de abertura política e redemocratização.

[337] Chanceleres: Araújo Castro, Hermes Lima, Celso Lafer, Mário Gibson Barbosa, Osvaldo Aranha, Ramiro Saraiva Guerreiro, Raul Fernandes e Vicente Ráo. Generais: Emílio Maurell Filho, Frederico Rondon, Fritz Azevedo Manso, Meira Mattos e Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

Abordaremos, ainda neste capítulo, duas instituições formadoras desses atores: o Instituto Rio Branco (IRBr) e a Escola Superior de Guerra (ESG). Essas instituições foram responsáveis pela construção da identidade social de boa parte desses profissionais – o IRBr era pré-requisito de ingresso na carreira diplomática e a ESG aglutinava membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica –, sendo esses espaços espécies de "laboratórios de ideias" do MRE e das FA. Assim, muitas dessas ideias acabaram se constituindo em linhas de política externa que reverberaram na *RBPI* entre o final da década de 1950 e início da década de 1990.

Por último, trataremos de uma questão que nos cativou muito desde o começo dessa pesquisa: a relação entre o Itamaraty e as Forças Armadas durante a ditadura civil-militar. Procuramos abordar o tema do processo de insulamento vivido pelo MRE bem como as formas de resistência e colaboração do órgão e seus agentes durante os 21 anos de ditadura. Tal movimento é essencial para compreendermos os possíveis impactos da mudança de regime político no IBRI e na *RBPI*; ou seja, buscamos perceber se o Instituto e a Revista foram, de alguma forma, prejudicados ou beneficiados com o golpe militar.

3.1. "O espírito de corpo": semelhanças entre a carreira diplomática e a militar

Segundo Alexandre Barros, os militares e diplomatas são os grupos "mais homogêneos, mais articulados e mais conscientes do que seja o processo de construção do Estado Nacional brasileiro"[338], uma vez que esses atores têm consciência do papel político que devem exercer na sociedade.

A própria diplomacia moderna teria surgido ligada à atividade militar, sendo absorvida pelos Estados Nacionais ao continuar a "guerra" por meios não militares[339]. Assim,

[338] BARROS, A. S. C. (1977) "A formação das elites e a constituição do Estado nacional brasileiro". **Dados**. Rio de Janeiro, n. 15, p.102.

[339] Para Zairo Cheibub, a estrutura organizacional do Estado funciona como um mecanismo de exercício do poder e apresenta duas estruturas básicas: a civil e a militar: "O aparato militar dedica-se às tarefas de

diplomatas e militares cumpriram importante papel na formação dos Estados, pois o prestígio e o poder dessas instituições estavam diretamente relacionados ao fortalecimento do espaço nacional[340].

Ora, o que unificou e unifica os diplomatas e os militares é o "espírito de corpo"[341] comum a esses dois grupos, já que esses profissionais vivenciam um processo de formação e socialização bastante similar, o que legitima suas identidades sociais junto a outros segmentos da sociedade[342]. Além disso, essas duas carreiras lidam com o "exterior", seja pela via do acordo e da negociação, no caso dos diplomatas, seja pela via da pressão e dos conflitos, função dos militares.

Embora sempre tenham existido disputas internas, o "espírito de corpo" diplomático vincula-se ao alto grau de coesão desse setor em relação às outras organizações do Estado, com exceção dos militares. O que dá unidade ao corpo diplomático brasileiro ao longo de sua história é a identidade forjada na crença da competência do treinamento e na autonomia/isolamento, uma imagem construída principalmente a partir da gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) à frente do Ministério das Relações Exteriores:

---

consolidação territorial e defesa do Estado, tanto externa como interna. O preenchimento dos lugares nesses ramos do aparato estatal deve ser feito por funcionários profissionais que dependam do Estado para a manutenção de suas posições. Em função disso, a tarefa de formação das elites civis e militares, responsáveis pela constituição e manutenção do Estado, é de fundamental importância. (...) A diplomacia moderna surge ligada à atividade militar e é absorvida pelos Estados nascentes na medida em que continuando a guerra por meios não militares, servia para fomentar o crescimento e a consolidação dos Estados Nacionais. A estreita vinculação da atividade diplomática com a militar e o fato da diplomacia se colocar a serviço do Estado nacional acarretam transformações importantes tanto na função quanto na posição dos diplomatas" (CHEIBUB, Z. B. (1987) "Diplomacia e Formação do Estado Nacional". **Política e Estratégia**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 57-59).

[340] Sobre o assunto ver: BARROS, A. S. C. (1978) **The Brazilian Military. Professional Socialization, Political Performance and State Building**. Chicago: The University of Chicago; CASTRO, C. (2002) **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; CHEIBUB, Z. B. (1984) **Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; COELHO, E. C. (1976) **Em Busca de Identidade: o Exercito e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense; STEPAN, A. C. (1975) **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova.

[341] Aqui estamos considerando "espírito" como sinônimo de identidade social.

[342] Sobre a questão da identidade ou "espírito militar" ver: CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Sobre a questão da hierarquia ver: LEIRNER, P. de C. (1997) **Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro/São Paulo: FGV/Fapesp. Nesse trabalho, Leirner trata da hierarquia como fato social total na vida dos militares. Apesar de ser um princípio em si mesmo segmentador, a hierarquia unifica e uniformiza os indivíduos da corporação.

> Essas características peculiares do serviço diplomático brasileiro contribuíram para criar entre os diplomatas um forte "*esprit de corps*" e eles veem a si mesmos como diferentes (e superiores) em relação aos outros burocratas. Em parte por causa disso (e em parte por causa da grande mobilidade geográfica dos diplomatas), eles passaram a cultivar um forte senso de isolamento em relação ao resto da burocracia.[343]

No entanto, veremos que é a partir de 1945, com a criação do IRBr, que ocorre maior autonomia da instituição face às pressões externas, aumentando a coesão do "espírito de corpo" e ampliando sua institucionalização. Ou seja: houve fortalecimento do MRE em relação às outras agências do Estado e até mesmo frente a outros atores da sociedade civil e da comunidade política[344]. Esse processo, ao longo do tempo, fez crescer a influência do Itamaraty no campo da tomada de decisões, aumentando sua capacidade de garantir uma relativa continuidade na formulação e na implementação da política externa brasileira[345].

Já o "espírito de corpo" militar se refere à intensidade do processo de socialização profissional militar combinada com um forte grau de isolamento/autonomia, gerando, ao mesmo tempo, coesão ou homogeneidade interna (mesmo com disputas internas) e um relativo distanciamento entre os militares e os civis[346]. Isso se dá, principalmente, pelo fato de que grande parte da socialização militar, em especial no período inicial da carreira, ocorre em estabelecimentos relativamente autônomos em relação ao mundo exterior, como as escolas[347] e academias militares, compondo um ambiente de "caserna":

> (...) todos esses ensinamentos [da Academia Militar das Agulhas Negras] são fundamentais para a construção do espírito militar. A notícia que eles transmitem é clara: os militares são diferentes dos paisanos. E não apenas diferentes, mas também melhores. São melhores (...) não por características singulares que os militares tenham ou venham a ter individualmente, mas

---

[343] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H.; TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 30.

[344] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1.

[345] FARIAS, R. de S. (2006) "Do Palácio dos Arcos para a Esplanada: o processo decisório da participação brasileira no GATT". **30 Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG.

[346] Sobre esse assunto ver: CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; CASTRO, C. (1995) **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

[347] SANTOS, M. de O. (2004) **Berços de Heróis: o papel das escolas militares na formação de "Salvadores da Pátria"**. São Paulo: Annablume.

> porque eles – enquanto coletividade, corpo – *viveriam da maneira correta*. (...) existe uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. O resultado é a representação da carreira militar como uma 'carreira total' num mundo coerente, repleto de significação onde as pessoas 'têm vínculos' entre si.[348]

Entre os espaços de formação e socialização das Forças Armadas, destaca-se o papel da ESG – instituição que conseguiu congregar relativo grau de consenso entre as três Forças (Exército, Aeronáutica e Marinha), principalmente durante a ditadura civil-militar. Isso se deu muito em função do "espírito militar forte" investido pela farda, em contraposição aos "paisanos", designação pejorativa que os militares conferem aos civis, particularmente à política e aos políticos. Isso contribui para o fortalecimento do "espírito de corpo" dos militares em oposição à sociedade civil[349].

Assim, esse processo constituidor do "espírito de corpo" seria resultado das instituições que formam os diplomatas e os militares, muito diferentes dos outros espaços de formação na sociedade brasileira, tais como as universidades, que são ambientes "(...) onde, *numa grande medida*, os indivíduos encarregados da formação de profissionais não são necessariamente ligados a quem controla o exercício das diversas profissões, nem tampouco representativos desses grupos"[350]. Para Barros,

> (...) as similaridades entre o [Instituto] Rio Branco e as academias militares são as seguintes: em primeiro lugar, estas são as duas únicas instituições de formação de elites que se dedicam a treinar seus alunos num ambiente mais ou menos removido da sociedade, isto devido às características das profissões para as quais treinam seus alunos: os militares por serem orientados para o treinamento de indivíduos para a guerra, e os diplomatas, por serem treinados para a interação com diplomatas profissionais de outras nações. A segunda similaridade reside no fato de que os egressos dos dois tipos de instituição, uma vez formados, não entram no mercado de trabalho, mas entram numa carreira orientada por critérios outros que não os de *mercado*. O terceiro aspecto que aproxima estas intuições é o fato de que ambas demandam de seus alunos estudo e dedicação integral: o Rio Branco em sistema de externato e as academias militares em sistema de internato. Finalmente, existe o fato de que, já que as instituições de formação de militares e diplomatas são administradas e operadas pelas instituições

[348] CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 146.
[349] CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 102-103.
[350] BARROS, A. S. C. (1977) "A formação das elites e a constituição do Estado nacional brasileiro". **Dados**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 115.

> responsáveis, respectivamente pela política exterior e pela política militar do país, seu sistema educacional é muito mais passível de refletir (e, obviamente, transmitir) os valores e noções prevalecentes, respectivamente, nos *establishments* diplomático e militar.[351]

Ademais, outro elemento unificador desses dois segmentos é a força simbólica de seus patronos: Duque de Caxias e Marquês de Tamandaré (posteriormente Santos-Dumont)[352] além de Barão do Rio Branco[353], todos considerados heróis nacionais. Os feitos de Caxias na Guerra do Paraguai, por exemplo, representam não só a união do Exército, "mas a união da própria nação"[354]. Por sua vez, Rio Branco, responsável pela consolidação do território brasileiro, seria um dos únicos casos na história em que a figura de um diplomata tornou-se referência para a construção da nação e da identidade nacional[355]. Assim, esses patronos seriam os emblemas da "comunidade moral" dos militares e diplomatas, representantes máximos dessas instituições que formam com exclusividade os profissionais que são os "representantes legítimos" do Brasil no contato com outros Estados[356].

Outra similaridade entre as Forças Armadas e o Itamaraty seriam as "famílias militares" e as "famílias diplomáticas", pois o "(...) isolamento social, [a] maior interação entre famílias da própria profissão, [a] aquisição 'natural' (i.e., pelo processo de socialização

---

[351] BARROS, A. S. C. (1977) "A formação das elites e a constituição do Estado nacional brasileiro". **Dados**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 115.

[352] Sobre este assunto ver: CASTRO, C. (2002) **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; PILLAR, O. (1966) **Os patronos das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Bibliex; SOUZA, A. B. (2008) **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

[353] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H.; TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio.

[354] CARVALHO, J. M. de (1990) **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 53.

[355] SANTOS, L. C. V G. (2010) **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP. Neste livro, o autor trata das relações entre nacionalismo, identidade e política externa. Partindo de Rio Branco, Santos percorre o panorama histórico do país, do século XIX até os dias atuais, para investigar como foi construída a "consciência nacional", a "ideia de raça brasileira", a "consciência do atraso nacional" e a "liderança natural" do Brasil na América Latina. A morte do Barão do Rio Branco, na véspera do carnaval de 1912, e o consequente adiamento das festividades populares daquele ano, demonstram o prestígio e o poder do diplomata não só diante das autoridades, mas também perante a população.

[356] MOURA, C. P. de. (2007) **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro: FGV.

primária) tanto de *skills* específicos da profissão como de gosto pela carreira etc.", geraram um forte processo endógeno[357] dentro das carreiras diplomática e militar[358].

No entanto, essas instituições diferem principalmente nos critérios de recrutamento e de seleção. Nas Forças Armadas a educação é gratuita, sendo o Estado responsável pela manutenção dos estudantes. Já com relação à carreira diplomática, embora o estudante receba um salário durante a sua formação, os critérios de ingresso, ainda hoje, são bastante elitistas, uma vez que o concurso exige conhecimentos muito específicos, além de amplo domínio de línguas estrangeiras (saberes mais acessíveis à elite e aos filhos de diplomatas)[359].

Ademais, com relação ao prestígio, vemos que o poder simbólico dos diplomatas foi crescendo ao longo do século XX, principalmente a partir da década de 1950, ocorrendo em paralelo ao processo de racionalização e burocratização do Itamaraty. Consta-se, aliás, que há muitos anos o concurso para ingressar no IRBr se configura como um dos mais disputados entre as carreiras públicas do país.

Já com relação aos militares, há uma forte percepção, no próprio segmento, de perda de status e prestígio social. Segundo Castro, os militares costumam se referir aos anos 50 como "os anos dourados"[360], momento em que esses atores desfrutavam de enorme destaque entre os civis, tanto na alta sociedade quanto nos outros segmentos sociais[361]. Para boa parte

---

[357] BARROS, A. S. C. (1978) **The Brazilian Military. Professional Socialization, Political Performance and State Building**. Chicago: The University of Chicago.

[358] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 19.

[359] MOURA, C. P. de (1996) **Filho de diplomata. Estudo antropológico sobre a construção e manutenção de uma identidade "quase" fragmentada**. Brasília: DAN/UnB. Ademais, para Cheibub, "além de serem bastante independentes, os diplomatas se encontram também isolados social e fisicamente da sociedade em que se inserem. O fato da carreira diplomática exigir de seus membros uma alta mobilidade geográfica gera implicações sobre o processo de socialização e modo de vida dos diplomatas. O isolamento tende a fazer com que os diplomatas tenham um processo de socialização bastante intenso e contínuo. A vida no exterior tende a criar laços fortes entre os diplomatas de um mesmo país, o que favorece um desenvolvimento de um "espírito de corpo" e explica a existência de um sistema de parentesco dentro da carreira diplomática (por filiação ou por casamento). Esse isolamento também reflete na família do diplomata, pois frequentemente filhos de diplomatas seguem a carreira modelo de um membro da família, uma alternativa profissional natural" (CHEIBUB, Z. B. (1987) "Diplomacia e Formação do Estado Nacional". **Política e Estratégia**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 56-68).

[360] CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.138.

[361] Para Celso Castro houve, e ainda há, um conflito entre essa memória de prestígio e a realidade: "(...) a construção da identidade social do militar ocorria em meio a uma tensão entre uma 'visão ideal' que permanecia

da categoria, as Forças Armadas teriam vivido nas décadas posteriores um processo de "proletarização", uma vez que teria diminuído significativamente o recrutamento entre a classe média brasileira:

> Quanto às causas da diminuição acentuada do prestígio da farda, por vezes é apontada uma mudança histórica na sociedade como um todo "o mundo mudou"; por outras – mais não necessariamente como causa – aparece uma acentuada diminuição do nível socioeconômico de origem dos cadetes, apontado em direção de uma "proletarização do oficialato". [362]

Assim, nos referimos, aqui, a visões de mundo muito particulares desses grupos sociais, com sistemas de valores e padrões éticos vinculados à própria natureza da profissão militar e diplomática, os quais, de certa forma, reverberaram nas páginas da *RBPI*. A noção de "espírito" se legitima a partir da constatação de que esses atores têm objetivos e símbolos que os distinguem dos demais, com consciência de seu papel político no cenário nacional e internacional.

Na sequência, trataremos com mais detalhes do processo de institucionalização do Itamaraty e das Forças Armadas para, em seguida, discorrer sobre o IRBr e a ESG, instituições que reuniram quadros importantes do IBRI/*RBPI*.

3.2. A carreira diplomática: o Instituto Rio Branco

Estudar o desenvolvimento histórico do MRE e da diplomacia brasileira nos ajuda a compreender a formulação, a implementação e a execução da política externa nacional no período abordado nesta pesquisa, bem como nos possibilita entender o papel desempenhado por diplomatas que contribuíram com o IBRI/*RBPI*.

---

aproximadamente a mesma desde a década de 1930, afirmando uma posição de superioridade moral, prestígio e distinção sociais dos militares em relação aos 'paisanos', e a vivencia pelos cadetes, no 'mundo de fora', de experiências que muitas vezes não conformam ou mesmo contradizem isso" (CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 158).

[362] Idem, p. 139. Castro afirma, no entanto, que esse sentimento de perda de prestígio vinculado à "proletarização do oficialato" deve ser relativizado, pois o polo de recrutamento se concentrava majoritariamente entre os filhos de militares: "(...) 90% dos cadetes que ingressaram na Aman em meados da década de 1980 já possuíam experiência de vida militar anterior" (CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 142).

Interessa-nos, principalmente, examinar esse processo entre os anos 50 e início dos anos 90, para analisar de forma mais balizada os discursos de política externa presentes na Revista, mais especificamente em seus artigos. Assim, nesta seção, trataremos das etapas da história institucional da diplomacia brasileira, processo concomitante à construção do próprio Estado nacional.

No Brasil, as análises sobre a carreira diplomática e o processo de institucionalização/burocratização vivido pelo Itamaraty são relativamente recentes. Tanto os trabalhos pioneiros sobre o assunto – ancorados nos estudos sociológicos[363] (marcadamente em Weber), quanto os estudos mais recentes, como os do campo da história[364] (construções das identidades individuais e nacionais – Anderson e Hall), ou da antropologia (Escola de Chicago/Antropologia Urbana)[365] – afirmam que o MRE e os diplomatas formam um corpo profissional que se fortaleceu ao longo da história, ampliando a capacidade de controle desses atores em relação às diretrizes e aos rumos da política externa[366].

Desse modo, ao estudarmos o processo de institucionalização e de burocratização do Itamaraty, buscando compreender como se organizou e fortaleceu o grupo profissional dos diplomatas, abordaremos também o ambiente em que foram formados os atores do corpo diplomático que contribuíram com o IBRI/*RBPI*. Veremos que à medida que o Estado brasileiro se burocratizou, racionalizou, houve um progressivo empoderamento do MRE[367], cujo fortalecimento

[363] Os primeiros trabalhos de Barros e Cheibub sobre essa temática são: BARROS, A. S. C. (1978) **The Brazilian Military. Professional Socialization, Political Performance and State Building**. Chicago: The University of Chicago; CHEIBUB, Z. B. (1984) **Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

[364] SANTOS, L. C. V G. (2010) **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP.

[365] MOURA, C. P. de (2007) **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro: FGV.

[366] CHEIBUB, Z. B. (1985)"Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**, v. 28, n. 1, p. 113.

[367] CHEIBUB, Z. B. (1989) "A Carreira Diplomática no Brasil: O Processo de Burocratização do Itamarati". **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 97.

> (...) pode ser caracterizado por um aumento no seu grau de adaptabilidade (por exemplo, ao responder as demandas econômicas de política externa brasileira); complexidade (criando subunidades diferenciadas tanto hierárquica como funcionalmente, para fazer face as novas demandas); reafirmando sua autonomia ao cuidar para que sua ação não seja simplesmente a expressão de interesses sociais particulares e, finalmente, atingindo um alto grau de coesão (apesar das infinitas disputas internas) pelo desenvolvimento de uma "*esprit de corps*" capaz de distinguir o serviço diplomático da maioria das organizações do Estado brasileiro.[368]

Com relação à adaptabilidade, é válido destacar que o Itamaraty tem uma enorme capacidade de adequação aos diferentes contextos políticos internos e externos – como, por exemplo, o período da Guerra Fria e o da ditadura civil-militar brasileira. Ademais, ao longo do tempo, o MRE manteve e ampliou gradativamente sua estrutura organizacional, desenvolvendo, mesmo em contextos de crise, alto grau de complexidade. Para Faria, a centralidade do Itamaraty no processo de produção da política externa brasileira se dá

> (...) [pela] diversidade de fatores associados à própria diplomacia do país, quais sejam: à precoce profissionalização da corporação diplomática brasileira; ao poder de formação autônoma das novas gerações de diplomatas, pela via dos cursos do Instituto Rio Branco, fundado em 1945; à evocação constante do "legado do Barão do Rio Branco", chanceler da primeira década do século XX de grande sucesso e popularidade; à coesão dos membros da corporação, resultado tanto de seu processo de formação e de socialização no âmbito do IRBr quanto da restrita base social de recrutamento dos diplomatas.[369]

Já no que diz respeito ao *status* e à autonomia, é importante ressaltar como esse Ministério utilizou da sua reputação de centro formador de elite (profissionais de excelência para os padrões do serviço público brasileiro) para cultivar um forte isolamento em relação ao resto do aparelho estatal, no intuito de manter seus próprios interesses e lograr executar os princípios traçados por esse segmento para a política externa[370].

Assim, veremos que o MRE tornou-se, ao longo da história brasileira, uma instância federal marcada pelo insulamento burocrático, considerado uma "ilha de

---

[368] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 6.

[369] FARIA, C. A. P. de (2008) "Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 51, n. 2, p. 84.

[370] CHEIBUB, Z. B. (1989) "A Carreira Diplomática no Brasil: O Processo de Burocratização do Itamarati". **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 97.

excelência" no contexto geral do funcionamento do aparelho estatal. Esse tratamento diferenciado por parte das altas esferas decisórias protege o Itamaraty de pressões e interferências políticas, ou mesmo da competição com as demais esferas burocráticas[371]:

> Essa estrutura particular que aos poucos o MRE foi assumindo em relação às demais burocracias estatais tornou-o mais forte e respeitado frente às demais instituições que compõe o Poder Executivo Federal. A inquestionável competência para lidar com assuntos de natureza internacional propiciado em grande medida pela formação coesa, pela solidez institucional e pela rigidez da estrutura hierárquica tornou a instituição menos permeável que as demais, sendo o Ministério que menos comporta cargos comissionados e profissionais externos dentro de seu quadro funcional.[372]

Nesse sentido, notaremos que o processo de institucionalização do MRE se deu concomitante à racionalização do Estado pós 1930, bem como à parte dele, uma vez que o Itamaraty criou o IRBr, instituiu concursos e planos de carreira e remoção, como os demais órgãos do aparelho estatal, mas conseguiu manter o monopólio do recrutamento e a formação de seus agentes.

No período em que o nosso objeto de pesquisa foi fundado e consolidado, o MRE também passou por grande transformação, construindo e solidificando sua "cultura organizacional" e "os códigos operacionais", que tenderam a se impor sobre os indivíduos, passando e se vincular fortemente ao "espírito de corpo diplomático" brasileiro. Assim, o diplomata que se relaciona com o IBRI ou que escreve na *RBPI* deve ser percebido, ao mesmo tempo, como um indivíduo e como um ator coletivo, representando um importante segmento do aparelho do Estado:

> A constituição destes mecanismos de reprodução ["espírito de corpo"] faz com que a própria [diplomacia] – e não apenas os indivíduos dentro dela – se transforme em uma unidade de análise, em um ator coletivo. A consideração deste processo ajuda a explicar uma certa continuidade na política externa brasileira.[373]

---

[371] NUNES, E. (2003) **A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
[372] FIGUEIRA, A. R. (2010) "Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 53, n. 2.
[373] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 5-30.

3.2.1. Processo de institucionalização do MRE

As duas principais referências para a nossa pesquisa, no que diz respeito às etapas da história institucional e organizacional da diplomacia brasileira, são os trabalhos de Flávio e Francisco Castro[374], Alexandre Barros[375] e Zairo Borges Cheibub[376].

Os primeiros reconstruíram, de maneira bastante detalhada, a história da organização do Itamaraty, tendo como recorte as diferentes gestões que estiveram à frente do órgão. Já Barros e Cheibub trataram do processo de institucionalização e de burocratização do MRE, sendo de Cheibub a periodização da história institucional do Itamaraty mais aceita entre os estudiosos do assunto: uma divisão em três longas fases baseada em fatores internos do órgão, relacionados à formação das elites brasileiras e à formulação da política externa.

O primeiro período da história do Itamaraty seria o "patrimonial", que envolve desde a independência do Brasil até o começo do século XX, marcado por práticas políticas e administrativas de cunho patrimonial e clientelista. O segundo momento, chamado de "carismático", tem início com a gestão do Barão do Rio Branco à frente do MRE, culminando com a Revolução de 1930, fase caracterizada pelo domínio carismático de Rio Branco. Por último, temos o período "burocrático-racional", que se inicia na década de 30 e se estende até

---

[374] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vols. I e II.

[375] BARROS, A. S. C. (2010) "Como o Barão enfrentará a turba?". **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 2, 1 de março; BARROS, A. S. C. (1988) "Problemas de transição democrática na frente militar: a definição do papel dos militares, a mudança da doutrina e a modernização do país". **Política e Estratégia**. Rio de Janeiro, v. VI, n. 2, p. 206-214; BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H.; TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio; BARROS, A. S. C. (1977) "A formação das elites e a constituição do Estado nacional brasileiro". **Dados**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 101-122.

[376] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 5-30; CHEIBUB, Z. B. (1989) "A Carreira Diplomática no Brasil: O Processo de Burocratização do Itamarati". **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 97-128; CHEIBUB, Z. B. (1987) "Diplomacia e Formação do Estado Nacional". **Política e Estratégia**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 56-68; CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p. 113-131; CHEIBUB, Z. B. (1984) **Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

os anos 80, quando são realizadas amplas reformas administrativas, objetivando dotar o MRE e a carreira diplomática de uma estrutura racional e burocrática[377].

Na sequência, trataremos das fases mencionadas acima, dando destaque, nesta seção, ao terceiro período proposto por Cheibub, uma vez que as balizas cronológicas de nossa pesquisa estão inseridas na fase "burocrático-racional".

O período "patrimonial" caracteriza-se pelo patrimonialismo e clientelismo na política de recrutamento, uma vez que os servidores são selecionados pelo governante, sem distinção clara entre os interesses públicos e os privados. O principal traço dessa fase é "(...) a não diferenciação do MRE e dos diplomatas, enquanto grupo profissional, no seio do Estado e da elite imperial"[378]. Os cônsules ficavam com parte da renda dos consulados, os chefes das missões diplomáticas nomeavam seus auxiliares baseados em critérios pessoais e não havia separação formal entre cargo/funções e as posses dos representantes[379].

A não profissionalização se deve ao fato de o Estado brasileiro não ter, ainda nesse período, capacidade financeira e burocrática para formar um quadro de funcionários assalariados, o que fez com que os diplomatas demorassem para se diferenciar dos outros setores da administração imperial. Vale ressaltar que os assuntos mais relevantes do ponto de vista comercial bem como as questões de fronteira foram tratados pela elite imperial como um todo, em especial a nobreza. Para Cheibub, "(...) foram a coesão, a homogeneidade e a estabilidade dessa elite imperial que garantiram a supremacia diplomática em relação aos países vizinhos, e não, propriamente, a existência de um corpo de funcionários diplomáticos profissionalizados e bem treinados" [380]. Assim, essas características descritas acima teriam

[377] CHEIBUB, Z. B. (1989) "A Carreira Diplomática no Brasil: O Processo de Burocratização do Itamarati". **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 97-98.
[378] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 8.
[379] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**, v. 28, n. 1, p. 117.
[380] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 8.

gerado "(...) um consenso intra-elite acerca da política externa, indicando que esta era uma questão tratada a nível de Estado e não apenas de governo"[381].

Nessa primeira fase (isto é, o período "patrimonial"), destacam-se também quatro gestões, que foram responsáveis por expressivas mudanças estruturais na organização do futuro MRE. A primeira delas, de José Bonifácio (1822)[382], logo após a Independência, criou o tripé da estrutura organizacional do órgão que vigora até hoje: Secretaria de Estado, Missões Diplomáticas e Repartições Consulares. Ademais, há uma separação entre a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e a Secretaria de Guerra. Em seguida, com o Visconde de Sepetiba (1840-1842) [383], no Segundo Reinado, dividem-se as repartições a partir de critérios geográficos e funcionais. Na sequência, com a gestão do Visconde do Rio Branco (1858-1859)[384], ocorre uma grande reforma, que reestrutura o órgão. Por último, com Olyntho de Magalhães (1898-1902)[385], já na transição entre Império e República, dá-se a aquisição de uma sede própria: o Palácio do Itamaraty (sede do MRE entre 1889-1970).

Ainda com relação ao fortalecimento institucional, nesse período houve a criação do cargo de Oficial-Maior e, depois, o de Diretor-Geral. O personagem que mais projetou o cargo de Diretor-Geral foi o Visconde do Cabo Frio, que permaneceu nessa função entre 1864 e 1907, mantendo-se estável por 43 anos, demonstrando a adaptabilidade do órgão face às mudanças de regime político[386].

Já o período "carismático" caracterizou-se pela longa gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912), "(...) marco simbólico da vida institucional do Itamaraty. O prestígio do órgão

---

[381] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**, v. 28, n. 1, p. 119.
[382] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 21-23.
[383] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979),, p.75.
[384] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979),, p.111.
[385] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979),, p. 187.
[386] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p. 119.

aumentou muito durante os anos de Rio Branco, com um grande reconhecimento do mesmo, em especial entre os militares"[387]. Essa gestão é paradigmática para compreendermos a relação entre nacionalismo e territorialidade, pois a definição das fronteiras aumentou o reconhecimento internacional do Brasil e afirmou a liderança "natural" de nosso país na América do Sul, deixando como herança um "evangelho" que descrevia o Brasil como um país pacífico, com fronteiras definidas e satisfeito territorialmente[388].

Entretanto, embora o Itamaraty tenha saído fortalecido desse período "(...) tanto porque consegue manter sua homogeneidade face aos outros grupos de elite, como por ser bem sucedido ao forjar símbolos em seu passado que o ajudam a atuar coerentemente no futuro" [389], houve certo custo administrativo e organizacional relacionado à natureza carismática do Barão dado seu estilo personalista e centralizador. Em função disso, ocorre o fortalecimento do papel do chanceler enquanto figura carismática, em detrimento dos demais cargos do MRE (como o cargo de Diretor-Geral): "se antes os ministros entravam e saíam, mas os serviços administrativos tinham uma continuidade, depois do Barão experimentava-se, quase sempre, elevado grau de ruptura administrativa e burocrática com a troca de ministros"[390].

No entanto, vale notar que os métodos de recrutamento do corpo diplomático continuaram os mesmos em relação ao período anterior; ou seja, privilegiavam-se as elites, uniformizando os membros da carreira em termos de sua origem social. Além disso, a coesão institucional passou a se dar pelo "espírito de corpo" construído por Rio Branco e seus

---

[387] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p. 121.

[388] SANTOS, L. C. V G. (2010) **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP. Vale destacar que durante a gestão de Rio Branco foi criada a primeira embaixada do Brasil em Washington, em 1905, e a maior parte dos países latino-americanos passaram a contar com diplomatas em caráter permanente.

[389] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**, v. 28, n. 1, p. 123.

[390] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 10.

pares[391], "espírito" esse que só fez crescer durante o século XX em função do culto e mitificação da figura do Barão não só entre os diplomatas, mas também na sociedade brasileira como um todo[392].

Por sua vez, no "Período Burocrático-Racional", ocorre a modernização do Estado, iniciada durante o Primeiro Governo Vargas. No que diz respeito ao MRE, esse período é dividido por Cheibub em duas partes: antes de 1945 e pós 1945, cujo marco divisor é, justamente, a criação do IRBr – ponto culminante do processo de institucionalização. Assim, antes de 1945 ocorrem reformas na carreira, as quais culminam com a criação do Instituto. No segundo momento (pós 1945), há um fortalecimento da instituição, com aquisição de autonomia e expansão do papel dos diplomatas no aparelho estatal (principalmente pós 1964)[393].

Destacam-se, nessa fase, as gestões de Afrânio de Mello e Franco (1930-1933)[394] e de Oswaldo Aranha (1931-1938)[395], com o tratamento conjunto das três carreiras (Secretaria e Estado, Missões Diplomáticas e Repartições Consulares) e a fusão das carreiras consular e diplomática[396]: "(...) [nesse período] começam a se introduzir inovações na organização e na

[391] Sobre os pares do Barão do Rio Branco no período mencionado ver: BAGGIO, K. G. (2006) "A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas". In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J.Y. (orgs) **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 1 ed., p. 447-463; CASTRO, L. F. V. (2007) **Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

[392] SANTOS, L. C. V G. (2010) **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP.

[393] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**, v. 28, n. 1, p. 123.

[394] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 307.

[395] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 365.

[396] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 11-12.

estrutura de todo o Ministério (...). Inicia-se a efetiva construção do Itamaraty moderno, com as Reformas Mello Franco (1931) e Oswaldo Aranha (1938)" [397].

Com efeito, a criação do IRBr favoreceu a formação de quadros homogêneos, cuja coesão passava pela figura simbólica do Barão de Rio Branco, como já referido, mito aglutinador do "espírito de corpo" diplomático. Para Cheibub, é dessa maneira que o Itamaraty conseguiu neutralizar a "heterogeneização dos seus quadros", mesmo com os concursos públicos, que ampliaram as bases de seleção[398].

Cheibub ressalta, ainda, que na arena da formulação da política externa, até a década de1940, os diplomatas exercem pouca influência; e isso se dá mesmo na segunda fase, com o carisma do Barão do Rio Branco. As autarquias, como o Instituto Brasileiro do Café, não estavam sujeitas à autoridade do Itamaraty, bem como outros setores do aparelho de Estado:

> [Antes de 1950] (...) o tipo de diplomata predominante é o 'organizacionista', preocupado com a organização do Itamaraty, e o 'estilista', preocupado com o estilo diplomático, no sentido de forma. (...) Os diplomatas não tem, portanto, um papel muito relevante no processo de formulação política externa exatamente por não terem um conteúdo político substantivo como traço predominante. (...) [Já o período pós 1945 é marcado por] (...) uma burocratização e uniformização do MRE, ampliação da base de seleção, aquisição crescente de autonomia face às influências exógenas e a vigência de uma carreira mais meritória.[399]

Assim, os governos Vargas e Kubitschek caracterizam-se por serem marcos na transição da atuação dos diplomatas enquanto formuladores e executores da política externa. Principalmente na gestão Kubitschek, ocorre uma reforma no MRE, gerando uma distribuição mais racional do trabalho, especialmente com a criação da "Comissão de Coordenação da

[397] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p. 125.
[398]CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p. 129.
[399] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p.128.

Política Econômica Exterior" [400], presidida pelo Itamaraty e composta por diversos ministérios, bancos públicos e outros órgãos do Estado.

Já a partir de Jânio Quadros e João Goulart, segundo Barros e Cheibub, ocorre certo amadurecimento da "geração da política externa independente", em função dos jovens diplomatas que tinham procurado a carreira diplomática incitados pelas propostas inovadoras da Política Externa Independente (PEI), em especial no que diz respeito às novas relações com a América Latina, a África e a Ásia[401]:

> É por volta do início do governo Kubtischek (1956-1960), que se pode situar um divisor de águas neste campo: então, os planos de desenvolvimento implementados pelo novo presidente, embora totalmente fora do alcance político o Itamaraty, e quase não envolvendo quaisquer aspectos internacionais diretos, constituíram-se no primeiro paço para uma mudança de perspectiva, para os diplomatas, assim como para outros segmentos da elite. O ufanismo existente no passado começou a tomar forma material, com a aceleração do processo de substituição de importações. A principal mudança brasileira na política internacional veio com o governo Jânio Quadros, e com seu Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Mello e Franco e sua chamada "Política Externa Independente". Além disso, o embaixador João Augusto de Araújo Castro, chanceler de Goulart durante os últimos anos do governo, teve grande influência sobre os jovens diplomatas do período. Com a queda de Goulart e a punição de Araújo Castro [relegado a postos de menor importância], os jovens diplomatas que haviam entrado para o Itamaraty, motivados pela perspectiva de uma política externa independente, não abandonaram o serviço diplomático e permaneceram ligados aquela tradição.[402]

Nesse sentido, as reformas de Afonso Arinos de Melo Franco (1961)[403] foram fundamentais para legitimar a Política Externa Independente, que teve seu auge durante a gestão do chanceler San Tiago Dantas (1961-1962)[404], período em que o Brasil procurou

---

[400] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, , vol. I (1808-1979), p. 440.

[401] Segundo Castro: "(…) pela referência à abundante fonte legislativa e aos atos normativos que alteraram a organização do Ministério das Relações Exteriores, o período de 1945 a 1960 foi de frequentes tentativas para adequar melhor a estrutura do Itamaraty às transformações e às novas exigências verificadas no relacionamento do país com o resto do mundo" (CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 442).

[402] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio.

[403] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 449.

[404] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979),, p. 465.

reforçar a identidade latino-americana, ao mesmo tempo em que desenvolveu uma aproximação com a África e com a Ásia, tomadas pelo processo da descolonização.

Outrossim, vale enfatizar que nas décadas seguintes houve um intenso movimento externo, da parte do corpo diplomático, com relação a outros órgãos governamentais; ou seja, o MRE passou a ser um fornecedor regular de quadros da elite burocrática a outros canais governamentais [405], aumentado a autonomia e a participação dos membros do corpo diplomático no aparelho estatal:

> Uma das principais razões para (...) [a] expansão burocrática do MRE se deve a 'crença' ou a 'consciência' generalizada de que o diplomata é, em geral, um profissional bem preparado para o exercício de tarefas ligadas à alta administração do Estado e não apenas relacionadas ao estrito exercício da função diplomática.[406]

O estudo do processo de transição por que passou o Itamaraty na década de 1950 nos ajuda a compreender porque nos anos 50, quando o IBRI e a *RBPI* são criados, existe predominância no Instituto e na Revista dos técnicos desenvolvimentistas.

A fundação do IBRI (1954) e da *RBPI* (1958) parece inserir-se exatamente na fase de transição desse processo, na medida em que o Itamaraty começa a ter mais poder na arena da política externa. Na Revista, vemos que, ao longo dos anos, cresce consideravelmente a contribuição de diplomatas de carreira proporcionalmente à diminuição da participação dos técnicos que ajudaram a criar o Instituto e a Revista. Para Cheibub,

> Paralelamente, os diplomatas desenvolvem um novo sentido profissional de sua atividade. Começam a surgir grupos que, em oposição aos 'organizacionistas' e os 'estilistas', preocuparam-se em rechear a atividade diplomática de conteúdo substantivo e reivindicaram para si o direito de influenciar decisivamente nas opções de política externa. (...) Atualmente [1985] a tendência predominante, sem que isso implique o descuido da área

[405] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 30.

[406] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 14. Ainda para Cheibub, o processo de expansão para outras agências do aparelho estatal se dá porque "os diplomatas buscam salários mais altos e as outras agências os recebem porque acreditam que os diplomatas são profissionais bem preparados para o exercício de tarefas ligadas à administração do Estado' (CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p. 129).

> econômica, é a política, cuja principal característica é a formulação em termos articulados, globais, da política externa brasileira. Este estilo tem em Araújo Castro, diplomata de carreira e Ministro do governo João Goulart, seu fundador e maior expressão. Com o surgimento do estilo "formulador", o Itamaraty entra numa nova fase: após o período de retração, com a "casa arrumada", pode procurar exercer um papel mais decisivo no cenário nacional. Essa disposição, aliada à força do grupo, face a outros grupos de elite, efetivamente confere ao Itamaraty, uma influência decisiva na formulação das posições internacionais do Brasil.[407]

A temática das relações entre o MRE e as Forças Armadas será tratada na seção 3.4., onde abordaremos o impacto da ditadura civil-militar no âmbito do IBRI e na *RBPI*. No entanto, faz-se necessário mencionar desde já que existe uma forte polêmica entre os estudiosos sobre o processo de insulamento vivido pelo MRE nesse período. Autores como Barros e Cheibub afirmam que o MRE teve uma autonomia considerável na formulação e na implementação da política externa entre 1964-1985:

> Em relação ao MRE, o governo militar do Brasil caminhou em sentido oposto ao esperado: ao invés de o Ministério ser ocupado por militares, como aconteceu nos outros países e nos demais ministérios, o movimento se deu em sentido oposto, isto é, foram os diplomatas que tiveram a sua presença aumentada fora do seu próprio domínio profissional. O respeito dos militares pelos diplomatas (e não pelos demais funcionários do aparelho estatal) se deu pelo profissionalismo e também pela estrutura da carreira, que na profissão diplomática, é bastante semelhante a dos militares.[408]

Já pesquisas mais recentes, como as de Pio Penna Filho, afirmam que essa autonomia deve ser relativizada, considerando que os militares fizeram também uma "caça as bruxas" dentro do corpo diplomático, como a que foi levada a cabo pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX), contando com a colaboração de parte da corporação diplomática[409].

Assim, destacaremos, na sequência, as mudanças centrais por que passou a estrutura organizacional do MRE no período, uma vez que esse Ministério também foi marcado pelo processo de reforma nas estruturas administrativas do Estado, dirigida, em especial, pela

---

[407] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p. 129.

[408] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 35.

[409] PENNA FILHO, P. (2009) "O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 52, n. 2.

Comissão Central de Reforma Administrativa Federal (CEBRAF) em articulação com o DASP e o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados).

A ditadura civil-militar brasileira tentou, ao menos no começo, conciliar regime autoritário, centralismo político e a descentralização administrativa. Os militares se preocuparam em aplicar no Brasil um modelo organizacional que desse conta da agenda política do período, em especial no que diz respeito à lógica do "Brasil potência". Dessa forma, com relação à estrutura organizacional do MRE, destacam-se, num primeiro momento, as gestões de Juracy Magalhães (1966-1967) e de Magalhães Pinto (1967-1969)[410], que procuraram reformar o Itamaraty para atender as demandas, em especial, do comércio exterior:

> A estrutura sólida, e ao mesmo tempo flexível, implantada no Itamaraty pela Reforma de 1961 revelou-se capaz de processar com eficiência, através de seus novos órgãos, todo o material informativo indispensável ao planejamento de uma política externa orientada, com coerência e determinação, para o atendimento dos interesses permanentes do país. Essa estrutura resistiu bem aos embates a que foi submetida e somente veio sofrer ampliações de maior vulto em 1967-1969, com as incorporações à nova organização, vinda à luz no Governo do Presidente Arthur da Costa e Silva e na gestão do Ministro Magalhães Pinto.[411]

Já num segundo momento, na gestão de Mario Gibson Barbosa (1969-1974)[412], começou um processo de descentralização que teve início com a mudança do Itamaraty do Rio de Janeiro para Brasília (1970). Essa mudança teria forçado uma modernização em sua estrutura organizacional, com a criação de novos departamentos, a descentralização da Secretaria-Geral e a criação de subsecretarias[413].

---

[410] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 505.

[411] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 481.

[412] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 537.

[413] Sobre esse período Alexandre Barros ressalta que "no final dos anos 60 e princípio dos 70, diversos órgãos burocráticos competiam com o Itamaraty na arena do comércio exterior. O DPC [Departamento de Promoção Comercial] foi o ator-chave na agilização da política de aproximação com os países menos desenvolvidos (que poderiam absorver os serviços e produtos manufaturados brasileiros), ao mesmo tempo em que o MRE os apoiava politicamente. Para tanto, o Itamaraty agiu como um bloco, enfrentando os setores militares. Durante o governo Geisel, isso se fez com vigoroso apoio do presidente. Nessa época surgem novos atores, como os grupos

No princípio da gestão de Saraiva Guerreiro (1979-1985)[414], há também uma reversão no processo de centralização característica dos anos inicias da ditadura civil-militar, com os esforços de descentralização processados pelo Ministério Extraordinário de Desburocratização, que tornou o sistema de mérito menos rígido, com maior flexibilidade na ocupação dos cargos, bem como a criação de cargos comissionados da alta hierarquia vinculados à indicação direta do presidente:

> No plano particular da reforma aplicada ao Ministério das Relações Exteriores, alguns instrumentos foram criados com o objetivo de coordenar competências, bem como o de responder às demandas emergentes do empresariado nacional. Foi durante esse período, portanto, que pela primeira vez na história organizacional o critério de divisões funcionais e geográficas foi regulamentado, buscando impedir sobreposições de funções bem como possibilitar a melhor articulação possível das tarefas em andamento.[415]

No início da década de 1990, na gestão de Francisco Resek (1990-1992)[416], notamos que houve um processo de criação de secretarias gerais e unidades administrativas vinculadas aos grandes temas do momento (que tiveram também destaque na *RBPI*), refletindo a agenda de política externa do período: a integração ("Tratado Assunção de 1991") e o meio ambiente ("Eco 92"):

> (...) com o Decreto 99.578 consolidou-se numa das mais profundas alterações verificada na organização do Itamaraty desde o início do século XX: a criação de três Secretarias-Gerais. Além disso, surgiram novas unidades básicas administrativas sob critérios temáticos, o que representou um dos indicativos de mudanças para facilitar a implementação da política externa do Brasil. Era o Itamaraty que se adaptava à ampliação da agenda internacional com inclusão de novos assuntos antes considerados secundários, tais como os ambientais e os de integração regional.[417]

---

de interesse, empresas estatais e empresas privadas" (BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 38).

[414] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, , vol. II (1979-2008), p. 17.

[415] FIGUEIRA, A. R. (2010) "Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 53, n. 2, p. 11.

[416] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. II (1979-2008), p. 107.

[417] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. II (1979-2008), p. 139.

Por último, na primeira gestão de Celso Lafer (1992)[418], em relação à estrutura organizacional do MRE, realçamos o retorno a uma única Secretaria-Geral, movimento que procurou centralizar as ações do Itamaraty em contraposição à descentralização levada a cabo pelos militares nas décadas anteriores: "houve (...) o retorno à tradicional estrutura: órgãos de assistências imediata ao Ministro de Estado, e a Secretaria-Geral de Relações Exteriores auxiliada pelas Subsecretarias- Gerais"[419].

3.2.2. O Instituto Rio Branco

A história do IRBr está diretamente relacionada à questão da seleção dentro do corpo diplomático norteada pelo princípio da meritocracia, tema de central importância no processo de institucionalização e de burocratização do Itamaraty. Percebemos que a primeira proposta de mudança na história institucional do MRE com relação à essa temática ocorreu na segunda gestão do Visconde de Sepetiba (1840-1842), quando se instituiu o concurso público de habilitação para a seleção de novos funcionários, além de um plano de progressão funcional.

No entanto, essas medidas continuaram a beneficiar a elite ilustrada, já que aqueles que exerciam cargos de amanuenses ou eram empregados do corpo diplomático tinham preferência para o cargo de oficial. Além disso, a qualificação exigida era impecável pois o concurso demandava para os da casa e os aspirantes: "(...) perfeito conhecimento da Gramática Portuguesa, Ortografia, Aritmética, Geografia e de Línguas latina, francesa e inglesa (...) [e] também 'hum bom talho de letra' e conhecimento do Direito Internacional"[420].

Na gestão do Barão do Rio Branco, o corpo diplomático continuou composto majoritariamente por jovens da elite selecionados e aprovados pelo próprio Rio Branco. Ademais, também era dada preferência aos brasileiros que tivessem concluído o curso de

[418]CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. II (1979-2008), p. 144.
[419] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. II (1979-2008),, p. 148.
[420] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. II (1979-2008), p.75.

Direito em universidades do exterior, o que representa um símbolo de aptidão e competência para a inserção no serviço público e na diplomacia durante a Primeira República[421].

De todo modo, cumpre-nos afirmar que o Itamaraty continuou controlado pelas elites, em grande parte por juristas e letrados, filhos ou parentes próximos de representantes da classe dirigente que iam estudar no exterior, processo que refletia a estrutura de poder vigente no período[422]. Além disso, as mulheres, tal qual nas demais repartições públicas, não podiam participar do corpo diplomático[423].

Em função, pois, da administração patrimonialista e do clientelismo que vigorava nessa época, expressa na máquina administrativa do Estado brasileiro, vemos que os funcionários públicos em geral, e os diplomatas em particular, eram contratados pela proximidade pessoal e afetiva com o governante/chanceler, o que significa que os cargos eram preenchidos por indicação; ou seja, esse sistema perpetuava o nepotismo instituído desde o período colonial[424].

Por sua vez, na gestão de Afrânio de Mello Franco (1930-1933), criou-se a Primeira Comissão de Promoções e Remoções, com uma definição do quadro diplomático e das regras para a progressão na carreira[425]. No entanto, embora essa comissão tenha avançado na

---

[421] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. II (1979-2008),, p. 118.

[422] CHEIBUB, Z.B. (1985) "Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica". **Dados**. vol. 28, n. 1.

[423] Segundo Castro, somente em 1954 foi admitido o ingresso de brasileiros natos na carreira, sem distinção de sexo (CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 410. Ademais, o autor afirma que esse era um tema delicado para o MRE: "(...) Os problemas da admissão de mulheres na diplomacia brasileira e do casamento de diplomata com pessoas de nacionalidade estrangeira constituíram objeto de frequente regulamentação, muitas vezes contraditória, refletindo jurisprudência vacilante sobre a matéria". Idem, p. 413.

[424] Para Raymundo Faoro, durante o Império e a Primeira República o estamento aristocrático-burocrático de juristas, letrados e militares dominava o poder no Brasil, cujos status e renda provinham do próprio Estado. Esse grupo político dirigente reproduziu, no Brasil, o sistema português, formado por uma nobreza decadente que se aproveitava do patrimônio do Estado - com arrecadação de impostos pagos pela burguesia mercantil - para sua própria sobrevivência (FAORO, R. (1978) **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo/Editora da Universidade de São Paulo).

[425] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 319.

temática da progressão e da remoção, manteve-se o problema do ingresso, ou seja, do recrutamento elitista.

Nesse sentido, as exigências para o preenchimento do cargo de diplomata restringiam-se a poucas pessoas, uma vez que se priorizavam aquelas com condições financeiras suficiente para conduzirem seus estudos no exterior. Assim, o exame de admissão antes da criação do IRBr era concebido para privilegiar as classes dirigentes, pois demandava um tipo de conhecimento que exigia "capital cultural" ao qual as classes médias e baixas não tinham acesso, em especial a vivência exterior e o domínio de línguas estrangeiras[426].

Essa situação perdurou até o Primeiro Governo Vargas (1930-1945), pois as medidas tomadas por ele para modernizar e racionalizar a administração pública, levadas a cabo pelo DASP, procuraram transportar para a realidade brasileira as racionalidades dos sistemas inglês e francês:

> Dentre as características do novo modelo administrativo estavam: a tecnicidade, a profissionalização, a neutralidade política, a centralização, a hierarquização, o caráter meritocrático das carreiras, os critérios gerais e uniformes de classificação de cargos, a racionalização geral dos métodos e ênfase nos procedimentos.[427]

Dessa forma, durante o Estado Novo, procurou-se romper com o modelo da "República Velha", fundamentada no clientelismo, no nepotismo e na troca de favores. Entretanto, esse esforço gerou um sistema misto, pois muitos extranumerários permaneceram trabalhando juntamente com os funcionários públicos concursados. Para Alexandre Barros, essa racionalidade não era bem vista pelo Itamaraty, instituição "baluarte da elite" e, "para ludibriar o sistema de admissão centralizada [do DASP], o Itamaraty criou e assumiu o

[426] CHEIBUB, Z. B. (1987) "Diplomacia e Formação do Estado Nacional". **Política e Estratégia**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 56-68.
[427] FIGUEIRA, A. R. (2010) "Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 53, n. 2, p. 8.

controle do Instituto Rio Branco, uma academia profissional que haveria de ser a única de sua espécie, durante longo tempo, no serviço civil brasileiro". [428]

Assim, o IRBr foi fundado em 1945, no final da gestão de Oswaldo Aranha. O nome do Instituto é escolhido como homenagem ao centenário de nascimento do Barão do Rio Branco. O objetivo do Instituto era o de substituir a "velha escola" elitista por indivíduos de diversas classes sociais, gerando um MRE mais heterogêneo, com estudos voltados para a "(...) *conservação e consolidação interna da nação e da nacionalidade brasileiras* e de sua expansão ou projeção no exterior, mediante o desenvolvimento de sua política externa, e das suas relações internacionais em seus diferentes aspectos"[429]. Desse modo, vemos que desde o ato de fundação constam como funções do IRBr atribuições que buscavam estabelecer um centro de investigações e ensino[430]:

> (...) a) a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores; b) o preparo de candidatos ao concurso para a carreira de Diplomata; c) a realização, por iniciativa própria, ou em mandato universitário, de cursos especiais, dentro do âmbito dos seus Objetivos; d) a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais; e) a sistematização de dados e documentos e a realização de pesquisas sobre história política e diplomática.[431]

No entanto, somente na primeira gestão de João Neves da Fontoura (1946) o IRBr assumiu o caráter de uma academia diplomática[432], em especial a partir da criação do "Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas" (CAD) e do "Curso de Preparação à Carreira de

---

[428] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 30.

[429] Carta de Jorge Latour a Carlos Alves de Souza, de 04/05/1944 *Apud* CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p. 127. (grifo do autor)

[430] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio.

[431] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 406. Castro afirma, ainda, que a vinculação ao MRE só se deu na administração Leão Velloso "(...) pelo *Decreto-lei 8.461*, de 26 de dezembro de 1945, foi dada nova redação ao decreto de criação do IRBr que ficou, explicitamente, subordinado ao Ministro das Relações Exteriores" (Idem, p. 406).

[432] Idem, p. 406.

Diplomata" (CPCD). Além disso, vale destacar que nesse período também foram criados os "Cursos Especiais" (CE) e os "Cursos de Extensão" (CEx):

> Os Cursos Especiais (CE), de iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, tinham por finalidade o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Itamaraty, não integrantes da carreira de Diplomata. Quando realizados em mandato universitário, os CE destinavam-se ao aperfeiçoamento e à especialização de estudantes das Escolas Superiores, dentro do âmbito dos objetivos do IRBr. [Por sua vez,] os Cursos de Extensão destinavam-se ao aperfeiçoamento cultural de pessoas pertencentes ou não aos quadros do Ministério das Relações Exteriores.[433]

Posteriormente à admissão na carreira, os "futuros diplomatas" eram treinados por dois anos; depois de graduados, eram automaticamente admitidos dentro dos quadros do Itamaraty como "terceiros secretários". Nesse sentido, o IRBr desempenhava a dupla função de treinamento e de socialização, fortalecendo, com esse processo, o "espírito de corpo" dos diplomatas. Com o passar dos anos, o IRBr acabou consolidando uma reputação de centro de treinamento de elite, sendo os diplomatas considerados por boa parte da burocracia profissionais muito bem treinados para os padrões do serviço público brasileiro[434].

Cumpre também ressaltar que, originalmente, os cursos do IBRr deveriam ser oferecidos a funcionários federais e estaduais e aos quadros selecionados das universidades, como aconteceu com a ESG. Para seus idealizadores, em especial Jorge Latour – Segundo-Secretário do MRE em 1934, quem inicialmente manifestou a ideia de criação de uma academia diplomática –, esse Instituto deveria cumprir função semelhante às academias e escolas militares[435].

Assim, o IRBr assumiu o monopólio de selecionar e treinar os diplomatas brasileiros, os quais buscavam construir vínculos tal como acontecia nas Forças Armadas. É interessante destacar que na *RBPI* de 1960 já existia menção à tentativa do MRE de criar uma "Academia

---

[433] CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, 2009, vol. I (1808-1979), p. 409.
[434] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H.; TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 30.
[435] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**, v. 28, n. 1, p. 127.

de Altos Estudos Políticos e Diplomáticos", proposta que contou com o aval de alguns membros dos Conselhos do IBRI/*RBPI*, como Hermes Lima e João Batista Barreto Leite Filho[436]:

> Em exposição de motivos de 12 de maio do corrente ano [1962], o Ministério das Relações Exteriores propôs ao Presidente da República [João Goulart] a criação e instalação, no Palácio Itamaraty — que foi sede dessa Secretaria de Estado até à recente mudança da Capital da República para Brasília — de uma Academia de Altos Estudos Políticos e Diplomáticos, a qual caberá a tarefa de preparar os diplomatas brasileiros e de promover pesquisas, análises e cursos, de caráter histórico, político e diplomático, que interessem a projeção do Brasil no plano internacional. (...) O Chefe do Governo aprovou essa iniciativa, tendo instituído uma comissão para planejar a organização e o funcionamento daquela entidade. Para integrarem essa comissão — que deu início aos seus trabalhos a 10 de junho — foram nomeados os senhores Embaixadores António Camilo de Oliveira e Maurício Nabuco, Professores Hermes Lima, Demóstenes Madureira de Pinho, José Carlos de Ataliba Nogueira, Jornalista João Batista Barreto Leite Filho e Doutor Augusto Frederico Schmidt.[437]

Entretanto, esse curso só se constituiu de fato durante a ditadura civil-militar, em 1977, na gestão do chanceler Azeredo da Silveira. A partir desse momento, os diplomatas passaram a frequentar três cursos, mantendo bastante semelhança com a formação militar: o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (semelhante às academias militares), o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (semelhante à escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército) e o Curso de Altos Estudos (similar ao da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército).

Vale destacar que o Curso de Altos Estudos (CAE), instituído pelo Decreto-Lei n. 79.556, de 20 de abril de 1977, constituiu-se, desde então, num dos requisitos para promoção dentro do MRE, com a condição de apresentação de uma tese sobre política externa brasileira

---

[436] Logo após a criação do IRBr, em 1945, o MRE estabeleceu, com a UNESCO, "(…) a fundação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), ex-vi do *Decreto-lei nº 9.355*, de 13 de junho de 1946. (...) O Instituto (IBECC) foi criado em cumprimento da Convenção que constituiu a UNESCO e era destinado, basicamente, a coordenar os principais grupos e entidades nacionais de educação, ciência e cultura para a cooperação com entidades internacionais congêneres" (CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty**. Brasília: Funag, vol. I (1808-1979), p. 414). Dentre os Conselheiros do IBRI, destacamos a participação, por longos e em altos cargos no IBECC, de Cleantho de Paiva Leite, Joaquim C. Gentil Neto, Oscar Tenório e Themístocles Cavalcanti.

[437] **Revista Brasileira de Política Internacional** 3 (11), 1960, p. 175.

e conjuntura internacional para se avançar na carreira[438].

Para Zairo Cheibub, houve, entre a década de 1950 e 1980, uma ampliação da base de recrutamento do IRBr com "diferentes origens geográficas, *background* social e formação educacional" em função: a) (1959) da instituição de provas eliminatórias nas principais cidades brasileiras (selecionando previamente candidatos para fazer os exame no Rio de Janeiro com ajuda financeira do MRE), b) (1975) da extinção do exame oral de idiomas e c) (Lei n. 5.540/1968 – Lei da Reforma Universitária[439]) da expansão regional do ensino superior do país: "Há, assim, não apenas um aumento, mas também uma difusão da "massa crítica" para o recrutamento" [440].

Assim, apesar de o concurso público no Itamaraty ter continuado, mesmo nos dias de hoje, associado às elites, houve, desde a criação do IRBr, maior diversificação da origem social dos novos membros. Esse processo, entretanto, não comprometeu o grau de coesão e o "espírito de corpo" dos diplomatas; pelo contrário: a identidade diplomática se fortaleceu ao longo da segunda metade do século XX, pois ao mesmo tempo em que se diversificou a profissão, houve um aprofundamento no processo de uniformização da carreira levado a cabo, principalmente, pelo IRBr[441].

---

[438] Disponível em http://www.institutoriobranco.mre.gov.br/pt-br/cursos_do_instituto_rio_branco.xml. Acessado em 13/01/2012.

[439] Sobre o assunto ver: MOROSINI, M. C. (2005) "O ensino superior no Brasil". In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C (orgs) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes; SGUISSARDI, V. (2004) "A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva". In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. de L. de A. **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez.

[440] CHEIBUB, Z. B. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**. Brasília, v. 25, n. 1, p. 16.

[441] Para Zairo Cheibub, "(...) os diplomatas e militares apresentam similaridades independente das clivagens nacionais". A principal explicação para isso reside no fato de os diplomatas interagirem profissionalmente apenas no nível internacional, o que faz com que o alto grau de 'osmose' e de emulação entre os diferentes serviços nacionais atue como um fator uniformizador de sua organização e composição. (...) existe uma "cultura diplomática transnacional", com regras, valores e éticas próprios. Os diplomatas devem ser preparados para participar dessa cultura universal que implica numa certa abdicação de sua cultura nacional. Dessa forma, em geral os diplomatas podem ser obrigados a se submeter a um padrão cultural diferente do padrão nacional de seu país, pois sua interação mais importante processa-se a nível internacional. (...) [Isso explica] a tendência dos serviços diplomáticos e seus membros gozarem de uma relativa independência face ao meio social em que estão inseridos. (...) essa independência é fortemente condicionada pela condição dos agentes diplomáticos serem funcionários do Estado e estarem sujeitos à influência de processos nacionais particulares" (CHEIBUB, Z. B. (1987) "Diplomacia e Formação do Estado Nacional". **Política e Estratégia**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 63).

Para Cristina Patriota de Moura, a adesão à carreira e à identidade de diplomata tem seu ápice no "Dia do Diplomata", cerimônia que ocorre desde 1970 (sempre no dia 20 de abril, data de nascimento do barão de Rio Branco), e é o grande ritual do Itamaraty, pois se dá a formatura dos alunos do Instituto Rio Branco. Essa cerimônia foi criada no mesmo ano em que o MRE foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília. Nessa formatura, experimenta-se, principalmente, a grandeza da "Casa de Rio Branco", patrimônio material e imaterial, que confere uma identidade final aos formandos, incluindo-os no mundo que, dali por diante, será sua maior referência.[442]

Para Patriota, ao longo do curso do IRBr, os dois primeiros aspectos da instituição que contribuem para estabelecer a identidade própria da função são a formalidade e a hierarquia, situação similar a da carreira militar. O "jovem" diplomata aprende que cada representante tem uma categoria específica, com uma hierarquia muito bem definida, em que cada uma corresponde a um tipo de atitude emocional e a um comportamento determinado. O bom comportamento, os bons trajes, a boa oratória, as boas companhias etc. são critérios essenciais na definição de quem ocupará os melhores postos no exterior[443].

Percebemos, assim, que o *"espírito de corpo"* diplomático, vivenciado e ao qual os alunos têm de se adaptar, tem por base uma distinção de *status* (dos diplomatas com relação

---

[442] Moura afirma, ainda, que o "Dia do Diplomata" constitui-se em um dos rituais mais representativos para a compreensão do "sistema classificatório" do mundo diplomático, por ser composto de várias ações coletivas que visam a institucionalizar a diplomacia brasileira, definir o seu papel junto à nação e formular/aplicar a pauta da política externa (MOURA, C. P. de. (2007) **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro: FGV, p. 77).

[443] MOURA, C. P. de (2007) **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro: FGV. Ainda segundo Moura, ser bem visto pelos superiores pode ser mais vantajoso para a progressão na carreira do que a avaliação positiva feita pelos colegas de curso, pois, segundo a pesquisadora, as promoções dependem da "comissão de promoções", formada pelos chefes da casa. Assim, para ser promovido ou removido é preciso ser conhecido pelos superiores e estabelecer excelentes laços com os mesmos. Além disso, a identidade atribuída ao diplomata acaba muitas vezes por se estender à família nuclear que ele venha a constituir. Ademais, a pesquisadora afirma que há uma pressão coletiva para que os casamentos de membros da carreira diplomática sejam realizados com pessoas que satisfaçam certos critérios de "aceitabilidade", referindo-se ao grau de escolaridade, à "sofisticação" e à sociabilidade do parceiro, uma vez que esses devem apoiar os cônjuges diplomatas no cumprimento de suas funções, quais sejam, a de representar, de defender, de negociar e de informar em nome do Itamaraty. A autora ressalta, ainda, que o casamento de um diplomata é uma decisão individual, mas que a escolha do parceiro não pode ser feita sem se levar em conta o pertencimento deste a um grupo "abonado", o que significa que a aprovação do matrimônio é, de algum modo, essencial para o futuro do aspirante dentro da instituição.

aos demais brasileiros), uma preeminência da totalidade sobre as partes e uma ascensão na hierarquia por meio da valorização das qualidades individuais, um arranjo parecido com o que existe nas Forças Armadas, inclusive no sistema organizacional da carreira e da ascensão.

3.3. A carreira militar: Escola Superior de Guerra

O campo intelectual a respeito da temática militar e os estudos sobre essa instituição e sua corporação estiveram, por um longo período, centrados na busca das origens de um pensamento intervencionista no Brasil. Isso ocorreu, principalmente, em função das intervenções militares na política brasileira durante o século XX, em especial, as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e a civil-militar (1964-1985). Segundo Edmundo Coelho,

> Poderia quase afirmar que o que conhecemos sobre os militares é um sub-produto das análises de intervenções. Este é um fato obviamente compreensível, mas não deixa de constituir um forte desvio. Afinal, as intervenções militares são apenas o aspecto mais espetacular do comportamento da instituição, geralmente o momento de explosão de tendências que se formam ao longo dos períodos de normalidade: frustrações, isolamento ou reclusão dentro de um universo socialmente estreito, crise permanente de identidade profissional e assim por diante.[444]

Nesse artigo de 1985, Coelho se refere, especialmente, aos estudos das décadas de 70 e 80 sobre os militares, tais como às análises realizadas por ele mesmo[445] e por outros: Alan Rouquié[446], Alexandre Barros[447], Alfred Stepan[448], Eliézer Rizzo de Oliveira[449], José Murilo de Carvalho[450] e Maria Cecília Forjaz[451].

---

[444] COELHO, E. C. (1985) "A Instituição Militar no Brasil: um Ensaio Bibliográfico". **BIB**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 15.
[445] COELHO, E. C. (1976) **Em busca de identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
[446] ROUQUIÉ, A. (1980) "Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil. Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional". In: ROUQUIÉ, A. (coord) **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record.
[447] BARROS, A. de S. C. (1978) **The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building**. University of Chicago.
[448] STEPAN, A. (1975) **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova.
[449] OLIVEIRA, E. R. de (1976) **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1965)**. Petrópolis: Vozes.
[450] CARVALHO, J. M. de (1983) "Forças Armadas e Política, 1930-1945". **Seminário Internacional CPDOC/FAV**. Brasília: UnB; CARVALHO, J. M. de (1977) "Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In: HOLANDA, S. B. de (org) **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, t. 3, v. 2.
[451] FORJAZ, M. C. (1978) **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. São Paulo: Polis; FORJAZ, M. C. (1977) **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**.

O intuito principal dessas reflexões elaboradas durante o regime autoritário que se instalou no Brasil pós 1964 era o de compreender o papel políticos dos militares na história brasileira para tentar explicar os respectivos golpes. Esses pesquisadores problematizaram a instituição militar dentro da lógica do conflito de classes sociais e das complexas relações entre os militares e os civis. Ademais, trataram de temas candentes para a área: fatores estruturais internos da instituição, interesses corporativos, poder moderador, profissionalização, ressentimento em relação às elites políticas civis, ideologia (academias militares, clube militar e ESG) etc.

Já a partir dos anos 90, surgiram análises sobre a temática militar que propuseram um novo conjunto de problemáticas sobre o assunto. Os trabalhos recentes mais significativos são os estudos feitos no campo da antropologia, em particular os de Celso Castro[452] e Piero Leirner[453].

Esses estudos, influenciados pelo novo papel social adquirido pelos militares no pós-ditadura, rompem com a associação direta entre militares e intervenção política ao tratarem de temas como a identidade militar, o "espírito de corpo", a hierarquia, as relações com o mundo civil, os arranjos políticos intra-militares, as novas perspectivas de carreira e a perda de prestígio social.

Na sequência, apresentaremos aspectos relevantes do processo de modernização e de profissionalização das Forças Armadas, entre os séculos XIX e XX. A análise será centrada principalmente no Exército, por sua maior importância política. Além disso, faremos uma breve apresentação da ESG, em especial nos anos 50, período de fundação do IBRI/*RBPI*.

Rio de Janeiro: Paz e Terra.

[452] CASTRO, C. (1990) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; CASTRO, C. (1995) **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; CASTRO, C. (2002) **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

[453] LEIRNER, P. de C. (1997) **Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro/São Paulo: FGV/Fapesp.

3.3.1. Processo de institucionalização do Exército

Existe uma vasta bibliografia sobre o longo processo de modernização e profissionalização das instituições militares brasileiras. Boa parte dos trabalhos, embora tratem da história da instituição a partir da Independência, enfatizam o patrimonialismo e o nepotismo já característicos do período colonial[454].

Para compreendermos o processo de institucionalização das Forças Armadas após a Independência, nos parece particularmente interessante os estudos de Edmundo Coelho[455], que propõe três fases para se compreender a história do Exército: a "hibernação", a "ativação" e a "institucional".

A primeira (a fase "hibernação"), logo após 1822, seria o período em que as elites civis são mais fortes que as lideranças militares, em função do regime monárquico. A segunda fase, denominada de "ativação", tem início com a Questão Militar (1884-1887) e se estende até a Revolução de 1930, momento em que o Exército aumenta sua força política, o que gera um equilíbrio de forças entre civis e militares.

Por último, a chamada fase "institucional" cobre o período de 1930 até a década de 1970, quando Coelho publica seus primeiros estudos. É a fase que a elite civil perde poder ao passo que os militares se fortalecem. Esse momento é caracterizado pelo intervencionismo das Forças Armadas, uma vez que o Exército "(...) deixou de ser mera 'organização' para transformar-se em 'instituição' na consciência de seus membros", passando a sociedade a ser "(...) cada vez mais dependente de um centro específico de decisão, o Exército"[456].

---

[454] Sobre o Exército e a carreira militar ver também: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs) (2004) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV; Bom Texto; CHIRIO, M. (2012) **A política nos quartéis**. Rio de Janeiro, Zahar; McCANN, F. D. (2007) **Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras; SEIDL, E. (2008) "Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930)". **Revista de Sociologia e Política**, v. 16 n. 30, pp. 199-220.

[455] COELHO, E. C. (1990) "A instituição militar no Brasil: Um ensaio bibliográfico". **ANPOCS-BIB**. Rio de Janeiro, n. 15 a 19, p. 335/359; COELHO, E. C. (1976) **Em busca de identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

[456] COELHO, E. C. (1990) "A instituição militar no Brasil: Um ensaio bibliográfico". **ANPOCS-BIB**. Rio de Janeiro, n. 15 a 19, p. 335/359; COELHO, E. C. (1976) **Em busca de identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Ainda para esse autor, a modernização pela qual atravessou a instituição militar desde o Império gerou um processo de insulamento e a aquisição de autonomia cada vez maior em relação à sociedade civil, processo semelhante ao vivido pelo corpo diplomático brasileiro, como destacamos na seção anterior[457].

O Exército brasileiro pós 1822 era mal estruturado e detinha pouco prestígio social. O recrutamento "voluntário", em especial, após a Guerra do Paraguai, atingiu as camadas mais pobres da população, que não tinham a opção de contestar a convocação. Já o "decreto de 1835" é paradigmático para se pensar a relação entre os civis e militares, uma vez que permitiu o recrutamento à força[458].

Nesse período, havia grande diferença entre o recrutamento de oficiais e as demais hierarquias militares. Os oficiais faziam parte da elite, majoritariamente da nobreza, e tinham vantagens financeiras, além de inúmeros privilégios. No entanto, conforme ressalta José Murilo de Carvalho, aos poucos os critérios de recrutamento dos oficiais tiveram de ser modificados:

> (...) O recrutamento militar favorecia assim a entrada para o oficialato de representantes de grupos sociais dominantes pelo prestígio, pela riqueza ou pelo poder. (...) Ao longo do Império, o caráter nobre do recrutamento militar modificou-se no sentido de tornar-se cada vez mais endógeno à organização, isto é, a limitar-se cada vez mais à nobreza militar com

[457] COELHO, E. C. (1976) **Em busca de identidade: O exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 128-129. Sobre a relação entre as fases, Coelho destaca ainda: "(...) É preciso sublinhar que estas fases constituem mais do que simples seriação cronológica da história Exército. Cada uma delas identifica, quando divisadas a um alto nível de abstração, padrões de ajustamento a condições internas – organizacionais – e externas-societais. Assim, por exemplo, existe uma correspondência entre a *política de erradicação* praticada pela elite civil durante o Império (até o início da Questão Militar), por um lado, e a *fase de hibernação*, por outro, notando-se que a forma de adaptação do Exército correspondeu a um tipo de comportamento defensivo: ele ajustou-se às pressões e à hostilidade manifesta da sociedade. Da mesma forma, a *fase de ativação* correspondeu à *política de cooptação* por parte da elite civil: de certa forma, a sociedade civil foi compelida a ajustar-se às demandas de um Exército cada vez mais consciente de suas possibilidades políticas. Este período – do fim do período florianista a 1930 – constituiu, provavelmente, uma situação de 'empate' ou de equilíbrio de forças: nem o Exército, nem a elite política civil possuíam suficiente autonomia ou poder para impor-se um ao outro, havendo sido necessário que efetuassem entre si (pagamentos laterais) para a manutenção da coligação. Finalmente, a *fase institucional* corresponde ao que chamaremos de *política laudatória* e da qual trataremos em seguida. A correlação entre ambas subentende perda substancial de poder – ou autonomia – por parte da elite civil e uma aquisição muito mais do que proporcional de poder por parte do Exército" (Idem, p. 129 – grifos do autor).

[458] COELHO, E. C. (1976) **Em busca de identidade: O exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

exclusão da civil.[459]

Esse processo de fechamento pode ser verificado na "Lei de promoções de 1850", que começou a exigir títulos acadêmicos como requisitos para promoção à carreira. Com isso, a elite civil passou a se interessar menos pela carreira militar e mais pelos outros postos na burocracia estatal, dando início a um processo endógeno que será constituidor da carreira militar[460].

Assim, com o tempo, as Forças Armadas foram se tornando mais profissionalizadas e meritocráticas, em função do processo de aperfeiçoamento da base de recrutamento. Na mesma medida, ampliou-se o distanciamento entre militares e civis (paisanos), especialmente com a criação da Guarda Nacional, em 1831[461].

O alistamento universal de 1874 buscava, no entanto, diminuir as distâncias entre civis e militares, bem como diminuir o poder da Guarda Nacional. Embora essa lei não tenha alcançado os objetivos propostos, uma vez que grande parte da elite pagava para não ter de servir o Exército, representou uma tentativa de estabelecer o recrutamento para a carreira militar em outras bases:

> O recrutamento de oficiais passou de aristocrático para endógeno e de classe média. O das praças foi consistentemente nas classes pobres. (...) Um decreto de 1835 ordenou que, no caso de fracasso do recrutamento voluntario, 'proceder-se-a a recrutamento forçado' (...) Em 1874, foi finalmente a aprovada a nova lei de recrutamento que estabelecia o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento. Mas a lei admitia varias exceções. (...) O serviço continuou a pesar exclusivamente sobre os ombros das pessoas sem recursos financeiros ou políticos.[462]

---

[459] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 16.
[460] CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
[461] SANTOS, E. R. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". **Opinio**. Canoas, n. 13, p. 37.
[462] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 19-20. Para Carvalho, do ponto de vista do recrutamento, a Guarda Nacional representava outra realidade: "eram obrigadas as servir todas as pessoas com renda anual superior a 100$000, entre as idades e 21 e 60 anos. Havia dispensa apenas para os militares, clérigos e oficiais de justiça. O alistamento, pela reforma de 1850, foi entregue a oficiais da própria Guarda e aos juízes municipais, pessoas de nomeação do governo central, evitando-se assim excessiva influência de autoridades eletivas. (...) A Guarda incorporava os grupos de renda mais altos do país, ao passo que o exercito não se ligava a esses grupos nem mesmo pela oficialidade (...) Criou-se assim um verdadeiro divorcio entre o Exercito e a elite civil. Marginalizada, a oficialidade do Exercito desenvolveu uma acentuada agressividade contra essa elite, representada sobretudo pelos políticos" (CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 21-22).

Outros dois acontecimentos também marcaram as Forças Armadas brasileiras na segunda metade do século XIX: a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Questão Militar. O primeiro fortaleceu a identidade militar (o positivismo unificou o "espírito de corpo") e o segundo exacerbou o distanciamento entre civis e militares (acentuando as diferenças entre militares e paisanos)[463].

Embora o positivismo não fosse ainda a doutrina hegemônica nas academias militares nesse período, era ele muito disseminado entre os alunos, tido como uma forma de "emancipação mental", de evolução natural do pensamento humano, que seria acompanhado pela evolução política. Segundo Castro, a influência que tal doutrina exerceu sobre os alunos da Escola Militar deveu-se à importância que a doutrina delegava à matemática e às ciências em geral, a oposição "(...) ao espírito legista encarnado idealmente pelos bacharéis em direito (...) [e ao] lugar de destaque reservado à nova elite 'científica' no estágio positivo que se avizinhava".[464]

Nas instituições de ensino das Forças Armadas, os estudantes viviam um processo de socialização profissional que buscava formar o "espírito militar", isto é, uma conjunção de "valores, atitudes e comportamentos característicos da vida militar". Sobre esse assunto, Castro ressalta que "(...) a "situação-zero" das identidades militares é a oposição entre militares e paisanos, entre o mundo da caserna e o exterior". Ademais, para o pesquisador, não podemos deixar de reconhecer

> (...) a existência de organizações sociais mais estáveis e com maior continuidade histórica que outras, apresentando sociações como que "cristalizadas". Dentre estas, a instituição militar talvez represente um caso-

[463] CASTRO, C. (2002) **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Vale ressaltar que, para Castro, as relações entre os "espíritos" ou "identidades" militares são dinâmicas: "(...) eles seriam melhor *[sic]* colocados como tendências para conformar-se a certos valores em certas situações (...) chegamos assim à "situação-zero" das identidades militares: a oposição fundamental entre militares e paisanos. (...) Os espíritos devem ser vistos como *tendências* a conformar-se aos valores, pois a realidade está sempre sendo negociada e é frequentemente confusa e conflitante" (CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 102-103).

[464] CASTRO, C. (1995) **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 67.

> limite. Mesmo assim, essa aparência de cristalização pode ser entendida como uma espécie de "arranjo condensado" de sociações historicamente recorrentes. Afirmar que as identidades sociais são construídas a cada momento não significa dizer que esse processo ocorre de forma puramente sincrônica e aleatória. Existe um *acervo* disponível de elementos e um *campo de possibilidades* para sua atualização, ambos histórica e socialmente restritos. Estes elementos, permanentemente selecionados através de contrastes e enfretamentos simbólicos, têm seu sentido definido em cada contexto.[465]

Por sua vez, José Murilo de Carvalho trabalha com o conceito de "instituição total" para o estudo dos militares, em especial no que diz respeito às academias militares. Originalmente desenvolvido por Erwing Goffman para designar locais onde "(...) um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável número de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada"[466], esse conceito foi aplicado por Carvalho ao caso brasileiro:

> (...) Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem identidades mais fortes. Quando plenamente desenvolvidas, requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. São exemplo desse fenômeno as antinomias entre homem velho e homem novo, nas ordens religiosas, e entre militar e paisano, nas organizações militares. Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente.[467]

De acordo com Carvalho, no final do Império o Exército teve dois tipos de militares: os "bacharéis fardados" ou "científicos", oficiais formados na Escola Militar da Praia Vermelha, sob a influência do pensamento positivista de Benjamin Constant, e os "tarimbeiros", oficiais oriundos da Guerra do Paraguai, com pouca formação acadêmica. Segundo o historiador, esses dois grupos, com o golpe de 1889, fundiram-se, pois se fortaleceu um único "espírito de corpo":

---

[465] CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 100-103.
[466] GOFFMAN, E. (1974) **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, p. 11.
[467] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 13. Vale ressaltar que Alexandre Barros também se vale desse conceito para trabalhar a temática dos militares brasileiros. Cf. BARROS, A. de S. C. (1978) **The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building**. University of Chicago.

> (...) A proclamação da República se deu graças à união dos dois grupos: os bacharéis entraram com o poder das ideias, os tarimbeiros com o poder da corporação. Por sobre as divergências prevaleceu o *esprit de corps*.[468]

Castro destaca, por outro lado, a pouca participação dos civis no processo de Proclamação da República. Para ele, as elites civis passaram, de fato, a apoiar o movimento depois do golpe, demonstrando a fissura entre as lideranças civis e as militares:

> Republicanos civis frequentemente apoiaram os militares em suas questões contra o governo. Apesar disso, uma aproximação efetiva só se deu tardiamente (...). O golpe foi militar em sua organização e execução. Políticos republicanos civis tiveram um papel importante na organização do novo regime; não antes.[469]

Assim, para avançar no processo de racionalização pós 1889, o Estado recorreu a uma cooperação com as instituições militares de países europeus. A primeira cooperação ocorreu com a Alemanha, entre os anos 1906-1910, os chamados "jovens turcos" [470], militares brasileiros que retornam da Alemanha com ideias modernizadoras. Essa medida foi sugerida pelo Barão do Rio Branco quando ocupava o cargo de chanceler (1902-1912), uma vez que o Exército alemão era considerado dos mais bem organizados na época[471].

Já a Missão Francesa de 1920, cujo objetivo principal era assessorar e instruir os oficiais do Exército[472], embora tenha exercido papel de consultora, teve grandes impactos na educação militar brasileira, tornando-a mais técnica em função da criação de escolas para cada especialidade e, no que diz respeito à organização militar, gerou uma reformulação do Estado-Maior, significando maior centralização e coesão das Forças Armadas. Para Alan Rouquié,

> Poderíamos (...) pensar que a influência francesa tem por objetivo abrir as Forças Armadas para os problemas sócio-políticos, enquanto que o modelo

---

[468] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 26.
[469] CASTRO, C. (1995) **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 176.
[470] Essa é uma referência aos militares daquele país que desde os anos 1920 vinham implementando um processo de modernização na Turquia após o colapso do Império Otomano.
[471] Ainda para Carvalho, a revista *A Defesa Nacional*, criada em 1913 pelos "jovens turcos", "(...) era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do Exercito alemão a difundir seu sistema de treinamento suas praticas e costumes, e a lutar por medidas como sorteio a educação militar, o afastamento da política, a defesa nacional" (CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 27).
[472] PELEGRINO FILHO, A. (2003) "A influência da Missão Militar Francesa na ECEME". **A Defesa Nacional**. n. 795.

> prussiano tenderia a fechá-la em suas próprias normas e etiquetas. (...) embora por vias diversas os dois modelos estabelecem o prestígio, cimentam a coesão e reforçam a participação do aparelho militar na vida nacional.[473]

Desse modo, as missões ajudaram a avançar no processo de racionalização e institucionalização das Forças Armadas. Com a "Lei do Sorteio Militar de 1808" e a "campanha do serviço obrigatório militar", de Olavo Bilac, apoiado pelos "jovens turcos", outros estratos sociais foram incorporados à carreira militar, em especial, as classes médias, uma vez que a campanha voltou-se para "(...) as faculdades de direito e medicina, sobretudo do centro e sul do país"[474].

Entretanto, apesar de a instituição militar ter vivido um processo de abertura nesse contexto, havia setores que acreditavam ser perigosa a incorporação de outros estratos sociais. Abaixo, vemos que as disposições tomadas pelo Estado procuravam "proteger" o oficialato das demais hierarquias:

> Uma primeira série de disposições veio reforçar a tendência no sentido de dificultar a promoção de praças a oficiais. O Decreto 1.351 de 7 de fevereiro de 1891 mandava preencher metade das vagas de segundo tenente com praças, a outra metade com alferes-alunos, se houvesse. Já a lei de promoções de 1934 (...) só permitia a promoção de praças ao posto de segundo-tenente em casos excepcionais e se não houvesse número suficiente de aspirantes.[475]

É importante destacar que, nesse período, o orçamento militar e o número de efetivos triplicaram[476]. Além disso, houve uma distribuição mais estratégica desse efetivo no território nacional, bem como um aperfeiçoamento no treinamento profissional. Entretanto, quanto ao recrutamento, manteve-se a tendência endógena do período Imperial, pois houve um aumento do número de filhos de militares:

---

[473] ROUQUIE, A. (1984) **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-ômega, p. 125.
[474] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 23.
[475] CARVALHO, J. M. de (1980) "Forças Armadas e Política, 1930-1945". **A Revolução de 30. Seminário Internacional CPDOC/FGV. Coleção temas brasileiros**. Rio de Janeiro: UnB, p.126.
[476] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 30. No que diz respeito à distribuição das tropas, Carvalho afirma que "(...) as mudanças indicam uma tendência de concentrar forças militares onde se concentrava o poder político. (...) Tal distribuição de forças afetava também o recrutamento de oficiais. Se grande parte deles era composta por filhos de militares, é natural que maior número proviesse de onde havia mais militares (...) Fica claro que a origem geográfica dos oficiais era determinada pela localização das tropas" (Idem, p. 33).

> As formas de recrutamento dos oficiais superiores (...) [passaram] de um recrutamento aristocrático (feito entre as elites nobres do país) para um recrutamento endógeno (feito entre os próprios militares), somadas a uma socialização que enfatizava o *esprit de corps*, bem como o fortalecimento organizacional das Forças Armadas (...) [o que acabou] dando graus de autonomia a instituição militar cada vez maiores.[477]

No que diz respeito aos estratos sociais, no entanto, houve uma significativa mudança com a extinção da Guarda Nacional, em 1918. Essa ação acabou reduzindo a distância entre os militares e a elite civil que, no período anterior, preferia aderir à Guarda Nacional em lugar das Forças Armadas: "O Exército podia agora contar com abundante e qualificado material humano, modernizar e sistematizar o treinamento, preparar reservas, [e] promover a educação cívica, como queriam Hermes, os Turcos e Bilac"[478]. Assim, o Exército se tornou mais diversificado e mais forte politicamente:

> Temos, assim, dois modelos de organização militar. No primeiro (...) o Exército era todo profissionalizado, com precários canais de entrada e nenhuma de saída. (...) A maioria dos graduados era recrutada internamente entre os soldados; parte dos oficiais provinha dos graduados e outra parte dos filhos de oficias de graduados. Era uma organização fechada sobre si mesma, isolada da sociedade, sobretudo das classes dominantes. Consequentemente, era incapaz de influenciar a sociedade pelos mecanismos de treinamento e socialização de reservistas. (...) No outro modelo, criado a partir de 1918, havia muitos canais de entrada e de saída. O serviço militar atingia todas as classes, inclusive as dominantes, via CPOR [Centro de Preparação de Oficiais da Reserva]. As saídas também abrangiam todos os níveis hierárquicos. Soldados eram treinados e devolvidos à sociedade pelo serviço militar, pelos Tiros de Guerra, pelas Escolas de Instrução Militar e pelas Escolas de Instrução Militar Preparatória; os graduados pelas Escolas Preparatórias; os oficiais pelo CPOR.[479]

No plano simbólico, vale ressaltar que, na década de 1930, José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, comandante da Escola Militar do Realengo a partir de 1931, empreendeu reformas que ajudaram a modificar a mentalidade militar, reforçando a visão do Exército como símbolo da "unidade", "firmeza" e "estabilidade" do país. Segundo Castro,

> Apesar da reforma da Escola Militar do Realengo, José Pessoa considerava sua localização e suas instalações inadequadas para o funcionamento de uma

[477] SANTOS, E. R. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". **Opinio**. Canoas, n. 13, p. 40.
[478] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 24.
[479] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 77.

> escola de formação de oficiais, e já idealizava a construção, em outro local, de uma nova escola a ser denominada Academia Militar das Agulhas Negras, próxima à montanha que leva esse nome. A nova localização teria a vantagem de retirar "a mocidade do contato das agitações políticas e das seduções altamente prejudicais dos grandes centros". Já em 1933, José Pessoa dizia que "ali iremos forjar uma nova mentalidade, um corpo homogêneo de profissionais, e criar, parafraseando o general Von Der Goltz, uma verdadeira aristocracia física, intelectual e moral.[480]

Além da periodização proposta por Coelho, apresentada no começo desta seção, também acreditamos serem muito pertinentes os modelos propostos por José Murilo de Carvalho para identificar os conflitos de natureza política e ideológica dentro do Exército, uma vez que os principais conflitos nas primeiras décadas do século XX tiveram como protagonistas os jovens oficiais, sobretudo as divergências entre as categorias subalternas e as superiores:

> O primeiro [modelo] refletia a influência do profissionalismo alemão e francês introduzido pelos jovens oficiais que estagiaram no Exército alemão entre 1906 e 1912, os Jovens Turcos, e pelos alunos da Missão Militar Francesa. (...) A segunda concepção (...) era um híbrido típico de países em que, por razões históricas, o oficialato não se ligava as classes dominantes e em que a instabilidade política permitia, e quase exigia, a intervenção dos militares na política interna. No Brasil, esta concepção surgiu com os positivistas no final do século XIX e ampliou-se com o tenentismo da década de 1920 (...) A terceira concepção pode ser detectada entre militares mais radicais, oficiais e praças. Em sua forma extremada, refletia a influência do Partido Comunista do Brasil, cujo prestígio entre as Forças Armadas cresceu muito após ter conseguido a adesão do ex-capitão Luís Carlos Prestes (em 1931).[481]

Para Carvalho, o grupo que saiu vitorioso desse processo foi o segundo, pois não era possível permanecer à margem da política como queria o primeiro; além disso, o último (isto

---

[480] CASTRO, C. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 129. Em seu discurso de posse na Academia, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque afirmou, ainda, que "o Exército, como instituição democrática por excelência, como verdadeira ossatura da nacionalidade é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência" (CASTRO, C. (2002) **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 39).

[481] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 106-107. Ainda para Carvalho, no que diz respeito às relações entre o executivo e as Forças Armadas, "(...) a primeira fase destas relações, que poderíamos chamar de namoro, vai da Revolução de 1930 ao estabelecimento do Estado Novo em 1937. Ao chegar ao governo em 1930 no vácuo de poder aberto pela crise oligárquica, Vargas incentivou a transformação das Forças Armadas em ator político. Mais ainda: fez delas um dos pilares de sua sustentação, um contrapeso às forças oligárquicas. O auge do entendimento, a lua-de-mel, deu-se durante o Estado Novo (1937-1945) quando houve total coincidência dos interesses do presidente e da corporação militar. Nos últimos do Estado Novo, no entanto, começou o processo de divórcio que caracterizou a terceira fase (1945-1964)" (Idem, p. 102).

é, os militares mais radicais) enfrentava dificuldades em articular os outros setores do proletariado nacional. Dessa forma, o grupo que se destaca não só prega a intervenção dos militares na política nacional, mas também percebe as Forças Armadas como elite, portanto capaz de formular e implementar novas metas para o país.

Assim, o grau de autonomia das Forças Armadas nesse período nos informa que há certo consenso, tanto dentro da instituição militar quanto na sociedade, da função política que passam a ter os militares. A partir dos anos 30 há uma expansão dos militares para fora, ocupando cargos políticos e administrativos no Estado:

> (...) a instituição militar passa a constituir um "núcleo duro" dentro do Estado brasileiro, dando-lhe maior autonomia diante das adversidades políticas e, portanto, dando-lhe capacidade para penetrar na sociedade possibilitando um importante passo na agenda da consolidação de estruturas de dominação civil-militares no Brasil, haja vista que apresentavam um alto grau de insulamento estatal.[482]

Internamente, esse consenso se formou a partir da Doutrina de Góes Monteiro, pois, com o Estado Novo, há um processo de institucionalização da identidade do Exército em paralelo a do Estado, o que acabou gerando um novo modelo de intervenção política dos militares. A fala de Monteiro abaixo exemplifica bem o novo perfil dos membros das Forças Armadas, que serão os protagonistas na segunda metade do século XX:

> (...) sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer à política do Exército e não a política no Exército (...) A política do Exército é a preparação para a guerra e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material, no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda a natureza (...).[483]

Assim, sobretudo com o Estado Novo (1937-1945), os militares se consolidaram como atores políticos. Houve ainda um processo de homogeneização ideológica do oficialato, com vistas a combater doutrinas consideradas pela cúpula militar nocivas à corporação (como o comunismo). Vale ressaltar que na década de 1940 foram reformuladas as leis básicas do

---

[482] SANTOS, E. R. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". I**Opinio**. Canoas, n. 13, p. 39.
[483] *Apud* TREVISAN, L. (1985) **O pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, p. 37.

Exército, além de terem sido construídas novas escolas e quartéis em diferentes regiões brasileiras. Também no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi posto em prática um plano de reequipamento, ampliando a posição de poder dos militares dentro do Estado:

> Por trás da retórica da identificação Exército-Estado e da visão de ambos como expressão orgânica da nação, estava a realidade de um projeto que se caracterizava pela nacionalização da política, pelo industrialismo e pela ideologia de nova ordem não liberal, mas inequivocamente burguesa.[484]

Já nos anos 50, com a volta de Vargas ao poder, percebemos uma grande disputa ideológica que irá se radicalizar cada vez mais, em especial nos governos Quadros e Goulart, levando ao golpe de 1964. As medidas da ditadura civil-militar com relação à própria corporação em muito se assemelhavam às reformas organizacionais desenvolvidas por Góes Monteiro anos antes, uma vez que buscavam "(...) imunizar as Forças Armadas contra as divisões políticas e fortalecer o regime":

> Além dos expurgos dos opositores, intensificou-se o controle hierárquico e ideológico sobre os oficias, expandiram-se os serviços de inteligência, reformou-se o sistema de promoção e reforma de modo a impedir a permanência por muito tempo de oficias na ativa ou no mesmo posto. De novo, a eliminação da política na sociedade, mediante a censura e a repressão, serviu também para ajudar a eliminar, ou ocultar, os conflitos internos. Nos 20 anos que se seguiram o país foi governado por generais escolhidos pela corporação militar e apenas confirmados por um Congresso cujo poder era fictício.[485]

Na sequência, apresentaremos brevemente a história da ESG, instituição que congregou parte das três Forças Armadas desde o final da década de 1940. Veremos, sobretudo, como se deu o processo de criação da escola e em que se constituía a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

3.3.2. A Escola Superior de Guerra

A ESG constitui-se em um tema central de muitos trabalhos acadêmicos. A vasta bibliografia sobre o assunto costuma tratar do protagonismo vivenciado por essa instituição

[484] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 100.
[485] CARVALHO, J. M. de (2005) **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 116.

nos anos 50 e, em especial, durante a ditadura civil-militar, tentando compreender como se teria "planejado" o golpe, além de como teria sido gestada a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e seus impactos na formulação da política nacional pós-64[486].

No entanto, Alexandre Barros e Shighenoli Miyamoto ressaltam a importância de não mitificar o peso dessa escola. Para Barros, deve-se ter o cuidado de não incorporar no discurso o entendimento de uma instituição excessivamente poderosa, pois mesmo entre os militares, inclusive durante a ditadura, havia discordâncias com relação às diretrizes da escola[487]. Miyamoto, por sua vez, afirma que se deve tentar "separar o mito da realidade que se confundem na percepção do projeto nacional esguiano"[488].

Para nossa pesquisa, é importante perceber como a ESG, em especial no período anterior ao golpe, incorporou atores políticos de diversas vertentes, como se pode observar pelos membros do IBRI que tiveram relação com a instituição.

Da mesma maneira, interessa-nos a repercussão das ideias ali cultivadas sobre política externa que reverberaram nas páginas da *RBPI* (assunto, aliás, do nosso próximo capítulo). Entendemos a ESG não como o único "laboratório de ideias" no período, sobretudo na fase ditatorial, mas como mais um importante espaço de articulação de parte da *intelligentsia* que tratava também de temas de política externa.

---

[486] Sobre a ESG ver: ADERALDO, V. M. C. (1978) **A Escola Superior de Guerra. Um estudo de currículos e programas**. Rio de Janeiro: IUPERJ; ARRUDA, A. de (1983) **A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina**. São Paulo: GRD; FERRAZ, F. C. A. (1994) **À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra**. Unesp; FREITAS, L. C. B. F de (1985) **As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra**. FFLCH/USP, Departamento de História; MIGUEL, L. F. (2002) "Segurança e Desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil". **Diálogos Latinoamericanos**. Universidad de Aarhus, n. 5, p. 40-56; OLIVEIRA, E. R. de (org) (1987) **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus; ROCHA, M. S. de M. R. (1996) **A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70**. São Paulo: FFLCH- Departamento de História, USP; SANTOS, E. R. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". **Opinio**. Canoas, n. 13, p. 33-53; SANTOS, E. R. (1996) **Um olhar esguiano da abertura**. Porto Alegre: UFRGS; SANTOS, M. de O. (2004) **Berços de Heróis: o papel das escolas militares na formação de "Salvadores da Pátria"**. São Paulo: Annablume; SODRÉ, N. W. (1965) **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; STEPAN, A. (1975) **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova.

[487] BARROS, A. de S. C. (1978) **The Brazilian military: professional socialization,political performance and state building**. University of Chicago, p. 169.

[488] MIYAMOTO, S. (1987) "Escola Superior de Guerra: mito e realidade". **Política e Estratégia**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 7.

Diversos autores que estudaram a ESG propuseram uma periodização[489] para melhor entender a instituição. Para os fins desta pesquisa, utilizaremos os marcos estabelecidos por Everton Santos, que divide a história da Escola em três fases: a "criação" (1948-1964), a "inserção" (1964-1974) e a "institucionalização" (1974-1989)[490].

A primeira fase é caracterizada pelos estudos de conjuntura e as formulações iniciais a respeito do tema da segurança nacional. Criada no contexto da Guerra Fria, a ligação da Escola com os Estados Unidos se deu desde a sua idealização, uma vez que ela deveria seguir como modelo duas importantes instituições norte-americanas: a *Industrial College* (especializada em questões de mobilização) e a *War College* (voltada para questões de política externa)[491].

Já em 1948, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EFMA), Cesar Obino, havia estabelecido contato com militares estadunidenses, o que teria resultado em um acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos. Assim, naquele ano, foi firmado um contrato entre os dois países para a constituição de uma missão norte-americana, cujo objetivo era reorganizar o curso de Altos Estudos, inicialmente voltado apenas para os oficiais das Forças Armadas:

> A consciência de que era mister criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular através de um método científico a política e estratégia nacionais, com um critério que transbordasse dos limites da defesa nacional, cujo sentido era restritivo, levou o nosso Governo a pensar, inicialmente, na criação de um curso de altos estudos, frequentado apenas por oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica (decreto de outubro de 1948 do Governo do Presidente Dutra). Tal critério logo evoluiu para o da criação de "um instituto de altos estudos, voltado para o planejamento e a direção da segurança nacional".[492]

---

[489] Para outras periodizações ver: ADERALDO, V. M. C. (1978) **A Escola Superior de Guerra. Um estudo de currículos e programas**. Rio de Janeiro: IUPERJ; ARRUDA, A. de (1983) **A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina**. São Paulo: GRD; BARROS, A. de S. C. (1978) **The Brazilian military: professional socialization, political performance and state building**. University of Chicago.

[490] SANTOS, E. R. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". **Opinio**. Canoas, n. 13, p. 42.

[491] ARRUDA, A. de (1983) **A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina**. São Paulo: GRD.

[492] SILVA, H. (1976) **1945: Por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 465.

Vale destacar que o anteprojeto de criação da ESG, elaborado sob o comando do general Obino, foi encaminhado aos ministros das Forças Armadas e ao Itamaraty. Isso mostra que já na elaboração dos objetivos da futura ESG, os assuntos de política externa constavam como uma das suas maiores preocupações; por isso a necessidade de se articular com o MRE a fundação da nova escola[493]:

> (...) a criação da ESG originou-se de exigências colocadas pelos conflitos e alianças surgidas no cenário internacional a partir da Segunda Guerra. A participação do Exército brasileiro nesta guerra foi sua primeira experiência de relacionamento internacional enquanto organização. A partir daí a elite militar tomou conhecimento de sua importância estratégica na condução das negociações e alianças que compuseram o quadro da Guerra Fria.[494]

Além da influência norte-americana, é importante destacar as raízes nacionais da ESG, ou seja, os estudos de Alberto Torres e Oliveira Vianna e a doutrina de Góes Monteiro, militar que participou ativamente da Revolução de 1930 e do Estado Novo de Vargas[495].

Embora o decreto de criação da ESG seja de 1948, a Escola só se constituiu de fato em 1949. Inicialmente subordinada à Presidência da República e ao Estado-Maior das Forças Armadas, manteve vínculos com os demais órgãos da burocracia militar e civil, entre os quais as escolas do Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica[496].

Assim, a ESG tinha como objetivo central constituir-se em um "instituto de pesquisa" e um "centro misto de estudos militares e civis". Além disso, procurava ser um espaço de formulação de novas doutrinas, de socialização entre as elites militar e civil e de

---

[493] KUNHAVALIK, J. P. (2009) **Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960**. Florianópolis: UFSC, p. 97.

[494] ADERALDO, V. M. C. (1978) **A Escola Superior de Guerra. Um estudo de currículos e programas**. Rio de Janeiro: IUPERJ, p. 80-81.

[495] OLIVEIRA, E. R. de (org) (1987) **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, p. 238; STEPAN, A. (1975) **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova, p. 132.

[496] Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), criada em 1905; Escola de Guerra Naval (EGN), de 1911-1914 e Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), fundada em 1941. Vale destacar que entre o fim do Estado Novo e o golpe de 1964, além da ESG e das Escolas de Alto de Comando e Estado-Maior havia outro importante espaço de articulação da corporação militar: o Clube Militar. Houve, nesse clube, intensos debates e disputas políticas entre grupos de vertente nacionalista (defendia um modelo de industrialização com forte presença do Estado) e internacionalista (defendia a entrada de capital estrangeiro para o crescimento industrial).
Sobre este assunto ver: BARRETO, K. M. M. (1988) **O Clube Militar: atuação política (1950-1956)**. PUC/SP; PEIXOTO, A. C. (1980) "O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)". In: ROUQUIÉ, A. (coord) **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record.

formulação e ação política.[497] Pela análise da estrutura da Escola, vemos que havia uma articulação entre as elites nacionais, com integrantes dos mais variados segmentos da sociedade, tais como técnicos, políticos, diplomatas, acadêmicos etc:

> Primeiro, a ESG é integrada por um corpo permanente (militares e civis), corpo de estagiários (são os "alunos" que frequentam os cursos, como, deputados, empresários, funcionários públicos, oficiais) e os membros da ADESG (ex-alunos da ESG). Segundo, seu público alvo é composto de civis e militares. Preferencialmente civis com formação universitária e oficiais militares de alta patente das Forças Armadas ocupantes de cargos e funções com destaque na vida nacional. Terceiro, a partir do regimento de 1973, a Escola ficou organizada internamente com um Comando (havendo um comandante na ESG que é um oficial-general da ativa, assessorado por uma junta consultiva e um gabinete), um Departamento de Estudos e um Departamento de Administração. Quarto, a ESG inicialmente oferecia os seguintes cursos a seus estagiários: Curso Superior de Guerra, Curso de Mobilização Nacional, Curso de Informações e Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMFA), este último destinado somente para militares.[498]

Como afirmamos no início deste capítulo, parte considerável dos Conselheiros do IBRI tiveram algum tipo de vinculação com a Escola, possibilitada por sua estrutura bastante permeável. No entanto, faz-se necessário ressaltar que os integrantes do IBRI mantiveram ligações com essa instituição majoritariamente no período anterior ao golpe de 1964.

Os cursos da ESG reuniam quadros muito qualificados, que ocupavam postos de comando não só no aparelho estatal, mas também na iniciativa privada. De acordo com Vanda Aderaldo, a grande maioria dos estudantes civis, no período anterior ao golpe, era composta de membros da administração pública, com número reduzido de alunos vinculados ao capital privado[499].

Os cursos exigiam dos alunos dedicação exclusiva durante um ano, período em que os estagiários visitavam regiões do país com vistas a conhecer obras dirigidas para o desenvolvimento nacional. A finalidade era "formar alunos para o exercício de direção ou

---

[497] SVARTMAN, E. M. (2006) **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Porto Alegre: UFRGS, p. 188.
[498] SANTOS, E. R. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". **Opinio**. Canoas, n. 13, p. 44.
[499] ADERALDO, V. M. (1978) **ESG: um estudo de currículos e programa**. Rio de Janeiro. IUPERJ.

planejamento da segurança nacional". Essa finalidade seria alcançada a partir do estudo de assuntos nacionais, internacionais e militares.[500]

A respeito do núcleo de professores, chamado de "corpo permanente da escola", este era composto pelos mais destacados nomes da *intelligentsia* nacional como, por exemplo, José Honório Rodrigues, Diretor-Executivo do IBRI/*RBPI*. Para se ter uma ideia dos conteúdos que emergiam dos cursos da ESG, as conferências eram voltadas, principalmente, para temas vinculados à questão do desenvolvimento e da segurança nacional, tais como: energia, educação, reforma agrária, inflação e corrupção. Para o general Cordeiro de Farias,

> [A segurança nacional] (...) diz respeito à totalidade da Nação que precisa, pelos seus dirigentes, pela sua elite, pelos seus homens de negócio e pela sua massa, compreender seu papel permanente no conjunto de esforços de toda a natureza, para que o país possa resolver, no caso de um conflito, os problemas relativos à sua própria sobrevivência.[501]

Importantes membros do quadro esguiano ocuparam cargos-chave no aparelho estatal durante o primeiro governo militar, como, por exemplo, Juarez Távora (Ministro dos Transportes) e Golbery de Couto e Silva (Diretor do Serviço Nacional de Informações). Vale frisar que os dois chanceleres do governo Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães, tinham sido alunos da Escola[502].

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulação elaborada pelo grupo esguiano logo nos primeiros anos de existência da Escola, teve como principal teórico o general Golbery do Couto e Silva, que contou com a colaboração[503], entre outros, de Antônio Carlos Murici, Meira Matos, Orlando e Ernesto Geisel, Eduardo Domingues de Oliveira e

---

[500] Os ex-alunos da ESG, membros da ADESG, com sucursais nas mais importantes cidades do país, também ofereciam seminários e cursos de curta duração. Cf. SVARTMAN, E. M. (2006) **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Porto Alegre: UFRGS, p. 117.

[501] FARIAS, C. de F. (1986) "Razões que Levaram o Governo a Pensar na Organização da Escola Superior de Guerra". **Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, ano III, nº 7, p. 15.

[502] STEPAN, A. (1975) **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova, p. 218.

[503] SVARTMAN, E. M. (2006) **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Porto Alegre: UFRGS, p. 194.

Jurandir Mamed. A Doutrina estruturava-se em quatro campos: militar, político, econômico e psicossocial[504]. Para Everton Santos, os fundamentos dessa Doutrina

> (...) [têm] suas origens na noção de segurança coletiva que se inscreve na noção de segurança hemisférica desenvolvida pela Doutrina Monroe, de 1823 nos EUA. (…) O caráter conservador deste pensamento reside no fato da Escola preconizar a manutenção de uma ordem nacional capitalista interligando a lógica do capital internacional. Não há proposição de um novo modelo de ordenamento social, mas a conservação de uma sociedade cindida por desigualdades sociais que deve integrar-se à nova ordem internacional.[505]

Ademais, a DSN é marcada por um forte caráter antimarxista e anticomunista, tanto no nível interno quanto externo, uma vez que a retórica da doutrina está fortemente vinculada às disputas da Guerra Fria:

> (...) pode-se afirmar que a DSN articulava segurança nacional e desenvolvimento no sentido de maximizar o desempenho econômico nacional e de minimizar as clivagens e dissensos internos num cenário em que imperava a crença na inevitabilidade do confronto leste-oeste e na sistemática 'infiltração' comunista. Seu discurso tendia a submeter praticamente todas as atividades do Estado e, eventualmente da sociedade, à lógica da mobilização contra o comunismo – que poderia ser identificado não apenas nos movimentos sociais de maior ou menor inspiração socialista, mas no polo nacionalista das Forças Armadas e nas lideranças populistas nacionais. À frente do Estado deveria estar a 'inteligência esclarecida' de uma elite capacitada a por em prática a 'metodologia' esguiana (...).[506]

Eugênio Vargas Garcia, em artigo sobre o pensamento dos militares em política internacional, afirma que, para a DSN, a questão central das relações internacionais se refere à "busca e à manutenção do poder" a partir de uma política de segurança externa diretamente relacionada à integridade territorial e à manutenção da capacidade do Estado de tomar decisões independentes:

> Para a doutrina, a comunidade internacional estaria organizada em um sistema de unidades políticas autônomas (Estados soberanos), que não admitiriam qualquer interferência na consecução de seus objetivos nacionais. O Estado, representando a nação ao projetar sua ação no âmbito externo, encontraria um universo formado por unidades igualmente capazes de tomar

---

[504] FERRAZ, F. C. A. (1994) **À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra**. Marília: Unesp.
[505] SANTOS, E. R. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". **Opinio**. Canoas, n. 13, p. 45.
[506] SVARTMAN, E. M. (2006) *Guardiões da Nação*: *Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Porto Alegre: UFRGS, p. 190.

> decisões independentes, apoiadas em seus respectivos poderes nacionais, ocasionando o conflito de interesses e de aspirações.[507]

Assim, com a DSN havia uma mudança no conceito de guerra, que deixava de ser restrita às frentes de batalha, passando a ser de "guerra total", atingindo, pois, toda a sociedade. Essa mudança fez com que a noção de defesa nacional desse lugar à de segurança nacional, uma vez que os teóricos da ESG viam como mais viável a guerra indireta no Brasil do que a guerra direta.

Everton Santos nomeia o segundo período da ESG de fase de "inserção", porque acredita que foi nesse momento que esse grupo alcançou o "núcleo central do poder" e pôde por em prática as ideias gestadas no período anterior. É também nesse momento que ocorre um aprofundamento dos principais temas vinculados à DSN, em especial no que diz respeito ao tema do desenvolvimento:

> Entendia-se que a segurança poderia estar melhor respaldada quando houvesse desenvolvimento econômico e social, ambos interligados objetivando o 'bem comum'. Embora a doutrina trabalhe com outros conceitos como Segurança Nacional, Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), Objetivos Nacionais Atuais (ONA), Estratégia Nacional, Poder Nacional, Política Nacional entre outros, a preocupação básica que iria permear o pensamento esguiano era o desenvolvimento econômico e a segurança da nação, na articulação destes demais conceitos.[508]

Para René Dreifuss, nessa fase a ESG não se constitui o único grupo organizado a ocupar cargos-chave no aparelho do Estado. Destacam-se, no pós-64, grupos que haviam apoiado o golpe, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Essas instituições, organizações oficialmente apartidárias surgidas no início da década de 1960, procuravam defender os interesses

---

[507] GARCIA, E. V. (1997) "O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 40, n. 1, , p. 26. Ainda para Garcia, "(...) quando o poder potencial mobilizável de um Estado não fosse suficiente para garantir sua segurança pelo esforço autônomo, a *diplomacia* teria de suprir essa carência, pela negociação e por meio de medidas persuasivas destinadas a desestimular ou minimizar rivalidades (...)" (Idem, p. 28).

[508] SANTOS, E. R. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". **Opinio**. Canoas, n. 13, p. 47.

"multinacionais e associados", ou seja, o capital internacional, em especial o norte-americano[509].

Por último, na terceira fase, a influência da Escola nos governos militares é reduzida, ao mesmo tempo em que há um aumento de alunos civis em relação aos militares, o que, para Santos, já seria um indício da "transição democrática" [510], ou seja, a passagem do poder dos militares aos civis:

> Nesta fase, seus conceitos já foram bem desenvolvidos, embora constantemente aperfeiçoados, a Escola tem um aumento cada vez maior de alunos civis em detrimento dos militares. É o início da chamada 'transição à democracia' em que há a entrega do governo aos civis, mas nem por isso a entrega do poder aos civis. Num clima internacional de democratização de 'Terceira onda' que assolava o mundo e em particular a América Latina, temos a Escola buscando corroborar e reforçar as ações dos 'militares enquanto governo' (Geisel e Figueiredo) e paralelamente, 'os militares enquanto instituição' ao longo de todo o processo, mas especialmente no governo Sarney, garantindo na Constituinte seus recursos de poder.[511]

Desse modo, no período de redemocratização e, em especial nos anos 90, a ESG perde boa parte de seu prestígio e importância. Ademais, o número de alunos militares diminuiu consideravelmente, uma vez que foram criados cursos avançados de política e estratégia para oficiais dentro de cada uma das Forças Amadas, ampliando os mecanismos de progressão na carreira militar.

3.4. Relação MRE x FA durante a ditadura civil-militar: impactos no IBRI/*RBPI*

Desde o início de nossa pesquisa, quando buscamos reconstruir a história do IBRI e da *RBPI*, procuramos entender como se deu a relação do Instituto e da Revista com a ditadura civil-militar. Uma de nossas primeiras inquietações se referia à possibilidade de o Instituto e a Revista terem sido alvos de perseguições e censura por parte dos militares em função do papel

---

[509] DREIFUSS, R. A. (1987) **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, p.79.

[510] Essa ideia é também defendida por Vanda Aderaldo, ao afirmar que há, a partir desse momento, a passagem de um "objetivo instrumental propositivo" para "um objetivo funcional explicativo" (ADERALDO, V. M. C. (1978) **A Escola Superior de Guerra. Um estudo de currículos e programas**. Rio de Janeiro: IUPERJ).

[511] SANTOS, E. R. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". **Opinio**. Canoas, n. 13, p. 49.

desempenhado pelos técnicos desenvolvimentistas no IBRI e pela publicação ter sido um importante porta-voz da geração da Política Externa Independente.

Nossa hipótese inicial levava em conta a tradição e a autonomia do MRE e da carreira diplomática, o que poderia ter impelido os militares a vigiar o espaço interno ("inimigo interno") e deixar aos cuidados dos especialistas (em especial os diplomatas), o campo das relações internacionais e da política exterior, sem perseguições diretas ou censuras.

Acreditávamos, assim, que o espaço de formulação e divulgação das ideias de política externa estaria, de certa forma, protegido do conservadorismo militar, resguardando instituições, como o IBRI, e publicações, como a *RBPI*.

Porém, durante a pesquisa percebemos que o Itamaraty e o seu corpo diplomático, embora tivessem liberdade considerável na máquina estatal e grande prestígio perante a categoria militar, se adequaram ao novo regime e, em grande medida, colaboraram com o mesmo, num processo semelhante ao vivido pelo IBRI e pela *RBPI* entre 1964-1985.

3.4.1. Autonomia ou colaboração?

Os estudos de Alexandre Barros e Zairo Cheibub, que balizaram boa parte deste capítulo, versam, principalmente, sobre o grau de autonomia e insulamento burocrático[512] que teria vivido o Itamaraty, principalmente ao longo do século XX. Por gozar de grande prestígio

[512] A forma insulada como foi e ainda é elaborada e implementada a política externa brasileira constituiu objeto de estudo de Faria, que procurou entender os motivos pelos quais a política externa se desenvolveu à margem das demais políticas públicas do Estado brasileiro: "(...) De maneira sucinta, parece-nos possível afirmar que a tradicional centralização do processo de formação da política externa no Itamaraty pode ser compreendida pela confluência de distintos fatores, quais sejam: (a) o arcabouço constitucional do país, que concede grande autonomia ao executivo em tal seara, relegando o Congresso Nacional a uma posição marginal, o que não é singularidade brasileira; (b) o fato de o legislativo brasileiro ter delegado ao executivo a responsabilidade pela formação da política externa; (c) o caráter "imperial" do presidencialismo brasileiro; (d) o fato de o modelo de desenvolvimento por substituição de importações ter gerado uma grande introversão nos processos políticos e econômicos do país, redundando em grande isolamento internacional do Brasil, revertido parcialmente a partir do início dos anos 90; (e) o caráter normalmente não conflitivo e largamente adaptativo da atuação diplomática do país; e, por fim, mas não menos importante, (f) a significativa e precoce profissionalização da corporação diplomática do país, associada ao prestígio de que desfruta o Itamaraty nos âmbitos doméstico e internacional[512] (FARIA, C. A. P. de (2008) "Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 2, p. 81).

e independência, esses autores afirmam que o MRE sofreu pouco com o golpe civil-militar e que seus agentes teriam sido em menor número alvos das perseguições pela ditadura:

> (...) devido ao nível de profissionalismo dos diplomatas, os militares tendem a deixar mais espaço para que o Itamaraty atue na área externa. Como as carreiras diplomática e militar possuem muitos traços em comum, os militares reconhecem nos diplomatas características positivas que vêem em si próprios. Esse reconhecimento ajuda a explicar a capacidade que o Itamaraty teve de atravessar quase sem cassações políticas todo o período pós-1964.[513]

Essa autonomia do Itamaraty em relação às Forças Armadas deve-se, entre outros motivos, ao fato de o MRE e os diplomatas terem sido percebidos (pelos militares e pela sociedade como um todo), como um dos órgãos e carreira mais bem estruturados e competentes que existem no Brasil:

> Foram seu profissionalismo, seu senso de continuidade histórica e sua capacidade de projetar o futuro que lhes permitiram introduzir as mudanças [com relação à política externa] a um ritmo que pudesse ser palatável para um governo muito mais conservador que os diplomatas, em termos de relações internacionais; um governo fortemente influenciado pela ideologia da Guerra Fria, desenvolvida sob a liderança dos Estados Unidos depois da II Guerra Mundial.[514]

Assim, o profissionalismo e a competência, marca registrada do Itamaraty em suas relações com outros órgãos, teria permitido que o MRE mantivesse certa imunidade durante a ditadura civil-militar. A nomeação de um diplomata de carreira como chanceler logo após o golpe de certo modo também protegeu esse Ministério e seu corpo diplomático das ondas de cassações a que foram vítimas vários outros setores do aparelho estatal:

> Já que o governo que assumira o poder era conservador, procurou-se, para ocupar o Ministério, um diplomata de carreira igualmente conservador Vasco Leitão da Cunha, que ocupou o posto de 4 de abril de 1964 a 17 de janeiro de 1966. Só quando as coisas se tornaram demais até mesmo para um diplomata de carreira e conservador, foi designado para o posto um general da reserva – Juracy Magalhães, que ocupou o posto de 17 de janeiro de 1966 a 15 de março de 1967. A 'imunidade' do Itamaraty, no entanto, não foi total. Diversos diplomatas foram expurgados, com base em acusações de esquerdismo, corrupção ou mau comportamento, exatamente como acontecia

[513] CHEIBUB, Z. B. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**. v. 28, n. 1, p. 129.
[514] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 35

> em todos os outros órgãos; o número deles, no entanto, é pequeno, em comparação com o que sucedeu em outras agências. A despeito disso, não houve 'substituições' no Itamaraty, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, nos serviços diplomáticos da Argentina e do Chile, onde o Palácio San Martin e a Cancilleria foram ocupados por soldados profissionais, depois que os militares assumiram o poder. No Brasil, a profissão permaneceu intacta. Não foi admitido pessoal alheio a carreira – civis ou militares – quer temporária ou efetivamente, nos quadros diplomáticos.[515]

Ademais, o MRE teria feito, ele mesmo, o "expurgo" característico daqueles anos, tentando evitar, de todas as formas possíveis, a influência externa. É nesse período que, segundo Barros, começa a circular no Itamaraty a frase conservadora e tradicionalista: "a melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se", do chanceler Azeredo da Silveira[516].

> O Itamaraty nunca dominou o Brasil - mas é o Ministério que tem maior capilaridade no governo, mantendo diplomatas em todos os Ministérios e outros órgãos acessórios. Porém sempre fez o possível, sem tanques nem canhões, para manter sua autonomia e fazer mais ou menos o que bem entendia, independentemente do governo da hora. (...) De vez em quando era preciso dar os anéis para não perder os dedos. Deu os anéis durante o regime militar, mas conseguiu não ter nenhum coronel "lá dentro", nem na Divisão de Segurança e Informações. Preferiu sacrificar diplomatas para fazerem as coisas de que ninguém gostava a deixar entrar um militar.[517]

Desse modo, pós 64, a implementação da política externa teria sido controlada pelo Itamaraty, excluindo, em grande parte, a elite civil não diplomática do processo de formulação e implementação dessa área: "As comissões do Congresso encarregadas do assunto operaram,

---

[515] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H.; TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 31. Sobre essa questão, Cheibub afirma ainda que "o curto período representado pela política de "interdependência" imediato pós-1964 corresponderia a um momento em que o Itamaraty trocou sua "ideologia" pela sua integridade, no sentido de evitar a instalação de um processo de perseguições políticas na instituição. Logo que foi possível, retomou gradativamente as linhas anteriores da política externa, mantendo assim a continuidade do processo de maior independência dessa política (CHEIBUB, Z. B. (1989) "A Carreira Diplomática no Brasil: O Processo de Burocratização do Itamarati". **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 126).

[516] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 33.

[517] Sobre esse assunto, ainda segundo Barros, "(...) presidentes podiam nomear o ministro que quisessem, diplomata ou não, mas se era 'de fora' a burocracia 'da casa' sempre tratava de lhe impor limites com punhos de renda. Quando o ministro não era "da carreira", sapecavam-lhe um secretário-geral cuja principal tarefa era não deixar que 'saísse da linha'. Os oficiais de gabinete que cercavam o ministro cuidavam de tornar sua estada agradável, prazerosa e quase sempre inócua. Quando o ministro era "da casa", não era necessário gente forte nos cargos de baixo. Linhagens familiares perpetuavam-se no Itamaraty: filhos, netos, bisnetos" (BARROS, A. S. C. (2010) "Como o Barão enfrentará a turba?" **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 2, 1 de março).

em boa medida, apenas como *rubber stampers* de decisões que eram tomadas no âmbito do Itamaraty ou, em outras ocasiões, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional"[518].

Com isso, o MRE teria conseguido restringir o grau de politização da política externa, mantendo controle sobre a formação de tal política, além de dar continuidade a alguns temas da agenda do período anterior, como o desenvolvimento. As concessões que foram feitas se deram, segundo essa leitura, em função da inclusão de questões de segurança nacional e de defesa formulados, principalmente, na ESG:

> (...) mesmo depois do golpe a política externa não foi afetada, como podia ter sido, por um governo conservador. Além das concessões que o Itamaraty teve que fazer com relação aos assuntos-chave para os militares, o MRE manteve um certo controle da política externa com a "geração da política externa independente.[519]

Assim, a autonomia em relação ao poder executivo[520] e a coesão interna do Itamaraty teriam conferido a esse órgão estabilidade para manter certa continuidade na política externa brasileira ao longo do tempo, principalmente em função do insulamento burocrático e do "espírito de grupo":

> Em outras palavras, há certa autonomia do Itamaraty no processo decisório porque esse órgão ocupa uma posição de prestígio frente aos militares. Esse respeito da corporação consular frente ao executivo advém da estrutura do seu corpo burocrático, ou melhor, da suposta semelhança que se encontra entre os dois grupos, sendo a principal delas o processo de formação e a estrutura fortemente hierárquica das duas corporações. Não há, portanto,

---

[518] BARROS, A. S. C. (1998) "Problemas de transição democrática na frente militar: a definição do papel dos militares, a mudança da doutrina e a modernização do país". **Política e Estratégia**. Rio de Janeiro, v. VI, n. 2, p. 206-214.

[519] BARROS, A. S. C. (1986) "A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores". In: MUÑOZ, H.; TULCHIN, J. S. (orgs) **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 35.

[520] Sobre esse assunto ver: ALBUQUERQUE, J. A. G. *et al* (1999) **Percepções das elites do Cone Sul sobre as relações internacionais do Brasil. Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, n. 693; ALEXANDRE, C. V. M. (2006) **O Congresso brasileiro e a política externa (1985-2005)**. PPGRI/PUC-Rio; ALCANTARA, L. (2001) "Os parlamentos e as relações internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 44, n. 1; BRIGAGÃO, C. (1986) **Relações internacionais federativas no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma; LIMA, M. R. S. & SANTOS, F. (2001) "O Congresso e a política de comércio exterior". **Lua Nova,** n. 52, p. 121-150; LIMA, M. R. S. (2006) "Instituições democráticas e política exterior". **Contexto Internacional**. vol. 22, n. 2, p. 265-304; NEVES, J. A. C. (2006) "O Congresso Nacional e a política externa brasileira". In: ALTEMANI, H. & LESSA, A. C. (orgs) **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, p. 365-388; PEREIRA, J. A. L. (2004) "O federalismo na diplomacia brasileira: o interesse do Itamaraty nas ações externas de governos subnacionais". **Cena Internacional**. vol. 6, n. 2, p. 144-159; SARAIVA, J. F. S. (2006) "Federalismo e relações internacionais do Brasil". In: ALTEMANI, H. & LESSA, A. C. (orgs) **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, p. 429-456.

> uma forte ingerência do chefe do executivo nos assuntos de política externa, porque se entende o Itamaraty como um órgão semelhante, com uma estrutura disciplinadora que visa o desenvolvimento econômico sem se esquecer da segurança nacional.[521]

No entanto, para Pio Penna Filho, faz-se necessário derrubar o mito de que o MRE não colaborou ou colaborou pouco com a ditadura civil-militar[522]. Em seu estudo sobre o funcionamento do Centro de Informações do Exterior (CIEX)[523] – órgão do MRE vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), que se encarregava de espionar políticos e militantes contrários ao regime militar que se exilaram – o autor argumenta que o Itamaraty, principalmente no Cone Sul, monitorava e dava informações estratégicas ao regime militar:

> [Essa] pesquisa derruba o mito de que o Itamaraty não colaborou ou colaborou pouco com o lado mais sombrio da ditadura militar brasileira. Por muitos anos, gerações de diplomatas afirmaram que a tradição e a autonomia desfrutada pelo Ministério das Relações Exteriores no âmbito do serviço público teria lhes permitido evitar uma associação com a repressão generalizada que se instalou no país após o Golpe de Estado de 1964. Tal, de fato, não ocorreu. Houve a colaboração em diversos níveis, seja participando ativamente do processo de "depuração" interna promovida pelos inquéritos ideológicos no período inicial da ditadura, seja montando um aparato de espionagem que atuava preferencialmente nos países onde havia maior número de exilados brasileiros. Sua colaboração foi estreita com as principais agências responsáveis pela repressão no Brasil, como o temido SNI, com o Exército, com a Marinha e com a Aeronáutica, por meio de suas respectivas agências especializadas, a saber: o CIE, o Cenimar e o CISA.[524]

---

[521] GOBO, K. L. (2007) **Década de 1970: a política externa e o papel do Itamaraty**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

[522] Sobre a questão da repressão no regime militar ver: D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (1994) **Os anos de chumbo - a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; DINGES, J. (2004) **Operación Condor - una década de terrorismo internacional en el Cono Sur**. Santiago: Crônica Atual; FIGUEIREDO, L. (2005) **Ministério do silêncio - a história do serviço secreto brasileiro - de Washington Luís a Lula, 1927-2005**. Rio de Janeiro: Record; LAGÔA, A. (1983) **SNI como nasceu como funciona**. São Paulo: Brasiliense; QUADRAT, S. V. (2004) "Os porões internacionais da repressão". **Seminário 40 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: 7 Letras.

[523] Sobre esse assunto ver também: AGUIAR, A. G. "Documentos mostram que Jango era monitorado pela Operação Condor". Disponível em http://rastrosde64.wordpress.com/2012/10/18/documentos-mostram-que-jango-era-monitorado-pela-operacao-condor-agencia-brasil/. Acessado em 25/03/2012; FERNANDES, J. M. (2006) **A repressão aos exilados brasileiros no exterior: a ação do CIEX na Argentina (1974-1976)**. Cuiabá: UFMT; PADROS, E. S. (2012) "A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional". **Varia História**. Belo Horizonte, v. 28, n. 48; SETEMY, A. (2011) "Sobre a elegância do minueto, o manto das trevas: desvendando a atuação do Itamaraty no combate ao comunismo". **Anais da III Jornada de História Política**. Montevidéu; SETEMY, A. (2010) "Por uma memória 'diplomática': o Itamaraty e o combate ao inimigo escarlate". **Anais Eletrônicos do X Encontro Estadual de História - O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. Santa Maria; SETEMY, A. (2010) "Agentes de pincinês: a diplomacia brasileira e a produção de informações no Brasil". **Anais do IV Encontro Nacional dos Pesquisadores do Integralismo/III Simpósio do Laboratório de História Política e Social: Idéias e Experiências autoritárias no Brasil Contemporâneo**.

[524] PENNA FILHO, P. (2009) "O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 52, n. 2, p.

Penna Filho afirma que só foi possível começar a derrubar o mito da pouca colaboração do MRE e seus agentes com o regime militar brasileiro a partir da abertura dos arquivos. Segundo o autor, esses continham documentos secretos produzidos durante as ditaduras latino-americanas, em especial os chamados "Arquivos do Terror", no Paraguai. O autor ressalta, ainda, que essa prática de monitorar os exilados se deu mesmo antes da criação do CIEX (1966):

> (...) algumas embaixadas brasileiras já faziam o serviço de monitoramento dos exilados brasileiros. (…) A coleta de informações estratégicas para o Estado também constava de suas funções, assim como análises de conjuntura política, econômica e militar sobre os países vizinhos ou aqueles que de alguma forma pudessem interessar ao Brasil, como os Estados socialistas, por exemplo, para os quais havia uma atenção especial, sobretudo quando eram identificadas conexões com movimentos de esquerda ou pessoas no Brasil.[525]

Os informes de espionagem elaborados pelos agentes do CIEX superavam, inclusive, as análises estratégicas e de conjuntura política e econômica que o Itamaraty fazia dos outros países. Para Penna Filho, mesmo com a anistia, em 1979, ou seja, com o retorno de grande parte dos exilados ao Brasil, o CIEX continuou suas atividades de vigilância:

> Nesse sentido, o CIEX teve de se adaptar aos novos tempos que se prenunciavam com a lenta e gradual abertura do regime, muito embora não tenha perdido seus vícios de origem, como não poderia deixar de ser. (…) Apesar, por exemplo, de todo o contexto de abertura gradual deslanchado pelo governo Geisel, com o enquadramento da linha dura que não admitia a transferência de poder para os civis, isso não afetou as atividades do CIEX. Os diplomatas brasileiros encarregados de acompanhar as atividades dos exilados continuaram o seu trabalho normalmente, mesmo porque reportavam-se diretamente aos outros órgãos que compunham a comunidade de informações. O Centro era, na verdade, uma agência que funcionava com grande autonomia na estrutura administrativa do Itamaraty. Embora tenha sido estruturado com quadros do Ministério, tendo à frente sempre um diplomata de nível intermediário (como Ministro ou Conselheiro),

---

43; PENNA FILHO, P. (2004) "O Itamaraty e a Repressão Além-Fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEX (1966-1986)". In: FICO, C.; ARAÚJO, M. P.; CASTRO, C.; MARTINS, I. de L.; SOUZA, J. J. V. de; QUADRAT, S. V. (orgs) **1964-2004 – 40 anos do golpe – Ditadura Militar e Resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda – 7 Letras, p. 163-169.

[525] PENNA FILHO, P. (2009) "O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 52, n. 2, p. 46.

hierarquicamente subordinava-se, na prática, ao SNI.[526]

Desse modo, embora concordemos com parte dos estudos que afirmam que houve no Itamaraty certa continuidade no que diz respeito à política externa (tema do nosso próximo capítulo), principalmente em função da coesão e do prestígio de que dispunha esse Ministério e seu corpo diplomático, consideramos bastante pertinente a tentativa de Pio Penna e outros estudiosos de tentar acabar com a mitificação que existe em torno do MRE, em especial no que diz respeito não colaboração com o regime militar.

3.4.2. Impactos no IBRI/*RBPI*

Como nosso recorte temporal é bastante amplo, por acompanharmos a história do IBRI e da *RBPI* entre a década de 1950 e começo da década de 1990, conseguimos perceber que o golpe militar representou um marco importante para os membros do Instituto e da Revista, com consequências positivas e negativas.

Entre os próprios Diretores-Executivos[527] do IBRI/*RBPI* – Oswaldo Trigueiro, Henrique Valle, José Honório Rodrigues e Cleantho de Paiva Leite – notamos que a ditadura civil-militar teve impactos muito distintos, demonstrando o quanto o grupo fundador do IBRI era diverso. Os dois primeiros, Trigueiro e Valle, continuaram progredindo na carreira após o golpe, ao passo que os dois últimos, Rodrigues e Cleantho, sofreram represálias do novo regime.

Oswaldo Trigueiro[528], um dos fundadores da União Democrática Nacional, se tornou, logo em 1964, Procurador-Geral da República, sendo nomeado, no ano seguinte, Ministro do Supremo Tribunal Federal, chegando a se tornar presidente desse Ministério em 1969. Suas

[526] PENNA FILHO, P. (2009) "O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 52, n. 2, p. 47.
[527] Esse assunto foi detalhado no capítulo 1.
[528] Sobre Osvaldo Trigueiro ver: LIMA, V. R. (coord); ROCHA, D. *et al* (1986) **GETÚLIO: uma história oral**. Rio de Janeiro: Record; Câmara dos Deputados. **Deputados Brasileiros. Repertório (1946-1967)**; ABREU, A. A. & BELOCH, I. (2001) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, p. 5799.

relações com os militares eram intensas, como podemos observar pela análise da documentação presente no "Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo". Trigueiro preservou, ao longo dos anos, fotos com as figuras mais eminentes do cenário político do período, cartas trocadas com o alto comando militar e medalhas de condecoração das Forças Armadas[529].

Já Henrique Valle[530] seguiu ascendendo na carreira diplomática como embaixador junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1969, e como embaixador na Dinamarca, em 1972. Pelo que pudemos averiguar, Valle não teceu relações estreitas com o regime, uma vez que era ligado ao núcleo de técnicos desenvolvimentistas do período anterior. Entretanto, essa ligação não parece tê-lo afetado profissionalmente. Ao contrário, seguiu sem maiores percalços, galgando os postos da carreira diplomática, o que confirma, em parte, o que acabamos de expor a respeito do insulamento burocrático vivido pelo MRE nesse período.

Por sua vez, José Honório Rodrigues[531], no ano do golpe, perdeu seu emprego como diretor do Arquivo Nacional (o que o levou a aceitar o cargo de diretor do IBRI), se dedicando, nas décadas seguintes, à carreira acadêmica. Rodrigues, a partir de 1964, passa a tecer críticas ao regime político que ele identifica como um "generalismo presidencial"[532], censurando, abertamente, a política externa adotada pelos militares a partir da gestão do chanceler Vasco Cunha Leitão. Com relação à ESG[533], deixa de dar cursos na instituição, primeiro por recusa ao novo regime, depois por represália do mesmo, como podemos observar a partir do trecho abaixo:

---

[529] Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).
[530] ABREU, A. A. & BELOCH, I. (2001) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, p. 5883; Ministério das Relações Exteriores. **Anuário** (1974, 1968 e 1973).
[531] STEIN, S. (1988) "José Honório Rodrigues (1913-1987)". **The Hispanic American Historical Review**, vol. 68, n. 3.
[532] RODRIGUES, L. B.; MELLO, J. O. de A. (1994) **José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
[533] GLEZER, R. (1976) **O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. São Paulo: USP.

> Em 1964, ainda fui convidado a fazer conferência na ESG, como fazia todos os anos, desde 1956, mas o rumo autoritário, antidemocrático, que assumiu o movimento de 1964, uma contra-revolução, me levou a assinar vários manifestos, quando se pensava que manifesto podia influir no rumo dos acontecimentos. De 1965 até o ano passado não fui mais convidado. O convite em 1977, a que não pude atender em razão de compromissos internacionais, revelou-se para mim como uma abertura. A ESG, quando a cursei, ouvia opiniões de todas as correntes, inclusive muita gente com conhecida vinculação esquerdista.[534]

O historiador defendia veementemente a Política Externa Independente. Como diretor do IBRI, chegou a organizar uma edição da *RBPI* em homenagem a San Tiago Dantas, na qual afirma que este foi uma das figuras mais importantes do século XX:

> (...) SAN TIAGO DANTAS combateu sempre aqueles que dizem: não escutaremos e não andaremos, partidários de uma sociedade fechada, impermeável, imutável, dirigida por uma elite para benefício próprio. Creio que ele rejeitava a rebelião e desejava o caminho pacífico e legal do avanço democrático, do desenvolvimento econômico e social. (...) Apóstolo da modernização, líder rico de dotes intelectuais e políticos, partidário das fronteiras abertas e amplas, do diálogo com todos, ele carregou, com liberdade e desembaraço, a bandeira da política externa independente, para o futuro, ciente de que ela era o instrumento da nossa expansão econômica. A diplomacia do desenvolvimento, que sustentou com clareza invejável e convencido de sua conveniência aos interesses nacionais e aos deveres da defesa da paz, representou — embora uma continuação da iniciativa da Presidência Jânio Quadros — a consolidação elaborada da determinação de não voltar nunca mais àquela posição irreal, modesta e rotineira que o Brasil vinha mantendo após a morte do Barão do Rio Branco.[535]

Já Cleantho de Paiva Leite[536] não chega a sofrer com o novo regime logo em 1964, mas sim quando retorna ao Brasil, em 1968. Funcionário de carreira do DASP, foi acusado

---

[534] RODRIGUES, J. H. (1986) **Vida e História**. São Paulo: Perspectiva, p. 144.

[535] RODRIGUES, J. H. (1964) "Nota Liminar". **Revista Brasileira de Política Internacional**: 7 (27), p. 377-378. Ainda segundo Rodrigues, "(...) quando frequentei, em 1955, a Escola Superior de Guerra — que tanta influência vem exercendo na evolução política brasileira nestes últimos quinze anos —, senti que ele conquistara, com sua inteligência e sua palavra, grande ascendência na formulação do ensino e na elaboração da doutrina. Não sei até que ponto terá sido devido à sua influência a incorporação do pensamento de Max Weber nos conceitos preliminares que soldados e civis aprendiam nos começos do curso. Quem conhecesse Max Weber, o mais formidável antimarxista do nosso século, sem furor, antes racional e lógico, poderia atribuir a seu crédito, via SAN TIAGO DANTAS, a solução classe média que se formulava para as dificuldades nacionais. Creio que mais tarde SAN TIAGO DANTAS viu a estreiteza desta solução e caminhou seus próprios passos, desfazendo os tropeços e embaraços para melhorar os caminhos e as obras. Daí sua atitude mais recente, quando veio a ocupar a pasta de Ministro das Relações Exteriores, onde revelou sua originalidade, sua visão, seu panache" (Idem, p. 378).

[536] Sobre Cleantho de Paiva Leite ver: LIMA, V. R. (coord); ROCHA, D. *et al* (1986) **GETÚLIO: uma história oral**. Rio de Janeiro: Record; LEITE, C. P. (2000) **Cleantho de Paiva Leite. Coleção Paraíba: Nomes do Século**. Paraíba: A União – Superintendência de Imprensa e Editora; ABREU, A. A. & BELOCH, I. (2001) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, p. 3069; "Currículo e Biografia de Cleantho de Paiva Leite". **Folha de São Paulo**: 1992.

pela ditadura civil-militar de infringir o Estatuto dos Funcionários Públicos, com o argumento de que não teria tido licença formal do Estado brasileiro para o cargo que ocupou no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Leite acabou recorrendo dessa decisão, mas foi vencido nos tribunais nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva. Somente no final da ditadura civil-militar foi anistiado e sua demissão convertida em aposentadoria.

Ao deixar de ser técnico do DASP e se dedicar ao IBRI, ao IBAM e ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), vemos que a carreira de Leite entra, por assim dizer, em declínio, uma vez que ele não recobra, nas décadas seguintes, o protagonismo que teve, por exemplo, na Assessoria Econômica de Vargas, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e no BID.

Também entre os Conselheiros[537] do IBRI podemos perceber o impacto do novo regime, uma vez que parte dos membros foi perseguida ao passo que outra parte se beneficiou e/ou colaborou com a ditadura civil-militar, o que certamente deve ter ajudado a "blindar" o Instituto e a Revista. Hélio Jaguaribe, Hermes Lima e Josué de Castros são os exemplos mais significativos: Jaguaribe se exila nos EUA; Lima é aposentado pelo Ato Institucional n.5 (AI-5); Castro tem seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional n.1 (AI-1), perde o mandato de deputado federal e é demitido do cargo de embaixador (exílio na França).

Já entre os Conselheiros que apoiaram ou colaboraram com o golpe militar destacamos: Afonso Arinos de Melo e Franco (de 1964 a 1967- quando rompe com os militares), Antonio Galloti (membro do IPES- base de sustentação do golpe junto com o IBAD) e Carlos Medeiros Silva (Ministro do Supremo e da Justiça/1966-1967).

Com relação à sobrevivência financeira da *RBPI*, vemos que esta foi diretamente prejudicada pelo golpe de 1964. Em represália, possivelmente às críticas de José Honório Rodrigues aos militares e à política externa do chanceler Vasco Cunha Leitão, o governo

[537] Sobre este assunto ver Apêndice.

pressionou para que o Itamaraty cortasse a assinatura de 1000 exemplares da revista, adquiridos mensalmente, uma verba que vinha ajudando a manter a *RBPI* desde sua fundação. Como analisamos no capítulo 1, tal situação forçou Rodrigues a publicar edições temáticas para reduzir os custos da instituição.

No que diz respeito ao temário, ao analisarmos os sumários da *RBPI* entre 1964 e 1985, vemos que os temas da PEI continuaram prevalecendo na Revista, como, por exemplo, o desenvolvimento nacional, a América Latina, a África, a Ásia etc. Todavia, houve a incorporação de assuntos caros aos militares, em especial os da ESG; ou seja, foram publicados artigos e documentos baseados na DSN, notadamente aqueles vinculados à segurança estratégica na América do Sul, tais como Amazônia, Atlântico Sul e Antártida. Esses temas foram abordados por militares, simpatizantes do regime ou especialistas nos principais temas da agenda internacional do novo regime.

Assim, vemos que a geração da PEI, ao menos nas páginas da *RBPI*, "sobreviveu" ao golpe militar. Como explicitado anteriormente, o mesmo aconteceu com o IBAM, que permaneceu ativo e se fortaleceu nas décadas seguintes. Já o ISEB, logo após o golpe, foi objeto de um inquérito militar, seus membros tiveram seus direitos cassados e a própria organização foi extinta.

Observamos, portanto, que a Revista, apesar de ter sido punida com o corte das assinaturas (e talvez por isso), incorporou questões-chave sobre os principais temas da agenda internacional dos militares, o que a fez gozar de considerável liberdade, uma vez que matérias caras ao nacional-desenvolvimentismo e à PEI continuaram a ser vinculadas em larga escala na publicação. Com relação à censura, não encontramos na documentação analisada qualquer indício de que ela tenha ocorrido. O corte das assinaturas, logo depois do golpe, pode ter sido um indicador dos futuros limites da publicação.

Assim, acreditamos que essa *liberdade controlada* do IBRI/*RBPI* se deva ao prestígio que a publicação adquiriu no período anterior ao golpe, com contribuições dos nomes mais destacados da *intelligentsia* nacional, ao processo de insulamento vivido pelo Itamaraty e o corpo diplomático, à especificidade do campo das relações internacionais e à capacidade de adaptação da publicação aos novos temas e agendas do período autoritário.

No próximo capítulo, trataremos de duas vertentes de paradigmas de política externa brasileira propostos por importantes analistas do campo de estudos das relações internacionais. Em seguida, analisaremos, à luz desses paradigmas, os discursos sobre política externa presentes nas páginas da *RBPI* entre 1958 e 1992.

CAPÍTULO 4: PARADIGMAS DE POLÍTICA EXTERNA

Este capítulo visa, num primeiro momento, apresentar propostas de paradigmas de política externa defendidos por duas importantes correntes de análise do campo das relações internacionais no Brasil: os paradigmas "desenvolvimentista"/"normal ou neoliberal", enunciados por Amado Cervo, apoiados e legitimados por Clodoaldo Bueno e Paulo Vizentini, e os paradigmas "americanista" e "universalista ou globalista", propostos por Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, sustentados e ampliados por Letícia Pinheiro.

Procuramos, em seguida, tratar de alguns temas da política externa brasileira presentes nas páginas da *RBPI* (com destaque para a Operação Pan-Americana e a Aliança Para o Progresso), tendo como referência essas duas vertentes que ampliaram o diálogo interparadigmático no campo das relações internacionais, pois acreditamos que elas não são excludentes, já que cada uma dá relevo a questões-chave da política externa nacional, respectivamente: o projeto de inserção internacional brasileiro via desenvolvimento forjado na década de 1930 e o rompimento deste modelo nos anos 90, e a imbricada relação de aproximação e distanciamento do Brasil com os Estados Unidos e a busca de uma política internacional mais autônoma, cujo importante marco foi a Política Externa Independente (PEI), do início dos anos 60.

4.1. Permanências e Alternâncias

Não existe um consenso entre os especialistas brasileiros acerca da definição precisa de política externa. Em geral, trata-se de um conjunto de atividades políticas que os Estados e demais atores promovem para alcançar seus interesses na relação com os outros Estados e atores do sistema internacional. Assim, a política externa envolve uma gama de atores e organizações nacionais e internacionais (governamentais ou não) que sofre influências

exteriores e domésticas na sua formulação e implementação. Para fins desta pesquisa, nos valemos da definição de Letícia Pinheiro:

> A política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados e atores externos – tais como organizações internacionais, corporações, multinacionais ou atores transnacionais – formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder[538].

Sendo uma das políticas públicas do Estado, representação dos interesses da sociedade brasileira, sua formulação e execução é coordenada por uma burocracia especializada, ou seja, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), agência estatal que detém poderes nos círculos de decisão governamental[539], atuando como órgão normatizador, executor e, em grande medida, controlador da política externa brasileira[540].

A política externa distingue-se da política interna pelo tempo mais lento e longo em que se processam suas mudanças, diferente da política doméstica, centrada em problemas mais imediatos. Por representar no plano internacional os interesses nacionais, a política externa conjuga as pressões internas e externas, ou seja, tanto sua formulação quanto implementação se dão por condicionamentos endógenos e exógenos. Ademais, nas análises de política externa destacam-se três questões centrais: quem a formula, de que forma ela se articula à política interna e quais são as pressões externas[541]:

> (…) a política externa brasileira não é simplesmente reativa aos impulsos externos oriundos dos grandes centros hegemônicos, capazes de ajustá-la aos seus interesses majoritários, mas também resultado de esforços políticos domésticos hábeis em absorver e adaptar-se a tais impulsos, transformando-os em objetivos ou situações a se resistir, combater e/ou negociar, mediante concessões mútuas[542].

---

[538] PINHEIRO, L. (2004) Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 7.
[539] RIBEIRO, C. O. (2006) "Autonomia e universalismo como condicionantes da política externa brasileira". **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 43, n. 171, julho/setembro, p.139.
[540] SEITENFUS, R. (1994) **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 33.
[541] VIZENTINI, P. G. F. (1999) "O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases". **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 134.
[542] FONSECA JR., G. (1998) **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, p. 300.

Os estudos sobre política externa brasileira, produzidos na primeira metade do século XX, foram marcados pela História Diplomática, em geral realizados por diplomatas e militares, trabalhos de caráter bastante tradicional e descritivo[543]. Já a partir das décadas de 1960 e 1970, com a conformação de um campo acadêmico voltado ao estudo das relações internacionais, as análises sobre política externa passaram a ser produzidos, principalmente, nas instâncias governamentais e nas universidades (sobretudo nos cursos de pós-graduação). Para Alexandra de Mello e Silva:

> (...) é também bastante significativo que o surgimento, na década de 70, de uma nova safra de estudos sobre política externa tenha ocorrido simultaneamente a um processo de diversificação e autonomização da própria ação diplomática, que veio evidenciar um conjunto de insuficiências teóricas e empíricas nos modelos de interpretação até então vigentes. Partindo da premissa comum de que, em um país periférico como o Brasil, os elementos de dependência e/ou autonomia não são excludentes, mas de fato se conjugam em um mesmo projeto de política externa, tais estudos começam a destacar o grau de complexidade presente nos processos de formulação e implementação de nossa diplomacia, evidenciado seja no plano dos condicionamentos internos (demandas da política econômica, disputas entre agências burocráticas, interação entre atores estatais e não estatais) ou externos (grau de "permissibilidade" ou rigidez do sistema internacional)[544].

Desde a década de 1990, a subárea de análise de política externa tem discutido a respeito das questões axiológicas e das alternâncias e permanências da política exterior do Brasil[545]. Parte considerável da literatura especializada afirma que a política externa brasileira consegue transpor as inflexões e mudanças de governo e de regime político, pois não está vinculada, necessariamente, a uma gestão ou sistema, podendo perdurar por um longo

---

[543] Sobre este tema ver: ALMEIDA, P. R. de (1993) "Estudos de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927/1992". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 36 (1) e CERVO, A. L. (1992) "A Historiografia Brasileira das Relações Internacionais". **Revista Interamericana de Bibliografia**, 42(3).

[544] SILVA, A. M. (1998) "Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 41 (2), p. 140.

[545] Para Antonio Carlos Lessa: "A dimensão axiológica da política exterior pode ser eficientemente apreendida com a percepção mais clara das mudanças de rumos proporcionadas pelas grandes rupturas políticas, econômicas, culturais e estratégicas das relações internacionais, e de como o Estado e a sociedade reagiram a elas. Mais do que desvendar os anunciados nas cláusulas constitucionais que informam a Política Externa, trata-se (...) de buscar perceber a existência de um projeto articulado de inserção internacional que, no caso do Brasil, significa adequar as formas de interação dos Estados nas relações internacionais com os mecanismos de distribuição do poder". LESSA, A. C. (2005) "Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias)". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48 (2), p. 12-13.

período. Esses estudos afirmam que o desenvolvimento histórico da política externa brasileira manteve certos elementos norteadores ao longo do tempo, baseados em um acervo diplomático permanente, que congrega um conjunto de normas e princípios associados ao comportamento internacional do país[546].

Assim, mudanças de governo ou de natureza de regimes não determinam, *a priori*, alterações no conteúdo valorativo da política externa brasileira. As transformações se dão, essencialmente, nas estratégias utilizadas para aprofundar a inserção internacional do país. Esta assertiva não quer dizer que não existam variações e rupturas, mas que determinados elementos se mantém, a despeito das alterações de governo ou da própria estrutura organizacional do Estado.

No capítulo anterior, quando tratamos do Itamaraty e do corpo diplomático brasileiro, afirmamos que existe uma continuidade na condução da política externa, dentre outros motivos pela organização diplomática em si, que conseguiu, mesmo em momentos bastante complicados, como a ditadura civil-militar, adaptar-se à nova conjuntura política e manter certa autonomia no aparelho estatal. Essa independência poderia ser verificada no fato de que apenas os cargos de ministro, embaixador e consultor jurídico podem ser ocupados, no Itamaraty, por não diplomatas, ao contrário do que ocorre na maior parte dos países. Ademais, mesmo atualmente, as nomeações para embaixadores costumam ser, com raras exceções, da própria carreira diplomática[547].

Entretanto, Maria Regina Soares de Lima nos alerta para termos cuidado com o a

---

[546] Alguns exemplos de estudos que tratam da autonomia do Itamaraty na condução da política externa são: BARRETO FILHO, F. P. de Mello. (2001) **Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964**. São Paulo: Paz e Terra; FONSECA JR, G.; LEÃO, V. C. (Orgs) (1989). **Temas de política externa brasileira**. Brasília: Ática/IPRI e OLIVEIRA, H. A. (2005) **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva.

[547] Sobre o assunto ver: CORRÊA, L. F. De S. (1999) "O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 42 (1) e DANESE, S.F. (1999) "A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil". **Política Externa**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 64-78. Vale destacar que a permanência do Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), passando por quatro diferentes presidentes entre 1902 e 1912 (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca) é um bom exemplo da autonomia do Itamaraty e da manutenção de certas linhas da política externa a despeito dos governos.

ideia da estabilidade e do consenso em torno da política externa, pois, para a pesquisadora, essa estabilidade foi "construída" pela narrativa diplomática e reforçada por parte da academia brasileira[548]:

> Na história da política exterior brasileira existe uma ficção que, de tanto repetir-se, adquiriu condição de verdade para a comunidade de atores e estudiosos das relações internacionais do país: a crença na continuidade e no consenso, entre as forças políticas e econômicas relevantes, com respeito às orientações gerais da política exterior[549].

Esse alerta de Lima não quer dizer, no entanto, que não existam momentos de continuidade e de consenso, mas que há que se tomar cuidado ao se estudar a "(...) relação não necessariamente linear entre regime político e política exterior"[550]. Para a autora, os fatores institucionais e organizacionais que resultaram em relativa estabilidade da política externa brasileira são: o recrutamento, o treinamento e a valorização profissional da carreira diplomática semelhante à carreira militar – responsável por uma forte identidade organizacional do Itamaraty, que fez com que esta agência desenvolvesse uma perspectiva estratégica de longo prazo voltada aos interesses nacionais mais permanentes; alto grau de isolamento do MRE em relação as demandas do ambiente político e social – o que resultou num baixo grau de politização da política externa brasileira (pouco discutida pela opinião pública nacional) e, além disso, a capacidade de formação de conteúdos específicos (política setorial), bem como o respaldo político interno para garantir a permanência das linhas de força da diplomacia no que diz respeito à política externa[551].

---

[548] Segundo Lima: "Uma razão adicional para a alegada estabilidade da política externa pode estar, por exemplo, na capacidade da corporação em apresentar o novo como continuidade de uma determinada tradição diplomática, reinventada a cada um dos momentos de crise e mudança. A narrativa da estabilidade seria, portanto, uma construção conceitual da diplomacia, repetida e legitimada pela comunidade de estudiosos da política externa". LIMA, M. R. S. (2005) "Aspiração Internacional e Política Externa". **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n.82, ano XIX, p.2.

[549] LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política externa brasileña". **América Latina/Internacional**, vol. 1, n.º 2, p.27 (tradução nossa).

[550] LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política externa brasileña". **América Latina/Internacional**, vol. 1, n.º 2, p.33 (tradução nossa).

[551] LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política externa brasileña". **América Latina/Internacional**, vol. 1, n.º 2, p.33-34 (tradução nossa). Lima afirma ainda que: "Um outro fator que assegura grande autonomia decisória ao MRE é o desinteresse relativo da opinião pública em geral pelas questões de política externa. Um indicador deste desinteresse é a escassa disputa entre as forças partidárias com relação ao

Ademais, a autora frisa que os elementos constantes da política externa e a autonomia relativa da corporação são sempre maiores nos períodos autoritários, uma vez que, na democracia, as decisões voltadas à área das relações internacionais devem ser ratificadas pelo congresso. Vale destacar que ainda hoje são precários os canais institucionalizados de participação da sociedade na formulação e implementação da política externa, o que dificulta muito a influência na tomada de decisões. Por outro lado, o legislativo costuma interferir relativamente pouco nas questões internacionais por entender que esta é uma arena muito especializada, fora do escopo parlamentar[552]:

> (...) a política externa tem contado com a delegação das elites políticas em geral e do Congresso em particular, legitimidade atestada pela estabilidade do princípio constitucional da competência do Executivo na condução da política externa. (...) Esta delegação é fruto da percepção entre as forças políticas e sociais de que a política externa tem sido um instrumento de desenvolvimento importante, ou pelo menos assim o foi no período do modelo de substituição de importações[553].

Embora levemos em consideração as ressalvas de Lima acerca do mito do consenso e da continuidade, percebemos que houve na *RBPI* a permanência de temáticas que seriam reflexos dos principais paradigmas de política externa brasileira no período, pois ainda que tenha havido mudanças na linguagem e estilo da ação diplomática ao longo do tempo, foram mantidas certas premissas operacionais básicas da política externa brasileira em função do projeto de inserção internacional.

O fato de o corpo diplomático ajudar a construir esta ideia e se apropriar dela é, em si, muito relevante para nossa pesquisa, pois o instituto e a revista representaram e defenderam,

---

posto de Ministro das Relações Exteriores, confirmando o dito popular que política externa não dá votos (das dez nomeações para a chefia do MRE feitas entre 1985 e 2003, apenas três foram para políticos com filiação partidária). Os jornais brasileiros, com pouquíssimas exceções, dedicam um espaço pequeno à política externa. Mesmo questões relevantes da agenda externa, como a postulação brasileira a um assento permanente nas Nações Unidas ou o envio recente de tropas brasileiras para uma missão de paz no Haiti, não mobilizam a opinião pública nem provocam os debates que normalmente ocorrem, por exemplo, no vizinho argentino". LIMA, M. R. S. (2005) "A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48(1), p. 7.

[552] Sobre o assunto ver também: MARIANO, K. L. P.; MARIANO, M. P. (2008) "A Formulação da Política Externa Brasileira e as Novas Lideranças Políticas Regionais". **Perspectivas**, São Paulo, v. 33, jan./jun, p. 112.

[553] LIMA, M. R. S. (2005) "A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48(1), p. 7.

em grande medida, os interesses do MRE, procurando ampliar, sempre que possível, o reconhecimento do Brasil e do Itamaraty no plano interno e externo.

Nesse sentido, a construção discursiva de certa permanência e consenso da política externa, como se esta estivesse acima do jogo político doméstico, não é feita apenas pelo Itamaraty em parceria com uma parcela da academia, já que este discurso está calcado no pressuposto de que o Brasil é um país singular que cada vez mais deve procurar aumentar sua influência no plano internacional. A "comunidade acadêmica de política externa" há muitos anos legitima a ideia de que o Brasil está destinado a ter um papel internacional significativo reconhecido pelas grandes potências mundiais, principalmente pelas dimensões continentais, riquezas naturais e "liderança natural" entre os países vizinhos[554].

Assim, a *intelligentsia* nacional, parte da "comunidade brasileira de política externa" que fundou o IBRI e a *RBPI*, técnicos, políticos, diplomatas, militares, acadêmicos, jornalistas, empresários, entre outros, procurou reforçar, no periódico, o "sonho" do Brasil em se tornar uma potência e, principalmente, um líder dos países em desenvolvimento (a começar pelas demais nações latino-americanas).

Desse modo, a ideia de continuidade e consenso, que reforça ao mesmo tempo o papel do Itamaraty e do Estado, é compartilhada pela elite nacional tanto no que se refere à liderança regional quanto a maior inserção internacional do país. Talvez o melhor exemplo dessa percepção, da construção discursiva de continuidade e da busca de maior prestígio por parte do MRE, aspiração perseguida nos fóruns multilaterais em que o Brasil esteve presente desde o século XIX, seja a reivindicação do Brasil de pertencer ao Conselho de Segurança da Liga das Nações ou a pretensão de alcançar um assento no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentando-se sempre como país mediador entre

[554] SOUZA, A. (2002) **A Agenda Internacional do Brasil: um Estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa**. Rio de Janeiro: CEBRI, p.19-21. Disponível em: http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/07/agenda-internacional-do-brasil-Amaury-de-Souza.pdf. Acessado em: 20/03/2011.

as grandes e pequenas potências[555]:

> Como país médio, que se considera desde 1920, o Brasil sempre teve aspirações de grandeza nacional. A reivindicação não atendida de pertencer ao Conselho de Segurança da Liga das Nações fez que abandonasse a instituição em 1926, poucos anos depois de criada. Esta já era forte indicação de suas pretensões: fazer parte do seleto clube de nações que influenciam os destinos do mundo. Ao ver rejeitada sua pretensão, o Brasil nada mais fez do que tornar claro o descontentamento com uma situação que não atendia a suas expectativas. (…) No decorrer do tempo, ocasiões não faltaram para que o Brasil demonstrasse intenções de ocupar espaço maior na arena internacional. Independentemente dos regimes políticos e dos indicadores nos quais se apoiava, podem ser listadas diversas oportunidades em que as autoridades brasileiras exteriorizaram o desejo de projetar o país em espaços mais amplos do que o palco sul-americano[556].

Assim, podemos perceber certa continuidade nos planos de inserção internacional do Brasil. Mesmo que as linhas de política externa tenham sofrido algumas inflexões ao longo do tempo, acreditamos que permaneceram certos paradigmas que guiaram as ações no campo internacional, como a agenda política voltada para o desenvolvimento.

Na sequência, apresentaremos as duas propostas mencionadas na introdução deste capítulo. Como veremos, a primeira vertente afirma que, de 1930 à 1990, o Brasil (e os demais países da região) teriam vivido sob a égide do paradigma "desenvolvimentista", sendo este suplantado pelo paradigma "normal ou neoliberal". Já a segunda perspectiva, baseada nas relações de aproximação e distanciamento do Brasil com relação aos Estados Unidos, assevera que no início da década de 1960 houve uma ruptura no paradigma "americanista" (hegemônico desde a gestão do Barão do Rio Branco), para dar passagem ao paradigma "universalista e/ou globalista", cujo divisor de águas foi a Política Externa Independente (PEI), de 1961-1964.

---

[555] Sobre esta assunto ver: GARCIA, E.V. (2000) O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926). Porto Alegre/Brasília: UFRGS/ Funag.

[556] MIYAMOTO, S. (2011) "As grandes linhas da política externa brasileira". **Textos para Discussão**, CEPAL/IPEA, v. 45, p. 10. Sobre o assunto ver também: GÓES FILHO, P. (2003) **O Clube das Nações: a missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ e SILVA, A. M. (1998) "Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 41 (2).

4.1.1. Do paradigma "desenvolvimentista" ao "normal ou neoliberal"

Em 1994, recém eleito Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso discursou no Senado Federal e afirmou que "era preciso encerrar a Era Vargas", pois entendia que o modelo desenvolvimentista e o Estado interventor na economia, que tinham surgido com Getúlio Vargas na década de 1930, estavam historicamente esgotados:

> (...) Acontece que o caminho para o futuro desejado ainda passa, a meu ver, por um acerto de contas com o passado. Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas — ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista. Esse modelo, que a sua época assegurou progresso e permitiu a nossa industrialização, começou a perder fôlego no fim dos anos 70. Atravessamos a década de 80 às cegas, sem perceber que os problemas conjunturais que nos atormentavam — a ressaca dos choques do petróleo e dos juros externos, a decadência do regime autoritário, a superinflação — mascaravam os sintomas de esgotamento estrutural do modelo varguista de desenvolvimento. No final da "década perdida", os analistas políticos e econômicos mais lúcidos, das mais diversas tendências, já convergiam na percepção de que o Brasil vivia, não apenas um somatório de crises conjunturais, mas o fim de um ciclo de desenvolvimento de longo prazo.[557]

Não cabe aqui analisarmos se Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) conseguiu ou não fazer "um acerto de contas com o passado" e romper com o "modelo varguista de desenvolvimento", embora saibamos que a gestão Cardoso foi marcada pela adoção do neoliberalismo.

No entanto, o que nos interessa é sua crítica ao desenvolvimentismo, ou seja, ao modelo de desenvolvimento, em sentido integral, que seria uma herança dos anos 1930 presente no Brasil até o começo dos anos 1990. A questão central é que o argumento de Cardoso se baseava na negação do "legado da Era Vargas — de seu modelo de desenvolvimento autárquico e de seu Estado intervencionista".

Acreditamos que o IBRI representou, no campo das relações internacionais, através da *RBPI*, um espaço difusor do pensamento desenvolvimentista, pois vemos que o tema do

[557] Discurso de Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: http://200.181.15.9/publi_04/COLECAO/DESPED.HTM. Acessado em: 06/03/2011.

desenvolvimento foi o eixo condutor da publicação desde sua fundação, na década de 1950, até o começo da década de 1990, quando o instituto e o periódico são transferidos para Brasília[558].

Em nossa pesquisa entendemos ser relevante a proposta dos historiadores Amado Cervo[559], Clodoaldo Bueno[560] e Paulo Vizentini[561], que acreditam que, de 1930 a 1990, o Brasil viveu (com hiatos) sob o "paradigma desenvolvimentista", não só no plano interno político, mas também no campo externo. Com relação ao conceito de paradigma Cervo afirma que:

> Um paradigma, em ciências humanas e sociais, equivale a uma explanação compreensiva do real. O uso que dele fazem as ciências exatas e naturais é diferente. Nessas últimas, o paradigma articula em uma teoria uma série de leis científicas que estabelecem, em princípio, relações necessárias de causa e efeito. Quando uma lei é rejeitada pela experiência, o paradigma cai. Nas ciências humanas, o paradigma também desempenha a superior função de organizar a matéria objeto de observação, porém não apresenta a mesma rigidez científica. Esse tipo de análise, nas ciências humanas, restringe-se à

[558] Os artigos que tratam deste tema serão analisados no próximo capítulo.

[559] CERVO, A.; BUENO, C. (2011) **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB; CERVO, A. L. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51, (2), p. 8-25; CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva; CERVO, A. L. (2008) "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 46 (2); CERVO, A. L. (2001) **Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: FUNAG; CERVO, A. L.; DÖPCKE, W. (orgs.). (1994) **Relações Internacionais dos Países Americanos**. Brasília: Linha Gráfica Editora e CERVO, A. L.; RAPOPORT, M. (orgs.). (1998) História do Cone Sul. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UnB.

[560] CERVO, A.; BUENO, C. (2011) **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB; BUENO, C. (2007) "Relações internacionais: assimetrias nacionais e formação de blocos". In: Villa, R. D.; KALIL, S. (Org.). Ensaios latino-americanos de política internacional. São Paulo: Hucitec, p. 87-96; BUENO, C. (2000) "Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964)". In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP v. 3, p. 17-66; BUENO, C. (2000) "As relações históricas Argentina-Brasil: da rivalidade à integração econômica". In: RECONDO, G. (Org.). MERCOSUR - una historia común para la integración. Buenos Aires; Asunción: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), v. 2, p. 145-150; BUENO, C. (1999) "Os caminhos do Mercosul". In: OLIVEIRA. F. A. M. (Org.). **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo: UNESP/FAPESP, p. 273-278; BUENO, C. (1997) "Raízes históricas do Mercosul: da rivalidade à integração". **História**, São Paulo, n. 16, p. 13-26 e BUENO, C. (1997) "As relações Brasil-Argentina pedem mais realismo". **Carta Internacional**, São Paulo, n. 51.

[561] VIZENTINI, P. G. F. (2006) Da Guerra Fria à Crise: relações internacionais do século XX. Porto Alegre: Ed. da Universidade; VIZENTINI, P. G. F. (2005**) Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; VIZENTINI, P. G. F. (2004) **A Guerra Fria (1945-90)**. Porto Alegre: Leitura XXI; VIZENTINI, P. G. F. (2004) **As relações exteriores do Brasil (1945-64)**. Petrópolis: Vozes; VIZENTINI, P. G. F. (2002) **O Brasil e o mundo: Política externa e desenvolvimento (1951-2002)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; VIZENTINI, P. G. F. (1999) "O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases". **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1; VIZENTINI, P. G. F. (1998) **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e a Construção de uma Potência Média (1964-1985)**. Porto Alegre: UFRGS e VIZENTINI, P. G. F. (1998) "Política Externa e desenvolvimento no regime militar". **Princípios**, São Paulo, n. 51, p. 56-65.

> função de dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana[562].

De acordo com Vizentini, de 1930 a 1990, o Brasil foi marcado por mudanças de regime político e econômico que não chegaram a interromper o desenvolvimentismo, uma linha da diplomacia que foi predominantemente de Estado e não de governo (embora neste período tenham ocorrido desvios de liberalismo econômico e alinhamentos subordinados no plano externo, como é o caso dos governos Dutra e Castelo Branco)[563]. Assim, a política externa voltada para o desenvolvimento, em especial econômico, teria procurado, dentre outras ações, diversificar os parceiros internacionais do Brasil em busca de uma maior inserção internacional:

> Embora os três anos iniciais do regime militar tenham sido caracterizados por um retrocesso ao alinhamento automático com os Estados Unidos e o refluxo a uma diplomacia de âmbito hemisférico e a década de 1964-1974 fosse marcada pela "fronteiras ideológicas", a multilateralidade das relações exteriores e a busca do "interesse nacional do desenvolvimento" continuaram a aprofundar-se. Os novos interesses internos então configurados, bem como as alterações do cenário internacional após o primeiro choque petrolífero, permitiram ao governo Geisel ampliar este processo através do "Pragmatismo Responsável e Ecumênico". Nem mesmo o fim do regime militar em 1985 interrompeu essa estratégia diplomática, que prosseguiu até 1990[564].

Desse modo, o desenvolvimentismo teria permanecido o eixo da política externa do Brasil mesmo durante a ditadura civil-militar, pois neste período, ainda que possa parecer contraditório (em função da grande ruptura política), continuou a vigorar a vertente desenvolvimentista gestada na década de 1930. Segundo Vizentini, a maioria dos militares considerava-se "nacionalista" e "desenvolvimentista" e eram "contrários às privatizações e às ameaças à soberania territorial e político-jurídica nacional":

> Sintomaticamente, só se analisa o período 1964-85 quanto ao que ele tem, obviamente, de mais obscuro: a repressão e a política interna. Quanto à política externa e à economia, estabelece-se uma transposição mecânica dos

---

[562] CERVO, A. L. (2003) "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 46 (2).
[563] VIZENTINI, P. G. F. "Prefácio". In: CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.
[564] VIZENTINI, P. G. F. (1999) "O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases". **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 136.

> aspectos político-repressivos internos para estes planos, distorcendo a realidade e mostrando a ditadura como meramente "entreguista". Contudo, [a política externa do regime militar] (...) aponta para a continuidade do projeto nacional desenvolvimentista durante este período, apesar de sua inflexão conservadora. (...) Este projeto, cujas origens ideológico-estratégicas remontam ao movimento tenentista dos anos 1920, foi impulsionado a partir dos anos 1930 com Getúlio Vargas e, com avanços e recuos, prosseguiu durante o período populista entre 1945 e 1964. Apesar do golpe de 1964 encerrar o ciclo nacional desenvolvimentista do populismo, o processo de desenvolvimento industrial prosseguiu sob outras formas. A redemocratização, por sua vez, também não apresentou uma ruptura significativa no modelo, o que só veio a ocorrer em 1990, com a adoção do projeto neoliberal na "Era dos Fernandos" (...).[565]

Bueno, por sua vez, buscou destacar as grandes linhas de ação da política externa brasileira como instrumento do desenvolvimento nacional para investigar os processos de natureza estrutural que se inserem na longa duração e que deram sentido às escolhas nacionais que pautaram a política externa ao longo do período estudado.[566]

Em relação à análise da transição do paradigma "agroexportador" para o "desenvolvimentista", o autor identifica três momentos centrais da política externa brasileira: 1) Barão do Rio Branco à frente do MRE nas primeiras décadas do século XX; 2) Getúlio Vargas na Segunda Guerra Mundial; e 3) Jânio Quadros e João Goulart com a PEI no início dos anos 60. A gestão do Barão do Rio Branco é ressaltada especialmente em função do sucesso obtido na demarcação de fronteiras. Já Vargas é relacionado pelo desenvolvimento da indústria nacional e Quadros e Goulart são realçados por terem levado a cabo a defesa de uma política externa independente, que atuou com o chamado "neutralismo estratégico".

---

[565] VIZENTINI, P. G. F. (1998) "Política Externa e desenvolvimento no regime militar". **Princípios**, São Paulo, n. 51, p. 57.

[566] CERVO, A.; BUENO, C. (2011) **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB. Utilizamos para a elaboração deste capítulo a quarta edição deste livro, que foi revisada e ampliada (chegando ao século XXI). A primeira edição da publicação data de 1992. O livro é dividido em três partes: "A conquista e o exercício da soberania (1822-1889)" de Cervo, "Da agroexportação ao desenvolvimentismo (1889-1964)", elaborada por Bueno e, por último, "Do projeto desenvolvimentista à globalização", escrita novamente por Cervo. A primeira parte trata majoritariamente da política externa no período imperial, a segunda analisa a transição do modelo agroexportador para o desenvolvimentista e, a terceira, versa sobre a passagem do desenvolvimentismo para a globalização, ou seja, aborda a ditadura civil-militar, o período de redemocratização, a consolidação dos governos neoliberais da década de 1990 e a passagem da gestão Cardoso para a gestão Lula no início do século XXI.

Na mesma linha, ao analisar a participação do Brasil na ONU, o autor subdivide a política externa brasileira no período pós-guerra em quatro momentos: a) o alinhamento da Guerra Fria (1945-1955), b) a busca pelo desenvolvimento (1956 e 1964), c) a mudança de potência emergente para a de grande devedor (1964-1984) e d) a fase de desinibição e inadimplência (1985-1990).

No primeiro período, a participação do Brasil na ONU é marcada pela busca de um prestígio multilateral via presença no Conselho de Segurança, bem como no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GAAT). No segundo momento, o desenvolvimento se torna a preocupação mais importante da política exterior brasileira, o que transparecia nas Assembleias Gerais da ONU, nas quais os nossos representantes pregaram as diretrizes desenvolvimentistas dos governos Kubitschek, Quadros e Goulart. Ademais, essa postura se intensificou no período em que vigorou a PEI, pois:

> (...) o governo brasileiro, tirando partido da bipolaridade mundial, foi mais afirmativo nas suas posições favoráveis à autodeterminação e não-intervenção, ao anticolonialismo, à discussão, na Assembleia Geral da ONU, do Ingresso da China Popular nessa organização, e na adoção de uma atitude independente em relação a blocos, com vistas a votar em cada caso estritamente conforme os interesses nacionais. Além disso, manteve o País, ainda na ONU, uma constante atitude de defesa dos países subdesenvolvidos.[567]

Entretanto, no terceiro período, nos anos iniciais da ditadura civil-militar (1964-1966), houve uma quebra em relação às diretrizes da PEI e um realinhamento aos Estados Unidos. Já a partir de 1967, há uma retomada da questão do desenvolvimento em função da chamada "Diplomacia da Prosperidade", no governo Costa e Silva e, do "Pragmatismo Responsável", de Ernesto Geisel, que entendiam ser necessária a colaboração do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional.

Nesse período, o interesse nacional rechaça os "alinhamentos incondicionais" do período anterior, busca a reformulação do comércio internacional via Conferências das

[567] CERVO, A.; BUENO, C. (2011) **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB p.77.

Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), estabelece metas próprias com relação à questão nuclear e defende o processo de descolonização[568].

Já no quarto momento, na transição entre a década de 1980 e 1990, o historiador destaca os graves problemas econômicos herdados da ditadura civil-militar – em especial a dívida externa e a dependência ao capital estrangeiro – e enfatiza o abandono das políticas de fomento ao desenvolvimento nacional, quando se dá o fim do período desenvolvimentista e o início do período neoliberal. Ademais, apresenta os novos assuntos que passaram a compor a agenda internacional brasileira, como a temática do meio ambiente, que viria a ser tratada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ou "ECO 92".[569]

Entre os três autores aqui destacados, o que mais estudou e defendeu a questão do desenvolvimentismo como um longo paradigma da política externa brasileira foi Cervo. O historiador procurou, em seus estudos, caracterizar os parâmetros ideológicos e políticos que foram responsáveis por forjar os paradigmas de política externa, demarcando os motivos que levaram à ascensão e decadência dos mesmos, ou seja, as razões que levaram as permanências e alternâncias dos paradigmas. Diante isso, consideramos na sequência três importantes trabalhos desse autor para entendermos tal assunto: *Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*[570], *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*[571] e "Conceitos em Relações Internacionais"[572].

Na primeira obra, Cervo afirma que a questão do desenvolvimento está presente na agenda latino-americana desde a Grande Depressão capitalista. A América Latina viveu,

---

[568] BUENO, C. (1994) "A Política Multilateral Brasileira". In: CERVO, A. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília, UnB, p.93.
[569] BUENO, C. (1994) "A Política Multilateral Brasileira". In: CERVO, A. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília, UnB, p.131.
[570] CERVO, A. L. (2001) **Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: FUNAG.
[571] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.
[572] CERVO, A. L. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (2).

desde então, um "destino comum" ao buscar o desenvolvimento e, embora não tenha havido um concerto político e ações coordenadas entre os países da região, os governos latino-americanos orientaram a política interna e externa para alcançar a meta do desenvolvimento. Assim, Cervo acredita que, apesar dos países latino-americanos terem distintas visões de mundo e de política externa, havia neste período um receio com relação aos Estados Unidos que reforçou o sentimento de "destino comum":

> Se alguma base sólida de convergência existiu entre os anos 30 e o fim dos anos 80 na América Latina foi, sem dúvida, a formulação de projetos nacionais de desenvolvimento. Sua viabilidade dependia, contudo, das condições em que se assentassem as relações políticas e econômicas entre os Estados da região.[573]

O ciclo da diplomacia para o desenvolvimento entrou em decadência no final da década de 1980, sendo substituído pelo "paradigma neoliberal" na década de 1990. Durante estes 60 anos de "desenvolvimentismo", o Estado brasileiro demonstrou maior coerência entre as "macropolíticas internas e as diretrizes externas". Na mesma linha, o autor afirma que o Estado desenvolvimentista viveu seu apogeu entre 1930 e o final da década de 1970, quando a América Latina passou por um período de modernização generalizada:

> As políticas exteriores [desse período] foram incumbidas de três responsabilidades com que haveriam de subsidiar os esforços de desenvolvimento empreendidos pelo Estado e pela sociedade: a) abrir mercados para os produtos de exportação, em uma primeira fase, ainda os tradicionais produtos primários, mas, logo a seguir – para o Brasil, desde 1960, ao termo do governo Juscelino Kubitschek – os produtos da indústria e, mais tarde, os serviços de engenharia; b) obter recursos que viessem complementar o volume interno de investimentos para sustentar o desejado ritmo de crescimento; c) obter ciência e tecnologias, mormente por meio de empreendimentos estrangeiros a instalar-se no país, em quantidade igualmente adequada.[574]

Cervo alerta para o fato de que as teorias de relações internacionais "não são isentas nem imparciais, pois estão vinculadas a interesses, valores e padrões de cada sociedade".[575]

---

[573] CERVO, A. L. (2001) **Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: FUNAG, p.18.
[574] CERVO, A. L. (2001) **Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília: FUNAG, p. 97-98.
[575] CERVO, A. L. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (2), p.10.

Além disso, afirma o autor, as teorias que servem para o primeiro mundo nem sempre são convenientes aos demais países, pois muitas delas são construídas "desde o centro para o centro". Ademais, as variadas linhas de pensamento geram conceitos que são aplicados à inserção nacional, constituindo paradigmas de política externa, como é o caso do "paradigma desenvolvimentista":

> (...) Os conceitos brasileiros (...) lançam raízes em três segmentos da sociedade: os pensadores da nação, de seu destino e de seu lugar no mundo; os pensadores da vida política e da ação diplomática; enfim, o meio acadêmico e os centros de produção científica que analisam metodicamente a conexão entre o interno e externo.[576]

O historiador ressalta, ainda, que a inteligência nacional brasileira formulou um pensamento desenvolvimentista em cujo "(...) substrato étnico e cultural pluralista inspiraram-se Oswaldo Aranha, Araújo Castro, Afonso Arinos, San Tiago Dantas e Ramiro Saraiva Guerreiro para conceituar o universalismo da diplomacia brasileira (...)".[577]

Cervo estabeleceu também uma periodização da história das relações internacionais e apontou os paradigmas de política externa brasileira desde a independência. Acreditamos que o livro *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros* seja o trabalho mais completo, no qual o historiador aprofunda os estudos sobre o "paradigma desenvolvimentista", ao sustentar que: "As correntes do pensamento brasileiro [aplicado às relações internacionais] revelam dois traços em sua evolução recente: a vinculação com teorias latino-americanas de relações internacionais e o problema epistemológico central, o desenvolvimento."[578]

Ao buscar os eixos de política externa e os conceitos aplicados à inserção do Brasil no cenário internacional, o autor afirma que: "No caso do Brasil, em menor escala em outros países da América Latina, a experiência histórica permite construir o conceito de projeto

---

[576] CERVO, A. L. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (2)., p.14.
[577] CERVO, A. L. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (2), p.18.
[578] CERVO, A. L. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (2), p.13.

nacional de desenvolvimento, definido como desígnio nacional e vetor da ação externa."[579] Para Cervo, as relações internacionais do Brasil originaram quatro paradigmas: o "liberal conservador" (1810-1930); o "desenvolvimentista" (1930-1988), o "normal ou neoliberal" (1989-2002) e o "logístico" (2003 - dias atuais).

Apresentaremos as principais características desses quatro paradigmas e nos deteremos nos que são mais relevantes para esta pesquisa, ou seja, o "desenvolvimentista" (1930-1988) e o "normal ou neoliberal" (1989-2002). É importante destacar que acreditamos que, enquanto a revista esteve no Rio de Janeiro, prevaleceu nesta publicação o "paradigma desenvolvimentista", pois a geração do IBRI e da *RBPI* do Rio de Janeiro permaneceu, em grande medida, muito vinculada às ideias desenvolvimentistas e às propostas progressistas da PEI.

O "paradigma liberal-conservador" (1810-1930) foi implementado pelos países da América Latina depois das independências, com base no liberalismo de matriz europeia. Esta ideologia estava presente na mentalidade do grupo social que detinha o poder econômico e configurava o poder político naquele período[580].

Por sua vez, o "paradigma desenvolvimentista" (1930-1989), se estendeu na América Latina a partir da depressão capitalista, pós Crise de 1929. Os impulsos internos rumo à modernização advinham das críticas à dependência e ao atraso nacional:

> Massas urbanas a requerer emprego e renda, burguesia nacional ávida por oportunidades de negócios, militares à procura de meios com que prover a segurança, intelectuais e políticos de mentalidade revolucionária [formavam as condições para a gênese do novo paradigma de relações internacionais].[581]

Assim, a maior parte dos governos latino-americanos buscaram romper com a "diplomacia da agroexportação" e, para tal, conferiram outras funções aos Estados ao

---

[579] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.10.
[580] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.70.
[581] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.71.

rearticular a pauta da política externa, que não era mais atrelada apenas às demandas das elites do paradigma anterior:

> No caso do Brasil, as pressões que incidiam de fora foram a queda de importações e exportações devido à crise econômica dos anos 1930 nos países de centro de comando capitalista, a disputa pelo mercado e pelo sistema produtivo internos por parte das potências capitalistas (...) e a política norte-americana de boa vizinhança de Franklin D. Roosevelt. Por dentro, assistia-se ao despertar de novas forças que queriam a modernização. A depressão, enquanto encaminhou os países capitalistas avançados para o regresso ao protecionismo e às soluções nacionalistas, orientou a América Latina para o processo de modernização.[582]

Lançados e definidos com bastante clareza durante a depressão capitalista (1929) e a Segunda Guerra Mundial (1938-1945), os parâmetros do "paradigma desenvolvimentista" seriam aperfeiçoados nas décadas seguintes, consolidando-se como modelo de inserção internacional do Brasil e dos demais países da América Latina a partir da busca pelos vetores da industrialização e do crescimento econômico[583]:

> O paradigma articula em seus propósitos efeitos em três fases sucessivas, de forma não muito rígida, porém suficientemente diferenciadas: a fase de implantação de uma grande indústria de transformação em associação com o empreendimento estrangeiro, obra dos anos 1950 e 1960, a fase de implantação da indústria de base, consolidada nos anos 1970, a partir de empreendimentos do Estado, e a fase de inovação tecnológica em alguns setores de ponta, iniciada nos anos 1970 pelos setores de atividade, tanto o público e o privado, e continuada nas décadas a seguir. [584]

De acordo com Cervo, os governantes mais marcados por esta ideologia desenvolvimentista foram Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel. Já entre os intelectuais, destacam-se Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aldo Ferrer e Hélio Jaguaribe.[585]

---

[582] CERVO, A. L. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (2), p. 71.

[583] CERVO, A. L. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (2),, p.72.

[584] CERVO, A. L. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 51 (2),, p.75.

[585] Vale destacar que, entre os intelectuais referidos, o que mais contribuiu para a *RBPI* foi Hélio Jaguaribe. Os artigos publicados na *RBPI* por Jaguaribe foram: JAGUARIBE, H. (1980) "O informe Willy Brandt e suas implicações políticas". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 23 (89-92); JAGUARIBE, H. (1982) "Reflexões sobre o Atlântico Sul". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 25 (97-100); KISSINGER H.; JAGUARIBE, H. (1982) "Relações Brasil-Estados Unidos: Conferência de Brasília (em novembro 81)". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 25 (97-100); JAGUARIBE, H. (1987) "A integração Argentina-Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 30 (117-118); JAGUARIBE, H. (1987) "Brasil-Argentina: relações de conflito e cooperação". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 30 (119-120); JAGUARIBE,

Esses intelectuais, vinculadas direta ou indiretamente ao pensamento desenvolvimentista advindo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), teriam produzido teorias inspiradas diretamente na prática política do Primeiro Governo Vargas:

> Dos conceitos originais de Prebisch – centro-periferia, indústria, mercado interno, renda salarial, deterioração dos termos de troca – à teoria do desenvolvimento de Celso Furtado, que insiste sobre o componente da desigualdade tecnológica, a vertente chega aos enfoques dependentistas dos anos 1960 e 1970 com Theotonio dos Santos, Rui Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que aprofundaram o estudo da relação entre dominação e dependência, por meio da análise estrutural. Tudo será referido ao conceito de poder nas relações internacionais e à estratégia de conduzir-se por vantagens comparativas naturais (América Latina) ou intangíveis (países desenvolvidos).[586]

Desse modo, este paradigma procurava alcançar a superação das assimetrias capitalistas pela promoção do desenvolvimento e tinha como principal pressuposto a autonomia de decisão característica dos Estados nacionais. Cervo afirma também que esta ideologia não foi unânime, embora tenha sido hegemônica no período. Assim, no cenário brasileiro, temos a conformação de duas vertentes que dividiram não só os grupos políticos, intelectuais, diplomáticos e militares, mas também a opinião pública nacional, que discutia a respeito do modelo de desenvolvimento a ser implementado:

> O desenvolvimento associado às forças externas do capitalismo, de estreitos vínculos políticos, geopolíticos e econômicos com a matriz do sistema, os Estados Unidos, [era] tido por recomendável por Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), Castelo Branco (1964-1967), Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). O desenvolvimento autônomo, tocado essencialmente pelas forças da nação, criador de autonomia política e de forte núcleo econômico, [era] tido por recomendável por Getúlio Vargas, João Goulart, Ernesto Geisel. (...) Essas estratégias, na verdade, não abriram guerra entre si, como ocorreu na Argentina, entre radicais e justicialistas, ao contrário, proveram, pelo diálogo e pela interpenetração, um modelo misto de desenvolvimento, fechado e aberto em doses equilibradas. Racional e de fôlego no tempo longo.[587]

O "paradigma normal ou neoliberal" (1990-2002) substituiu o desenvolvimentismo na

---

H. (1998) "A América Latina no presente contexto mundial". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 31 (123-124) e JAGUARIBE, H. (1990) "Brasil, no advento do século XXI". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 33 (131-132).

[586] CERVO, A. L. (2008**) Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.73. Dos nomes citados acima, o único nome que contribuiu para a *RBPI* é o de Fernando Henrique Cardoso (mas apenas em 2001 – momento em que a revista já estava em Brasília).

[587] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.74.

América Latina no final do século XX. Segundo Cervo, os anos 1930 e 1990 constituem-se em símbolos de ruptura paradigmática das relações internacionais não só no Brasil, mas também na maior parte dos demais países latino-americanos, pois representam os marcos fundadores do desenvolvimentismo e do neoliberalismo na região.

Ademais, o autor ressalta o fato de que a mudança de paradigmas ocorrida em 1990 marca o fim de duas "ideias-chave do paradigma anterior: o interesse nacional e o projeto nacional de desenvolvimento"[588], uma vez que os governos latino-americanos seguiram (não de forma coerente) os três parâmetros essenciais do "paradigma normal ou neoliberal": "subserviência na esfera política, destruição na esfera econômica e regresso do ponto de vista estrutural e histórico" [589].

Já o "paradigma normal" foi uma "invenção da inteligência política latino-americana" de matriz neoliberal, decorrente da autocrítica feita pela CEPAL nos anos 1990, quando esta instituição adaptou seu pensamento às novas circunstâncias do contexto internacional, formulando a doutrina do regionalismo aberto, uma versão mais voltada para o neoliberalismo do que do estruturalismo: "(...) os neocepalinos propunham uma simbiose, combinando abertura ampla da economia, requerida pela globalização, com integração bilateral ou regional, feita de preferências comerciais e de maneira a controlar eventuais efeitos negativos da abertura[590].

Esta política econômica foi levada a cabo pelos presidentes dos principais países latino-americanos nas últimas décadas do século XX, como Alberto Fujimori (1990-2000/Peru), Augusto Pinochet (1973-1990/Chile), Carlos Menem (1989-1999/Argentina), Carlos Andrés Perez (1989-1993/Venezuela), Carlos Salinas de Gortari (1988-1994/México) e Fernando Collor (1989-1992/Brasil) e representou uma vitória do monetarismo sobre o estruturalismo, "no pensamento e na práxis":

---

[588] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.80.
CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.82.
[590] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.79.

> Os detentores desse chamado pensamento único partem em guerra contra a estratégia de indução do desenvolvimento pela via assertiva das iniciativas de Estado. Assim como antes havia-se operado uma redução do conceito de desenvolvimento para o de expansão industrial e crescimento econômico, operou-se agora outra redução da funcionalidade do Estado, de indutor do desenvolvimento para expectador do mercado. Para os monetaristas, consigna-se ao Estado a função de prover a estabilidade econômica, logo reduzida à estabilidade monetária, e ao mercado a função de prover tudo o mais, sobretudo o próprio desenvolvimento.[591]

O marco mais importante para a difusão do neoliberalismo no Brasil e nos demais países da região é o Consenso de Washington (1989), que congregou um conjunto de medidas (dez regras básicas), formuladas por economistas de instituições financeiras sediadas em Washington – como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos – fundamentadas em um texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, que se tornou a política oficial do FMI em 1990, quando as dez teses passaram a ser "receitadas" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

Cervo afirma que, com o Consenso de Washington, tanto governos quanto intelectuais começaram a pregar a necessidade de seguir as instruções do centro capitalista pois temiam a possibilidade de que os seus respectivos países ficassem sem os "empréstimos de salvação" do FMI:

> O conjunto dessas instruções sugeria três dimensões de uma nova abertura – daí o sucesso desse termo na linguagem latino-americana: dos mercados de consumo, dos mercados de valores e do sistema produtivo e de serviços. Para realizar esta mudança de modelo, as táticas vinham anexas ao conjunto de instruções: eliminar o Estado empresário, privatizar os investimentos estatais, realizar superávit primário, proteger o capital e o empreendimento estrangeiros e adaptar as instituições e a legislação de modo a produzir este novo marco regulatório. Ser normal, na feliz expressão de Domingo Cavallo, Ministro de Relações Exteriores do governo Menem, significava dar cumprimento a este conjunto de instruções. Ser normal converte-se na aspiração de praticamente todos os governos latino-americanos a partir de 1889-90: nossotros queremos ser normales.[592]

Do ponto de vista ideológico e político, o país latino-americano que mais revelou

[591] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.77.
[592] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.78.

coerência e consistência na adoção do novo paradigma foi a Argentina, em especial no governo de Menem. Ali surgiu uma comunidade epistêmica: "(...) composta de intelectuais, jornalistas, diplomatas, empresários, legisladores e dirigentes, que estabeleceu vigoroso consenso interno e causou profunda impressão nos países vizinhos (...)".[593]

Dentre as medidas do neoliberalismo argentino, a que mais teve impacto foi a dolarização da economia. Para combater a grande crise econômica que a Argentina vivia no período, com hiperinflação e recessão, Menem nomeou para Ministro das finanças Domingo Cavallo, que introduziu uma série de reformas, dentre as quais: colocou o valor do peso argentino em paridade com o dólar americano (o chamado "Plano Cavallo"), privatizou os serviços públicos (companhias petrolíferas, correios, telefonia, gás, eletricidade, água, etc.), incentivou o afluxo maciço de investimentos diretos de fundos estrangeiros e tentou combater a inflação (que no final dos anos 1980 chegou a atingir 5000% ao ano e no início dos anos 1990 caiu a praticamente a zero).

No entanto, o sucesso do início da paridade do dólar na Argentina foi seguido por dificuldades econômicas crescentes quando a moeda norte-americana começou a subir nos mercados internacionais a partir de 1995, o que gerou uma elevada dívida externa e crises financeiras.

Por último, o "paradigma logístico" (2002 -), teve início no princípio do século XX e mesclou os três paradigmas apresentados anteriormente: "(...) [pois] associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo. Funde a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano. Admite, portanto, operar na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado". [594]

No plano externo, esse paradigma funciona a partir da lógica da interdependência, ou seja, segue um "pós-desenvolvimentismo", pois a fase desenvolvimentista, centrada no

[593] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p. 79.
[594] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva p.85.

desenvolvimento interno, foi concluída e superada a partir da internacionalização econômica. Já no plano interno, o Estado busca dar apoio logístico aos empreendimentos (públicos e privados), com o objetivo de fortalecer os países latino-americanos em termos comparativos internacionais. Todavia, embora mescle os três paradigmas apresentados anteriormente:

> (...) Diferencia-se do paradigma desenvolvimentista, com o qual pode conviver em certa dose, ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário. Diferencia-se do normal, consignando ao Estado não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na realização de seus interesses. Limita a prevalência absoluta do Estado que caracterizava o primeiro e elimina do segundo a crença anticientífica no poder ilimitado do mercado de prover tudo o mais. Por fim, o Estado logístico imita o comportamento das nações avançadas, particularmente dos Estados Unidos, tido como protótipo do modelo.[595]

Assim, este paradigma busca requalificar a inserção internacional dos países da América Latina que, no início do novo século, viveram uma grande mudança com a eleição de presidentes pela via democrática "(...) oriundos em geral de meios sociais desfavorecidos e ditos de esquerda [que baniram], sob pressão da opinião pública, aquele modelo regional [neoliberalismo], sem, contudo, perfazer depois uma unidade de práxis".[596]

Desse modo, apresentamos neste subcapítulo parte dos estudos de Bueno, Cervo e Vizentini, por acreditamos que o desenvolvimentismo, modelo adotado para a política interna e externa do Brasil (e de outros países da América Latina) de 1930 à 1990, seja um paradigma importante para a análise da política externa brasileira. Nessa perspectiva, como afirmamos anteriormente, entendemos que o IBRI e a *RBPI* foram um veículo difusor do pensamento desenvolvimentista no campo das relações internacionais do Brasil na segunda metade do século XX, inclusive durante a ditadura civil-militar e o período de redemocratização.

4.1.2. Entre o "americanismo" e o "universalismo/globalismo":

> O desequilíbrio econômico é sem dúvida o mais crítico de todos os fatores adversos que afligem o sistema regional interamericano, e dele se originam

[595] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p. 86.
[596] CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, p.82.

> quase todos os demais. Meu Governo está convencido de estar lutando pela recuperação do pan-americanismo e de que isso deve começar pelos setores econômico e social. Politicamente, estamos tentando dar forma e conteúdo aos princípios imperativos da autodeterminação e da não intervenção, e são esses os princípios que nos guiam em relação às Américas, assim como ao resto do mundo. (...) Não sendo de bloco algum, nem mesmo do bloco neutralista, preservamos nossa liberdade absoluta de tomar nossas próprias decisões em casos específicos e a luz de sugestões pacíficas em consonância com nossa natureza e História. (...) É preciso frisar que a ideia por trás da política externa do Brasil e sua implementação tornaram-se agora o instrumento para uma política de desenvolvimento nacional[597].

O trecho do artigo acima, de autoria do presidente Jânio Quadros, intitulado "Nova Política Externa do Brasil", foi publicado em 1961 na revista *Foreign Affairs*, do *Counsil on Foreign Relations*. Traduzido e divulgado logo em seguida pela *RBPI*, Quadros lançou neste texto os fundamentos da PEI (1961-1964), ou seja, estabeleceu os princípios e diretrizes que nortearam a política externa brasileira no período pré-golpe, em especial a universalização e a autonomia.

Como podemos ver acima, o então presidente buscava requalificar as relações entre o Brasil e as demais nações durante a bipolarização característica da Guerra Fria, em especial com relação aos países do continente americano. Pregava a autodeterminação e a não intervenção (tema candente pós Revolução Cubana), bem como procurava destacar o desenvolvimento como principal vetor das relações internacionais dos países "subdesenvolvidos"[598].

Neste artigo, Quadros afirmava que o Brasil necessitava "manter relações normais

---

[597] QUADROS, J. (1961) "Nova Política Externa do Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 4 (16), p. 153-155.

[598] Ainda para Quadros: "É inegável que temos outros pontos em comum com a América Latina em particular, e com os povos recentemente emancipados da Ásia e África, que não podem ser ignorados porque se encontram nas bases do reajustamento da nossa política, e sobre eles convergem muitas das linhas principais do desenvolvimento da civilização brasileira. Se é verdade que não podemos relegar nossa devoção à democracia a um lugar secundário, não é menos verdade que não podemos repudiar laços oferecendo grandes possibilidades para a complementação nacional. (...) O fato comum a todos eles é o de que nossa situação econômica coincide com o dever de formar uma frente unida na batalha contra o subdesenvolvimento e todas as formas de opressão. (...) O desenvolvimento é um objetivo comum ao Brasil e às nações com as quais procuramos ter relações mais íntimas e a rejeição do colonialismo é o corolário inevitável e imperativo dessa meta. (...) consideramos de primeira importância o futuro do sistema regional interamericano. O crescimento da América Latina, como um todo, e o resguardo da soberania de cada nação do Hemisfério são as pedras fundamentais de uma política continental, no entender do Governo brasileiro." [598] QUADROS, J. (1961) "Nova Política Externa do Brasil". In: Revista Brasileira de Política Internacional, 4 (16), p. 152.

com todas as nações" para conquistar novos mercados com vistas a superar o "subdesenvolvimento". Para tal, o país deveria abandonar uma "diplomacia subsidiária e inócua" que vinha seguindo e buscar a "transformação em uma potência econômica" via "progresso desenvolvimentista"[599].

Ao criticar os países desenvolvidos, o então presidente indagava enfaticamente: "Que solidariedade pode existir entre uma nação próspera e um povo desgraçado? Que ideais comuns podem, no curso do tempo, suportar a comparação entre as áreas ricas, cultivadas, dos Estados Unidos e as zonas assoladas pela fome no Nordeste do Brasil?"[600]. Essas questões serão a base não só das reflexões de Quadros, mas de personalidades de grande prestígio no cenário nacional que tiveram também importante atuação no IBRI/*RBPI*: Afonso Arinos de Melo e Franco, Araújo Castro, Hermes Lima, San Thiago Dantas, entre outros.

Para parte da literatura sobre política externa, a PEI dos governos Quadros e Goulart, marcou o fim do paradigma "americanista" – consolidado a partir da gestão do Barão do Rio Branco à frente do MRE (1902-1912) – sendo substituído pelo paradigma "universalista e/ou globalista", que propunha um novo plano de inserção internacional para o Brasil. Os defensores desta vertente de análise da política externa brasileira afirmam que houve, entre os anos 60 e os anos 80, uma alternância entre estes paradigmas, com o retorno, por exemplo, do "americanismo" no começo da ditadura civil-militar e do "universalismo e/ou globalismo" na gestão Geisel.

Assim, a partir da gestão de Rio Branco até o início do governo Collor (1990-1992), a política externa brasileira teria oscilado entre esses dois paradigmas básicos: sendo que o primeiro concebia os Estados Unidos como o eixo da política externa (pois o MRE visava

[599] [599] QUADROS, J. (1961) "Nova Política Externa do Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 4 (16), p. 150.
[600] [600] QUADROS, J. (1961) "Nova Política Externa do Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 4 (16), p. 153.

aumentar a capacidade de negociação do Brasil) e o segundo, concebido como uma alternativa ao anterior, procurava a diversificação das relações exteriores do Brasil.

Esse tema do deslocamento e da alternância de paradigmas foi tratado por vários especialistas em política externa, dentre eles, Gerson Moura[601], Maria Regina Soares de Lima[602] e Leticia Pinheiro[603]. Para estes autores, é principalmente com a PEI que o Brasil rompe com o "alinhamento" com os Estados Unidos e passa a buscar uma política externa mais independente, que procurava alcançar o desenvolvimento não centrado apenas nas relações com os EUA, mas também a partir do estreitamento dos laços com os demais países da América Latina, África e Ásia. Ademais, durante a ditadura civil-militar, com Geisel, os preceitos da PEI foram retomados e ampliados, aumentando a autonomia no plano externo a despeito do autoritarismo doméstico.

Assim, os paradigmas destacados acima se referem, em grande medida, às relações entre o Brasil e os Estados Unidos e estabelecem certa afinidade com o paradigma tratado no subcapítulo anterior, o "desenvolvimentista", uma vez que a política externa brasileira

---

[601] MOURA, G. (1991) **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV; MOURA, G. (1980) **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e LIMA, M. R. S.; MOURA, G. (1982) "A Trajetória do Pragmatismo". **Dados**, v. 25. N. 3, p. 349-363.

[602] LIMA, M. R. S. (2005) "Autonomia, Não-Indiferença e Pragmatismo: Vetores Conceituais da Política Exterior". **Revista Brasileira de Comércio Exterio**r, Rio de Janeiro, v. 83, n.abril/junh, p. 16-20; LIMA, M. R. S. (2005) "A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48 (1); LIMA, M. R. S. (2003) "Na trilha de uma Política Externa Afirmativa". **Observatório da Cidadania**, p.94-100; LIMA, M. R. S. (2000) "Instituições Democráticas e Política Exterior". **Internacional**, Rio de Janeiro, 22, n.2, p. 265-303; LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes Analiticos y Conflicto de Paradigmas en la Politica Exterior Brasilena". **América Latina/Internacional**, v. 1, n.2, p. 27-46; LIMA, M. R. S. (1990) "A Economia Política da Política Externa Brasileira: Uma Proposta de Análise". **Contexto Internacional**, v. 6, n.12, p. 7-28; LIMA, M. R. S.; HIRST, M. (1990) "Crisis y Toma de Decision en la Politica Exterior Brasilena". **Sintesis**, Madri, v. 12, n.9/12, p. 209-244; LIMA, M. R. S.; MOURA, G. (1982) "A Trajetória do Pragmatismo: Uma Analise da Política Externa Brasileira". **Dados**, v. 25, n.3, p. 349-363 e LIMA, M. R. S. ; MOURA, G. (1982) "Relações Internacionais e Politica Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica". **BIB**, v. 13, p. 5-36.

[603] PINHEIRO, L.; MILANI, C. (Org.). (2012) **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: FGV; PINHEIRO, L. (2013) "O Brasil no Mundo". In: GOMES, A. M. C. (org); SCHWARCZ, L. M. (direção). **Olhando para dentro, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, v. 4, p. 20-40; PINHEIRO, L. (2004) **Política Externa Brasileira**, 1889-2002. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores; PINHEIRO, L. (2000) "Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea". **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 305-304; PINHEIRO, L. (2000) "Unidades de Decisão e Processo de Formulação de Política Externa Durante o Regime Militar". In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira, 1930-1990/Prioridades, Atores e Políticas**. São Paulo: USP, v. 4, p. 449-474 e HIRST, M. ; PINHEIRO, L. (1995) "A Política Externa Brasileira Em Dois Tempos". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 38 (1), p. 5-23.

manteve um forte componente desenvolvimentista, que ora se aproximava dos EUA, ora se afastava, sobretudo a partir dos anos 50 – entrando em franco declínio nos anos 90 com a adoção do neoliberalismo[604]. Para Lima:

> Dois fatores têm sido apontados como responsáveis pela relativa estabilidade da política externa brasileira ao longo das últimas décadas: a continuidade burocrática representada pelo controle relativo sobre sua formulação pelo Ministério das Relações Exteriores e a sua natureza estrutural, uma vez que a política externa tem sido um instrumento significativo na estratégia de desenvolvimento do país. Essa estratégia, como é sabido, até a década de 1990, tinha por base forte indução estatal, mercados protegidos e ampla participação do capital estrangeiro nas atividades industriais. Contudo, desde o fim da década de 1980, o mundo e o Brasil vêm passando por grandes mudanças que, naturalmente, repercutiram na política externa do país[605].

Parte da proposta paradigmática "universalismo e/ou globalismo", foi apresentada no artigo "A Trajetória do Pragmatismo – uma análise da Política Externa Brasileira", publicado por Moura e Lima em 1982[606]. Neste texto, os autores, que escreveram já no final da ditadura civil-militar, procuram tratar do "universalismo" do governo Geisel, que buscou ampliar a inserção internacional do país, requalificando as relações internacionais do Brasil com os Estados Unidos, com a América Latina e com as demais nações "terceiro mundistas":

> Definindo-se a política externa como universalista, deu-se continuidade à ideia força do pragmatismo, qual seja o não alinhamento automático e a inexistência de aliados preferenciais. (...) É dentro deste quadro que se pode entender a prioridade que a política do Itamarati passou a conferir à cooperação Sul-Sul e, particularmente, as relações com a América Latina e a África meridional, regiões onde, por razões históricas e geográficas, o Brasil teria condições de maximizar suas "vantagens comparativas". (...) Daí a ênfase que, desde então, o Itamarati tem colocado nas formulações de "não alinhamento automático" e de "Brasil país não satelitizável". As relações entre Brasil e Estados Unidos constituíram, desse modo, a pedra de toque do pragmatismo, tanto no plano político-militar como no plano econômico[607].

Em "Ejes Analiticos y Conflicto de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña", Lima amplia a análise do artigo anterior, compartilhada com Moura, e discorre sobre os

---

[604] LIMA, M. R. S. (2005) "A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48(1), p. 5.
[605] LIMA, M. R. S. (2003) "Na trilha de uma política externa afirmativa". **IBASE. Observatório da Cidadania**. Rio de Janeiro: IBASE, p.94.
[606] LIMA, M. R. S.; MOURA, G. (1982) "A Trajetória do Pragmatismo – uma análise da Política Externa Brasileira". **Dados**, Rio de Janeiro, v.25, n. 3, p. 349-363.
[607] LIMA, M. R. S.; MOURA, G. (1982) "A Trajetória do Pragmatismo – uma análise da Política Externa Brasileira". **Dados**, Rio de Janeiro, v.25, n. 3, p. 351-352.

paradigmas "americanista" e "globalista", em especial o segundo. Para a autora, o "americanismo" consistiu na "aliança especial com os EUA" com fins de obter benefícios políticos e econômicos a partir do legado da política externa levada a cabo pelo Barão do Rio Branco no começo do século XX.

Rio Branco, ao lado de Joaquim Nabuco, teria colocado os EUA como eixo da política externa brasileira, seguidos por Lauro Müller, Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, que transmitiram o legado de Rio Branco e Nabuco para novas gerações formadas no IRBr:

> (...) os Estados Unidos são visualizados como uma potência global e hegemônica no hemisfério ocidental e eixo da política exterior do Brasil. Seja enfatizando a convergência ideológica por impulso interno, seja pondo em relevo os vínculos pragmáticos, que é a interpretação mais próxima do legado de Rio Branco de conceber a aliança tática com os Estados Unidos como meio de aumentar o poder de negociação do país, este paradigma perdurou até o início dos anos 60[608].

Por sua vez, o paradigma "globalista" teve como principal formulador Araújo Castro, influenciado pela crítica nacionalista do ISEB (em especial os trabalhos de Helio Jaguaribe), as teses da Cepal sobre as relações "centro-periferia" (sobretudo os estudos de Raúl Prebisch) e o pensamento de tradição realista em relações internacionais[609].

O "globalismo" pôs em cheque a ideia de que os EUA deveriam ser o eixo condutor da política exterior brasileira, pois pregava a necessidade de globalizar as relações exteriores, especialmente no que diz respeito à diversificação da economia, percebendo as relações com a potência estadunidense como um meio de aumentar o poder de negociação do Brasil no sistema internacional. O paradigma "universalista e/ou globalista" enfatizava a necessidade de se dar um caráter global à política externa, liberando o país de relacionamentos político-estratégicos estabelecidos a priori, como acontecia no período caracterizado pelo "alinhamento incondicional" aos Estados Unidos, que caracterizou

[608] LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes Analiticos y Conflicto de Paradigmas en la Politica Exterior Brasilena". **América Latina/Internacional**, v. 1, n.2, p. 35.
[609] LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes Analiticos y Conflicto de Paradigmas en la Politica Exterior Brasilena". **América Latina/Internacional**, v. 1, n.2, p. 35.

particularmente os governos Dutra e Castelo Branco:

> Curiosamente, ambos paradigmas de política externa estão presentes quer no período democrático de 1945–1964, quer no regime militar que vigorou a partir de 1964. A principal característica do projeto globalista é se contrapor ao alinhamento incondicional, buscando novas parcerias econômicas e políticas entre as potências fora do hemisfério e, simultaneamente, estreitando os laços com os países em desenvolvimento. A política terceiro-mundista do Brasil, contudo, nunca se configurou como uma alternativa de desvinculação da órbita capitalista e ocidental. Sua conotação principal foi econômica, no âmbito do assim chamado Grupo dos 77, que reunia países em desenvolvimento, capitalistas e socialistas, e cuja principal motivação era a alteração das regras dos regimes econômicos internacionais em favor dos interesses do Terceiro Mundo[610].

Ademais, este paradigma centra-se no desenvolvimento industrial como condição indispensável para a independência e autonomia do Brasil, por isso o país deveria voltar-se para o vetor "norte-sul" e buscar ampliar as relações com o países latino-americanos, africanos e asiáticos:

> Inicialmente, o paradigma globalista incorpora a matriz econômica da proposta de reforma das relações econômicas internacionais da CEPAL, de modo a torná-las mais permeáveis aos interesses dos países em desenvolvimento. A aliança com os economicamente semelhantes se restringe aos âmbitos Norte-Sul, sem estender-se às áreas não alinhadas, onde o Brasil manteve sempre um baixo perfil. Na verdade, um dos principais méritos da formulação da CEPAL, em comparação aos princípios neutralistas e não alinhados – que por estar muito "cortados" pelo eixo Leste-Oeste dificultavam a adesão dos países latino-americanos –, foi seu sentido universalizador e sua capacidade de prover uma identidade econômica própria aos países em desenvolvimento, apesar de seus diferenciais nacionais específicos, em termos de localização geográfica, sistema econômico e regime político. Posteriormente, no quadro de referência Norte-Sul, o paradigma globalista incluiria o eixo de relações assimétricas, a partir da negação ao "congelamento de poder mundial" e a formulação de um princípio tácito de ação no sentido de adiar ao máximo a cristalização de normas restritivas ao acesso do Brasil aos avanços tecnológicos, em particular às tecnologias "sensíveis"[611].

Com vistas a aumentar o protagonismo do Brasil no cenário internacional, o MRE, enquanto órgão responsável pela condução da política exterior brasileira, valeu-se da

---

[610] LIMA, M. R. S. (2003) "Na trilha de uma Política Externa Afirmativa". **IBASE: Observatório da Cidadania**, p.94.

[611] LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes Analiticos y Conflicto de Paradigmas en la Politica Exterior Brasilena". **América Latina/Internacional**, v. 1, n.2, p. 36. Tradução nossa.

diplomacia econômica multilateral para levar à diante a missão de "(...) complementar as políticas governamentais de desenvolvimento industrial"[612].

A forte reação dos EUA e dos setores conservadores nacionais, contribuiu para a eclosão do golpe civil-militar de 1964, rompendo com o "globalismo" ao retornar ao "americanismo" e a restauração do modelo de "aliado especial". Para Lima, esta situação só se modificou, de fato, a partir do Pragmatismo Responsável da gestão do presidente Geisel:

> A partir de Geisel, mais claramente, se articulam duas vertentes do paradigma globalista: o do campo das relações assimétricas, e a negativa de aceitar os regimes de controle de tecnologia e a busca de sócios alternativos, sobretudo na Europa e no Japão, e em especial na área tecnológica; no campo do Terceiro Mundo, a aproximação à África, Oriente Médio e em particular aos vizinhos do "contexto adjacente". Com a hegemonia do paradigma globalista – fruto do diagnóstico do relativo isolamento político-diplomático do país e do reconhecimento de que a globalização das relações exteriores é a via mais promissora para um país dotado de um parque industrial diversificado –, o Itamaraty praticamente retoma o controle da formulação e condução da política exterior. Ao encerrar-se o ciclo militar em 1985, somente a questão do não reconhecimento de Cuba permanecia como um exemplo isolado, mas significativo, dos limites internos à globalização da política exterior[613].

Lima afirma, ainda, que o período de redemocratização trouxe três mudanças significativas em relação aos rumos da política externa brasileira em comparação à ditadura civil-militar: a universalização de fato a partir do reatamento das relações com Cuba, a prioridade dada à cooperação com a Argentina e, por último, o retorno a uma atuação mais multilateral em foros como a ONU ou a OEA. Durante o governo Sarney,

> (...) se observa um consenso a respeito da validade das premissas globalistas, especialmente no que se refere à necessidade do país de ampliar seu intercâmbio com o exterior, diversificar os sócios e completar o processo de integração subregional de modo à fazer frente a um contexto externo menos permissivo, sem abandonar o objetivo de desenvolver e consolidar a estrutura industrial já existente, ainda que mais integrada à economia mundial[614].

---

[612] LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes Analiticos y Conflicto de Paradigmas en la Politica Exterior Brasileña". **América Latina/Internacional**, v. 1, n.2, p. 37. Tradução nossa.
[613] LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes Analiticos y Conflicto de Paradigmas en la Politica Exterior Brasileña". **América Latina/Internacional**, v. 1, n.2, p. 37. Tradução nossa.
[614] LIMA, M. R. S. (1994) "Ejes Analiticos y Conflicto de Paradigmas en la Politica Exterior Brasileña". **América Latina/Internacional**, v. 1, n.2, p. 39. Tradução nossa.

Já com relação ao governo Collor, a pesquisadora argumenta que, a partir de 1990, houve o retorno ao "americanismo", ou seja, ao paradigma baseado na "aliança especial" com os Estados Unidos. Vale lembrar que para Bueno, Cervo e Vizentini, é também neste momento que se dá a passagem do paradigma "desenvolvimentista" para o "normal ou neoliberal". Segundo Lima, em artigo intitulado "Na trilha de uma Política Externa Afirmativa":

> O governo Collor de Mello representa uma descontinuidade política e econômica, uma vez que não apenas deu início ao processo de abertura da economia brasileira, como buscou resgatar do passado a aliança especial com os Estados Unidos. Nessa direção, procurou remover todas as áreas de atrito com esse país, em particular aquelas relativas à liberalização comercial, propriedade intelectual, não-proliferação nuclear, com vistas a sensibilizar o governo estadunidense para a questão da negociação da dívida externa com os credores desse país. Por outro lado, também aprofundou a cooperação nuclear com a Argentina e configurou o Mercosul como área de livre-comércio[615].

Leticia Pinheiro, por seu turno, em seu livro *Política Externa Brasileira*, afirma que estes paradigmas não são absolutos, uma vez que apresentam "*nuances* que formam a dinâmica da política". Para a pesquisadora, o "americanismo" foi adjetivado de pragmático ou ideológico pelos analistas, com defensores e detratores para cada uma das vertentes:

> (...) O *americanismo ideológico* seria construído a partir do privilégio dado a fatores de ordem normativa e de uma suposta convergência ideológica entre brasileiros e norte-americanos que justificavam a aliança aos Estados Unidos e teria vigido como paradigma hegemônico nos períodos 1946-51 e 1964-67. Já o *americanismo pragmático* seria aquele defensor do aproveitamento das oportunidades da aliança com Washington, cuja efetivação teria natureza predominantemente instrumental. Sua implementação teria ocorrido nos períodos 1902-45, 1951-61 e, finalmente, entre 1967 e 1974[616].

Já o paradigma "globalista", por sua própria natureza diversificada, não pode ser qualificado em tipos distintos. No entanto, por conter em sua origem a formulação cepalina de centro-periferia, a crítica realista das relações internacionais e a visão nacionalista, conforme afirmou Lima, tem duas vertentes principais: a *hobbesiana* (1974-1990) que concebe o

---

[615] LIMA, M. R. S. (2003) "Na trilha de uma Política Externa Afirmativa". **IBASE: Observatório da Cidadania**, p.95.
[616] PINHEIRO, L. (2004) **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, p. 65.

sistema internacional como anárquico, sem autoridade, supra nacional e a *grotiana* (1961-64), que entende o sistema internacional como normativamente regulado, no qual o Estado busca também ganhos absolutos além dos relativos:

> (...) embora seja muitas vezes difícil admitir que o *americanismo* pudesse conjugar alinhamento e desejo de autonomia, toda vez que ele veio acompanhado de uma conotação pragmática, o que se viu de fato foi uma busca por garantir certos espaços de autonomia, mesmo que com larga margem de dependência aos Estados Unidos. Já com relação ao *globalismo*, é sabido que uma de suas marcas ao assumir sua conotação *hobbesiana* foi a adoção de uma distância qualificada-pragmática, no debate e na negociação dos principais temas do período da Guerra Fria, justamente como forma de garantir autonomia. Mantinha-se o país aliado aos valores fundamentais do Ocidente, mas se evitava um engajamento automático. Da mesma forma, ao assumir uma vertente *grotiana* enfatizava-se a estratégia multilateral a fim de, pragmaticamente, diminuir os custos de transação na busca da maximização de ganhos absolutos[617].

4.2. A PEB na *RBPI*

A *RBPI*, ao longo dos 35 anos em que esteve no Rio de Janeiro, publicou um número considerável de artigos, documentos e resenhas sobre política externa brasileira ou temáticas relacionadas a este assunto. Percebemos que a maior parte dos textos baseiam-se em reflexões formuladas pela Cepal ou influenciadas por este órgão, tais como as ideias de centro-periferia, a teoria da dependência ou o regionalismo aberto.

Muitos desses artigos tratam da delicada relação do Brasil e dos países latino-americanos, com os Estados Unidos e se referem aos princípios de universalismo e autonomia, temas caros à PEI e, posteriormente, ao Pragmatismo Responsável de Geisel.

Assim, sobre o tema da política externa encontramos na *RBPI*, entre 1958-1963: 17 artigos, 4 documentos e 1 resenha; de 1964 a 1985 temos: 21 artigos e 28 documentos; e de 1985 a 1992, 21 artigos e 10 documentos. O tema totaliza 59 artigos, 42 documentos e 1 resenha.

Tais números nos permitem perceber que esse assunto teve destaque na revista a

[617] PINHEIRO, L. (2004) **Política Externa Brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 67.

despeito das mudanças de governo ou regime político, ou seja, mesmo com a ditadura civil-militar e o período da redemocratização, não diminuiu o interesse dos colaboradores da *RBPI* pelas formulações acerca do projeto de inserção internacional do país vinculados ao tema da integração (assunto que será tratado no próximo capítulo).

No ano de 1971, em artigo intitulado "O continente americano dentro da problemática mundial", Araújo Castro, um dos "pais fundadores" da PEI, discorre sobre o universalismo/globalismo e critica, diretamente, o sistema bipolar que ainda vigorava no mundo e as pretensões imperialistas tanto dos EUA quanto da URSS:

> O universalismo ou globalismo dos EUA se contrapunha à orientação soviética, preocupada ostensivamente com uma política de esferas de influência na Europa Oriental. Apenas, conviria ressaltar, o universalismo norte-americano era visto pela URSS como intervencionista e agressivo, com declaração virtual de que todo o mundo fora das fronteiras dos países socialistas estava incluído na esfera de influência dos EUA. Estes, por seu lado, tenderam sempre a entender a política soviética na Europa Oriental como o primeiro passo de uma estratégia universalista, para a conquista da Europa Ocidental e, subsequentemente, do resto do mundo. Os padrões de referência dos EUA e da URSS não contribuíam, por conseguinte, para a diminuição da tensão entre os dois países.[618]

Alguns artigos da revista que aparentemente tratavam da temática do desenvolvimento, na verdade eram discursos de política externa voltados para a propaganda dos EUA, como é o caso do artigo "Problemas econômicos do desenvolvimento", do estadunidense Arthur Lewis, texto que versa sobre as desigualdades de crescimento econômico entre os países.

O autor busca em seu estudo contrapor o modelo democrático ao socialismo, bem como tenta, enfaticamente, convencer o leitor de que as desigualdades fazem parte do preço a ser pago pelo desenvolvimento econômico. Para Lewis, só o rápido desenvolvimento dos países pobres da região seria capaz de superar as defasagens entre os países, pois o meio mais seguro de diminuir as desigualdades do desenvolvimento seria fomentar ainda mais o próprio processo vivido pelas nações latino-americanas:

[618] CASTRO. J. A. A. (1971) "O continente americano dentro da problemática mundial". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 14 (53-54), p.11.

> (...) Os países subdesenvolvidos necessitam de bem-estar social ainda mais do que os países desenvolvidos, visto como não podem dar aos pobres oportunidades de emprego integral com salários compensadores, tal como o fazem atualmente as potências econômicas bem dirigidas. (...) Nos países mais pobres, há ainda um campo enorme de trabalho no sentido de promover-se a igualdade de oportunidades e uma necessidade maior de poupança pública. Por outro lado, há um campo menor para medidas de bem-estar, para atividade econômica planificada, ou para a restrição da iniciativa privada. O resultado final será provavelmente o mesmo que o da Europa ou o da América do Norte: o desinteresse da doutrina socialista por posições extremadas e o seu cuidado na elaboração de técnicas capazes de realizar uma economia mista.[619]

Por sua vez, no que diz respeito à ONU e à OEA e aos demais temas multilaterais temos de 1958 a 1963: 26 artigos, 13 documentos e 05 resenha/livros; de 1964 a1985, encontramos: 07 artigos, 20 documentos e 3 resenhas/livros; e de 1985 a 1992, temos apenas: 04 artigos e 07 documentos. O tema totaliza na *RBPI*: 37 artigos, 40 documentos e 08 resenhas/livros.

Dentro desse escopo, o principal objeto de análise dos articulistas colaboradores da *RBPI* é a Operação Pan-Americana (OPA) e as relações de cooperação entre os países do continente. A revista, fundada no mesmo ano que o Brasil lançou a OPA, em 1958, tratou bastante do assunto, em especial entre 1958 e 1963.

Esta Operação, proposta pelo presidente Kubitschek acolhendo uma sugestão que lhe foi feita pelo vice-presidente Nixon, com vistas a estabelecer sob outros parâmetros as relações dos Estados Unidos com os países da América Latina, especialmente com o Brasil, buscava novos acordos de cooperação entre a potência estadunidense e os países latino-americanos com o alegação de barrar o avanço do comunismo no continente.

Em artigo de Barreto Leite Filho, "OPA, primeiro ano de discussões e negociações", de 1959, podemos perceber que o autor faz uma avaliação positiva dos esforços do governo Kubitschek, em especial dos diplomatas que haviam contribuído para levar adiante a Operação. Como se poderá ver abaixo, o autor se vale do tema da OPA e da atuação da

[619] LEWIS, A. (1962) "Problemas econômicos do desenvolvimento". **Revista Brasileira de Política Internacional**. 5 (20), p. 691.

corporação diplomática nesta iniciativa para tratar das dificuldades enfrentadas pelo MRE que, segundo ele, trabalhava praticamente sozinho, pois praticamente não existiam, naquela época, outras instituições voltadas para o campo das relações internacionais em geral, e a política externa em particular:

> Não se pode, em suma, dizer que tenha faltado dinamismo à Operação Pan-Americana, no prazo que aqui procuro apreciar. O Governo brasileiro fez tudo quanto estava ao seu alcance para imprimir-lhe um ritmo acelerado, deixando mesmo transparecer, em certas passagens, uma impaciência que, se é perfeitamente explicável pelas circunstâncias internas do país e, em graus diversos, de toda a América Latina, não deixava de apresentar os seus inconvenientes, no plano estratégico e tático especial em que a sua iniciativa teria de evoluir para os fins previstos. (...) É significativo que a parte daqueles esforços confiada aos profissionais tenha produzido, no plano técnico, frutos de primeira ordem. Nem se deveria esperar outra coisa, pois o Itamarati reúne um dos corpos de especialistas mais competentes e devotados do serviço público brasileiro. Podemos talvez divergir por questões de critério ou por outros motivos, de certos resultados a que esses homens cheguem, mas seria tolice pôr em dúvida o alto teor dos padrões que estabelecem. A crítica é, aliás, inerente ao processo de esclarecimento dos problemas, inclusive no espírito de quem as formula. Por outro lado, certas insuficiências inevitavelmente encontradas, de quando em quando, refletem a precariedade de estrutura e organização do Ministério das Relações Exteriores, em um país de recursos orçamentários escassos e fantasiosa ou fantasticamente distribuídos, e de vícios administrativos tão exasperantes como antigos e enraizados. Estas dificuldades internas agravam-se pelo fato de o Itamarati trabalhar no vácuo — e ter-se habituado a isto — dada a ausência quase completa de órgãos independentes de pesquisa política, no plano universitário e no privado, que o ajudem nos estudos teóricos, como acontece em outros países do mundo. É inútil acrescentar que o quadro se completa com a falta, ainda mais sensível, de uma opinião pública e parlamentar esclarecida e alerta em questões internacionais[620].

Já em artigo intitulado "Operação Pan-Americana: o catalizador oculto?", Graydon Upton, estabelece uma relação direta entre a OPA e o incentivo ao desenvolvimento dos demais países do continente. Para ele, somente os "empréstimos para o desenvolvimento", como eram chamados os empréstimos feitos pelos EUA para os países subdesenvolvidos da região, não seriam suficientes para resolver a "lacuna histórica de atraso dos países" latino-americanos:

> Uma nova revolução do espírito, uma nova mística, um novo catalisador, devem possuir certas características inerentes. Deve ser ela [OPA] um

[620] LEITE FILHO, B. (1959) "OPA, primeiro ano de discussões e negociações". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2 (5), p. 44.

> movimento latino-americano, concebido e alimentado na América Latina. (...) Deve ser ampla no conceito, de forma que os objetivos individuais, tais como habitação, reforma agrária, uma nova campanha educacional, mercados comuns e outros aspectos do Pan-americanismo possam ser nela entretecidos. E deve ser capaz de perdurar por um período mais longo.[621]

Embora as aspirações fossem grandes, ainda mais por parte da chancelaria brasileira, os resultados da OPA foram bastante parcos e saíram da zona de interesse dos colaboradores da revista após o golpe civil-militar. Ainda para Leite Filho, a OPA não deveria ter sido lançada pelo Brasil sem um planejamento mais criterioso, com a garantia de maior apoio por parte dos Estados Unidos à empreitada. Apesar disso, o autor mantinha esperanças na força de atuação do BID para a "verdadeira consecução do desenvolvimento":

> (...) Boa parcela do planejamento econômico vem ocorrendo para o desenvolvimento da América Latina, e com a reorganização do Conselho Econômico e Social Interamericano da Organização dos Estados Americanos deu-se um significativo passo à frente no setor de consulta e confronto de ideias entre nações das Américas, paralelamente ao que impulsionou a Europa após a guerra. De modo semelhante, no início da formação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma instituição hemisférica foi estruturada com a criação de grande interesse na América Latina pelo seu próprio papel multilateral no desenvolvimento. (...) Quando o esforço máximo econômico e social estiver sendo envidado, não deve atingir apenas as necessidades do homem, porém mentes ágeis e espíritos alevantados. Se se quiser travar uma guerra bem sucedida contra o subdesenvolvimento na América Latina, deve-se ter a escudá-la, para pessoas sensíveis, emocionais e de objetivos elevados, a dedicação de uma grande causa, pois somente dentro do espírito de tal dedicação pode o esforço e o sacrifício individuais serem suscitados, essenciais que são ao bom êxito contra tais desigualdades[622].

Outro tema muito debatido na revista, em seus anos iniciais, foi a Aliança para o Progresso, iniciativa norte-americana que, segundo seus promotores, procurava unir os "povos americanos" no esforço coletivo de incentivar a cooperação com vistas à aceleração do desenvolvimento econômico e social. Segundo a Carta de Punta Del Este, que anunciou a iniciativa:

> (...) O desenvolvimento económico e social da América Latiria exigirá grande assistência financeira adicional, tanto pública como particular, por parte dos países exportadores de capital, inclusive dos membros do Grupo de

[621] UPTON, T. G. (1961) "Operação Pan-Americana: o catalizador oculto?". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 4 (14)**,** p. 58-59.
[622] UPTON, T. G. (1961)"Operação Pan-Americana: o catalizador oculto?". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 4 (14)**,** p. 69.

> Assistência ao Desenvolvimento e instituições internacionais de crédito. As providências previstas na Ata de Bogotá e as novas medidas estipuladas nesta Carta destinam-se a criar a estrutura dentro da qual esse auxílio adicional será concedido e utilizado eficazmente. (...) Os Estados Unidos auxiliarão os países participantes cujos programas de desenvolvimento estabeleçam medidas de auto-auxílio e politica económica consentâneos com os princípios e objetivos desta Carta. Para complementar os esforços próprios desses países, os Estados Unidos estão dispostos a fornecer recursos que — juntamente com outros, cuja obtenção das demais fontes externas se prevê — serão de natureza e em volume adequados para realizar os objetivos aqui expostos. Esse auxíiío se destinará tanto ao melhoramento social como ao ' desenvolvimento económico e, quando for o caso, será prestado em forma, de subvenções ou empréstimos concedidos em termos e condições flexíveis[623].

Já no artigo "O futuro da liberdade e a 'Aliança para o Progresso', de Richard Goodwin, percebe-se a intenção de fazer propaganda da iniciativa norte-americana, bem como do pan-americanismo e dos princípios pan-americanos, a pretexto de conter o avanço comunista na região:

> Esta política difere radicalmente das políticas anteriores. Sob os auspícios da política de Boa Vizinhança, estabelecemos o princípio da não intervenção, do respeito pela soberania de todas as Repúblicas Americanas e ajudamos a edificar o moderno sistema interamericano. Mas esta política já não é mais suficiente — e a "Aliança para o Progresso" é um esforço destinado a ir mais além para satisfazer as novas necessidades de nossos dias. (...) Segundo, a "Aliança para o Progresso" difere das anteriores políticas porque depende do planejamento nacional. Com tal planejamento, cada nação formulará por si própria um sistema de prioridades, metas e projetos cuidadosamente selecionados a fim de alcançar o nível máximo possível de crescimento econômico e uma rápida elevação da justiça social. Talvez um planejamento assim cuidadoso não tenha sido necessário quando os países podiam levar metade de um século ou mais para se desenvolver, porém hoje não nos podemos dar ao luxo de esperar metade de um século, de modo que tal planejamento se tornou absolutamente essencial. (...) Os norte-americanos sentimo-nos profundamente felizes de estarmos em condições de oferecer ajuda às outras nações do nosso Hemisfério. Mas o verdadeiro desafio está em vossas mãos enfrentá-lo[624].

Conforme podemos perceber pelo artigo "O movimento operário e a "Aliança para o Progresso", de Almino Affonso, texto que versa sobre os resultados da Conferência de Ministros do Trabalho de Bogotá, ocasião em que foi deliberado que os Ministérios do Trabalho dos países do continente deveriam participar dos fóruns de discussão da Aliança

[623] LIMA, A. A. (1961) Carta de Punta Del Este Estabelecimento Da Aliança Para O Progresso Dentro Da Estrutura Da Operação Pan-Americana. **Revista Brasileira de Política Internacional,** 4 (16), p. 157 – 169 .
[624] GOODWIN, R. (1962) "O futuro da liberdade e a 'Aliança para o Progresso'". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 5 (17), p. 17; 19, 24, 29.

para o Progresso, a iniciativa, embora já tivesse sido lançada, não havia saído do papel: "Todavia, há uma preliminar desde logo a vencer: é que a Aliança para o Progresso comece a existir". Neste texto o autor tece considerações importantes com relação à Aliança e chama a atenção para a possibilidade de que esta representasse mais uma declaração sem valor:

> (...) A Declaração dos Povos da América ressoa portanto cheia de bons augúrios. Releiam-se, no entanto, agora, as normas que estabeleceram os objetivos da Aliança para o Progresso desde as que dizem respeito ao atendimento dos problemas sociais mais agudos, porque elementares como exigências humanas, até aquelas outras que dizem respeito ao processo de industrialização, à maior produtividade agrícola, à eliminação do analfabetismo, à manutenção dos preços em níveis estáveis evitando inflação e deflação, tudo o mais, enfim, que se conhece na Carta de Punta del Este, e verificar-se-á como, a rigor, a Aliança para o Progresso até agora limita-se a ser mais uma declaração de Direitos Formais dos povos da América Latina[625].

Nesse sentido, vale destacar que a ONU e a OEA foram perdendo destaque na revista ao longo do tempo. Acreditamos que isso se deva, em parte, ao descrédito com relação ao pan-americanismo, seja por via da OPA ou da Aliança para o Progresso.

Por último, vale destacar que na *RBPI* foram publicados importantes artigos sobre a África, Ásia e o colonialismo, em especial textos influenciados pela PEI. Entre 1958 a 1963 temos: 18 artigos e 11 documentos; de 1964 a 1985, publicou-se apenas 1 artigo e 1 resenha e, de 1985 a 1992 são: 5 artigos, 1 documento e 1 resenha. Desse material, os artigos mais relevantes foram publicados por José Honório Rodrigues (já mencionados no capítulo 1).

No próximo capítulo, último da tese, trataremos dos artigos da *RBPI* acerca da inserção internacional brasileira como caminho para o desenvolvimento, da integração do Brasil nas Américas e da integração nacional voltada para à segurança estratégica.

[625] AFFONSO. A. (1963) "O movimento operário e a Aliança para o Progresso". **Revista Brasileira de Política Internacional,** 6 (22), p. 187.

CAPÍTULO 5. INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NAS AMÉRICAS

Este capítulo visa analisar os discursos presentes nas páginas da *Revista Brasileira de Relações Internacionais (RBPI)* acerca da inserção internacional do Brasil, dando ênfase ao tema do desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas.

A *RBPI* é a revista, dirigida ao campo internacional, que está há mais tempo em circulação no cenário editorial brasileiro, isto é, desde 1958. Já em sua criação, a publicação foi pensada, pelos fundadores do IBRI, como uma possibilidade de preencher a lacuna existente na vida intelectual brasileira no que se refere a estudos, debates, reflexões e análises acerca a inserção internacional do Brasil. Para alcançar tal propósito, a revista esforçou-se em cumprir esse papel de veículo difusor, dando relevo em suas páginas aos assuntos que pautavam a política externa, a partir da conjugação dos interesses nacionais com as questões internas mais candentes da época.

Desse modo, ao longo da trajetória da *RBPI*, os assuntos nela tratados compreendiam as principais questões da diplomacia brasileira. Contudo, cabe ressaltar que esses temas eram reflexo do pensamento de uma parcela da sociedade composta, principalmente, por acadêmicos, diplomatas, militares, empresários, políticos, entre outros.

A despeito da ligação de alguns dos Conselheiros do IBRI/*RBPI* com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a revista tentou sustentar, ao longo desse período, sua independência editorial. Além disso, manteve certa diversidade ideológica via coexistência de ideias e representação de diferentes grupos, que tinham influência em áreas consideradas chave nos governos que o período estudado perpassa. Nesse sentido, é importante ressaltar que poucas publicações resistiram por tanto tempo às transformações políticas e econômicas que o país atravessou, tanto no contexto interno quanto externo.

O breve elenco a seguir ilustra a multiplicidade de questões tratadas na *RBPI*: desenvolvimento econômico; economia internacional, de modo geral e brasileira, de modo particular; comércio; finanças; investimentos; modernização tecnológica; política nuclear; desarmamento; mar territorial; recursos naturais; produtos de base; industrialização; patentes; integração regional e nacional; cooperação técnica; recursos humanos e questões de segurança estratégica.

No etanto, apesar dessa variedade de assuntos, o tema do "desenvolvimento" foi seu eixo privilegiado, marcando fortemente o itinerário intelectual da revista e servindo de base para a abordagem de quase todos os demais temas. Tal fato indica não somente a importância dessa temática no cenário interno, mas uma assumida posição política dos Diretores bem como dos Conselheiros do IBRI/*RBPI* que eram responsáveis pela definição da política editorial da revista. Ademais, observa-se na publicação que a lógica política do desenvolvimentismo pautou também as discussões sobre a integração nacional brasileira e a sua inserção nas Américas.

Por isso, elegemos como chave de análise deste capítulo os artigos cujo tema central é o desenvolvimento, considerado pela revista de caráter estratégico. Além de ser tema principal, ele permeia também grande parte dos outros assuntos retratados na *RBPI* entre 1958 e 1992.

A partir do segundo governo Vargas, período de fundação do IBRI, o tema do "desenvolvimento" havia adquirido centralidade no cenário nacional e internacional, destaque que permanece nas décadas seguintes. Nesse período, a política externa é caracterizada por uma "diplomacia do desenvolvimento", sobretudo pela sua ênfase nas políticas para o desenvolvimento econômico e social.

Como veremos no decorrer do capítulo, nossa pesquisa procura identificar em que medida as reflexões da revista podem ter ajudado a pautar a agenda internacional do Brasil, em

especial, nos processos de integração nas Américas, levando em conta os distintos governos.

Para termos uma ideia da centralidade do tema "desenvolvimento" na revista, correlacionado com as temáticas de integração nacional e das Américas, veja-se o seguinte dado quantitativo: versando especificamente sobre "desenvolvimento" foram publicados 135 artigos, 246 documentos e 11 resenhas/resumos; em relação à temática "integração e/ou América Latina" 55 artigos, 24 documentos, 4 resenhas/resumos e 2 referências bibliográficas; os que também abordam a integração relacionada aos EUA e à América Latina somam 11 artigos, 8 documentos e 5 resenhas/livros; e, por último, os que tratam da "integração nacional e segurança estratégica" totalizam 66 artigos e 32 documentos.

O tema "desenvolvimento" será considerado sobretudo na perspectiva político-diplomática, mais do que em seu caráter econômico, ou seja, num viés que leva em conta as ideias políticas dentro de um enquadramento panorâmico. Tentaremos compreender como se deu, no período considerado, a estratégia de integração do Brasil nas Américas, enfatizando a articulação do "desenvolvimento" nacional com o regional, especialmente nas questões de segurança estratégica.

Nesse sentido, a apresentação e análise dos artigos seguirá a seguinte periodização: de 1958-1963 – parte da chamada "República Populista"; de 1964-1985 – a "Ditadura Civil-Militar"-; 1985-1992 – parte da "Nova República". A proposição desse recorte, em nossa pesquisa, tenta buscar possíveis elementos que nos ajudem a investigar se houve ou não uma continuidade nas diretrizes da política externa brasileira a despeito da mudança de regime político e de governo.

A *RBPI* acompanhou de perto, passo a passo, os avanços e entraves dos processos de integração nas Américas e de integração nacional, como podemos perceber pela publicação de dezesseis edições especiais/temáticas que trataram desses assuntos: (1)"Conferência Latino-americana sobre Tensões no Hemisfério Ocidental"(1962); (2)"Encampação das

concessionárias estrangeiras I”(1965); (3)“Encampação das concessionárias estrangeiras II”(1965); (4)“Acordo de Garantia de Investimentos entre Brasil e Estados Unidos I” (1966); (5)“Acordo de Garantia de Investimentos entre Brasil e Estados Unidos II” (1966); (6)“Política Nuclear Brasileira” (1967); (7)“Amazônia” (1968); (8) “II UNCTAD”(1968); (9)“Bacia do Prata” (1969) “Direito do Mar”(1969); (11)“Produtos de Base”(1970); (12)“III UNCTAD”(1972); (13)“A crise energética Mundial” (1979); (14)“Relação entre o Brasil e a Argentina na Década de 80” (1987); (15)“Brasil-Argentina”(1981) e (16)“Número especial de 30 anos”(1987).

5.1. Desenvolvimento

A *RBPI* tratou densamente, do final da década de 50 ao início da década de 90, de assuntos relacionados à reflexão crítica sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro, bem como das tentativas de articulá-los com as relações externas no campo político e econômico. Importante ressaltar que, para a revista, solidificar o desenvolvimento brasileiro supunha atuar fortemente e assumir posições nas discussões e negociações nos foros econômicos internacionais, particularmente nos foros regionais.

Assim, percebemos que a proposta da *RBPI* era pensar as relações exteriores do Brasil no bojo do complexo quadro que permeava as relações internacionais num contexto marcado por intensas transformações de natureza política, econômica, social, cultural, tecnológica, entre outras. Sobre o desenvolvimento, apenas de 1958 a 1963, estiveram presentes na *RBPI* 43 artigos, 32 documentos e 08 resenhas; por seu turno, nos anos de 1964 a 1985, aparecem 62 artigos, 131 documentos e 3 resenhas, já no período de 1985 a 1992 são publicados 30 artigos e 15 documentos.

Vemos que, no período de 1964 a 1985, o temário desenvolvimento econômico ganhou relevante destaque, refletindo as políticas econômicas dos governos do continente.

Porém, articulado também com o desenvolvimento político, o tema já vinha sendo fortemente debatido entre os anos de 1958 a 1963. E como veremos ao longo da análise, o tema começa a perder fôlego no período de 1985 a 1992, marcado pelo advento do neoliberalismo.

Outro fato relevante a destacar sobre o período de 1964 a 1985, é a grande quantidade de documentos oficiais publicados integralmente pela revista. Nossa impressão é de que com o corte das assinaturas feito pelo MRE, em 1964, devido, muito possivelmente, às fortes críticas feitas por José Honório Rodrigues, então Diretor-Executivo do IBRI/*RBPI*, ao novo regime político, a revista se viu em uma situação financeira complicada, e uma saída que o diretor encontrou foi a de publicar documentos da chancelaria brasileira.

Podemos perceber a importância do tema desenvolvimento logo no primeiro número da *RBPI*, em março de 1958, quando Hermes Lima, Conselheiro do IBRI, publicou o artigo "A conferência econômica da Organização dos Estados Americanos"[626], que fora realizada entre agosto e setembro de 1957, em Buenos Aires. Essa Conferência versara sobre a importância de os países latino-americanos definirem suas prioridades econômicas e financeiras para o seu desenvolvimento. Além disso, os países manifestaram que esse desenvolvimento implicava, além da ajuda externa, também a condução da política interna em consonância com a mesma estratégia.

Pode-se observar que o tema desenvolvimento foi debatido desde os primórdios da revista, e continuou assim no período posterior, mesmo com a mudança do regime político, isto é, durante a ditadura civil-militar. É importante considerar a longa duração do novo regime e por isso um acúmulo de artigos proporcionalmente maior nesta fase. Já no último período, apesar do tema continuar aparecendo no periódico, o faz com menos vigor, pois este perde centralidade devido ao neoliberalismo, que se fortalecia como orientação político-econômica no país.

[626] LIMA, H. (1958) "A conferência econômica da Organização dos Estados Americanos". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 1 (1), p. 111-113.

Ainda na fase inaugural da revista, outro artigo ilustrativo sobre a importância do desenvolvimento foi escrito por José António Mayobre intitulado "Desenvolvimento econômico e cooperação internacional"; nele o autor argumenta que o desenvolvimento é complexo, definindo-o como uma "luta":

> (...) a luta pelo desenvolvimento é tão complexa que logo surgem novos problemas e que fatores, dantes raramente mencionados, apresentan-se em toda sua significação. Desejo lembrar particularmente alguns desses fenômenos. Dois fatos existem na base desses problemas: em primeiro lugar, a necessidade de ação imediata — a natural impaciência dos povos e de seus líderes para que se comece a agir. É que agora compreendem que existe uma possibilidade concreta de fazer-se algo. Mas a falta de ação bem pode provocar decepções e até mesmo fracassos. Em segundo lugar, a oposição de interesses em jogo, de ideias preconcebidas, de tradições que, aberta ou sub-repticiamente, consciente ou inconsciente, poderá frustrar a ação revolucionária contida numa verdadeira política de desenvolvimento[627] .

Tendo em vista o panorama regional sobre a emergência do desenvolvimento, especialmente da industrialização no pós-guerra, José Garrido Tôrres escreveu, ainda em 1958, um artigo denominado "Porque um mercado regional latino-americano?". Apesar de o artigo tratar da questão do desenvolvimento na América Latina, o autor analisa não somente a região, de modo geral, mas também o Brasil, de modo particular, no que se refere à temática da industrialização. Para Tôrres, os países latino-americanos deveriam desenvolver-se em vertentes: a primeira, horizontal, levando em conta o mercado continental, e a segunda, vertical, tomando por base o mercado interno. Para tanto, era necessária uma nova leitura das políticas nacionais que levasse em conta o mercado regional integrado, especialmente no caso das importações:

> Na fase do após-guerra culminou o anseio industrializador da América Latina, o qual, diga-se desde logo, nem sempre correspondeu às esperanças dos países latino-americanos nas virtudes intrínsecas da indústria sobre a produção primária (...). Entre as causas que levaram à industrialização e que ainda hoje atuam vivamente nesse sentido, encontra-se o problema derivado da instabilidade dos preços das matérias-primas e alimentos no mercado mundial. Tal instabilidade, agravada pela circunstância de que todos os países latino-americanos dependem fundamentalmente da exportação de um, dois ou três produtos, cujas flutuações de receita afetam profundamente suas

[627] MAYOBRE J. A. (1962) "Desenvolvimento econômico e cooperação internacional". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 5 (19), p. 518.

> economias, gerando uma preocupação tão absorvente quanto a do desemprego nos velhos países industriais[628].

Vale destacar que essas questões levantadas por José Garrido Tôrres, em grande medida, foram contempladas nas diretrizes da política interna brasileira, como veremos a seguir na síntese feita sobre a orientação político-econômica dos diferentes governos[629].

As questões da Guerra Fria tiveram grande repercussão no contexto interno brasileiro, em especial no que se refere à discussão em torno do alinhamento ou não com os EUA. O período que vai de 1946 a 1964 é considerado por muitos historiadores como a primeira experiência de regime democrático no Brasil, em contraposição aos períodos da República Oligárquica ou República Velha (1889-1930) e da Era Vargas (1930-1945) – não obstante, o presidente Dutra (1946-1951), que substituiu Vargas com o fim do Estado Novo (1937-1945), ter praticado uma política governamental bastante autoritária, com certas medidas que desrespeitaram a Constituição vigente (1946), ao tentar impedir o crescimento dos comunistas e o avanço dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores.

O governo Dutra adotou medidas repressivas contra a tentativa de reorganização sindical dos trabalhadores, proibindo as eleições sindicais e a existência do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que havia sido organizado pelos líderes sindicais que

---

[628] TÔRRES, J. G**.** (1958) "Porque um mercado regional latino-americano?"**. Revista Brasileira de Política Internacional** 1(2), p. 82-83.

[629] Esta síntese foi produzida a partir da leitura de: ALEIXO, J.C.B. (1989) "Fundamentos e linhas gerais da política externa do Brasil". **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-43; ALMEIDA, P. R. (2004) **Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira**. Porto Alegre: UFRGS; BANDEIRA, L. A. M. (2010) **O Governo João Goulart**. São Paulo: Unesp; BAUMANN, R; CANUTO, O; GONÇALVES, R. (2004) **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Campus; BENEVIDES, M. V. (1979) **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; BIELSCHOWSKY, R. (2000) **Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto; CERVO, A.; BUENO, C. (2011) **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UnB; FAUSTO, B. (2001) **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial; GASPARI, E. (2002) **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras; GASPARI, E. (2004) **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras; GASPARI, E. (2004) **A ditadura encurralada**. São Paulo: Cia. das Letras; GASPARI, E. (2004) **A ditadura derrotada**. São Paulo: Cia. das Letras; KRUGMAN, P; OBSTFELD, M. (1999) **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Makron Books; SARAIVA, J. F. S. (Org.). (2001) **Relações internacionais: dois séculos de história**. Brasília: IBRI/Funag e VIZENTINI, P. G. F. (1998) **A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964 – 1985)**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

queriam construir um sindicalismo trabalhista autônomo, livre da interferência estatal nos órgãos de classe.

Essa política autoritária não era adotada apenas no Brasil, mas também nos países vizinhos, de acordo com Luís Alberto Monge, no artigo "O movimento trabalhista e os programas de desenvolvimento econômico". Em sua opinião, os sindicatos deveriam ser encarados, ao contrário do que pensavam os segmentos conservadores, como agentes fundamentais para o desenvolvimento do país:

> Em alguns casos (...) os planos de desenvolvimento econômico ignoram ou tomam em consideração só parcialmente os fatores sociais e humanos. Como reflexo desta falha não se está dando nenhuma participação ao movimento trabalhista na concepção e execução de tais planos. O subdesenvolvimento econômico dos nossos países constitui um obstáculo natural para a consolidação de organizações sindicais e cooperativas fortes. O subdesenvolvimento não se pode superar sem mudanças estruturais profundas na organização econômico-social latino-americana. Essas mudanças não poderão ser alcançadas plenamente e sobretudo com a celeridade necessária sem organizações sindicais e cooperativas fortes que com as suas pressões estabeleçam os equilíbrios económicos, sociais e políticos adequados[630].

Cumpre ressaltar que, no curto período da existência legal do Partido Comunista Brasileiro, este tinha se tornado o maior partido comunista da América Latina, com importantes conquistas eleitorais, o que estimulou a política governamental repressiva contra as atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB), acompanhada por uma política externa que estreitou os vínculos entre Brasil e Estados Unidos, especialmente após a Conferência para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente (1946), patrocinada pelos norte-americanos, momento em que o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética.

O governo Dutra, por outro lado, experimentou importantes mudanças de doutrina econômica, uma vez que o governo alterou sua orientação liberal de livre-mercado para uma posição mais interventora, seja no controle da flutuação da moeda, seja no plano das importações. Isso ocorreu a partir da elaboração e da aplicação do Plano SALTE. No entanto,

[630] MONGE, L. A. (1962) "O movimento trabalhista e os programas de desenvolvimento econômico". **Revista Brasileira de Política Internacional** 5 (20), p. 742-743.

embora o plano não tenha alcançado o êxito esperado, em razão da fragmentação das atividades em cada área concebida como prioritária, ainda assim foi um importante fator de crescimento e desenvolvimento da economia brasileira no período em questão.

Em 1951, Vargas retornou à presidência pelo voto popular. Seu segundo mandato foi marcado por importantes iniciativas nas áreas social e econômica. Na fase final do seu governo, porém, as pressões de grupos oposicionistas civis e militares desencadearam uma grave crise política que o levou ao suicídio.

O governo Vargas possuía um alinhamento direcionado aos chamados nacionalistas e, logo no começo de seu mandato, por meio de seu Ministro da Fazenda, Horácio Lafer (1951-1953), tomou atitudes no sentido de ampliar o parque industrial brasileiro. Entre essas iniciativas estavam investimentos em transportes e energia, melhoria no sistema portuário e naval e a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE - 1952).

O conjunto dessas inciativas teve, como apontamos no capítulo 2, maciça contribuição dos técnicos desenvolvimentistas, principalmente os da Assessoria Econômica do Presidente Vargas. Esses técnicos mantinham estreitas relações com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e pensavam, em grande medida, o projeto de desenvolvimento nacional a partir das formulações da Comissão, em especial as noções de “centro-periferia”, cuja ideia estrutural era que, partindo de situações desiguais, o conjunto de estruturas econômicas das trocas impediria o desenvolvimento da periferia e aumentaria as desigualdades em relação aos países centrais.

Esse tema foi tratado por Celso Furtado na *RBPI* em um artigo onde o economista discute “As duas Vertentes da Visão Centro-Periferia”. O autor afirma que essa ideia foi desenvolvida por Raúl Prebisch quando este se referiu a “um sistema de relações econômicas internacionais”. Furtado trata da visão de “centro-periferia” referindo-se às flutuações cíclicas no âmbito internacional:

> (...) os ciclos tinham origem nas economias dos países industrializados, propagando-se em seguida à esfera internacional. Nesse processo de propagação, os países especializados na produção e exportação de produtos primários, tinham um comportamento "passivo", sem embargo de que as flutuações do nível das atividades econômicas neles se apresentassem de forma ampliada. Dessa reflexão sobre a propagação do ciclo veio-lhe [Prebisch] a percepção de que o sistema de divisão internacional do trabalho surgira para atender prioritariamente aos interesses dos países que lideravam o processo de industrialização: "Os países produtores e exportadores de matérias-primas estavam ligados a esse centro em função de seus recursos naturais, formando assim uma vasta e heterogénea periferia incorporada ao sistema de diferentes formas e em diferentes medidas". Essa visão globalizadora da economia capitalista, que permitiu identificar nesta uma fratura estrutural gerada pela lenta propagação do progresso técnico e perpetuada pelo sistema de divisão internacional do trabalho então existente, constitui, certamente, a contribuição teórica maior de Prebisch, e foi o ponto de partida da teoria do subdesenvolvimento que dominou o pensamento latino-americano e teve amplas projeções em outras áreas do mundo. O subdesenvolvimento, para Prebisch, decorre da "concentração do progresso técnico em atividades exportadoras (de produtos primários), dando origem a estruturas sociais heterogéneas nas quais uma grande parte da população não tem acesso aos benefícios do desenvolvimento" [631].

Por sua vez, sobre o tema do BNDE, importante objeto de análise de Furtado, Jayme Magrassi de Sá, no artigo "O BNDE e os financiamentos externos" enfatiza seu papel crucial para financiar o desenvolvimento do país:

> (...) O BNDE como instrumento de captação de recursos externos tem ainda um elenco maior de serviços prestados. É que atuando também na forma de avalista de créditos estrangeiros obtidos por empresas instaladas no País, presta à capitalização da economia nacional importante contribuição. E tem outorgado tais avais em nome próprio e como agente do Tesouro Nacional[632].

Vale destacar que, nesse período, Vargas estabeleceu o monopólio estatal sobre o petróleo, a partir de uma campanha de cunho nacionalista que recebeu forte apoio popular. A campanha foi denominada de "O petróleo é nosso", e conseguiu galvanizar o apoio da maioria da população. A partir dela, criou-se a empresa estatal Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás (1953), que passou a monopolizar as atividades de exploração e refino de todas as reservas de petróleo encontradas em território brasileiro.

---

[631] FURTADO, C. (1990) "As duas Vertentes da visão Centro-Periferia". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 23 (129-130), p. 1.

[632] SÀ, J. M. de. (1967) "O BNDE e os financiamentos externos". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 10 (39-40), p. 72.

Amaury Porto de Oliveira discutiu a centralidade estratégica do petróleo para o desenvolvimento nacional em artigo intitulado "Reestruturação da indústria internacional de petróleo":

> (...) convém lembrar que existem por assim dizer dois mundos do petróleo. Em países como o Brasil, que precisou e soube encontrar soluções próprias para o seu suprimento, o petróleo é um fator de desenvolvimento nacional. O nível das reservas comprovadas, o ritmo diário da produção, a relação reservas comprovadas/produção, tudo isso tem importância nacional. E nas condições de monopólio estatal, os êxitos ou insucessos da *Petrobrás* são êxitos ou insucessos do país. Tal não ocorre na grande área mundial coberta pelo Sistema Internacional do Petróleo (SIP). Do ponto de vista das populações cujo abastecimento é atendido pelas companhias transnacionais que controlam o SIP, o petróleo mantém certamente um valor de uso e importa saber se está garantido seu suprimento, em nível consentâneo com as necessidades nacionais[633].

Assim, podemos perceber também na *RBPI* que um dos legados do varguismo foi a implementação de um projeto desenvolvimentista baseado na forte presença do Estado em áreas consideradas essenciais para o desenvolvimento do país. Atuando como regulador ou empreendedor de certas atividades econômicas, a intervenção estatal tinha por objetivo estimular a industrialização e a modernização do Brasil. Este tipo de política desenvolvimentista começou a ser posta em prática já na década de 1930 (como tratamos no capítulo anterior), e praticamente todos os governos que vieram depois (até o advento do neoliberalismo na década de 1990), adotaram algum tipo de planejamento econômico rumo ao desenvolvimento, conferindo ao Estado papel importante.

Na *RBPI* há duas edições dedicadas inteiramente às questões vinculadas aos "produtos de base", tema central da discussão em torno do desenvolvimento. Os artigos abordaram, em síntese, a produção e o comércio dos produtos de base que representavam uma parte importante da economia dos países menos desenvolvidos no final da década de 1960. Esses eram dilemas e "preocupações constantes dos países do Terceiro Mundo", pois "cerca de 90% das receitas em divisas desses países" resultavam desses produtos e "metade desses

[633] OLIVEIRA, A. P. (1974) "Reestruturação da indústria internacional de petróleo". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 23 (105-108), p. 37

países" retiravam "cerca de 50% de suas receitas cambiais de um único produto"[634]. Além disso, estas edições também analisaram especificamente o caso do Brasil que, no qual apesar de ter se industrializado nas décadas anteriores, os produtos de base ainda representavam cerca de 80% das receitas de exportação.[635]

No plano externo, Vargas sofria pressão dos Estados Unidos por suas medidas com relação ao controle dos preços do café. Chegou também a ser acusado por muitos, entre eles por João Neves da Fontoura, ex-Ministro das Relações Exteriores (1951-1953), de, supostamente em conluio com a Argentina e o Chile, fazer acordos para bloquear a influência estadunidense no Cone Sul, no intuito de instalar uma "república sindicalista".

Na área da política institucional, os principais grupos oposicionistas ao governo de Vargas faziam parte da União Democrática Nacional (UDN), que o acusavam constantemente de planejar um golpe em conluio com líderes sindicais objetivando criar um regime socialista no país. Na área da imprensa, o antigetulismo ganhou força com a atuação do jornalista Carlos Lacerda, que em seus pronunciamentos e artigos acusava o governo federal de corrupção desmandos administrativos. O presidente se defendia das críticas argumentando que grupos subalternos ligados a interesses internacionais e nacionais haviam se unido na tentativa de impedir que o governo avançasse na área de proteção ao trabalho, limitações de remessa de lucros das empresas multinacionais para o estrangeiro e fortalecimento das empresas públicas, sobretudo as ligadas à área de energia.

Em 1954, a crise política desestabilizou o governo Vargas. No início do ano, o então ministro do Trabalho, João Goulart, concedeu um aumento salarial de 100% aos que recebiam salário mínimo. As pressões de grupos oposicionistas contrárias à medida foram tão violentas que o governo recuou, e o ministro Goulart foi obrigado a renunciar ao cargo.

---

[634] "Mercado internacional de produtos de base; principais linhas de ação do Brasil I". (1970) **Revista Brasileira de Política Internacional**., 13 (49-50) e "Mercado internacional de produtos de base; principais linhas de ação do Brasil II". (1970) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 13 (51-52), p. 5.

[635] "Mercado internacional de produtos de base; principais linhas de ação do Brasil II". (1970) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 13 (51-52), p. 5.

Depois do episódio da “Rua Toneleros” (atentado contra Lacerda), os grupos oposicionistas exigiram o afastamento de Vargas da Presidência da República. Setores das Forças Armadas e da sociedade civil se uniram aos grupos de oposição e instaram a que Vargas renunciasse, levando-o ao suicídio.

O período que se abre com o governo Kubitschek (1956-1961), se comparado ao anterior, e ao seguinte, é considerado, tradicionalmente, um momento de estabilidade e otimismo interno. Este governo entrou para história do país como a gestão presidencial na qual se registrou o mais expressivo crescimento da economia brasileira (no transcurso desse governo a economia registrou taxas de crescimento da produção industrial em torno de 80% - principalmente na área de bens de capital).

Entretanto, seria um equívoco afirmar que este momento não foi também permeado por disputas e conflitos políticos e sociais. De certo modo, os meses agitados, com revoltas populares e manobras militares que culminaram no “Golpe Preventivo” (1955), arrefeceram os ânimos mais radicalizados. Vários membros das Forças Armadas assumiram cargos importantes no Estado, enquanto a máxima “desenvolvimento e ordem” de Kubitschek procurou traduzir aspirações tanto da burguesia quanto de setores populares. Assim, o “desenvolvimento e ordem” e o Plano de Metas (1956), são materializações de uma grande ordem discursiva que se coloca no plano do saber governamental. Com o lema “Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo” Kubitschek levou a cabo um acelerado crescimento econômico a partir da expansão do setor industrial.

Tradicionalmente, afirma-se que o desenvolvimentismo desses anos deveu-se ao intenso investimento público e privado em setores estratégicos nacionais, como energia e comunicações, ao mesmo tempo, que atraiu grandes volumes de investimento internacional. É nesse contexto que vão se instalar as grandes montadoras estrangeiras de automóveis e haverá fortes investimentos na rede de rodovias em detrimento dos projetos ferroviários.

Apesar de, em termos macroeconômicos, os índices brasileiros no período serem invejáveis e terem grande apelo popular, já em 1958, ano de fundação da *RBPI*, é possível enxergar sinais claros de descontrole em duas esferas: déficit público e inflação. As tentativas governamentais de estabilização provocaram descontentamentos gerais em vários polos sociais – burguesia industrial, produtores rurais, trabalhadores e burocracia – e a aproximação de Kubitschek com o Fundo Monetário Internacional (FMI) lhe rendeu críticas ferozes desde os comunistas até o empresariado. Além disso, o acelerado processo de industrialização registrado no período não deixou de acarretar uma série de problemas de longo prazo para a econômica brasileira, uma vez que o governo realizava investimentos no setor industrial a partir da emissão monetária e da abertura da economia ao capital estrangeiro.

Essa emissão monetária ocasionou um agravamento do processo inflacionário, ao passo que a abertura da economia ao capital estrangeiro gerou uma progressiva desnacionalização econômica, uma vez que as multinacionais passaram a controlar setores industriais estratégicos da economia nacional. Em pouco tempo, as multinacionais começaram a realizar grandes remessas de lucros (muitas vezes superiores aos investimentos por elas realizados) para seus países de origem. Esse tipo de procedimento era ilegal, mas as multinacionais burlavam as próprias leis locais. Portanto, se por um lado o Plano de Metas alcançou os resultados esperados, por outro, foi responsável pela consolidação de um capitalismo dependente que sofreu críticas e acirrou o debate em torno da política desenvolvimentista.

Já no plano externo, neste período, destaca-se, como tratamos no capítulo anterior, a Operação Pan-Americana (1958), proposta por Kubitschek a partir da visita do vice-presidente Nixon aos países da América Latina, que gerou protestos contra a política dos EUA para o continente. Em carta ao presidente Eisenhower, Kubitschek propôs que se buscasse um novo relacionamento entre os países das Américas, sob a forma de um programa

multilateral de desenvolvimento econômico que constituiria, também, uma estratégia de defesa do continente. Porém, a Operação Pan-Americana não teve grandes frutos por diversos fatores, especialmente em função da opção da Revolução Cubana pelo socialismo, o que transformou o combate ao comunismo no discurso prioritário dos EUA para a América Latina.

Kubitschek foi substituído por Jânio Quadros (1961), cuja gestão na presidência da República foi breve, durou sete meses e encerrou-se com a sua renúncia. Neste curto período, o presidente praticou uma política econômica e uma política externa (começo da "Política Externa Independente") que desagradou aos políticos que o apoiavam, a setores das Forças Armadas e outros segmentos sociais. Ademais, sua renúncia desencadeou uma grave crise institucional, uma vez que a posse do vice-presidente Goulart não foi aceita pelos ministros militares e pela maior parte das elites econômicas e políticas.

O governo Quadros perdeu sua base de apoio político e social a partir do momento em que adotou uma política econômica austera e uma política externa independente. Na área econômica, o governo se deparou com uma crise financeira aguda devido à intensa inflação, ao déficit da balança comercial e ao crescimento da dívida externa. Para responder à crise, Quadros tomou medidas drásticas, restringindo o crédito, congelando os salários para favorecer as exportações.

O presidente nomeou para o cargo de chanceler Afonso Arinos de Melo Franco (1961 – sucedido por San Tiago Dantas no governo Goulart), que alterou radicalmente os rumos da política externa brasileira, inclusive restabelecendo relações diplomáticas com a União Soviética. Além disso, Quadros provocou a indignação dos grupos oligárquicos condecorando pessoalmente a Che Guevara (Ordem do Cruzeiro do Sul) e ao cosmonauta soviético Yuri Gagarin (Ordem Nacional do Mérito Aeronáutico).

Quadros esperava que "Política Externa Independente" se traduzisse também na

ampliação das exportações brasileiras por meio de acordos diplomáticos e comerciais, o que não chegou a ocorrer. Por outro lado, a condução dessa política desagradou ao governo norte-americano e seus aliados e, internamente, minou sua base de sustentação. Desse modo, ao completar sete meses de mandato presidencial, Quadros ficou isolado política e socialmente, o que o levou a renunciar.

No momento em que João Goulart (1961-1964), vice-presidente de Quadros, deveria assumir a presidência, ele se encontrava na China, por isso Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o governo provisoriamente. Porém, os grupos da oposição conservadora e setores das Forças Armadas não aceitaram que Goulart tomasse posse, sob a alegação de que ele tinha tendências políticas esquerdistas.

Os partidos que apoiavam o governo e diversas organizações populares deflagraram um movimento de resistência, que ficou conhecida como a "campanha da legalidade". Os líderes parlamentares acabaram negociando uma saída para a crise institucional, que foi o estabelecimento do regime parlamentarista (1961-1962), reduzindo os poderes constitucionais de Goulart, que, após tomar posse, convocou um plebiscito para decidir sobre a manutenção ou não do sistema parlamentarista (80 % dos eleitores votaram pelo restabelecimento do sistema presidencialista).

Os anos anteriores ao golpe militar de 1964 foram de crescente instabilidade política e institucional, em especial pelos enfrentamentos no campo entre as Ligas Camponesas e os grandes proprietários, o fortalecimento do movimento estudantil, as divisões no interior dos partidos políticos, e dos grupos católicos e as reivindicações na baixa hierarquia das Forças Armadas. Esse também foi o momento de uma ampla e visceral discussão pública sobre as reformas sociais, chamadas "reformas de base".

Para combater a crise econômica, em especial a inflação, Goulart adotou uma política de austeridade, coordenada pelo Ministro da Fazenda San Tiago Dantas (1963) e o Ministro

do Planejamento Celso Furtado (1962-1963).

A conspiração que depôs Goulart da presidência da república reuniu grande parte das elites industriais e agrárias (empresários e latifundiários), os banqueiros, a ala conservadora da Igreja Católica, os militares e importante parcela da classe média. O movimento golpista contou também com o apoio direto, político e material, do governo estadunidense. Instaurou-se uma ditadura civil-militar que perdurou por 21 anos, e foi se radicalizando e avançando cada vez mais sobre as liberdades políticas e os direitos individuais.

No que se refere à economia, o país ingressou depois de alguns anos numa fase de industrialização e crescimento econômico acelerado, sem beneficiar, porém, a maioria da população. Havia um projeto ambicioso de constituir um autêntico mercado de capitais, incentivar as exportações e atrair vultosos investimentos de capitais privados.

Já com relação à política externa, como afirmamamos no capítulo anterior, entre 1964 e 1969, os governos militares se alinharam aos EUA num projeto de abertura do país às empresas multinacionais, sobretudo norte-americanas – exemplificado na famosa afirmação do chanceler Juracy Magalhães (1966-1969) "o que é bom para os EUA é bom para o Brasil". Isso representou um hiato na diplomacia desenvolvimentista, que foi parcialmente retomada no governo Médici (com a "Diplomacia do Interesse Nacional"), na gestão Geisel (com o "Pragmatismo Responsável") e no governo Figueiredo (com o princípio do "Universalismo").

A RBPI tematizou essas questões em inúmeros artigos, entre eles: "Política Internacional e Assistência Técnica" de Georges D. Landau (2, (nº 6), 1959); "Desenvolvimento Econômico e cooperação Internacional" de José Antônio Mayobre (5 (19) , 1961); "Problemas Econômicos do Desenvolvimento" de Arthur Lewis (5, (20), 1962); "Movimento Trabalhista e os Problemas e de Desenvolvimento" de Luis Alberto Monge (5 (20), 1962); "Tensões nos países subdesenvolvidos" de Mário Henrique Simonsen (5 (20), 1962) e "Significado da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o

Desenvolvimento: Relatório endereçado ao Secretário-Geral das Nações Unidas pelo Secretário-Geral da Conferência" de Raul Prebisch (29 (8), 1965).

Castello Branco (1964-1967) esteve à frente do primeiro governo militar e deu início à promulgação dos Atos Institucionais. Entre as medidas mais importantes, destacam-se: suspensão dos direitos políticos dos cidadãos; cassação de mandatos parlamentares e sindicais; eleições indiretas para governadores; dissolução de todos os partidos políticos e criação de dois novos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reuniu os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu as oposições consentidas. Em fins de 1966, o Congresso Nacional foi fechado, sendo imposta uma nova Constituição, que entrou em vigor em 1967. Na economia, o governo revogou a Lei de Remessa de Lucros e a Lei de Estabilidade no Emprego, proibiu as greves e impôs severo controle dos salários.

Costa e Silva (1967-1969), ao substituir Castello Branco, enfrentou a reorganização política dos setores oposicionistas, greves e a eclosão de movimentos sociais de protesto, entre eles o movimento estudantil universitário. O governo radicalizou as medidas repressivas ao promulgar o Ato Institucional nº 5 (AI-5 –1968), que representou o fechamento completo do sistema político ao restringir drasticamente a cidadania com prerrogativas legais que permitiram a ampliação da repressão policial-militar.

O mandato de Médici (1969-1974), por sua vez, ficou marcado como o mais repressivo do período da ditadura civil-militar, ao dispor de um amplo aparato de repressão policial-militar (especialmente com o Departamento de Ordem Política e Social e o Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) e de inúmeras leis de exceção, institucionalizando a torutra. Na área econômica, o governo colheu os frutos do chamado "milagre econômico", que representou a fase áurea de crescimento econômico do país neste período, obtido principalmente por meio da captação de recursos e

de financiamentos externos. Em curto e médio prazo, esse modelo de desenvolvimento beneficiou a economia, mas a longo prazo o país acumulou uma dívida externa cujo pagamento bloqueou a capacidade de investimento do Estado. Já sua política exterior, conhecida como a "Diplomacia do Interesse Nacional", do Chanceler Mário Gibson Barbosa (1969-1974), promoveu especialmente o bilateralismo.

É importante ressaltar que não houve nenhuma contradição entre a repressão política e crescimento econômico. Pelo contrário, com o chamado "plano de estabilização", executado sem maiores contestações, a equipe econômica pôde formular políticas de expansão de crédito, controle de preços e tomar medidas em benefício dos setores industriais, como na área automobilística e da construção civil. O cenário internacional permitiu ao país a obtenção grandes empréstimos e investimentos de capital estrangeiro, bem como a adoção de numerosos incentivos ficais e financeiros que promoveram expressiva diversificação industrial voltada para a exportação, vista a queda da relevância do café nesse domínio.

Entretanto, o "milagre" tornou o Brasil muito mais dependente do sistema financeiro mundial, bem como de certos tipos de insumos importados, como o petróleo, por exemplo. Ao mesmo tempo, o modelo gerava grande concentração de renda e, por conseguinte, acentuava a brutal desigualdade social, agravada pelo baixo nível em investimentos em programas e setores públicos de atendimento à população.

Por outro lado, na esfera internacional, o governo estadunidense apresentou o projeto de criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que tinha como eixo principal a estabelecimento de um 'Sistema Generalizado de Preferências para as exportações dos países em desenvolvimento"; além disso, propunha a inserção do capítulo IV, tratando do mesmo tema, nas normas do GATT. A abertura de uma agenda de desenvolvimento na esfera multilateral foi reflexo da concorrência com a União Soviética. Já com a América Latina, os EUA optaram por negociações bilaterais,

contemplando os seus interesses econômicos e politicos em cada país.

Os temas relacionados à UNCTAD ganharam grande destaque nas páginas do periódico, merecendo extensas reflexões e discussões, inclusive em dois números especiais, em 1968 e 1972, sobre a "II UNCTAD" (Nova Déli) e a "III UNCTAD" (Santiago do Chile) que haviam debatido as distorções do comércio internacional prejudiciais aos países em via de desenvolvimento.

Essa edições especiais buscavam avaliar os resultados alcançados pelas Conferências, principalmente a partir da análise da Carta de Argel (que representava os pontos de vista unificados dos países em desenvolvimento da Ásia, da África e da América Latina). Ademais, foi também publicado o discurso de encerramento pronunciado pelo Chefe da Delegação Brasileira à II UNCTAD, o Embaixador Azeredo Silveira, decepcionado com os escassos resultados alcançados pelas nações em desenvolvimento, devido à intransigência das nações desenvolvidas.[636]

Desse número temático constam os seguintes trabalhos: "Preliminares da UNCTAD – Informações sobre a UNCTAD e a Proposta Horowitz" na Nota Liminar (10 (43-44),1968); "Brasil na II UNCTAD" de José de Magalhães Pinto e A. F. Azeredo da Silveira (11 (43-44), 1968) e "II UNCTAD: Agenda, Resoluções adotadas pela Conferência" Nota do Editor (11 (43-44), 1968).

Em 1972, foi publicado outro "Número Especial sobre a III Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento". Eis alguns dos seus principais artigos: "III UNCTAD, uma avaliação: revisão crítica dos progressos conseguidos pela UNCTAD, com ênfase especial nos resultados positivos atingidos em Santiago" de Gilberto C. Paranhos Velloso (15 (57-58), 1972); "Reformulação das regras do comércio internacional: estudo da ação brasileira na UNCTAD como complemento externo da I Plano Nacional de Desenvolvimento" de Álvaro

[636] "II UNCTAD" (1968) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 11 (43-44) e "III UNCTAD" (1972) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 15 (57-58).

Gurgel de Alencar (15 (57-58), 1972); "A reforma monetária na III UNCTAD: ensaio recapitulativo dos problemas monetários internacionais abordados na UNCTAD" de Gilberto C. Paranhos Velloso (15 (57-58), 1972); "Transportes marítimos na UCTAD: análise dos resultados de seis Projetos de Resoluções submetidas à III UNCTAD na área de Transportes Marítimos!" de Oswaldo C. Lobo (15 (57-58), 1972); "Sistema Geral de Preferências Tarifárias, (conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)" de Guilherme Arroio (15 (57-58), 1972).

Em 1964, a RBPI já havia publicado a integra do relatório "Uma Nova Política Comercial para o Desenvolvimento. Relatório de Raul Prebisch à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, inaugurada em Genebra, Suíça, aos 23 de março de 1964". Esse Relatório foi feito por Prebisch e é dedicado a mostrar o resultado das discussões da II UNCTAD, em 1964[637], e nele consta o conjunto de documentos oficiais produzidos a respeito da UNCTAD. O número 28 da revista foi dedicado especialmente, em uma edição temática, a divulgar a Ata Final da Conferência da II UNCTAD[638].

A importância histórica dessa conferência é ressaltada por Prebisch, em 1965, no artigo intitulado "O Significado da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento. Relatório endereçado ao Secretário-Geral das Nações Unidas pelo Secretário-Geral da Conferência".[639]

No texto citado, Prebisch, salienta a importância dos governos levarem a cabo mudanças na política de cooperação econômica internacional. Para o autor, essa política poderia gerar uma inovação no contexto econômico internacional. Para tanto, era necessário diagnosticar os desequilíbrios que derivavam das necessidades de importação desses países

[637] Relatório "Uma Nova Política Comercial para o Desenvolvimento. Relatório de Raul Prebisch à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, inaugurada em Genebra, Suíça, aos 23 de março de 1964". (1964) **Revista Brasileira de Política Internacional.** 5 (26), p. 153-316.
[638] "Ata Final da Conferência da II UNCTAD". (1964) **Revista Brasileira de Política Internacional,** 7 (28).
[639] PREBISCH , R. "O Significado da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento. Relatório endereçado ao Secretário-Geral das Nações Unidas pelos Secretário-Geral da Conferência". (1965) **Revista Brasileira de Política Internacional** 5 (29), p. 07-23.

e suas as reais possibilidades de exportação com vistas a reconhecer a capacidade de cada país de angariar recursos direcionados a financiar as importantes manobras de importações vistas como fundamentais para satisfazer as necessidades da população. Prebisch propunha, ainda, um acordo para criar um foro internacional de interlocução dos interesses dos países em desenvolvimento.

Além disso, focalizava sua análise no progresso das negociações da Rodada Kennedy do GATT, assim como nas divergências a respeito da instituição do sistema geral de preferências, dando destaque aos possíveis pontos de convergências entre os países em desenvolvimento e os países já industrializados. Nessa conjuntura, podemos perceber uma concomitância de fatos, quais sejam, a formação do que mais tarde seria o Grupo dos 77, e de como este progrediu no sentido de consolidar-se na esfera da própria UNCTAD; e a crescente relevância do papel cumprido pelos produtos de base no comércio internacional. Esses assuntos ganhariam destaque nas edições posteriores da *RBPI*, até mesmo com a publicação de uma edição temática especial, descrita abaixo, sobre os produtos de base que no período eram considerados os mais importantes para a economia brasileira, bem como nos números que tratam da II e III UNCTAD, que discutiram profundamente a novidade representada pelo G-77.

Prosseguindo em sua análise, Prebisch aponta a importância da convergência de interesses entre países em desenvolvimento e países industrializados, e esse processo poderia dar-se pela negociação diplomática sob os chancela da ONU, inclusive atribuindo *status* de órgão permanente da Assembleia Geral à UNCTAD. Em seu argumento, essa determinação delineava não somente a importância dos temas estabelecidos na Conferência, mas igualmente a legítima possibilidade da ONU cumprir seu papel articulador nas relações entre os estados nacionais, com vistas a evitar ou reduzir conflitos entre eles. Ciente da oportunidade para os países em desenvolvimento, Prebisch salienta que o caráter adotado

pelo Grupo dos 77 reflete a compreensão de que "os homens, seja qual for o regime social em que vivem, aprendem a dirigir conscientemente e deliberadamente o curso de seu desenvolvimento econômico e social"[640]. O autor tenta reforçar, com essa assertiva, que a cooperação entre países industrializados e países em desenvolvimento poderia ser também "a nova utopia do século, isto é, a supressão da miséria e de seus males, que afligem, ainda, três quartos da humanidade".[641]

As duas edições dedicadas aos "produtos de base" abordaram a produção e o comércio dos produtos que representavam uma parte importante da economia dos países menos desenvolvidos no final da década de 1960. Esses eram dilemas e "preocupações constantes dos países do Terceiro Mundo", conforme afirma a própria *RBPI*, pois "cerca de 90% das receitas em divisas desses países" resultavam desses produtos e "metade desses países" retiravam "cerca de 50% de suas receitas cambiais de um único produto".[642] Além disso, estas edições também analisaram especificamente o caso do Brasil, cujos produtos primários ainda representavam cerca de 80% das receitas de exportação[643].

No mesmo sentido, a revista publicou o trabalho do Embaixador Miguel Osório de Almeida, apresentado em Genebra, sobre o problema do "Desenvolvimento Econômico e a Preservação do Meio Ambiente"[644]. Ainda, nesse período, foi lançado um volume temático sobre a "crise energética mundial", no qual responsabilizava os EUA pela Crise do Petróleo de 1973 se destacava a natureza política dos altíssimos preços desse importante recurso. No

---

[640] PREBISCH , R. (1965) "O Significado da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento. Relatório endereçado ao Secretário-Geral das Nações Unidas pelos Secretário-Geral da Conferência". **Revista Brasileira de Política Internacional** 5 (29), p. 21.

[641] PREBISCH , R. (1965) "O Significado da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento. Relatório endereçado ao Secretário-Geral das Nações Unidas pelos Secretário-Geral da Conferência". **Revista Brasileira de Política Internacional** 5 (29), p. 21.

[642]"Mercado internacional de produtos de base; principais linhas de ação do Brasil I". (1970) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 13 (49-50) e "Mercado internacional de produtos de base; principais linhas de ação do Brasil II". (1970) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 13 (51-52), p. 5.

[643] "Mercado internacional de produtos de base; principais linhas de ação do Brasil II". (1970) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 13 (51-52), p. 5.

[644] ALMEIDA, M. O. "Desenvolvimento Econômico e a Preservação do Meio Ambiente". (1979) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 22 (85-86), p. 6.

entanto, a novidade desta edição se configurou, de fato, nas propostas de estratégias futuras de obtenção de energia, buscando a longo prazo a mudança da política energética do Brasil (em especial com a perspectiva de Itaipu).[645]

Os títulos de alguns artigos publicados no início da década de 1970 revelam o desdobramento dessa problemática: "Alimentos para o homem do mar e da Terra" de K. O. Enery e C. O. D´Ilsin (12 (47-48),1969); "Integração da Faixa de Fronteira no processo de Desenvolvimento Nacional e dos Países Limítrofes" de Paulus da Silva Castro (12 (51-52), 1970) e "Estágios do Desenvolvimento Econômico" de Glycon de Paiva (14 (55-56), 1971); "Participação dos Países em desenvolvimento no comércio internacional: entraves à expansão – uma análise dos principais fatores que promovem a expansão crescente do comércio entre países desenvolvidos correlacionados com os entraves ao crescimento simultâneo do comércio entre desenvolvidos e subdesenvolvidos" de Ronaldo Costa (15 (57-58), 1972) e "Transferência de Tecnologia: o problema da transferência de tecnologia é examinado do ângulo dos recentes avanços da matéria na organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e na conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD" de Àlvaro Gurgel de Alencar (16, (63-64),1973).

Já o governo Geisel (1974-1979) coincidiu com o fim do "milagre econômico". Com a crise internacional do petróleo e os seu enorme impacto sobre o país, certas diretrizes do governo militar começaram a mudar já em 1974. No plano político, havia uma promessa pouco visível de abertura, mas no campo econômico, as mudanças tinham mais expressão. Optou-se (ou voltou-se) para uma estratégia desenvolvimentista de pesados investimentos em áreas indústrias de bens de capital, comunicações e, principalmente, energia. Grandes empresas estatais eram projetadas e consolidadas. A burguesia industrial não via essas ações com bons olhos e, além disso, o programa se deparava com a dura recessão internacional

[645] "A crise energética mundial". (1979) **Revista Brasileira de Política Internacional**. 22 (85-88).

dessa década, que, entre outros efeitos negativos, aumentou os juros, fato que tornou a dívida externa brasileira fardo ainda mais penoso de se carregar.

No plano externo, Geisel iniciou um período de mudanças nas relações internacionais do Brasil, conhecido como "Pragmatismo Responsável", caracterizado pela abertura de relações com os países do "Terceiro Mundo" e menor alinhamento com os Estados Unidos. O "Pragmatismo Responsável" levado a cabo pelo chanceler Azeredo da Silveira (1974-1979) estreitou os vínculos com os países árabes (com o objetivo de adotar uma política exportadora de produtos primários, industriais e de serviços, em troca do fornecimento de petróleo), aumentou a relação com o campo socialista (incrementando as relações comerciais com os países do bloco soviético e o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com a China), aproximou-se dos países africanos (reconheceu o governo marxista do Movimento Popular de Libertação de Angola e manteve relações políticas e econômicas com os Estados da Linha de Frente da África Austral) e, com relação à América Latina, procurou estreitar a cooperação (em especial com os países do Cone Sul) e lançou a Iniciativa Amazônica contra a sua internacionalização.

Na área política, Geisel iniciou o processo de "distensão lenta, segura e gradual" em direção à abertura e à redemocratização. Não obstante, militares radicais que controlavam o sistema repressivo, ofereceram resistência à política de liberalização. A ação desses militares gerou graves crises institucionais. No entanto, Geisel conseguiu superar as tentativas de desestabilização do seu governo e, em 1978, revogou o AI-5 e restaurou o *habeas corpus*.

Assim como repressão e crescimento econômico, abertura política e recessão não foram mutuamente antagônicos. E essa foi uma das tônicas dos últimos anos do governo Figueiredo (1979-1985), que substituiu Geisel no poder. A inflação, os elevados juros internacionais e a segunda crise do petróleo gragilizaram o governo. A política de estabilização do Ministro do Planejamento Delfim Neto (1979-1985) aumentou o

desemprego, somando-se a isso os cortes nas estatais e a diminuição do investimento privado. A linha de atuação do FMI para com o Brasil foi de endurecimento com relação aos prazos, dívidas e condições de juros, drástica redução de despesa pública e diminuição dos salários reais. Apesar da tênue recuperação econômica, os valores da dívida externa cresciam sem perspectiva de retorno, pois quase não havia reservas e a inflação dava sinais claros de estar fora de controle.

A política externa de Figuriredo foi formulada e liderada pelo chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro (1979-1985) e autodenominou-se de "Universalismo", no esforço por manter a autonomia do Brasil num cenário nacional e internacional desfavorável. Definindo o país como parte do "Terceiro Mundo", a diplomacia brasileira continuou a seguir o "Movimento dos Países Não-Alinhados", questionando a desigualdade nas estruturas políticas e econômicas internacionais.

Diante da forte crise e das grandes manifestações de massa contra a ditadura civil-militar, Figueiredo acelerou o processo de liberalização política do Brasil, cujo grande marco foi a aprovação da Lei de Anistia (1979), que permitiu o retorno ao país de milhares de exilados e resultou na libertação de dezenas de presos políticos. O pluripartidarismo foi restabelecido e, no último ano de governo, despontou o movimento das "Diretas Já" (1984), que mobilizou a população em defesa de eleições diretas para a escolha do presidente da República. O governo, porém, resistiu e conseguiu barrar o Projeto de Lei Dante de Oliveira (1983). Desse modo, o sucessor de Figueiredo, o deputado Tancredo Neves, acabou sendo escolhido indiretamente pelo Colégio Eleitoral. No entanto, Tancredo faleceu e em seu lugar assumiu o vice-presidente, José Sarney.

Nesse período, dois artigos publicados na RBPI enfocam especialmente o tema do desenvolvimento. São eles: "Notas sobre a relação norte-sul e o relatório Brandt" de Roberto Abdenur e Ronaldo Sardenberg (23 (89-92), 1978) e "Desenvolvimento mundial recente e seu

impacto sobre as populações pobres do terceiro mundo" (23 (89-92), 1980).

O governo Sarney (1985-1989) foi marcado por medidas econômicas de combate à inflação, uma vez que o novo regime democrático brasileiro herdou um complicado quadro econômico da ditadura civil-militar, o que originou um grande debate entre vários grupos econômicos e oriundos de universidades sobre os modelos de combate à inflação. A ideia dominante era a de livrar a moeda dos problemas de indexação de modo a extirpar a correção monetária e instaurar um nova moeda mais forte e valorizada.

Para combater a inflação Sarney lançou o Plano Cruzado (1986) com congelamento de preços e salários, o abono de 8% para todos os trabalhadores, o "gatilho" salarial a cada vez que a inflação ultrapassasse 20% e o incentivo à produção em detrimento da especulação financeira. O Plano, no entanto, fracassou, entre outras razões, porque houve falhas crescentes no congelamento de preços e a súbita valorização da moeda estimulou as importações descontroladas, criando graves problemas para a balança comercial. Em 1988, o Ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser-Pereira (1987), foi obrigado a implantar um novo plano de estabilização que também não deu certo e em 1989, uma nova estratégia econômica, denominada Plano Verão, foi anunciada pelo governo, embora, como as demais tentativas, não tenha trazido o resultado esperado.

Ademais, durante o governo Sarney, foi promulgada a nova Constituição da República, consolidando a democratização do país. Com base na nova Carta, o Brasil realizou, em 1989, a primeira eleição presidencial direta em quase trinta anos, quando Fernando Collor de Mello foi eleito presidente.

Neste período governamental, no que diz respeito às edições especiais, destacamos a edição dedicada ao "30º aniversário da Revista"[646]. Neste número, procurou-se reeditar artigos e documentos que, segundo prefácio de Oswaldo Trigueiro, devam "uma amostragem

[646] "Número especial de 30 anos" (1987) **Revista Brasileira de Política Internacional,** 30.

da qualidade desses trabalhos e da influência dos seus autores no plano da nossa política exterior".[647]

Também, nesse período, há dois artigos que tematizam, de alguma forma a questão do desenvolvimento na perspectiva apontada anteriormente: *"Sobre a escassez e a abundância"* de Armando Mariante de Carvalho Jr. (Ano XXIX, nº 115-116, 1986) e *"Perspectivas da Cooperação Internacional"* de Celso Amorim (Ano XXXI, nº 123-124, 1988).

A gestão Collor (1990-1992) foi marcada por uma crise econômica e por uma série de escândalos de corrupção. Prometendo resolver os principais problemas econômicos brasileiros, Collor lançou um plano de recuperação da economia elaborado pela Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello (1990-1991). O Plano Collor caracterizou-se sobretudo por abrir a economia brasileira ao capital internacional. Para controlar a inflação, confiscou as poupanças durante um prazo de dezoito meses, provocando forte insatisfação popular especialmente entre os setores médios e os pequenos investidores.

Além de não alcançar as metas previstas no plano econômico, Collor ainda se envolveu em um enorme escândalo de corrupção. As denúncias contra ele ganharam força em 1992, quando Pedro Collor (irmão do presidente), revelou a existência de um esquema de tráfico de influências e irregularidades financeiras, organizado por Paulo César Faria, ex-tesoureiro da campanha presidencial. Collor foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e, em 1992, foi afastado da presidência da República mediante um processo de *impeachment* no Congresso Nacional.

---

[647] TRIGUEIRO, O. (1987) **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro: vol.30, "Número especial de 30 anos". Os artigos publicados nesta edição foram: "Os direitos humanos como fundamento da ordem jurídica e política", de Vicente Ráo; "Relações diplomáticas com a União Soviética", de Oswaldo Aranha; "Antártida: o problema político", de João Frank da Costa; "O Mundo Afro-asiático: sua significação para o Brasil", de A. Mendes Viana; "A Amazônia na conjuntura internacional", de Arthur Cézar Ferreira Reis; "O presente e o futuro das relações africano-brasileiras", de José Honório Rodrigues; "Mercado internacional de produtos de base", de Ronaldo Costa; "Fundamentos de paz internacional: Balança de Poder ou Segurança Coletiva" de J. A. de Araújo Castro; "O Brasil e a encampação de concessionárias estrangeiras", de Barbosa Lima Sobrinho; "Brasil-Argentina", de Stanley Hilton; "Uma política de combate à fome na América Latina", de Josué de Castro; "O fundo do mar", de Arvid Pardo; "Brasil-Argentina: relações de conflito e cooperação", de Hélio Jaguaribe e "A natureza política do preço do petróleo", de Amaury Porto de Oliveira.

A passagem da década de 1980 para a década de 1990, marca o fim do período desenvolvimentista e o avanço do neoliberalismo no Brasil, que passou a ser a receita para o país ingressar no "Primeiro Mundo". Influenciados por economistas como Milton Friedman, Ludwig Misses e Friedrich Hayek, que atacaram violentamente as ideias keynesianas, o governo Sarney e, com mais ênfase, a gestão de Fernando Collor, tentaram seguir os modelos neoliberais praticados pelo presidente norte-americano Ronald Reagan e a primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher, que pregavam, entre outras coisas, a não intervenção do Estado na economia, as privatizações, o corte nos investimentos públicos, a desregulamentação da economia, a abertura para as importações e os estímulos para o capital estrangeiro.

Ao abordar esses temas, a *RBPI* recuperou nos anos 80 e 90, a discussão candente dos anos 60 sobre os acordos Brasil-EUA, que haviam sido apresentadas nos números 33-34 e 35-36, contendo uma seleção de documentos sobre os: "acordos entre o Brasil e os Estados Unidos" já então classificados como "os acordos mais controvertidos da história das relações internacionais do Brasil"[648]. A revista publicou as posições oficiais e discordantes a respeito do tema e divulgou o texto do Acordo sobre garantias de investimentos entre os Estados Unidos e o Brasil (de 1965), os pareceres das comissões da Câmara dos Deputados que se pronunciaram a respeito do Acordo e os discursos dos Deputados que tiveram ativa participação nos debates em plenário. Além disso, foram analisadas as questões jurídicas entre os dois países e o impacto dos investimentos estrangeiros sobre a economia nacional[649].

5.2. Integração nas Américas

Ao discutir as questões relativas à integração do Brasil nas Américas, a *RBPI* procurou tratá-las sempre numa perspectiva político-diplomática, inclusive os temas econômicos. Esta,

[648] "Acordos de garantias de investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos I". (1966) **Revista Brasileira de Política Internacional,** 8 (33-34), p.4.
[649] "Acordos de garantias de investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos II". (1966) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 8 (35-36), p. 6.

talvez, tenha sido uma marca singular da revista. Sobre assuntos relacionados à integração continental, encontramos, no total, 66 artigos, 32 documentos, 8 resenhas/resumo e 2 referências bibliográficas. No período de 1958-1963 temos o seguinte panorama: 24 artigos, 8 documentos e 02 resenhas. De 1964-1985: 26 artigos, 16 documentos, 6 resenhas/resumo, 2 resenha bibliográfica. E, por fim 1985 a 1992 : 16 artigos e 8 documentos.

Ao longo do período estudado, os temas de desenvolvimento multilateral nas Américas pautaram consecutivos números da *RBPI* e retrataram as debates e reflexões considerados mais importantes para os países latino-americanos, em especial, sobre o comércio regional.

No que se refere à integração, destacam-se artigos sobre: política de comércio exterior e desenvolvimento econômico; papel das multinacionais e do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento das economias; cooperação econômica entre Brasil e Argentina; organizações internacionais e o processo de construção de uma ordem internacional; a busca pelo desenvolvimento do sistema econômico internacional; instrumentos de cooperação econômica internacional; instrumentos de estímulo à transferência de tecnologia, entre outros.

As balizas cronológicas de nossa pesquisa (1958-1992) correspondem, em grande medida, ao período da Guerra Fria (1947-1989)[650], com a constituição do sistema bipolar, a divisão do mundo entre os blocos capitalista (liderado pelos EUA) e o socialista (comandado pela URSS). O Muro de Berlim (1961-1989) foi o principal símbolo deste período, materializando a divisão da Europa. Já a sua queda significou o encerramento deste ciclo, com o desmonte do bloco soviético e a reunificação alemã.

Os quarenta e três anos de Guerra Fria constituíram um período particular na história

[650] O síntese que segue foi produzido especialmente a partir da leitura de: ARBEX JR., J. (2005) **Guerra Fria**. São Paulo: Moderna; FARIA, R. M. (2003) **Da Guerra Fria a Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Contexto; LIMA, M. C. (org.). 2008 **Dinâmica do capitalismo pós Guerra Fria**. São Paulo: Unesp e RODEGHERO, S. (2007). **Capítulos da Guerra Fria**. Porto Alegre: UFRGS.

mundial, pois desde o lançamento da Doutrina Trumam (1947), houve a conformação do sistema bipolar, com a divisão do mundo em áreas de influência controladas pelos EUA e a URSS. Estas potências, que haviam sido aliadas durante a Segunda Guerra, tinham diferentes posturas ideológicas e interesses geopolíticos conflitantes, que resultaram em estratégias antagônicas na disputa pela hegemonia mundial. Embora o sistema bipolar tenha gerado muitas tensões e guerras (como as Guerras da Coréia e do Vietnã), coincidiu com um longo período de "paz e estabilidade", baseado no equilíbrio do terror, materializado na capacidade de aniquilação planetária com a ameaça permanente do confronto nuclear.

No final da década de 1940 e início da década de 1950, formaram-se também dois blocos militares, cujo objetivo proclamado era o de defender os interesses bélicos das nações aliadas: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que surgiu em abril de 1949, liderada pelos Estados Unidos e o Pacto de Varsóvia (1955), comandado pela União Soviética. Ademais, no campo econômico, foi criado o Plano Marshall (1949-1951), financiamento norte-americano para a reconstrução da Europa Ocidental e o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON - 1949), financiado pela URSS para fomentar a economia dos países socialistas.

No pós-guerra os EUA alcançaram grande prosperidade, graças, sobretudo, à política econômica do "*Fair Deal*", que buscava eliminar os problemas internos de desemprego e converter a indústria bélica para a produção de bens de consumo. Ao mesmo tempo, o Plano Marshall reincluiu os mercados europeus na pauta de exportações norte-americana, acelerando o crescimento econômico daquele país. O presidente Truman (1945-1953) foi o responsável pela aplicação desses dois planos de governo, que consolidaram a posição dos EUA como líderes do mundo capitalista e protetores dos "Estados livres". O princípio básico era o de que a ajuda econômica se converteria numa política de bloqueio à expansão do comunismo.

Neste contexto, os EUA adotaram medidas destinadas a preservar seus interesses econômicos, geopolíticos e militares na América Latina, como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)[651], firmado em 1947. Por ele, qualquer ataque armado contra um país do continente seria tratado como um ataque conta todos os Estados Americanos. O principal instrumento estadunidense nessa empreitada foi a Organização dos Estados Americanos (1948), cujo princípio básico era "manter a segurança no continente". Assim, para "garantir a ordem na região", os EUA passaram a equipar e treinar as Forças Armadas locais. A aplicação dessas diretrizes aumentou a eficiência das Forças Armadas e a sua intromissão na vida política da América Latina, o que levou muitos setores militares, articulados a grupos civis conservadores, a promovessem golpes de Estado.

Esse processo ocorreu com a conivência e incentivo das classes dominantes latino-americanas, que aceitaram o predomínio das empresas estrangeiras para retomar o crescimento econômico no pós-guerra e abrir o caminho para a superação do subdesenvolvimento. Assim, a partir da década de 1950, houve uma entrada maciça de multinacionais na região, estimulada especialmente pelos incentivos fiscais e a mão de obra abundante e barata. Posteriormente, quase todas as ditaduras abriram a economia ao capital estrangeiro e este modelo de desenvolvimento resultou em uma maior concentração de renda e diminuição dos salários dos trabalhadores.

Durante os dois mandatos do presidente Einsenhower (1953-1961), no plano externo, houve uma mudança na posição dos EUA de acordo com a evolução dos problemas internacionais do período. Com o fim da Guerra da Coréia (1950-1953), a política norte-americana orientou-se no sentido de firmar acordos militares com a Organização do Tratado Sudeste Asiático (OTASE) e no Oriente Médio (Pacto de Bagdá) visando fortalecer os

[651] Publicações sobre o TIAR na *RBPI*: GUERREIRO, E. S. **Conceito e Funcionamento dos Organismos Internacionais, Mundiais e Regionais**, *27 (*65-68), JAGUARIBE, H. **Reflexões Sobre o Atlântico Sul.** 25 (97-100), 1974; 1982; ALEIXO, J. C. P. **O Brasil e a América Central**. 26 (101-104), 1983, p. 21., JAGUARIBE, H. **A Integração Argentina Brasil.** 30 (117-118), 1987, p. 39-58.

governos aliados.

Em 1958 o vice de Eisenhower, Richard Nixon, propôs a Kubitscheck a criação da "Operação Pan-Americana", argumentando que esta se configurava com um vasto programa de cooperação econômica interamericana que o presidente brasileiro poderia apresentar aos demais países latino-americano como um mecanismo de promoção do desenvolvimento da região. A OPA é considerada a proposta inaugural da política externa brasileira, com feição fortemente multilateralista. Contudo, embora não tenha obtido o êxito esperado, abriu caminho para outros empreendimentos de caráter político ou econômico, como a iniciativa da "Aliança para o Progresso" dos EUA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Sobre a OPA a *RBPI* publicou os seguintes artigos, documentos e resenhas: "Significado da Operação Pan-Americana" de João Carlos Muniz [652]; "OPA, primeiro ano de discussões e negociações" de Barreto Leite Filho; "Operação Pan-Americana"[653], "Operação Pan-Americana: antecedentes e perspectivas" de Celso A. de Souza e Silva[654]; "Operação Pan-Americana: uma política a formular" de Garrido Torres [655], "Operação Pan-Americana"[656], "Operação Pan-Americana: Comissão dos 21"[657], "Operação Pan-Americana: o catalizador oculto?" de T. Graydon Upton.

Já a respeito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Cleantho de Paiva Leite, no artigo intitulado "Banco Interamericano de Desenvolvimento", de 1959, discute os antecedentes da criação do BID, mostrando que as negociações haviam sido bastante complexas. O BID foi muito debatido nas páginas da revista, em seus diferentes aspectos e articulações. Algumas análises afirmavam que a América Latina ganharia, a partir da operacionalização do BID, experiência no campo das finanças internacionais. Porém, esse entusiasmo não se

[652] **Revista Brasileira de Política Internacional** (1959) 2 (5).
[653] **Revista Brasileira de Política Internacional** (1959) 2 (5).
[654] **Revista Brasileira de Política Internacional** (1960) 3 (9).
[655] **Revista Brasileira de Política Internacional** (1960) 3 (10).
[656] **Revista Brasileira de Política Internacional**. (1960) 3 (11).
[657] LEITE, C. P. "Banco Interamericano de Desenvolvimento". (1959) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 3 (12), 26-32.

refletiu com a intensidade desejada em mudanças substanciais no panorama socioeconômico dos países latino-americanos. No trecho abaixo, Leite faz um bosquejo histórico para mostrar o desenvolvimento da ideia de criação do BID, que segundo o autor passou por quatro fases:

> Costuma-se fazer remontar à Primeira conferências Americana (Washington, 1899-1890) a data do nascimento da ideia de criação do Banco Interamericano. É verdade que, naquela ocasião, os Governos dos países americanos se manifestaram coletivamente em favor do estabelecimento de uma instituição financeira de âmbito continental. Se compararmos, porém, os motivos que levaram os países americanos àquele pronunciamento e os objetivos que então formularam para a instituição com as razões que levaram a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (e as finalidades que lhe foram atribuídas) verificaremos que a instituição que agora se estabelece poucos pontos tem de contacto com aquele Banco que então se tentava criar. Na verdade, nada ilustra melhor o gradativo acordar dos povos americanos para a sua realidade econômica do que a evolução da idéia da constituição de um organismo financeiro destinado a operar nos países do continente. Podemos em linhas gerais distinguir quatro fases na evolução dessa idéia. A primeira vai desde a Conferência Interamericana de 1899-1890 até a Conferência de Montevidéu (1933). As duas resoluções aprovadas sobre o assunto nas Conferências de Washington e do México não foram cumpridas e nada de concreto se registrou nesta primeira fase. Na segunda fase, da Conferência de Montevidéu (1933) ate à Conferência de Lima (1938) (...) a idéia do Banco Interamericano sofreu uma evolução substancial. De simples instituição de crédito mercantil, o Banco passou a significar a esperança de um instrumento eficaz de regulação do crédito e das moedas, uma espécie de Banco Central que evitasse a repetição da crise de 1929 e dos seus efeitos na economia do Continente. Na terceira fase, que vai até 1957, foi se acentuando a idéia de um órgão de financiamento do desenvolvimento econômico. sobretudo a partir da criação da CEPAL. Os dois documentos mais importantes dessa fase são o relatório do Grupo de Técnicos “A cooperação económica internacional" (Santiago, agosto de 1954) que propunha a criação de um Fundo Interamericano de 250 milhões de dólares com acréscimos anuais de 50 milhões e o anteprojeto de Estatuto de um Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico (junho de 1955), conhecido como “projeto de Santiago”, que foi submetido posteriormente à Conferência Económica de Buenos Aires e ali rejeitado em conseqüência da atitude negativa da delegação norte-americana. O período mais intenso dessa terceira fase é certamente o que decorreu entre a X Conferéncia lnteramericana de Caracas (1954) e a Conferência Económica de Buenos Aires (julho de 1957). A idéia de uma instituição financeira interamericana foi progressivamente conquistando adeptos, entre os quais se destacava, pela persistência das suas intervenções, o Governo do Chile. A posição do Governo brasileiro nesse período era de excessiva cautela e de frio realismo. Embora, teoricamente, alguns círculos governamentais tivessem simpatias pela idéia (exceção feita da gestão do Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, em 1955) os representantes do Brasil nas conferências interamericanas manifestaram o ponto de vista de que era impraticável a idéia de um Banco, desde que contra ela se expressava, com regularidade, a delegação do maior acionista futuro do Banco: os Estados Unidos. E essa atitude brasileira era

> adotada mesmo enfrentando o risco de causar um certo descontentamento entre os demais países latino-americanos partidários da criação do banco regional. A quarta fase é dominada pela Operação Pan-Americana, que foi lançada com o propósito declarado de dinamizar o pan-americanismo, no sentido de atribuir-lhe um papel histórico na solução do problema do desenvolvimento. É claro que não existem soluções mágicas para o desenvolvimento econômico da América Latina. Seria pueril esperar-se que um movimento da amplitude da Operação Pan-Americana pudesse refletir-se em resultados revolucionários no espaço de dois meses. Como bem definido pelo próprio Governo brasileiro. A "Operação Pan-Americana não é uma ação delimitada no tempo, com objetivos a serem atingidos a prazo curto, mas uma reorientação da política continental"; não é, assim. "um simples programa. mas toda uma politica". Como passo inicial nessa reorientação da política continental, sugeriu o Governo brasileiro em julho de 1958 fosse estudada uma série de medidas tendentes ao desenvolvimento económico latino-americano, no pressuposto de que qualquer esperança de revitalização no pan-americanismo e maior participação da América Latina na defesa do mundo ocidental seria vã se não se apoiasse no fortalecimento económico continental e na elevação do nível de vida das populações latino-americanas. Entre essas medidas estava o "aumento do volume e facilitação das condições de empréstimos das entidades internacionais de crédito ou criação, no plano interamericano, de órgãos de financiamento, visando ao mesmo objetivo".

Desde a década de 1940, os países latino-americanos buscavam uma cooperação econômica interamericana contando com a ideia de que os EUA pudessem implementar na região um plano similar ao "Plano Marshall". Porém, o plano dos EUA era abrir o mercado latino-americano ao capital privado. O debate sobre etse tema perdurou por aproximadamente uma década, até o advento da "Carta Econômica Americana", em Buenos Aires, em 1967, cujas propostas apontavam, por exemplo, para o aumento das atividades de cooperação econômica no domínio da OEA. A esse respeito, Hermes Lima, já no primeiro número da *RBPI*, afirmava no artigo "A Conferência Económica da Organização dos Estados Americanos":

> Acontece, entretanto, que, em maior ou menor grau, esses países, meio ou subdesenvolvidos do nosso Continente, e que formam a América Latina, se acham num processo de desenvolvimento, que pede ajuda e colaboração, seja no plano técnico, seja no plano financeiro. Em todos eles, uma consciência política do próprio desenvolvimento se estabeleceu, no sentido de que todos eles estão advertidos da natureza dos problemas fundamentais, que têm a resolver, para que possam progredir, É a esta consciência política do desenvolvimento que cabe a denominação de nacionalismo[658].

[658] LIMA, H. (1958) "A Conferência Económica da Organização Dos Estados Americanos". **Revista Brasileira**

Em 1960, a *RBPI* publicou o tratado constitutivo e os documentos mais importantes do processo negociador que resultou na criação da ALALC. Essa cobertura se intensificaria bastante nos anos seguintes, com a presença de vários diplomatas que tinham servido junto à ALALC, como o próprio Diretor Henrique Valle.

No artigo **"**O Brasil e a ALALC", Henrique Valle, diretor do IBRI afirma que a América Latina caminha a passos firmes para a formação de uma área de livre comércio, que abriria as perspectivas de comércio para algumas produções já existentes, mas que ainda não haviam ultrapassado as fronteiras dos países. Por isso, Valle sustenta em seu artigo a importância de que a América Latina pudesse ampliar esse processo de integração:

> (...) acreditamos que a Associação Latino-Americana de Livre Comércio não pode nem há de ser, única e exclusivamente, uma associação latino-americana de livre comércio. Ao contrário, a importância que atribuímos à ALALC se deverá medir pela capacidade que ela demonstre de servir a objetivos mais amplos de desenvolvimento económico, de progresso social e de integração continental. De todos os instrumentos de que já dispomos para alcançar aquelas altas finalidades, pensamos que a ALALC poderá vir a ser o mais útil e o mais hábil, isto é, o instrumento por excelência da integração latino-americana.[659]

Valle desenvolve sua análise sobre a ALALC em número posterior da *RBPI* no artigo denominado "ALALC: realizações e perspectivas". Faz um apanhado sobre o processo de integração econômica e aponta os passos que seriam necessários, depois da eliminação das barreiras aduaneiras e administrativas, para superar as disparidades do desenvolvimento econômico:

> Partindo de uma definição simplista, poderíamos talvez caracterizar a integração económica como um objetivo final do desenvolvimento económico, a ser conseguido através da fusão total de dois ou mais mercados, com vistas à formação de novo território económico de âmbito multinacional, com eliminação total das barreiras aduaneiras e administrativas, conjugação de políticas económicas e sociais e medidas uniformes de proteção em relação aos demais países. Obviamente, na

---

de Política Internacional 1 (1), p. 111. A OEA foi assunto também do artigo de Antônio Augusto Cansado Trindade, em "A evolução das competências dos órgãos políticos internacionais: ONU e OEA", o autor discutiu os poderes atribuídos aos órgãos multilaterais, as suas vantagens e limitações. TRINDAE, A. A.C. (1985) "A evolução das competências dos órgãos políticos internacionais: ONU e OEA**". Revista Brasileira de Política Internacional**, 28 (119-110), p. 121-144.

[659] VALLE, H. (1963) "O Brasil e a ALALC". **Revista Brasileira de Política Internacional**. 6 (21), p. 5

> medida em que são derrubadas as barreiras existentes entre dois ou mais mercados, amplia-se o comércio recíproco, dentro de um critério gradualmente seletivo, estimula-se a produção que passará a níveis sucessivamente mais altos, aumenta-se a produtividade e eleva-se portanto o padrão de vida das populações deste novo território. Para atingir esse estágio é necessário trilhar um longo caminho de entendimentos e acertos de estruturas de produção, através de sistemas que diferem de intensidade: Zona de Livre Comércio, União Aduaneira, Mercado Comum. O primeiro, a Zona de Livre Comércio, é, sem dúvida, o instrumento básico mais simples, uma vez que objetiva, em princípio, apenas criar um mecanismo de preferência comercial, pela redução ou eliminação dos direitos aduaneiros e gravames equivalentes. Pode evoluir para as outras duas formas mais avançadas, até a total integração. Foi esse o caminho escolhido por alguns países da América Latina, ao firmarem, em 18 de fevereiro de 1960, o Tratado de Montevideo, que instituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, da qual fazem parte, além do Brasil, mais oito países: Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai. (...) A disparidade existente, em cada país da ALALC, quer na estrutura, quer na incidência dos gravames, constitui um obstáculo no caminho que temos de percorrer para alcançar a formação do futuro mercado comum. (...) A integração económica regional exige, igualmente, uma maior coordenação entre as políticas e programas de desenvolvimento de cada uma das Partes Contratantes. O estabelecimento de programações nacionais sem a visão do conjunto zonal, ocasionaria o aparecimento de economias competitivas dentro da Zona de Livre Comércio, enfraquecendo os objetivos a que se propõem os signatários do Tratado de Montevideo. [660]

O presidente Kennedy (1961-1963) substituiu Eisenhower e orientou sua política externa, conhecida como "Nova Fronteira", no sentido de conter a URSS através do aumento do potencial militar norte-americano e do fortalecimento dos laços com os países aliados. Um exemplo paradigmático dessa estratégia foi a "Aliança para o Progresso" (1961), criada para os países da América Latina, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região mediante a colaboração financeira e técnica dos EUA, também considerada parte da política de "boa vizinhança".

A "Aliança para o Progresso" procurava, ainda, impedir a expansão de movimentos progressistas e/ou revolucionários nos países da região, em especial depois de Revolução Cubana (1959). No entanto, a maior parte dos fundos previstos por este programa foram transformados em empréstimos condicionados à compra de bens e serviços norte-americanos, o que ampliou a dívida externa dos países latino-americanos e a dependência destes em

[660] VALLE, H. (1963) "ALALC realizações e perspectivas". **Revista Brasileira de Política Internacional,** (23), p. 4-3-414; 427.

relação aos EUA.

Por isso mesmo, os norte-americanos opunham-se aos processos autônomos de integração latino-americanos procurando fortalecer o pan-americanismo sob sua própria liderança. Vale destacar que já na Primeira Conferência Pan-Americana de Washington, de 1889-1990, os EUA propuseram criar uma comunidade comercial que englobasse todos os países da América, configurando uma união aduaneira. Essa proposta não vingou, mas possibilitou o gradual fortalecimento da liderança dos EUA.

Mais recentemente, como alternativa ao pan-americanismo, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL - 1948)[661], promovida pela ONU com o intuito de estudar os problemas regionais e propor soluções para eles, deu um vigoroso impulso à integração latino-americana. A CEPAL teve como principais expoentes o argentino Raúl Prebisch e o brasileiro Celso Furtado, entre outros, que incentivaram fortemente a formulação de um pensamento econômico latino-americano. A proposta da CEPAL era a criação de projeto integrando o comércio regional que assegurasse a industrialização e o desenvolvimento econômico; dessa forma, propunha-se a criação de um mercado regional. Nessa direção, para que os mercados mais frágeis se fortalecessem era necessária a integração com os mercados de outros países. Assim, os países com uma economia mais estável poderiam avançar por eles mesmos no processo de industrialização no que tangia à indústria leve e de bens de consumo e o processo de integração contribuiria para desenvolver a indústria pesada.

Já em 1975, no México, foi proposta a criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), que não era propriamente um bloco econômico, mas visava a formação deste na região, por meio de ações organizadas entre os governos latino-americanos. O artigo "O SELA e a cooperação entre os países latino-americanos", de João Paulo de

[661] Publicações na Revista Brasileira de Relações Internacionais que tratam sobre a CEPAL: Conferência Económica de Buenos Aires, Discurso do Ministro José Maria Alkmim, (1) 1958, p. 111-119; TÔRRES, J. G**. Porque um mercado regional latino-americano?** 1(2), 1958, p. 82-83. **Operação Pan-Americana**, resenha, 1 (4) 1958 e PINTO, L. B. **Apolítica Exterior do Brasil na América Latina.** 2 (8), 1959, p. 49-53. IX Período de Sessões Plenárias da CEPAL, Resenha, 4, (15), 1961, p. 127-139.

Almeida Magalhães, faz uma análise dos tipos de desenvolvimento perseguidos historicamente pela América Latina:

> O Modelo de Integrações Regionais, começando-se pelos sistemas de integração econômica experimentados na América Latina, pode-se afirmar que sua eficácia, na totalidade prática dos casos, ficou muito aquém das expectativas. Não entrarei, a respeito, em análises quantitativas que iriam muito além dos limites do presente estudo. O recente documento do BID "Progresso Sócio-Econômico da América Latina" examina os sistemas de integração em termos de três dos mecanismos básicos: integração de mercados, cooperação monetária e financeira e integração do setor industrial. Ele não deixa qualquer dúvida de que os resultados até agora obtidos foram bastante limitados. A resposta à primeira pergunta é, portanto, negativa. (...) acredito que duas causas gerais possam ser privilegiadas, uma de caráter económico e outra de natureza política. A causa económica diz respeito substancialmente à ALALC. Esse organismo pecou pela sua abrangência, ou seja, incluiu numa mesma tentativa de integração países de diferentes dimensões económicas e em estágios diversos de desenvolvimento [a causa política] têm sido condicionadas por interpretações e posicionamentos doutrinários que, por radicalismo ideológico ou tendenciosidade, acabam por prejudicar a superação dos verdadeiros entraves ao desenvolvimento econômico e à modernização das sociedades[662].

Já o governo Carter (1977-1981), caracterizou-se pela recessão econômica agravada após a Crise do Petróleo (1973) e pela política externa baseada na defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, Carter suspendeu a ajuda às ditaduras militares da América Latina, renegociou os acordos sobre o Canal do Panamá, promoveu a aproximação entre Egito e Israel e reabriu o diálogo com Cuba.

No contexto da América Latina, criou-se, em 1980, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), por meio de um novo Tratado de Montevidéu, em substituição à ALALC. A ALADI foi uma iniciativa para recuperar os projetos integracionistas da região, enfatizando-se o propósito de criar um mercado comum que atendesse ao estabelecimento de zonas de preferências tarifárias. Além disso, acentuou a margem dos Estados-Membros para estabelecerem acordos bilaterais de complementação econômica.

---

[662] **Revista Brasileira de Política Internacional**. (1959) 28 (111-112), p. 9; 18.

Cabe enfatizar que a *RBPI* publicou, em diversas ocasiões, além de artigos, compêndios de textos e declarações oficiais produzidos pela diplomacia brasileira e também documentos produzidos nas mais importantes reuniões internacionais das quais o Brasil participou, como por exemplo, nos passos iniciais do GATT e de organizações econômicas regionais como a CEPAL, ALALC e MERCOSUL, entre outros.

O economista José Garrido Torres - importante figura brasileira que tomou parte nas negociações para a criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) publicou um artigo cujo título é "Por que um Mercado Regional Latino- Americano?"[663], onde traça um extenso panorama do processo de integração regional:

> A aspiração pelo congraçamento dos povos americanos tem sido uma constante na história do continente, especialmente no que concerne à América Latina (...) As dificuldades encontradas para obter dos Estados Unidos o tipo e o grau de cooperação compatíveis com as necessidades de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, em flagrante contraste com sua atitude em relação à Europa, atitude que se poderá repetir no tocante à África e à Ásia pelos interesses políticos em jogo, e o amadurecimento da convicção de que seria utópico e mesmo inconveniente qualquer esquema de integração com aquele mercado, pelo menos enquanto durar o grande descompasso econômico já mencionado, são fatores que têm contribuído para dar aos países da América Latina a consciência de que devem examinar seriamente as possibilidades de mais íntima articulação entre si. Esta orientação reflete o pensamento de que suas insuficiências, quando consideradas isoladamente, poderiam ser corrigidas pela conjugação de recursos em função de mercados mais amplos (...) Com efeito, a motivação de um possível mercado comum regional não se encontra exclusivamente na atividade industrial per se. É lógico admitir-se que a solução é igualmente boa para todos os tipos de atividade econômica e que, por ser fundamental, transcenderá até do nível meramente econômico para refletir-se nos planos social e politico. Na medida em que as perturbações e inquietações sociais e políticas das diferentes comunidades nacionais tenham raízes nas respectivas realidades econômicas - e não há quem, em sã consciência, o ponha em dúvida -, lícito é supor-se que, uma vez adequadamente atendidas, estas melhorem os padrões de vida das populações e se estabilizem as instituições políticas .[664]

O presidente Carter foi substituído por Reagan (1981-1989), que colocou em prática uma política conservadora neoliberal caracterizada por cortes nos gastos públicos, diminuição

---

[663] TÔRRES, J. G**.** (1958) "Porque um mercado regional latino-americano?"**. Revista Brasileira de Política Internacional** 1(2), p. 74-121.
[664] **Revista Brasileira de Política Internacional** 1958) 1 (2), p . 74; 77 e 79.

dos impostos e liberação das importações. A princípio, essa orientação econômica gerou euforia na sociedade norte-americana, mas no segundo mandato de Reagan (1987), a violenta queda na bolsa de valores de Nova York demonstrou que a economia estava enfraquecida, com um grande déficit orçamentário e uma balança de comércio desequilibrada que teve como consequência drástica a chamada "segunda-feira negra".

No terreno latino-americano formou-se, em 1983, o Grupo de Apoio a Contadora de ordem política, que contou com o México, Venezuela e Panamá, posteriormente, em 1985, aderiram ao Grupo Brasil, Argentina, Uruguai e Peru. O objetivo desse Grupo era colaborar para a pacificação dos países da América Central que estavam envolvidos em guerra civil. Além disso, tinha o propósito de fortalecer ações conjuntas na América Latina. Em 1986, esse Grupo passou a ser denominado como Grupo do Rio e seus objetivos foram alargados para incluir o aprofundamento do processo de integração econômica.

Sobre as várias tentativas de integração da América Latina, Rômulo Almeida, em "Reflexão Sobre a Integração Latino-Americana", afirma que a integração caminha com fragilidade e que a razão para isso é predominantemente política:

> Por que a distância entre o discurso e a prática? Será que não corresponde a integração aos reais interesses nacionais? Será que a experiência concreta da integração se revelou um fracasso desalentador? Será preciso um choque externo, como na Europa? Ou será que não atinamos para uma estratégia eficiente no sentido de contornar resistências internas nos vários países? A liberação comercial é condição de uma real integração? É preciso, porém, criar condições que viabilizem politicamente a liberação e a tornem igualmente vantajosa para todos os participantes. Viabilizar a liberação significa fundar o processo de integração num consenso firme em torno de regras de aplicação automática[665].

A constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), um bloco econômico formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai tornou-se realidade a partir da assinatura do Tratado de Assunção, em 1991. O eixo central da integração foi a aproximação estratégica entre o Brasil e a Argentina. Vale lembrar que Brasil apoiou a Argentina no conflito com as

[665] ALMEIDA, R. (1987) "Reflexão Sobre A Integração Latino-Americana". **Revista Brasileira de Política Internacional** 30 (117-118), p. 9-26.

Malvinas e os EUA deram apoio a Inglaterra, desrespeitando, desse modo, as obrigações previstas no TIAR. Foi nessa conjuntura que o Brasil e a Argentina decidiram incrementar seus processo de cooperação econômica subregional que culminaria na constituição do MERCOSUL. O objetivo do bloco sempre foi o de constituir um mercado comum, porém os governos preferiram realizar esse processo em etapas, criando primeiro uma área de Livre Comércio e, a seguir, uma União Aduaneira (o que aconteceu em 1995).

Hélio Jaguaribe tratou da questão do fortalecimento da integração bilateral Brasil-Argentina em dois artigos que se complementam: "Reflexões Sobre o Atlântico Sul" e "A Integração Argentina Brasil". No segundo, Jaguaribe afirma que, para o êxito dessa integração, é necessário que o Brasil e a Argentina melhorarem sua atuação internacional e o seu sistema de defesa:

> A integração argentino-brasileira, (...) importa, imediatamente, em significativa redução da vulnerabilidade internacional de ambos os países. Estabelecendo condições que prontamente elevam sua taxa de autosuficiência e de autonomia e que, no curso de tempo, tenderão a elevá-las ainda mais, a integração aumenta, significativamente, a capacidade de negociação internacional de ambos. Tal corcunstância confere um novo significado á conjunta atuação internacional dos dois países, tanto no plano regional como no mundial. Essa atuação se tornará particularmente relevante para sustar e reverter as tendências negativas, a que se fez anterior referência, que presentemente afetam a América Latina. Essa atuação poderá conduzir, igualmente, a uma relevante contribuição para a paz mundial e será decisiva para preservar o Atlântico Sul como área desnuclearizada de paz[666].

Ainda, sobre o processo de integração entre o Brasil e a Argentina a RBPI publicou dois números temáticos intitulados: "Relação entre o Brasil e a Argentina na Década de 80" (1987); e "Brasil-Argentina"(1981). Esses números trouxeram uma análise densa dos principais temas emergentes para a consolidação do mercado comum e uma vasta análise da história das relações entre os dois países, especialmente do século XIX e da primeira metade

[666] JAGUARIBE, H. (1982) "Reflexões Sobre o Atlântico Sul". **Revista Brasileira de Política Internacional** 25 (97-100), 1974; ALEIXO, J. C. P. (1983) "O Brasil e a América Central". **Revista Brasileira de Política Internacional** 26 (101-104), p. 21 e JAGUARIBE, H. (1987) "A Integração Argentina Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional** 30 (117-118), 1987, p. 45.

do século XX. Destacaram também a relação de conflito e cooperação entre os dois países, principalmente depois da II Guerra Mundial, bem como analisaram as nossas bases culturais comuns. Além disso, trataram dos pressupostos relacionados à integração, tais como: o papel desempenhado pelo Brasil e pela Argentina no mundo e a abrangência da reunião de interesses convergentes entre os dois países, as dificuldades e vantagens da cooperação industrial e as vantagens da cooperação na produção de alimentos e da cooperação tecnológica.[667]

Na gestão de Bush (1989-1992), o governo dos EUA deu sequência às medidas para sanear a economia norte-americana e continuou o diálogo com a URSS. Contudo, enfrentou conflitos internacionais graves como, por exemplo, a invasão do Panamá (1989) para depor o general Manuel Noriega, acusado pelos EUA de envolvimento no tráfico internacional de drogas e a Guerra do Golfo (1990-1991).

Destaca-se também neste período da Guerra Fria o processo de descolonização de inúmeros países da África e da Ásia, que resultou na independência de praticamente todas as antigas colônias europeias que passaram a ser representadas na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal processo ampliou consideravelmente o sistema internacional, embora este continuasse baseado em uma hierarquia tradicional de poder econômico pois havia uma grande dependência tecnológica e financeira que subordinou por muitas décadas as nações latino-americanas, asiáticas e africanas às potências industriais.

O movimento de descolonização afro-asiático deu origem a um grande número de países que formaram o bloco do "Terceiro Mundo" a partir da Conferência de Bandung (Indonésia – 1955), quando os novos Estados independentes se articularam e lançaram um documento de dez pontos (Carta de Bandung) orientados pelas reivindicações de autodeterminação nacional e pela crítica ao colonialismo e ao racismo.

---

[667]"Brasil-Argentina". (1981) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 24 (93-96).

A partir da reunião de Bandung, os líderes da Iugoslávia (Tito), do Egito (Nasser) e da Índia (Nehru) passaram a organizar a criação de um movimento de Estados desvinculados dos blocos geopolíticos da Guerra Fria. Posteriormente, uma conferência realizada em Belgrado, na Iugoslávia (1961) originou o "Movimento dos Países Não-Alinhados", que rejeitavam o conflito Leste-Oeste, destacando a pobreza dos novos países independentes e a necessidade de revisão das relações Norte-Sul. Assim, afirmavam a existência de um "Terceiro Mundo", contraposto tanto ao "Primeiro Mundo" capitalista quanto ao "Segundo Mundo" socialista.

No plano geopolítico, o "terceiro-mundismo" representou uma estratégia de intervenção de Estados e partidos políticos que procuravam operar num espaço distinto do comunismo oficial da URSS. Já na América Latina, a Revolução Cubana (1959) e a formação de agrupamentos guerrilheiros em torno da liderança de Fidel Castro e Che Guevara, disseminou o discurso terceiro-mundista e a ideia de um processo revolucionário baseado nas populações rurais.

No último século, é importante destacar que a história dos países da região foi marcada pela hegemonia norte-americana, que passou a instalar , além da bases militares em vários deles, no próprio território dos países dependentes filiais de suas indústrias que remetiam grandes lucros às matrizes. Esse processo ocorreu com a conivência e incentivo das classes dominantes latino-americanas, que aceitaram o predomínio das empresas estrangeiras para retomar o crescimento econômico no pós-guerra e abrir o caminho para a superação do subdesenvolvimento. Assim, a partir da década de 1950, houve uma entrada maciça de multinacionais na região, estimulada especialmente pelos incentivos fiscais e a mão de obra abundante e barata.

Em alguns países, como o Brasil, houve uma modernização econômica, mas as concessões feitas às multinacionais, o endividamento externo e a alta inflação, geraram o

esgotamento desse modelo e provocaram uma forte crise no final dos anos setenta, quando diferentes setores sociais passaram a exigir a restauração da democracia, que na maior parte dos países, ocorreu na década de 1980. Contudo, mesmo com o fim das ditaduras, a América Latina não conseguiu superar o grave problema da dependência externa, pois os pagamentos das dívidas contraídas com os bancos internacionais retiraram enormes recursos do continente, em especial com a adoção do neoliberalismo a partir da década de 1990.

O marco fundacional do neoliberalismo na América Latina, foi as "10 teses do Consenso de Washington" (1989), elaboradas formalmente pelo Instituto Internacional de Economia (IIE), presidido por John Williamson, com a colaboração de um grupo de acadêmicos e executivos do governo e das empresas transnacionais estadunidenses, além de ter tido participação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BIRD) e de grandes grupos financeiros.

Embora este Consenso buscasse analisar o panorama econômico mundial e propor alternativas para enfrentar as dificuldades econômicas do mundo como um todo, era na prática destinada aos países subdesenvolvidos. Um de seus objetivos estratégicos era o de criar um bloco econômico dominado pelos EUA no continente americano. Inicialmente chamada pelo presidente Bush de "Iniciativa para as Américas" (1991), este proposta recebeu depois o nome de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA - 1994). Cabe lembrar que a proposta da ALCA foi vigorosamente debatida na região e esta não prosperou devido à resistência da maioria dos países latino-americanos.

5.2.1 Integração Nacional e Segurança Estratégica:

A questão da integração nacional, nas páginas da *RBPI*, sempre esteve vinculadas às questões de segurança estratégica, como parte essencial da política externa.

Sobre esses dois temas interligados, na revista apresentam-se: de 1958-1963 22 artigos, e 5

documentos;. de 1964-1985, 58 artigos e 56 documentos; de 1985 a 1992 , 11 artigos e 5 documentos.

Nota-se que nos anos de 1964-1985 temos a presença na *RBPI* de mais publicações desses temas, com especial atenção à reprodução integral de documentos. A grande maioria desses documentos diz respeito aos resultados de Conferências de integração que foram realizadas no período.

Diante da importância das questões que gravitavam em torno da 'segurança nacional', a RBPI lançou 7 números temáticos diretamente relacionados à segurança nacional*:* "Encampação das concessionárias estrangeiras I"(1965); "Encampação das concessionárias estrangeiras II"(1965); Política Nuclear Brasileira" (1967); "Amazônia" (1968); "Bacia do Prata" (1969); "Direito do Mar"(1969); e "A crise energética Mundial" (1979).

Um dos assuntos mais debatidos foi a Amazônia, que voltaria a ser objeto de preocupação da revista em outros momentos, sobretudo em 1968, quando se dedica um número especial à região. Outros problemas específicos relacionados ao meio ambiente também receberam atenção especial, particularmente aqueles que possuem uma vinculação óbvia com possíveis dificuldades para o desenvolvimento econômico do Brasil, tais como o direito de exploração da plataforma marítima, o desenvolvimento de fontes alternativas de energia ou os critérios de navegação no Prata.

O número temático dedicado à "Amazônia" abordou os interesses despertados na década de 1960 por essa região sul-americana, focalizando temas caros à defesa da segurança nacional e à integração nacional brasileira.

Primeiro tratou-se do chamado "problema da Amazônia", gerado pelas independências da Guiana e do Suriname (que tinham projetos de integração nas suas "regiões amazônicas" limítrofes). Em seguida, discorreu-se sobre a política promovida pelo governo brasileiro para promover a ocupação física e demográfica das zonas despovoadas do Amazonas e, por último, dos aspectos internacionais relacionados à Bacia Amazônica.[668]

[668] "Amazônia" (1968) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 11 (41-42), p.6.

Além disso, este número da *RBPI* analisou 2 temas específicos que foram objeto de controvérsias com relação aos relatórios do Instituto Hudson: a proposta de inundação de amplas áreas da Amazônia e a compra de grandes propriedades por estrangeiros em Goiás, na Bania e no Maranhão. A revista publicou também a tradução dos relatórios do Instituto Hudson, as conferências a favor e contra as propostas do Instituto e o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Brasil sobre a compra de terras por estrangeiros.

As edições especiais sobre os "direitos do mar" e a "Bacia do Prata"[669] procuraram tratar da superação do subdesenvolvimento no sul do continente Americano. O tema central destes volumes era a integração econômica como um dos instrumentos mais eficazes contra o subdesenvolvimento. Os números em questão, dedicaram-se à realização concreta da proposta de integração do Cone-Sul a partir da visualização da integração física da Bacia do Prata, base de sustentação para o incremento do fluxo de bens e serviços, especialmente depois do estabelecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e da criação do Instituto de Integração da América Latina (INTAL), no ano de 1964. Assim, foram divulgados nestes volumes, alguns documentos inéditos e trabalhos de especialistas sobre integração da Bacia do Prata, objeto de negociação entre os países da região desde a Conferência de Montevidéu, no ano de 1941.

Um dos exemplos da importância atribuída pelos editores da *Revista* à discussão sobre assuntos estratégicos foi o número especial sobre "Temas Militares" (XIV, 53-54, 1971). Entre os artigos daquele número alguns poderiam ser destacados: "O continente americano dentro da problemática mundial" (João Augusto de Araújo Castro), "Dissuasão e industrialização" (André Beaufre), "Segurança estratégica" (Nelson Lavenère-Wanderley), "A arte do comando na guerra nuclear" (José Maria de Toledo Camargo), e "As Forças Armadas e a integração da Amazônia" (Rodrigo Otávio Jordão

[669] "Bacia do Prata". (1969) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 12 (45-46) e "Diretos do mar". (1969) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 12 (47-48).

Ramos). Ao final do volume, além dos documentos e das seções costumeiras de resenhas de livros, o leitor era ainda brindado com 61 páginas de uma bibliografia específica sobre temas militares, a qual incluía livros publicados no Brasil e no exterior, organizados por assunto, ampla relação de artigos e lista de periódicos especializados.

Por sua vez, o número especial sobre as "concessionárias estrangeiras"[670] tratou principalmente do problema da compra das concessionárias estrangeiras de serviços públicos. A questão central era se o Estado poderia encampar[671] propriedades, desde que a compensação fosse razoável. Transcreve-se documentos oficiais sobre o assunto e o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a questão. É importante ressaltar que o debate, naquele momento, estava exclusivamente relacionado às empresas dos EUA.

O número especial apresentou duas posições antagônicas com relação ao assunto: de um lado, as chamadas "forças anti-nacionais", que lutavam contra a ideia da encampação em nome da necessidade de evitar atritos com as empresas ou com o governo dos EUA; de outro, as denominadas "forças nacionalistas" que se opunham ao controle dos serviços públicos por companhias estrangeiras, especialmente norte-americanas de energia elétrica: *American Foreign Power Co*., Empresas Elétricas, *Brazilian Traction*, Rio-*Light*, São Paulo-*Light*, Companhia Telefônica Brasileira *e International Telegraphand Telephone Co.*[672]

Vê-se pelos textos publicados na revista, que a solução do governo norte-americano para não "perder" suas empresas foi forçar o governo brasileiro a comprar em bloco as concessionárias estrangeiras. Apesar das restrições feitas pelas correntes nacionalistas à ideia

---

[670] "Encanpação das concessionárias estrangeiras I". (1965) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 8 (30) e "Encanpação das concessionárias estrangeiras II". (1965) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 8 (31-32).

[671] Processo em que determinado governo toma posse de uma empresa após acordo em que se ajusta uma indenização ao concessionário.

[672]"Encanpação das concessionárias estrangeiras I". (1965) **Revista Brasileira de Política Internacional.**, 8 (30), p. 166. As encampações que mais se destacam neste volume da *RBPI* estão relacionadas à Companhia Telefônica Nacional, que acontece em março de 1962, subsidiária da *International Telephone Corporation*, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e à encampação pelo governo federal das empresas subsidiárias do grupo *Bond & Skare* (parte da *American Foreign Power* – poderoso complexo de energia) no ano de 1963, que se apresentava no Brasil sob o título de Empresas Elétricas Brasileiras.

de comprar em bloco em vez de encampar, este foi o caminho seguido pelo Brasil.

O volume da *RBPI* sobre a "política nuclear" analisou a política brasileira de energia atômica (tema caro aos militares brasileiros durante a Ditadura). O espírito da época estava conturbado, vemos nos textos destacados dessa edição que o Brasil reiterou o direito ao uso nuclear pacífico, com a justificativa de obediência "à tradição de defesa da soberania", reafirmando "o nacionalismo" e assegurando o "futuro do País", mesmo sendo os EUA contrários a esta posição brasileira. Além disso, tratou-se da rejeição do acordo atômico entre os Estados Unidos e a União Soviética.[673]

Desse modo, o volume trazia para o palco das discussões os termos do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). O Brasil não aderiu ao TPN, pois não estava de acordo com seus termos, que para o governo brasileiro eram discriminatórios. Nesse sentido, o tema do desarmamento figurou nas páginas da *RBPI*, em especial por meio dos documentos que tratavam da 39ª Sessão Conferência sobre Desarmamento, em Genebra, na qual o chefe da delegação brasileira foi o senador Afonso Arinos que sustentou que os países mais desenvolvidos deveriam "tentar amainar as resistências recíprocas, a fim de facilitar e apressar o desarmamento. Às grandes potências nucleares, bem como aos seus aliados, de parte a parte, cabe a responsabilidade de uma outra tarefa, instante e perigosa, qual seja, a de que o processo de desarmamento se desenvolva com o menor risco possível para os Estados e povos nele engajados"[674]. Nesse discurso, Afonso Arinos ainda deixou clara a posição do Brasil, que era favorável a um desarmamento pacífico.

O volume temático "política nuclear" não discorreu apenas sobre a questão da soberania, pois colocou a questão do desenvolvimento nacional (a partir dos problemas energéticos) na ordem do dia. É interessante perceber também que este número da *RBPI*

---

[673] "Política nuclear". (1967) **Revista Brasileira de Política Internacional.**, 10, (37-38), p. 3.

[674] "O Brasil e o Desarmamento — Discurso pronunciado pelo Senador Afonso Arinos de Melo Franco perante a 39 .sessão da Conferência do Desarmamento". (1962) **Revista Brasileira de Relações Internacionais**, 5 (19), p. 573

adotou uma posição específica contrária à dos EUA, embora o governo brasileiro do período militar estivesse alinhado com os EUA em grande parte dos assuntos internacionais. Assim, os textos sobre a política nuclear afirmaram que o Brasil não deveria abandonar – independente das pressões externas – as perspectivas que a energia nuclear própria oferecia. Segundo José Honório Rodrigues, na "Nota Liminar" a este volume:

> A política de energia atômica própria que o Brasil defende pode vir a ser o fator decisivo nos próximos séculos, e o nosso futuro pode ficar comprometido, caso não mantivermos a unidade destes três elementos fundamentais: a soberania, a energia atômica e o desenvolvimento. Não é com permissões ou exclusões internacionais que uma Nação constrói o seu futuro. Creio que este volume pode servir nas Universidades, no Congresso, na Imprensa, nas Forças Armadas como uma fonte segura de informação fidedigna sobre a política brasileira de energia atômica.[675]

O número da *RBPI* dedicado às Forças Armadas versou sobre os "temas militares" relacionados à política externa brasileira, principalmente no que diz respeito aos conceitos de: estratégia, segurança nacional, segurança coletiva, desarmamento e defesa nacional.

Na "Nota Liminar" desta edição, podemos perceber a imbricada relação entre o Itamaraty (na figura do IBRI) e as Forças Armadas brasileiras: "Esperamos que o número especial tenha a mesma recepção dos números anteriores, especialmente entre os leitores da Revista, em número crescente, que pertencem às Forças Armadas".[676]

Além disso, este número divulgou o importante artigo do professor norte-americano John J. Johnson (preparado para o Senado dos EUA) sobre o problema da Força Interamericana de Paz.

O volume sobre a "crise energética mundial" procurou compreender a conjuntura econômica do momento, responsabilizou os EUA pela Crise do Petróleo de 1973 e destacou a natureza política dos altíssimos preços desse importante recurso energético. No entanto, a novidade desta edição se configurou, de fato, nas propostas de estratégias futuras de obtenção de energia, buscando a longo prazo a mudança da política energética do Brasil (em especial

---

[675] "Política nuclear".(1967) **Revista Brasileira de Política Internacional**, 10, (37-38), p.4.
[676] "Temas militares" (1971).**Revista Brasileira de Política Internacional**, 24, (53-54), p.6.

com a perspectiva de Itaipu).[677]

A Antártida também mereceu atenção nas páginas da *RBPI*. Frank Costa escreveu um artigo "Antártida: o problema político (IV)"[678] no qual afirmava, a despeito das pretensões da Inglaterra no conflito com a Argentina, que esse problema envolvia todo o Continente, justamente porque não era somente a questão territorial que estava em jogo, mas também a questão política na região; por isso, os demais países, além da Argentina e do Chile, deveriam se preocupar com a situação do iminente domínio colonial das regiões polares antárticas.

O direito do Mar foi outro assunto que mereceu destaque, abarcando outros temas interligados como: Mar Territorial e Zonas Contíguas, Regime Geral do Alto Mar, Pesca e Conservação dos Recursos Biológicos, Plataforma Continental, Livre Acesso ao Mar pelos Países Interiores, Fundo do Mar, entre outros. Na Conferência sobre o Direito do Mar (1958), países como o Equador, Peru e Chile, defendiam o reconhecimento de "zonas marítimas" de soberania muito mais extensas (200 milhas), outros países não chegavam a um consenso. Outro dissenso era sobre pesca, plataforma continental e segurança[679].

[677] "A crise energética mundial". (1979) **Revista Brasileira de Política Internacional,** 22 (85-88).
[678] COSTA, F. "Antártida: o problema político (IV)". **Revista Brasileira de Política Internacional** 3 (11), 1960, p. 118.
[679] "Conferência Sobre o Direito do Mar". **Revista Brasileira de Política Internacional.** 1 (3) 1958, p. 153.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve por objetivo estudar o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), criado em 1954, e sua *Revista de Política Internacional (RBPI*), fundada em 1958. Para tanto, estudamos os documentos relativos à criação do instituto e da revista pesquisados em diversas instituições nacionais, bem como analisamos os números da *RBPI* publicados entre 1958 e 1992, perfazendo um total de 35 volumes, 140 números e 75 exemplares.

A pesquisa baseou-se em pressupostos teóricos inseridos no campo da História Política e História das Relações Internacionais. Em função da própria natureza do objeto de pesquisa, em seguida nos voltamos para o campo da História Intelectual, História das Ideias e do Pensamento Político, com ênfase em estudos relacionados às identidades, imaginários sociais, relações entre intelectuais e poder e as revistas como fonte de pesquisa.

Ficou evidenciado, durante este trabalho, que o IBRI e a *RBPI* foram fundados por um grupo que fazia parte da *intelligentsia* nacional do período, qual seja, o da transição do Segundo Governo Vargas para a gestão Kubitschek – uma comunidade formada por acadêmicos, diplomatas, militares, jornalistas, empresários etc que tinham importante atuação nas principais instituições nacionais (tais como ABL, ESG, FVG, IRBr) e internacionais (por exemplo, ONU, OEA, UNESCO, CEPAL).

Durante o tempo em que o IBRIe a *RBPI* estiveram no Rio de Janeiro, quatro foram os seus Diretores: Oswaldo Trigueiro, Henrique Valle, José Honório Rodrigues e Cleantho de Paiva Leite. Trigueiro e Valle foram diretores do instituto e da revista em seu período áureo, qual seja, os anos anteriores ao golpe civil-militar, marcado pelo protagonismo, em especial, dos técnicos desenvolvimentistas. Já Rodrigues e Leite tiveram que enfrentar a nova conjuntura pós-64, em especial no que diz respeito à difícil manutenção da revista.

Embora nunca tenha sido interrompida, percebemos que a *RBPI* foi muito irregular, sobretudo no que diz respeito a sua periodização, o projeto gráfico e a divisão das seções

internas do periódico. Entendemos que isso ocorreu em função dos poucos funcionários do instituto e da revista, bem como dos escassos recursos financeiros com que pode contar entre 1958 e 1992.

Esse grupo de intelectuais, com grande experiência internacional, procurou criar no Brasil um instituto e uma revista nos moldes das principais instituições estrangeiras voltadas para à área das relações internacionais no mundo: o *Chatham House* (*International Affairs*), *Counsil on Foreign Relations* (*Foreign Affairs*) e o *Centre d'Études de Politique Étrangere* (*Politique Étrangere*). Por sua vez, no plano interno, procuramos demonstrar que a *RBPI* se assemelhou muito aos *Cadernos do Nosso Tempo*, efêmera revista do IBESP (futuro ISEB).

Percebemos que tanto o instituto quanto a revista, embora tenham sido criados para serem instituições de pesquisa independentes, mantiveram fortes ligações com o aparelho do Estado, em especial com o Itamaraty, sendo este o grande responsável pela sobrevivência financeira da *RBPI* até 1964, quando é rompido o acordo de compra de 1000 assinaturas por volume publicado –provavelmente em função de uma represália da ditadura civil-militar ao então Diretor do IBRI/*RBPI*, José Honório Rodrigues, que naquele contexto tecia muitas críticas ao novo regime, sobretudo com relação ao abandono dos preceitos da PEI e o retorno à aliança com os Estados Unidos.

Vimos que o IBRI compartilhou quadros com outras duas importantes intuições nacionais, especialmente na segunda metade da década de 1950 e anos iniciais da década de 1960: o IBAM e a ISEB. Constatamos que o que unificou os membros desses institutos foi o compartilhamento das ideias vinculadas ao projeto desenvolvimentista. Além disso, esse grupo conjugava saber e experiência técnica e seus integrantes mobilizavam conhecimento técnico-científico como recurso político para tentar transformar o papel do Brasil no cenário internacional por meio do desenvolvimento de projetos econômicos que estavam fortemente embasados em pesquisas científicas.

Percebemos, ainda, que os membros do IBRI, em especial o Conselho Curador e o Conselho Consultivo, constituiram uma "comunidade de política externa", que se interessava e se dedicava às relações internacionais do Brasil, preocupados em pautar a agenda internacional do país no complicado cenário da Guerra Fria.

Desse modo, esses intelectuais tinham em comum, entre os aspectos políticos e ideológicos, certa convergência nos interesses relacionados à política externa nacional, em particular no que diz respeito ao tema do desenvolvimento, da integração do Brasil nas Américas e da integração nacional via segurança estratégica.

As atuações das personalidades estudadas nesta pesquisa estavam no bojo da política de racionalização do Estado. Embora tenhamos visto que a incorporação dos intelectuais tenha tido início na década de 30, foi a partir da política governamental levada a cabo entre o Segundo Governo Vargas e o governo Kubitschek, que esse movimento ocorreu de forma mais acentuada, pois estas personalidades comungavam os mesmo ideais desenvolvimentistas, transparecendo nas páginas da *RBPI* nas décadas seguintes, passando pela ditadura civil-militar e seguindo rumo ao período de redemocratização.

Ao tentar recuperar parte do processo de inserção desses intelectuais no instituto e na revista, principalmente os diplomatas e os militares, percebemos que o que os unificava era o "espírito de corpo", tendo por base uma distinção de *status* (dos diplomatas e militares com relação aos demais brasileiros).

Dada a importância, em nosso estudo, de compreender como esses dois atores atuavam nos governos, demos particular destaque ao processo de institucionalização do Itamaraty e das Forças Armadas. A intenção também foi mostrar que esses atores estavam presentes no IBRI e na *RBPI*, seja atuando nos Conselhos, seja publicando na revista entre 1958 e 1992 .

Assim, para compreender a inserção desses atores nessa conjuntura, analisamos dois importantes governos que possibilitam que a *intelligentsia* nacional marcasse forte presença no aparelho estatal, quais sejam, o Segundo Governo Vargas (1951-1954), com a implementação da política econômica desenvolvimentista; e a gestão Kubitschek (1956-1961), que deu continuidade ao processo de incorporação dos técnicos desenvolvimentistas ao aparelho do Estado.

Observamos que os governos buscavam, principalmente, que esses intelectuais empregassem seu saber técnico-científico com a intenção de auxiliar na resolução de problemas emergentes na época: a realização de um projeto integrado de desenvolvimento econômico, social, cultural e político do país; a implementação desse projeto dentro das condições existentes no Brasil e no mundo e a aproximação do Brasil com os demais países da América via integração, sobretudo comercial, mesmo considerando que os países do continente estavam em diferentes estágios de desenvolvimento.

Outro aspecto que consideramos importante foi entender o período de 1964 a 1985, pois nossa hipótese inicial levava em conta a tradição e a autonomia do MRE e da carreira diplomática, o que poderia ter impelido os militares a vigiar o espaço interno ("inimigo interno") e deixar aos cuidados dos especialistas (em especial os diplomatas), o campo das relações internacionais e da política exterior, sem perseguições diretas ou censuras.

Durante a pesquisa percebemos que o Itamaraty e o seu corpo diplomático, embora tivessem liberdade considerável na máquina estatal e grande prestígio perante a categoria militar, se adequaram ao novo regime. No entanto, o golpe civil-militar representou um marco importante para os membros do instituto e da revista, com consequências positivas e negativas. Uma das consequências negativas foi o corte das assinaturas que, em muito, comprometeu o desenvolvimento das atividades do IBRI e da *RBPI*. Já a positiva, foi certa

liberdade editorial "controlada", pois a revista continuou a veicular matérias caras ao nacional-desenvolvimentismo e à PEI.

Para entendermos as questões da política interna externa brasileira presentes nas páginas da *RBPI*, e justamente por esta revista ser voltada às questões da inserção do Brasil no cenário internacional, fizemos uma análise abordando duas propostas de paradigmas: os paradigmas "desenvolvimentista"/"normal ou neoliberal", e, os paradigmas "americanista" e "universalista ou globalista". Percebemos que essas propostas não são excludentes, já que cada uma dá relevo a questões-chave da política externa nacional.

Vimos também que houve certa continuidade nos planos de inserção internacional do Brasil no período estudado, mesmo que as linhas de política externa tenham sofrido algumas inflexões ao longo do tempo. Acreditamos, que desse modo, permaneceram certos paradigmas que guiaram as ações do Brasil no campo internacional, como a agenda política voltada para o desenvolvimento.

Os assuntos relacionados à inserção internacional do Brasil, publicados na *RBPI*, foram tratados dando ênfase ao tema do desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas. Demos destaque ao tema do desenvolvimento, pois percebemos que, ao longo dos 35 anos em que a revista foi publicada no Rio de Janeiro, esse assunto foi eixo privilegiado marcando fortemente o itinerário intelectual da *RBPI* e servindo de base para a abordagem de quase todos os demais temas nela veiculados.

Tal fato indica não somente a importância dessa temática no cenário interno, mas uma assumida posição política dos Diretores Executivos bem como dos Conselheiros do IBRI/*RBPI* que eram responsáveis pela definição da política editorial da revista. As páginas da *RBPI* revelam que as estratégias de integração do Brasil nas Américas enfatizaram a conexão do desenvolvimento nacional com o regional articulados pelas questões de segurança estratégica.

Da análise dessas questões concluímos que, apesar das mudanças de regime político e de governo, houve certa continuidade nas diretrizes da política externa brasileira, ao menos nas páginas da RBPI, ou seja, do discurso veiculado pela publicação.

Por último, vale destacar que, no período estudado, houve um esforço dos editores da revista em publicarem textos nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa. Entretanto, a partir do segundo semestre deste ano, há uma informação no site da *RBPI*, que está aos cuidados da Universidade de Brasília desde 1993, que as publicações da revista serão somente em na língua inglesa.

Acreditamos que essa mudança de foco seja para consolidar a posição da *RBPI* como a mais influente revista da América Latina sobre relações internacionais, embora, paradoxalmente, relegue a segundo plano o idioma espanhol e possa limitar tanto a contribuição de autores dos demais países latino-americanos, como a circulação da *RBPI* nos países da região.

FONTES:

- Revistas

"*Revista Brasileira de Política Internacional*" (1958-1992): Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Rio de Janeiro.

Vol. 1 - Nº 1 – mar.- 1958
Vol. 1 - Nº 2 – jun.- 1958
Vol. 1 - Nº 3 – set. - 1958
Vol. 1 - Nº 4 – dez. - 1958
Vol. 2 - Nº 5 – mar. - 1959
Vol. 2 - Nº 6 – jun.- 1959
Vol. 2 - Nº 7 – set. - 1959
Vol. 2 - Nº 8 – dez. - 1959
Vol. 3 - Nº 9 – mar. - 1960
Vol. 3 - Nº 10 – jun. - 1960
Vol. 3 - Nº 11 – set. - 1960
Vol. 3 - Nº 12 – dez. - 1960
Vol. 4 - Nº 13 – mar. - 1961
Vol. 4 - Nº 14 – jun. - 1961
Vol. 4 - Nº 15 – set. - 1961
Vol. 4 - Nº 16 – dez. - 1961
Vol. 5 - Nº 17 – mar. - 1962
Vol. 5 - Nº 18 – jun. - 1962
Vol. 5 - Nº 19 – set. - 1962
Vol. 5 - Nº 20 – dez. - 1962
Vol. 6 - Nº 21 – mar. - 1963
Vol. 6 - Nº 22 – jun. - 1963
Vol. 6 - Nº 23 – set. - 1963
Vol. 6 - Nº 24 – dez. - 1963
Vol. 7 - Nº 25 – mar. - 1964
Vol. 7 - Nº 26 – jun. - 1964
Vol. 7 - Nº 27 – set. - 1964
Vol. 7 - Nº 28 – dez. - 1964
Vol. 8 - Nº 29 – mar. - 1965
Vol. 8 - Nº 30 – jun.- 1965
Vol. 8 - Nº 31-32 – set.-dez.- 1965
Vol. 8 - N° 33-34 – mar.-jun.- 1966
Vol. 9 - Nº 35-36 – set.-dez.- 1966
Vol. 10 - Nº 37-38 – mar.-jun.- 1967
Vol. 10 - N° 39-40 – set.-dez.- 1967
Vol. 11 - N° 41-42 – mar.-jun. - 1968
Vol. 11 - N° 43-44 – set.-dez. - 1968
Vol. 12 - N° 45-46 – mar.-jun. - 1969
Vol. 12 - Nº 47-48 – set.-dez.- 1969
Vol. 13 - N° 49-50 – mar.-jun. - 1970
Vol. 13 - N° 51-52 – set.-dez. - 1970
Vol. 14 - Nº 53-54 – mar.-jun. - 1971
Vol. 14 - Nº 55-56 – set.-dez.- 1971
Vol. 15 - Nº 57-58 – jan.-jun.- 1972
Vol. 15 - Nº 59-60 – jul.-dez.- 1972
Vol. 16 - Nº 61-62 – jan.-jun.- 1973
Vol. 16 - Nº 63-64 – jul.-dez. - 1973
Vol. 17 - Nº 65-68 – 1974
Vol. 18 - Nº 69-72 – 1975
Vol. 19 - Nº 73-76 – 1976
Vol. 20 - Nº 77-80 – 1977
Vol. 21 - Nº 81-84 – 1978
Vol. 22 - Nº 85-88 – 1979
Vol. 23 - Nº 89-92 – 1980
Vol. 24 - Nº 93-96 – 1981
Vol. 25 - Nº 97-100 – 1982
Vol. 26 - Nº 101-104 – 1983
Vol. 27 Nº 105-108 – 1984
Vol. 28 - Nº 109-110 – jan.-jun.- 1985
Vol. 28 - Nº 111-112 – jul.-dez.- 1985
Vol. 29 - Nº 113-114 – jan.-jun. - 1986
Vol. 29 - Nº 115-116 – jul.-dez.- 1986
Vol. 30 - Nº 117-118 – jan.-jun.- 1987
Vol. 30 - Nº 119-120 – jul.-dez.- 1987
Vol. 31 - Nº 121-122– jan.-jun. - 1988
Vol. 31 - Nº 123-124 – jul.-dez. - 1988
Vol. 32 - Nº 125-126 – jan.-jun. - 1989
Vol. 32 - Nº 127-128 – jul.-dez. - 1989
Vol. 33 - Nº 129-130 – jan.-jun. - 1990
Vol. 33 - Nº 131-132 – jul.-dez. - 1990
Vol. 34 - Nº 133-134 – jan.-jun. - 1991
Vol. 34 - Nº 135-136 – jul.-dez. - 1991
Vol. 35 - Nº 137-138 – jan.-jun. - 1992
Vol. 35 - Nº 139-140 – jul.-dez. - 1992

Revista "*Cadernos do Nosso Tempo*"(1953-1956): Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) –Rio de Janeiro.

Ano 1 - N° 1 – out.-dez. - 1953
Ano 2 - N° 2 – jan.-jun. - 1954
Ano 3 - N° 3 – jan.-mar. - 1955
Ano 3 - N° 4 – abr.-ago. - 1955
Ano 4 - N° 5 – jan.-mar. - 1956

Revista "*Política Externa Independente*" (1965-1966): Editora Civilização Brasileira – Rio de Janeiro.

N° 1 – maio - 1965
N° 2 – agosto - 1965
N° 3 – janeiro - 1966

- Arquivos

Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello (JP-PB).

- Carta de Lêda Boechat Rodrigues para José Octávio de Arruda Mello. Rio de Janeiro: agosto de 1969.
- Carta de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello: Rio de Janeiro: 1 de novembro de 1988.
- Carta de Cleantho de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello: Rio de Janeiro: 18 de agosto de 1989.
- Carta de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello: Rio de Janeiro: 1 de novembro de 1988. Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello.
- Carta de Paiva Leite para José Octávio de Arruda Mello: Rio de Janeiro: 18 de agosto de 1989. Arquivo pessoal de José Octávio de Arruda Mello.

Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).

- Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro: Rio de Janeiro, 16 de maio de 1955.
- Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro: Rio de Janeiro, julho de 1956.
- Carta de Oswaldo Trigueiro para Cleantho de Paiva Leite: Riviera Lígure, 24 de julho de 1956.
- Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro: Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1956.
- Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro: Genebra 4 de julho de 1957.
- Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro: Paris 16 de julho de 1957.
- Carta de Oswaldo Trigueiro para Adolfo Justo Bezerra de Meneses: Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1957.
- Carta de Oswaldo Trigueiro para Orlando Carvalho: Rio de Janeiro, 10 dezembro de 1958.
- Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro: Washington 15 de janeiro de 1959.

- Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro: Washington 6 de outubro de 1959.
- Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro: Washington (sem data) 1959.
- Carta de Cleantho de Paiva Leite para Oswaldo Trigueiro: Washington (data incompleta), 1959.
- Carta de Oswaldo Trigueiro para Cleantho de Paiva Leite: 9 de maio de 1960.
- Carta de Oswaldo Trigueiro para o Embaixador José Cochrane de Alencar (Índia): Rio de Janeiro, 6 de junho de 1960.
- Carta de Oswaldo Trigueiro para o Presidente da República Jânio Quadros: Rio de Janeiro, 12 abril de 1961. Arquivo Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo/ Fundação Casa de José Américo (JP-PB).
- Carta de Oswaldo Trigueiro para Orlando Carvalho: Rio de Janeiro, 10 julho de 1960.
-Carta de Oswaldo Trigueiro para o Presidente da República Jânio Quadros: Rio de Janeiro, 12 abril de 1961.
- Carta de Oswaldo Trigueiro para Cleantho de Paiva Leite: Brasília, 12 de julho de 1962.
- Carta de Oswaldo Trigueiro para Ministro Darcy Ribeiro: Washington, 14 de dezembro de 1962.
- Carta de Oswaldo Trigueiro para Cleantho de Paiva Leite: Brasília, 16 de outubro de 1972.

REFERÊNCIAS:

ABRANCHES, A. M. (2003) "O nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos à luz do debate atual". **Trapézio**, Campinas, n. 3/4, p. 23-36.

ABREU, A. A. (1975) **Nationalisme et action politique au Brésil: une etude sur l'ISEB.** Tese (Doutorado) - Université René Descartes, Paris, mimeo.

____. (2005) "A ação política dos intelectuais do ISEB". In: TOLEDO, C. N. **Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB.** Rio de Janeiro: Revan.

____. (2007) "O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)". In: **FERREIRA, J.; FILHO, D. A. R. As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e Reformismo Radical.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ABREU, A. A. & BELOCH, I. (2001) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV.

ABU-EL-HAJ, J. (1991) "A estrutura do Estado e a economia política da intervenção estatal no Brasil". **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol xxii, n.(1/2).

____. (2005) "O Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro". **Políticas Públicas e Sociedade**, v. I, p. 11-21, p.14.

ADERALDO, V. M. C. (1987) A **Escola Superior de Guerra. Um estudo de currículos e programas.** Rio de Janeiro: IUPERJ

____. (1987) **ESG: um estudo de currículos e programa.** Rio de Janeiro. IUPERJ.

ADG BRASIL. (2003) **O valor do design: guia ADG Brasil de prática profissional do designer gráfico.** São Paulo: Senac.

AGUIAR, A. G. **Documentos mostram que Jango era monitorado pela Operação Condor.** Disponível em: http://rastrosde64.wordpress.com/2012/10/18/documentos-mostram-que-jango-era-monitorado-pela-operacao-condor-agencia-brasil/. Acessado em: 25/03/2012

ALBUQUERQUE, J.A.G. et al. (1999) "Percepções das elites do Cone Sul sobre as relações internacionais do Brasil". **Textos para Discussão**, No. 693. Brasília: IPEA

ALCANTARA, L (2001). "Os parlamentos e as relações internacionais"**. Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 1.

ALEIXO, J.C.B. (1989) "Fundamentos e linhas gerais da política externa do Brasil"**. Revista**

Brasileira de Ciência Política, Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-43, mar.

ALEXANDRE, C.V.M. (2006) **O Congresso brasileiro e a política externa (1985-2005).** PPGRI/PUC-Rio.

ALMEIDA, C. A. M. (1957) "Nacionalismo e desenvolvimento". **Revista do Clube Militar**, Rio de Janeiro.

____. (1962) "Desenvolvimento e problemática do poder". **Síntese Política, Econômica e Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 60-91, abr./jun.

ALMEIDA, P. R. de (1993) "Estudos de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927/1992". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 36 (1).

____. (1994) "Nota Liminar". **Revista Brasileira de Política Internacional:** 37 (1).

____. (1998) "Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: ano 41, número especial 40 anos.

____. (2003) **Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina.** Brasília: IBRI, 2003.

____. (2004) **Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira.** Porto Alegre: UFRGS.

____. (2004) "Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: 50 anos de um grande empreendimento intelectual". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: vol.47, nº 2, p.223, Julho/Dezembro.

____. (2006) **O Estudo das Relações Internacionais do Brasil. Brasília**: LGE Editora, 2006.

ALTAMIRANO, C. (2005) **Para un programa de historia intelectual y otros ensayos.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

____. (2006) **Intelectuales: notas de investigación.** Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.

____. (2007) "Ideias para um programa de História Intelectual". **Tempo Social**. São Paulo, v.19, n.1, 2007.

____. (dir.). (2008) **Historia de los Intelectuales en América Latina. I. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo**. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

ANDERSON, B. (2005) **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Difusão da Nação**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANDRADE, D. E. (2009) "Semeando os alicerces da nação: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói". **Revista Brasileira de História**, vol. 29, n. 58, São Paulo, dezembro.

ANDRADE, P. (1971) "Prefácio". In: ARRUDA MELLO, J. O. **Mundo Hoje**. João Pessoa: Gráfica A Imprensa,.

ARBEX JR., J. (2005) **Guerra Fria**. São Paulo: Moderna.

ARRUDA MELLO, J. O. (1971) "Prefácio". In: ARRUDA MELLO, J. O. **Mundo Hoje**. João Pessoa: Gráfica A Imprensa,.

____. (1989) OSWALDO TRIGUEIRO: Réquiem para o grande paraibano que acaba de morrer. **O Momento**, terça-feira, 1 de agosto de 1989, p.158.

____. (1990) "A Historiografia e História das Relações Internacionais – de José Honório ao IBRI". In: **A República no Brasil: ideologia, partidos e relações internacionais**. João Pessoa: Edição Fundação Casa de José Américo.

____. (1992) "Cleantho: um perfil". **"Opinião",** A Carta, João Pessoa, 17 de outubro de 1992.

____. (2010) "As ideias políticas no Brasil da Redemocratização de 45 a nossos dias". **Revista do IHGP**, Ano C, n. 41. João Pessoa, dezembro de 2010.

ARRUDA, A. de. (1983) **A Escola Superior de Guerra: história de sua doutrina.** São Paulo: GRD.

AVELLAR, H. A. (1976) **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME.

AZEVEDO, C. (2009) "América Latina em foco: política externa e debates intelectuais nos EUA". In: **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Organização de Rachel Soihet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BACZKO, B. (1985) "Imaginação Social"**.** In: **Enciclopédia Einaudi**, V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda,.

BAER, W. (1996) **A Economia Brasileira.** São Paulo: Nobel, 1996.

____. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro:

BAGGIO, K. G. (2010) “A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas”. In: BANDEIRA, L. A. M. **O Governo João Goulart.** São Paulo: Unesp.

BARIANI, E. (2005) **“**ISEB: fábrica de controvérsias”. **Espaço acadêmico**, n. 45, fev.

____. (2005) “Uma intelligentsia nacional: Grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo”. **Cadernos do CRH (UFBA)**, Salvador, v. 18, n.44, p. 249-256, p.3-4.

BARRETO, K. M. M. (1988) **O Clube Militar: atuação política (1950-1956).** PUC/SP.

BARRETO FILHO, F. P. de Mello. (2001) **Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964**. São Paulo: Paz e Terra.

BARROS, A. S. C. (1977) “A formação das elites e a constituição do Estado nacional brasileiro”. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 15, p.102.

____. (1978) **The Brazilian Military. Professional Socialization, Political Performance and State Building.** Chicago: The University of Chicago.

____. (1986) “A formulação e a implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os Novos Atores”. In: MUÑOZ, H. e TULCHIN, J. S. (orgs). **A América Latina e a Política Mundial**. São Paulo: Editora Convívio, p. 30.

____. (1988) “Problemas de transição democrática na frente militar: a definição do papel dos militares, a mudança da doutrina e a modernização do país”. **Política e Estratégia**, Rio de Janeiro, v. VI, n.2 , p.206-214.

____. (2010) “Como o Barão enfrentará a turba?”**. O Estado de São Paulo**, São Paulo, p.2, 1 de março de 2010.

BARROS, L. O. C. (1988) “Entrevista com o professor Helio Jaguaribe de Matos”. **História da Ciência** (Depoimentos orais realizados pelos Arquivos Históricos do CLE/Unicamp). 9 de mar. 1988, p.10.

BARZOTTO, V. H. (1998) “A materialidade do texto publicado em revistas periódicas**. Leitura: teoria & prática”**. n. 31, jun. Campinas: ALB / Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

BAUMANN, R; CANUTO, O; GONÇALVES, R.(2004) **Economia internacional: teoria e experiência brasileira.** Rio de Janeiro: Campus.

BENEVIDES, M. V. (1979) **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e**

estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BIELSCHOWISKY, R. (2000) **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo – 1930/1964.** Rio de Janeiro: Contraponto.

BOBBIO, N. (1997) **Intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura da sociedade contemporânea.** São Paulo: Editora Unesp.

____. (1999) "Intelectuais e vida política na Itália". In: BASTOS, E. R. & RÊGO, W. D. L. (orgs.).. **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'água.

BOMENY, H. & MOTTA, M. (orgs.). (2002) **A ESCOLA que faz Escola: EBAPE 50 anos. Depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

BOSI, A. (1980) "Um testemunho do presente". In: MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933- 1974)**. São Paulo: Ática, 1980.

BRASIL. (1974,1968 e 1973) **Ministério das Relações Exteriores**. Anuário .

BRESSER PEREIRA, L. C. (1980) **"**História das Relações Internacionais, conceituações e fontes". In: **Memória da II semana de História**. Franca: Ed. UNESP.

____. (1990) **Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense.

____ . (1991) **Populismo econômico: ortodoxia, desenvolvimentismo e populismo na América Latina.** São Paulo: Nobel.

____. (2003) **Desenvolvimento e crise no Brasil. História, economia e política de Getúlio Vargas a Lula.** São Paulo: Editora 34.

____. (2004) **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido.** Dados: Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 49-84.

____. (2007) "Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil". **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, junho .

BUARQUE, C. (2012) "Arquivo Cadernos de Nosso Tempo. Nota de apresentação". **Revista Estudos Políticos**, n. 4 – 01, p. 136.

BUENO, C. (1994) "A Política Multilateral Brasileira". In: CERVO, A. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília, UnB.

____. (1997) "Raízes históricas do Mercosul: da rivalidade à integração". **História**. São

Paulo, n. 16, p. 13-26.

____. (1997) “As relações Brasil-Argentina pedem mais realism”. **Carta Internacional**, São Paulo, n. 51.

____. (1999) “Os caminhos do Mercosul”. In: OLIVEIRA. F. A. M. (Org.). **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo: UNESP/FAPESP, p. 273-278.

____. (2000) “Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964)”. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume; NUPRI; USP v. 3, p. 17-66.

____. (2000) “As relações históricas Argentina-Brasil: da rivalidade à integração econômica”. In: RECONDO, G. (Org.). **MERCOSUR - una historia común para la integración**. Buenos Aires; Asunción: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), v. 2, p. 145-150.

____. (2000) “As relações históricas Argentina-Brasil: da rivalidade à integração econômica”. In: **Câmara dos Deputados. (1946-1967).** Deputados Brasileiros. Repertório.

____. (2007) “Relações internacionais: assimetrias nacionais e formação de blocos”. In: Villa, R. D.; KALIL, S. (Org.). **Ensaios latino-americanos de política internacional**. São Paulo: Hucitec, p. 87-96.

CAMPOS, R. de O. (1994) **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 318.

CAPELATO, M. H. R. (1989) **Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

____. (2005) “Cuadernos Hispanoamericanos: idéias políticas numa revista de cultura”. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 21, n. 34.

CAPELATO, M. H. R.; PRADO, M. L. C. (1980) **O Bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal ‘O Estado de São Paulo’**. São Paulo: Alfa-Omega.

CARDOSO, M. L. (1978) **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARMONA, R. (2007) “Revisitando a experiência do ISEB”. **Revista Princípios**. São Paulo: Portal Vermelho, no 80

CARNEIRO, J. M. B.(2002) **Formação professional para administração municipal no Brasil: A experiência do IBAM.** Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: FGV. (tese de doutorado).

CARVALHO, J. M. de. (1990) **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras,, 53.

____. (2005) F**orças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

CASTANHO, S. E. M. (1993) **Nasce a nação: Roland Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira.** Campinas: Doutorado (tese), Faculdade de Educação, Unicamp.

CASTRO, C. (1995) **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

____. (2002) **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar

____. (2004) **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.146.

CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Orgs.). (2004) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV; Bom Texto.

CASTRO, F. M. D. O.; CASTRO, F. M. D. O. (2009) **1808-2008: Dois séculos de história da organização do Itamaraty.** Brasília: Funag,, vols. I e II.

CASTRO, L. F. V. (2007) **Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul.** Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CERVO, A. L. (1992) A Historiografia Brasileira das Relações Internacionais. **Revista Interamericana de Bibliografia**, 42(3).

____. (org.). (1994) **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dia**s. Brasília, UnB.

____. (2000) "Relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964)". In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico**. São Paulo: Annablume.; NUPRI; USP v. 3, p. 17-66.

____. (2001) **Relações Internacionais na América Latina: Velhos e Novos Paradigmas.** Brasília: FUNAG.

____. (2003) Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 46 (2).

____. (2008) **Inserção Internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.

____. (2008) "Conceitos em Relações Internacionais". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 51, n. 2, p.8-25.

____. (2008) "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático". **Revista Brasileira de Política Internacional,** 46 (2)

CERVO, A. L.; BUENO, C.(2011) **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: UnB.

CERVO, A. L.; DÖPCKE, W. (orgs.). (1994) **Relações Internacionais dos Países Americanos**. Brasília: Linha Gráfica Editora.

CERVO, A. L.; RAPOPORT, M. (orgs.). (1998) **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UnB.

CHARTIER, R. (1990) **A História Cultural: entre Práticas e Representações.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertland Brasil,.

____. (2002) "História intelectual e história das mentalidades". In: ____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

CHEIBUB, Z. B. (1984) **Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty.** Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

____. (1985) "Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em uma Perspectiva Histórica". **Dados**, v. 28, n. 1, p. 113-131.

____. (1987) "Diplomacia e Formação do Estado Nacional". **Política e Estratégia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.57-59.

____. (1989) **"**A Carreira Diplomática no Brasil: O Processo de Burocratização do Itamaraty". **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2.

____. (1994) "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva Histórica e Organizacional". **Leituras Especiais - Instituto Rio Branco**, Brasília, v. 25, n. 1.

CHIRIO, M. (2012) **A política nos quartéis.** Rio de Janeiro, Zahar.

COELHO, E. C. (1976) **Em Busca de Identidade: o Exercito e a Política na Sociedade**

Brasileira. Rio de Janeiro: Forense.

____. (1985) “A Instituição Militar no Brasil: um Ensaio Bibliográfico”. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 19.

COELHO, F. D. (1996) **História Urbana e Movimentos Sociais: O Movimento de Reforma Urbana (1950 - 1990).** Niterói, Universidade Federal Fluminense.

COLISTETE, R. P. “A força das idéias: a CEPAL e o Industrialismo no Brasil no início dos anos 50”. In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. (orgs.), (1997) **T. História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec,.

CORBISIER, R. C. A. (1956) **Responsabilidade das elites**. São Paulo: Martins.

____. (1958) **Formação e problema da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, (Textos brasileiros de filosofia, 3).

____. (1960) **Brasília e o desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB.

____. (1976) “O nacionalismo segundo ISEB”. In: **Filosofia e crítica radical.** São Paulo: Duas Cidades, p. 17-23.

____. (1978) **Autobiografia filosófica. Das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro**: Civilização Brasileira.

CORRÊA, L. F. De S. (1999) “O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, 42 (1)

CORRÊA, M. L. (1956-1968) **“**Quadros técnicos e política no Brasil: o setor elétrico estatal (1956-1968)”. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História,** Londrina, 23, p. 217.

CRESPO, R (coord.). (2010) **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales.** México, CIALC/ÉON,.

CUNHA, M. W. V. (1963) **O sistema administrativo brasileiro, 1930-1950.** Rio de Janeiro: CBPE/INEP.

Currículo e Biografia de Cleantho de Paiva Leite (1992). São Paulo: Folha de São Paulo.

CZAJKA, R. (2009) **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968).** “Auto de Busca e Apreensão. Página 3”. Tese de doutorado. Unicamp.

____. (2010) “A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968)”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 18, n. 35, fevereiro .

D’ARAUJO, M. C. S. (2004) “A volta de Vargas ao poder e a polarização das forças políticas e sociais”. In: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. G. (orgs.). **Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea.** Campinas: Unicamp/São Paulo: Hucitec.

D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (1994) **Os anos de chumbo - a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
de Janeiro, 1957.

DANESE, S.F. (1999) “A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil”. **Política Externa**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 64-78.

DEBERT, G. G. (1986) “O Desenvolvimento Econômico Acelerado no discurso populista”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 39-56.

____. (1986) **A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEMANGEON, A. (1936) “Le centred'études de politiqueétrangère”. **Annales de Géographie**. t. 45, n°258. pp. 646-648.

DIMAS, A. (1983) **Tempos Eufóricos. Análise da Revista Kosmos (1904-1909).** São Paulo: Ática.

DINGES, J. (2004) **Operación Condor - una década de terrorismo internacional en el Cono Sur. Santiago**: Crônica Atual

DÖPCKE, W. (orgs.). (1994) **Relações Internacionais dos Países Americanos.** Brasília: Linha Gráfica Editora,.

DORE, R. (2007) “Atividade editorial como atividade educativa: reflexões de Gramsci sobre as 'revistas tipo”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 29, Nov.

DRAIBE, S. (1985) **Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930/1960.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DREIFUSS, R. A. (1981) 1964: **A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Vozes,.

DULCI, T. M. S. (2008) **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,. Dissertação de Mestrado, (Mimeo).

DUROSELLE, J. B. (1958) **Les Relations internacionales.** Paris: Institut d'Etudes Politiques.

____. (2000) **Todo o Império Perecerá. Teoria das relações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

DUTRA, E. F. (2006) "A nação nos livros: a biblioteca ideal na Coleção Brasiliana". In: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J. Y. (orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX.** São Paulo: Annablume, 2006.

DUTRA, E. F.; MOLLIER, J.Y. (orgs.). (2006) **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX.** São Paulo: Annablume, 2006, v. , p. 447-463.

Entrevista com o Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm. Disponível em: http://www.ibam.org.br/noticia/10. Acessado em: 04/06/2009.

ESTATUTO DO IBAM. (1952) "**A Origem e a Missão do IBAM".** Rio de Janeiro: p.1

FALCON, F. "História das Ideias". In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). (1997) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus,.

FAORO, R. (1975) **Os donos do poder.** Porto Alegre: Globo.

FARIA, C. A. P. de. (2008) "Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil". **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51, n. 2, Dec., p. 84.

FARIA, R. M. (2003) **Da Guerra Fria a Nova Ordem Mundial.** São Paulo: Contexto.

FARIAS, J. (1993) "Geração, Ideias e Projetos em Cleantho de Paiva Leite". **Conferências do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).** João Pessoa, 27 de fevereiro p.2-5.

FARIAS, P. L. (1999) **Tipografia digital. O impacto das novas tecnologias.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: 2AB, 2000. HULBERT, Allen. Layout: o design da página impressa. São Paulo: Nobel.

FARIAS, R. de S. **“Urbanismo e Movimento Municipalista no Brasil: considerações para se pensar as discussões urbanísticas nos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros (1946-1964) – uma proposta de investigação”.** Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ciec/documentos/artigo_pesquisaPD.pdf. Acessado em: 23/04/2011.

____. (2009) “Urbanismo e Municipalismo entre a Associação Brasileira de Municípios (ABM) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM): a construção institucional do municipalismo brasileiro pós-1946 e os “problemas técnicos” de urbanismo”. **Anais do Encontro da ANPUR**, Florianópolis, UFSC, 2009.

FARIAS, R. de S. (2006) “Do Palácio dos Arcos para a Esplanada: o processo decisório da participação brasileira no GATT”. **30 Encontro Anual da ANPOCS .** Caxambu, MG.

FELDMAN, S. (2005) “O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/ órgãos de planejamento/ empresas de engenharia consultiva”. **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.** Salvador.

FERNANDES, J. M. (2006) **A repressão aos exilados brasileiros no exterior: a ação do CIEX na Argentina (1974-1976).** Cuiabá: UFMT

FERRAZ, F. C. A. (1994) **À Sombra dos Carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra.** Unesp

FERREIRA, J. (2010) “1946-1964: a experiência democrática no Brasil”. **Revista Tempo.** Vol. 14, No 28. Jun/.

FERREIRA, M. (1992) “A Nova ‘Velha História’: O Retorno da História Política”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol.5, nº 10, págs. 265-271.

FIGUEIRA, A. R. (2010) “Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 53, n. 2.

FIGUEIREDO, L. (2005) **Ministério do silêncio - a história do serviço secreto brasileiro - de Washington Luís a Lula, 1927-2005.** Rio de Janeiro: Record.

FIORI, G. (1979) **A vida de Antonio Gramsci.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FONSECA JR., G. (1998) **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra.

FONSECA JR, G.; LEÃO, V. C. (Orgs) (1989). **Temas de política externa brasileira**. Brasília: Ática/IPRI.

FONSECA, P. C. D. (1989) **Vargas: o capitalismo em construção.** São Paulo: Brasiliense.

FORJAZ, M. C. (1978) **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930).** São Paulo: Polis.

____. (1977) **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FRANCO, M. S. C. (1985) "O tempo das ilusões". In: CHAUÍ, M. & FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC.

FREDRIGO, F.S. (2009) "O discurso da renúncia e a memória da indispensabilidade no epistolário bolivariano: entre os limites da liberdade e o desencanto com a independência nas Américas". **Revista Ágora**. Vitória, n.9.

___. (2010) **Guerras e Escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830).** São Paulo: Ed. UNESP.

FREITAS, L. C. B. F de. (1966) **As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra.** FFLCH/USP, Departamento de História, Fundação Getulio Vargas.

FURTADO, C. (1985) **A Fantasia Organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

____. (1958) **Perspectivas da economia brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB.

GADDIS, J. L. (2006) **Historia Da Guerra Fria.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GALVÃO, W.; GOTLIB, N. B. (orgs.) (2000) **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas.** São Paulo: Cia. das Letras.

GARCIA, E. V. (1997) "O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)". **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 40, n. 1, junho , p.26.

____. (2000) **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Porto Alegre/Brasília: UFRGS/ Funag.

GASPARI, E. (2002) **A ditadura derrotada.** São Paulo: Cia. das Letras.

____. (2004) **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Cia. das Letras.

____. (2003) **A ditadura encurralada.** São Paulo: Cia. das Letras.

GELLA, A. (ed.). (1976) **The Intelligentsia and the Intellectuals**. Londres: Sage Studies in International Sociology.

GLEZER, R. (1976) **O Fazer e o Saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica.** São Paulo: USP.

GOBO, K. L. (2007) **Década de 1970: a política externa e o papel do Itamaraty**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

GÓES FILHO, P. (2003) **O Clube das Nações: a missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ

GOFFMAN, E. (1974) **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: perspectiva.

GOMES, A. de C. (1996) "O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito". **Tempo**, Rio de Janeiro, vol I, n. 2, pp. 31-58.

____. (2002) **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

GÓMEZ-MARTÍNEZ. J. L. (1992) **Teoria del Ensayo.** México: UNAM.

GOUVÊA, G. P. (1994) **Burocracia e elites dominantes do país.** São Paulo: Paulicéia.

GRAMSCI, A. (1999-2002) **Cadernos do cárcere,** 6 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

____. (1981) **Os intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo: Círculo do Livro.

HAASS, R**.** (2002). "Os think tanks e a política de Relações Exteriores dos EUA: a perspectiva de um formulador de políticas. Agenda de Política Externa dos EUA". **Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA.** v. 7, n.3, pp.5-9. nov/2002. Disponível em: http://usinfo.state.gov/journals/itps/1102/ijpp/ijpp1102.htm Acessado em: 29/06/2009.

HALL, S. (2005) **Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP & A, p. 59.

HERNANDEZ, L. L. (1989) "Introdução ao pensamento de Hélio Jaguaribe: seus artigos de 1949 no Jornal do Comercio". **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 36-45, jan.

HIRST, M. ; PINHEIRO, L. (1995) "A Política Externa Brasileira Em Dois Tempos". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 38 (1), p. 5-23.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil – 1930-1970.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

____. (1985) “Neobismarkismo (ISEB)”. In: **O ciclo da revolução burguesa.** Petrópolis: Vozes, p. 55-62.

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS. (1956) **Introdução aos problemas do Brasil.** Rio de Janeiro: MEC/Departamento de Imprensa Nacional.

____. (1956) **Introdução aos problemas do Brasil.** Rio de Janeiro: MEC/Departamento de Imprensa Nacional.

JAGUARIBE, H. (1956) “Para uma política nacional de desenvolvimento”. **Conselho Nacional do Trabalho.** Rio de Janeiro, jan./mar.

____. (1957) **A filosofia no Brasil.** Rio de Janeiro: ISEB.

____. (1958) **Condições institucionais do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: ISEB.

____. (1958) **O nacionalismo na atualidade brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB.

____. (1962) **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político.** Rio de Janeiro: Ed. Fondo de Cultura.

____. (1977) **20 anos: breves reflexões sobre o IBESP e o ISEB.** Jornal do Brasil, 25/09.

____. (1979) “Iseb: um breve depoimento e uma apreciação crítica”. **Cadernos de Opinião**, n.14 out-nov.

____. (1979) “ISEB – Um breve depoimento e uma reapreciação crítica”. **Cadernos de Opinião**, no 14, out./nov pp. 94-110

____. (1988) “Entrevista”. In: BARROS, L. O. C.; KUMASAKA, H. B. **Depoimentos orais – Arquivos históricos do CLE/**Unicamp. 09 de março.

____. (2004) **Entrevista ao Jornal da Unicamp.** Edição 256. 21 a 27 de junho .

____. (2005) “O ISEB e o desenvolvimento nacional”. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.) **Intelectuais e política no Brasil: A experiencia do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan.

____. **O Problema do Desenvolvimento Econômico e a Burguesia Nacional.** São

____. **Sucinta análise do nacionalismo brasileiro.** Revista do Clube Militar, Rio

JULLIARD, J. (1976) “A Política”. In: LEGOFF,J. & NORA, P. **História: Novas Abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves,.

JUNQUEIRA, I. (1991) **Prosa dispersa – Ensaios**. Rio de Janeiro: Topbooks.

KALIL, S. (Org.). (2007) **Ensaios latino-americanos de política internacional.** São Paulo: Hucitec, p. 87-96.

KONDER, Leandro. (2000) "História dos intelectuais nos anos 50". In: FREITAS, M. C. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3a ed., São Paulo: Contexto.

KRUGMAN, P; OBSTFELD, M. (1999) **Economia internacional: teoria e política.** São Paulo: Makron Books.

KUNHAVALIK, J. P. (2009) **Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960.** Florianópolis: UFSC, p. 97.

LAFER, C. O (1970) "Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)". In: LAFER, B. M. (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, p. 37.

____. (2002) **JK e o programa de metas – 1956-1961**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

LAGO JR., S. (1990) "O ofício do ensaísta". **Revista Logos,** Vol.1, n.1. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social.

LAGÔA, A. (1983) **SNI como nasceu como funciona.** São Paulo: Brasiliense

LAMOUNIER, B. (1978) "O ISEB: notas à margem de um debate". **Discurso,** São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, nº 9, nov./1978, p. 153- 8.

LE GOFF, J. (1971) **"**Is politics still the backbone of History?". In: GILBERT, F. & GRAUBARD, S. R. (orgs). **Historical studies today.** New York: Norton.

LEIRNER, P. de C. (1997) **Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar.** Rio de Janeiro/São Paulo: FGV/Fapesp

_____. (1986) **Cleantho Paiva Leite, Depoimento: 1983**. Rio de Janeiro, Programa de História Oral do CPDOC-FGV, 1983 e LEITE, C. P. Cleantho de Paiva Leite (depoimento; 1986). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 201.

_____. (2000) **Série Histórica: Cleantho de Paiva Leite**. Coleção Paraíba: Nomes do Século. Paraíba: A União – Superintendência de Imprensa e Editora.

LEITE, D. M. (1969) **O caráter nacional brasileiro; história de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira,.

LEITE, M. L. M. (1977) **"**O periódico: variedade e transformação". **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, USP, 28, p.137-151.

LEME, M. C. S. (1999) **A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1958- 1965.** São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM.

LEOPOLDI, M. A. (1994) "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no Segundo Governo Vargas". In: GOMES, A. de C. **Vargas e a crise dos anos 50.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

____. (1997) "O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no Segundo Governo Vargas (1951-1954)". In: SZMRECSANYI, T.; SUZIGAN, W. (orgs.) T. **História Econômica do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Hucitec.

LEOPOLDI, M. A. (1968) **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Saga.

____. (1985) **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

____. (1991) "Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60)". In: GOMES, A. de C. (org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

____. (1998) **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.** São Paulo: Unesp.

____. (2000) **Política e interesses na industrialização brasileira — Associações industriais, a política econômica e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LESLIE, J. (2003) **Novo design de revistas**. Barcelona: Gustavo Gili.

LESSA, A. C. (1982) **15 Anos de Política Econômica.** São Paulo: Brasiliense.

____. (2005) "Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias)". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48 (2).

LEYMARIE, M.; SIRINELLI, J. F. (dir.). (2003) **L'histoire des intellectuels aujourd'hui**. Paris: PUF.

LIMA, M. C. (org.). (2008) **Dinâmica do capitalismo pós Guerra Fria**. São Paulo: Unesp.

LIMA, M. R. S. (1990) “A Economia Politica da Politica Externa Brasileira: Uma Proposta de Analise”. **Contexto Internacional**, v. 6, n.12, p. 7-28.

____. (1994) “Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política externa brasileña”. **América Latina/Internacional**, vol. 1, n.º 2.

____. (2000) “Instituições Democráticas e Política Exterior”. **Internacional**, Rio de Janeiro, 22, n.2, p. 265-303.

____. (2003) “Na trilha de uma política externa afirmativa”. In: IBASE. **Observatório da Cidadania**. Rio de Janeiro: IBASE.

____. (2005) “Autonomia, Não-Indiferença e Pragmatismo: Vetores Conceituais da Política Exterior”. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro, v. 83, n.abril/junh, p. 16-20.

____. (2005) “Aspiração Internacional e Política Externa”. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n.82, ano XIX.

____. (2005) “A política externa brasileira e os desafios da cooperação sul-sul”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48(1).

LIMA, M. R. S.; HIRST, M. (1990) “Crisis y Toma de Decision en la Politica Exterior Brasilena”. **Sintesis**, Madri, v. 12, n.9/12, p. 209-244.

LIMA, M. R. S.; MOURA, G. (1982) “A Trajetória do Pragmatismo: Uma Analise da Política Externa Brasileira”. **Dados**, v. 25, n.3, p. 349-363.

____. (1982) “Relações Internacionais e Politica Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”. **BIB**, v. 13, p. 5-36.

LIMA, M. R. S. & SANTOS, F.(2001) “O Congresso e a política de comércio exterior”. **Lua Nova**, No. 52, p. 121-150.

____. (2006) “Instituições democráticas e política exterior”. **Contexto Internacional,** Vol. 22, No. 2, p. 265-304.

LIMA, V. R. (Coordenação); (1986) ROCHA, D. [et al]. GETÚLIO: **uma história oral.** Rio de Janeiro: Record.

LIMOEIRO, M. (1977) **Ideologia do desenvolvimento: Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOPES, M. A. (2002) “A história do pensamento político: dos Grands Doctrinnaires à história social das ideias”. **Tempo Social**, São Paulo, v. 14, n. 2, Outubro.

LOUREIRO PINTO, A. (1967) **The Brazilian Institute of Municipal Administration (IBAM): A Case of Institution Building in Brazil.** University of Southem Califomia, Los Angeles.

LOUREIRO, M. R., ABRUCIO, F. L. e PACHECO, R. S. (Orgs.) (2010) **Burocracia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV.

LOURENÇO, H. (2008) “Nova História do Brasil: revisitando uma obra polêmica”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.28, n.56,.

LOVATTO, A. (1996) “A utopia nacionalista de Helio e os tempos do ISEB”. **Revista Lutas Sociais**, n. 3.

LUCA, T. R. (2006) “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto.

MANNHEIM, K. (1986) **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara.

MARIANO, K. L. P.; MARIANO, M. P. (2008) “A Formulação da Política Externa Brasileira e as Novas Lideranças Políticas Regionais”. **Perspectivas**, São Paulo, v. 33, jan./jun, p. 99-135.

MARINHO, L. C. de O. (1986) **O ISEB em seu momento histórico.** Rio de Janeiro: UFRJ.

MARTINS, A. L. (2008) **Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1922)**. São Paulo: EDUSP.

McCANN, F. D. (2007) **Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras

MICELI, S. (1979) **Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945**. Rio de Janeiro, Difel.

____. (1988) **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

____. (2005) “O ISEB e a encruzilhada nacional”. In: TOLEDO, C. N. (org). **Intelectuais e a política no Brasil: a experiência do ISEB.** Rio Janeiro, REVAN.

MILZA, P. “Política Interna e Política Externa”. In: RÉMOND, R. (org.). (1996) **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV.

MIYAMOTO, S. (1987) “Escola Superior de Guerra: mito e realidade”. **Política e Estratégia, São Paulo**, V. 5, n. 1, p.7.

____. (2011) “As grandes linhas da política externa brasileira”. **Textos para Discussão**, CEPAL/IPEA, v. 45.

MORAES, A. (1998) “Ler jornais: reflexões sobre a significação da página”. In: **Estudos em Design – Design Articles**. Rio de Janeiro: Associação Estudos em Design do Brasil, v. V e VI, n. 2.

MOREIRA, V. M. L. (2003) “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.) **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MOROSINI, M. C. “O ensino superior no Brasil”. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C (Orgs.). (2005) **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes.

MOTA, C. G. (1980) **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974).** 4a edição, São Paulo: Ática. 1980

MOTTA, M. S. (2005) “Os ‘boêmios cívicos’ da assessoria econômica: saber técnico e decisão política no governo Vargas (1951-1954)”. **História oral: história, cultura e poder,** VI Encontro Regional Sudoeste de História Oral, ANPUH, Juiz de Fora.

MOTTA, R. P. S. (2002) **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP.

MOURA, C. P. de. (1996) **Filho de diplomata. Estudo antropológico sobre a construção e manutenção de uma identidade "quase" fragmentada.** Brasília: DAN/UnB.

____. (2007) **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização.** Rio de Janeiro: FGV.

MOURA, G. (1980) **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

____. (1991) **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV.

NASCIMENTO, R. O. (2005) **Idéias, Instituições e Política Externa no Brasil de 1945 a 1964. Instituto de Ralações Internacionais, Universidade de Brasília** (dissertação de mestrado).

NASSIF, L. (2003) “O embaixador de Vargas”. **Insight Inteligência**, jan.-fev.mar, p.119.

NEVES, J.A.C. (2006) “O Congresso Nacional e a política externa brasileira”. In: ALTEMANI, H. & LESSA, A.C. (Orgs.) **Relações internacionais do Brasil: temas e agenda**s. São Paulo, Saraiva, p. 365-388.

NUNES, E. (2003) **A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

OLIVEIRA, E. R. de (1976) **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1965)**. Petrópolis: Vozes.
____. (Org.). (1987) **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus.

OLIVEIRA, H. A. (2005) **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, M. de. (2006) “O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas”. **Soc. estado**, Brasília: Universidade de Brasília, Mai/Ago. 2006, vol.21, no.2, p.487-512.

ORTIZ, R. (1994) **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** 5a ed., São Paulo: Brasiliense.

PADROS, E. S. (2012) “A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional”. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, Dec.

PAIM, G. (1957) **Industrialização e economia natural**. Rio de Janeiro: ISEB.

PAIVA, V. P. (1986) **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

PÉCAUT, D. (1990) **Os intelectuais e a política no Brasil; entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática.

PEIXOTO, A. C. (1980) “O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)”. In: ROUQUIÉ, A. (Coord.) **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record.

PELEGRINO FILHO, A. (2003) “A influência da Missão Militar Francesa na ECEME”. **A Defesa Nacional**. n. 795.

PENNA FILHO, P. (2004) **“**O Itamaraty e a Repressão Além-Fronteiras: o Centro de Informações do Exterior – CIEX (1966-1986)”. In: FICO, C.; ARAÚJO, M. P.; CASTRO, C.; MARTINS, I. de L.; SOUZA, J. J. V. de; QUADRAT, S. V. (Orgs.) **1964-2004 – 40 anos do**

golpe – Ditadura Militar e Resistência no Brasil. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda – 7 Letras, p.163-169.

____. (2009) "O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)". **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 2, Dec.

PEREIRA, A. E. (2005) "Organização, estrutura e trajetória do ISEB". In: TOLEDO, C. N(org). **Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB.** Rio de Janeiro: Revan.

____. (2002) **O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil -1952-1964.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. (tese de doutorado)

PEREIRA, J.A.L**.** (2004) **"**O federalismo na diplomacia brasileira: o interesse do Itamaraty nas ações externas de governos subnacionais". **Cena Internacional**, Vol. 6, No. 2, p. 144-159.

PILLAR, O. (2008) **Os patronos das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Bibliex,

PINHEIRO, L. (2000) "Traídos pelo Desejo: Um Ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea". **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 305-304.

____. (2000) "Unidades de Decisão e Processo de Formulação de Política Externa Durante o Regime Militar". In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira, 1930-1990 / Prioridades, Atores e Políticas**, São Paulo: USP, v. 4, p. 449-474.

____. (2004) **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

____. (2013) "O Brasil no Mundo". In: GOMES, A. M. C. (org); SCHWARCZ, L. M. (direção). **Olhando para dentro, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Mapfre/Objetiva, v. 4, p. 20-40.

PINHEIRO, L.; MILANI, C. (Org.). (2012) **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: FGV.

PINTO, Á. B. V. (1956) **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB.

____. (1960) **Consciência e realidade nacional.** Rio de Janeiro: ISEB.

____. (1963) **"**Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Belo Horizonte, v. III, n. 2, p. 252-79, jul.

PINTO, A. L. (1967) **The Brazilian Institute of Municipal Administration (IBAM): A Case of Institution Building in Brazil**. University of Southem Califomia, Los Angeles. (tese

de doutorado).

PINTO, J. A. da C. (1986) “O ISEB por ele mesmo: práticas institucionais e modelos ideológicos”. In: MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Graal.

POCOCK, J. (2003) **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp.

PONTES, H. (2008) “Campo intelectual, crítica literária e gênero (1920-1968)”. In: ALTAMIRANO, C. (org.). **Historia de los intelectuales en America Latina**. Buenos Aires: Katz Editores.

PONTES, H. (2001) **Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 e

____. “Retratos do Brasil: editores, editoras e ‘coleções brasiliana’ nas décadas de 30, 40 e 50”. In: Sergio Miceli (org.). **História das ciências sociais no Brasil.** São Paulo: Sumaré, vol.1, p.419-476.

POULANTZAS, N. (1990) **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal.

QUADRAT, S. V. (2004) “Os porões internacionais da repressão”. In: **SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE DE 1964.** Rio de Janeiro: 7 Letras.

QUIGLEY, C. (1956) “A dinâmica da sociedade política no Brasil”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 1, pp. 23-38.

____. (1957) **Fundamentos sociológicos do poder nacional**. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro.

____. (1957) **Ideologias e segurança nacional.** Rio de Janeiro: ISEB.

____. (1957) **Condições sociais do poder nacional**. Rio de Janeiro: ISEB,.

____. (1958) **Estrutura atual e perspectivas da sociedade brasileira**. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 18, p. 48-59.

____. (1959) **Nacionalismo e problemas brasileiros**. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 21, p. 35-50, jan./fev.

____. (1960) **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga.

____. (1981) **The Anglo-American Establishment.** New York: Books in Focus.

____. (1983) “A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980”. In: **A Revolução de 30: seminario internacional**. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: UnB, 1983.125.

____. (1995) “Entrevista com Guerreiro Ramos”. In: OLIVEIRA, L. L. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 199.

RAMOS, A. G. (1961) **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

RANGEL, I. (1957) **Dualidade básica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB.

____. (1960) **Recursos ociosos na economia nacional**. Rio de Janeiro: ISEB,.

RECONDO, G. (1994) “A Política Multilateral Brasileira”. In: CERVO, A. (org.). **O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias**. Brasília, UnB, 1994.

____. (1997) “As relações Brasil-Argentina pedem mais realism”. **Carta Internacional**, São Paulo.

____. (1999) “Os caminhos do Mercosul”. In: OLIVEIRA. F. A. M. (Org.). **Globalização, regionalização e nacionalismo.** São Paulo: UNESP/FAPESP, p. 273-278,.

____. (Org.). (2000) **MERCOSUR - una historia común para la integración**. Buenos Aires; Asunción: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), v. 2, p. 145-150.

RÉMOND, R. (1996) “Uma História do Presente”. In: ____. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV.

____. (1996) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV.

RENOUVIN, P. “Introduction générale”. In: ____. (dir) (1963) **Histoire des Relations Internationales**. Paris: Hachette.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. (1967) **Introdução à história das relações Internacionais**. São Paulo: Difel.

RIBEIRO, C. O. (2006) “Autonomia e universalismo como condicionantes da política externa brasileira”. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 43, n. 171, julho/setembro.

RIBEIRO, S. M. R. (2002) “Reforma do aparelho de Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90”. **VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct.2.

ROCHA, A. J. R. da. (1998) “O tratamento de temas multilaterais na RBPI: 1958–1998”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: ano 41, número especial 40 anos.

ROCHA, M. S. de M. R. (1996) **A Evolução dos Conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70**. FFLCH- Departamento de História, USP

RODEGHERO, S. (2007) **Capítulos da Guerra Fria**. Porto Alegre: UFRGS.

RODRIGUES, J. H. (1986) **Vida e História**. São Paulo, Perspectiva.

____. (2002) **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas, SP: Papirus.

____. (2003) “A História Intelectual em questão”. In: LOPES, M. A. (org.). **Grandes nomes da história intelectual.** São Paulo: Contexto.

____. (2005) “O intelectual no ‘campo’ cultural francês: do ‘Caso Dreyfus’ aos tempos atuais”. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, Julho.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. (1995) **Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)**. Organização e explicação de Lêda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RODRIGUES, L. B.; MELLO, J. O. de A. (1994) **José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RODRIGUES, M.(1996) **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil** São Paulo: Ática,.

ROSA, M. R.(2011) **“Esquerdisticamente” Afinados: os intelectuais, os livros e as revistas das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (1964-1969**). Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS.

ROSANVALLON, P. (1995) “Por uma História Conceitual do Político”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, Contexto, vol. 15, nº 30.

ROUQUIÉ, A. (1980) “Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil. Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional”. In: ROUQUIÉ, A. (Coord.). **Os Partidos Militares no Brasi**l. Rio de Janeiro: Record.

____. (1984) **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-ômega, p.125.

SANTOS, E. R. (1996) **Um olhar esguiano da abertur**a. Porto Alegre: UFRGS

____. (2004) "Dominação Militar e Escola Superior de Guerra no Brasil: Legitimação e Institucionalização do Poder Castrense". **Opinio**, Canoas, n. 13 jul./dez, p. 37.

SANTOS, L. C. V. G. (2002) **O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)**. Curitiba: Ed. UFPR.

_____. (2004) **O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Ed. UNESP.

____. (2010) **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP.

_____. (2012) **Rio Branco: 100 Anos de Memória**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão.

____. (2012) **O Evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira**. São Paulo: Ed. UNESP;

SANTOS, M. de O. (2004) B**erços de Heróis: o papel das escolas militares na formação de "Salvadores da Pátria"**. São Paulo: Annablume

SANTOS, R. B. (2006) **A assessoria econômica da Presidência da Republica: contribuição para a interpretação do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954)**. Unicamp.

SARAIVA, J. F. S. "Entre a retórica e o realismo: o peso da política exterior do Brasil de Vargas a Lula (1954-2005)". In: CERVO, A. L. (orgs.) (2005) **O crescimento das relações internacionais do Brasil**. Brasília: IBRI.

SARAIVA, J. F. S. (2001) **Relações internacionais: dois séculos de história**. Brasília: IBRI/Funag,.

____. (2006) "Federalismo e relações internacionais do Brasil". In: ALTEMANI, H. & LESSA, A.C. (Orgs.) **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo, Saraiva, p.429-456

SARLO, B. (1992) "Intelectuales y revistas: razones de una práctica". In: **Le discours culturel dans les revues latino-américaines de 1940 à 1970, América, Cahiers du CRICCAL**.Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle.

____. “Una revista en presente”. In: **Homenagem a cuatro revistas culturales de los últimos veinte años: Punto de Vista.** Disponível em: http://www.bazaramericano.com. Acessado em: 02/02/201.

____. (2011) “La hacíamos por nosotros más que por los lectores”. In: **A 25 años del lanzamiento de ‘Punto de Vista**’: una entrevista con la ensayista Beatriz Sarlo. Disponível em: http://www.pagina12.com.ar. Acessado em: 02/02/.

SCHNEIDER, B. R. (1994) **Burocracia pública e política industrial no Brasil.** São Paulo: Sumaré.

SCHWARTZ, J.; PATIÑO, R. (2004) **Revista Iberoamericana**. Pittsburgh, v. 1, n. 208-209, jul./dez.

SCHWARTZMAN, S (org.). (1981) **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo**”. Brasília: Câmara dos Deputados. 273 p. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 6).

SEIDL, E. (2008) “Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930)”. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16 n. 30, Curitiba, jun, pp. 199-220.

SEITENFUS, R. (1994) **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SETEMY, A. (2010) “Agentes de pincinês: a diplomacia brasileira e a produção de informações no Brasil”. **Anais do IV Encontro Nacional dos Pesquisadores do Integralismo/III Simpósio do Laboratório ode História Política e Social: Idéias e Experiências autoritárias no Brasil Contemporâneo**.

____. (2010) “Por uma memória 'diplomática': o Itamaraty e o combate ao inimigo escarlate”. **X Encontro Estadual de História - O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**, 2010, Santa Maria. Anais Eletrônicos.

____. (2011) “Sobre a elegância do minueto, o manto das trevas: desvendando a atuação do Itamaraty no combate ao comunismo”. **III Jornada de História Política**, 2011, Montevidéu. **Anais da da III Jornada de História Política.**

SGUISSARDI, V. (2004) “A universidade neoprofissional, heterônoma e competitive”. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. de L. de **A. Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez.

SILVA, A. M. (1998) “Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 41 (2).

SILVA, H. (1976) 1945: **Por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.465.

SILVA, M. V. C. (2009) **A Defesa do Pan-Americanismo nas páginas de Américas (1949-1968)**. São Paulo: Programa San Tiago Dantas de Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais (UNESP/UNICAMP/PUC-SP),. Dissertação de Mestrado.

SILVA, S. B. da. (2012) **50 anos em 5: o Plano de Metas**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas. Acessado em: 20/01.

SILVEIRA, R. C. (2009) **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil - de Sarney a FHC**. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS.

SIRINELLI, J. F. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, R. (org.). (1996) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV.

SIRINELLI, J. F. (1986) “Le hasard ou la necessite? Une histoire en chartier: l’histoire des intellectuells”. **Revue d’Histoire**, n.9, jan-mar.

SOARES, L. A. A. (1995) “Guerreiro Ramos: a trajetória de um pensamento”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 33-50, abr./jun.

SODRÉ, N. (1966) **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

____. (1978) **A Verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir Editora.

____. (1965) **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOLA, L. (1998) **Idéias econômicas, decisões políticas**. São Paulo: EDUSP/FAPESP.

SOUZA, A. (2002) **A Agenda Internacional do Brasil: um Estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa.** Rio de Janeiro: CEBRI.

SOUZA, A. B. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

STEIN, S. (1988) “José Honório Rodrigues (1913-1987)”. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 68, No. 3 (Aug.), p. 573-576.

STEPAN, A. C. (1975) **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova

SVARTMAN, E. M. (2006) **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. Porto Alegre: UFRGS

SZMRECSÁNYI, T **Assessoria Econômica da Presidência da República**. Disponível em:http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/AssessoriaEconomica. Acessado em: 22/01/2010.

SZMRECSÁNYI, T (1992) **O segundo governo Vargas – 1951-54: democracia, partidos e crise política**. São Paulo, Ática.

SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. G. (orgs.). **Getúlio Vargas e a Economia Contemporânea**. Campinas: Unicamp/São Paulo: Hucitec, 200, p. 117-118.

TEIXEIRA, T. (2007) **Os Think Tanks e sua influência na Política Externa dos EUA**. Rio de Janeiro: Revan.

TOLEDO, C. N. (2005) **50 anos de fundação do Iseb**. Jornal da Unicamp. n.296. 8 ago.. p.11. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2005/ju296pag11.html. Acesso em: 04/03/2009.

____. (2005) **A experiência isebiana**. Jornal da Ciência, SBPC, 14 de julho.

____. (org). (2005) **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan.

TRIGUEIRO, O. (1983) "José Honório na direção do IBRI". **Correio das Artes**, João Pessoa, 18 de setembro.

VIZENTINI, P. G. F. (1993) D**a barganha nacionalista à Política Externa independente: uma política exterior para o desenvolvimento (1951-64)**. Tese de Doutorado em História Econômica. USP: São Paulo.

____. (1998) **A política externa do Regime Militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964 – 1985)**. Porto Alegre: UFRGS.

____. (1998) "Política Externa e desenvolvimento no regime militar". **Princípios**, São Paulo n. 51, p. 56-65.

____. (1999) “O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases”. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1.

____. (2002) **O Brasil e o mundo: Política externa e desenvolvimento (1951-2002)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

____. (2004) **A Guerra Fria (1945-90)**. Porto Alegre: Leitura XXI.

____. (2004) **As relações exteriores do Brasil (1945-64)**. Petrópolis: Vozes.

____. (2005) **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

____. (2006) **Da Guerra Fria à Crise: relações internacionais do século XX**. Porto Alegre: Ed. da Universidade.

____. “Prefácio”. In: CERVO, A. L. (2008) **Inserção Internacional: formação os conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva.

WAHRLICH, B. M. S. (1979) Organização governamental e administrativa, voltada para o processo de desenvolvimento nacional: o caso brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2.

____. (1983) **Reforma administrativa na era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

____. (1984) “Desburocratização e desestatização: novas considerações sobre as prioridades brasileiras de reforma administrativa na década de 80”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4.

WILLIAMS, R. (1992) **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WINOCK, M. (2003) “As ideias políticas”. In: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 271-294.

____. (2000) **O século dos Intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

APÊNDICE

Quadro 1: Conselho Curador IBRI

Nome	Principais atividades profissionais
Austregésilo de Athayde	- 1918: escreve para o jornal *A Tribuna*. - 1921: colabora com o *Correio da Manhã*. - 1924: diretor de *O Jornal* (embrião dos Diários Associados). - 1930: preso e exilado na Europa e na Argentina. - 1933: reassume *O Jornal*. - 1948: delegado na Terceira Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), em Paris. Membro da comissão redatora da Declaração Universal dos Direitos Humanos. - 1951: membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). - 1953: diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG). Convidado a ser conferencista nesta instituição. - 1959-1993: presidente da ABL. - 1968: diretor dos Diários Associados.
Carlos Berenhauser Júnior	- 1946: General de Engenharia do Exército. - 1949: diretor da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). - 1962: membro da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP).
Cleantho de Paiva Leite	- 1936: colabora com *Diário de Pernambuco*. - 1942: técnico do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). - 1945: bolsista do British Council (London School of Economics). - 1945-1951: participa do Conselho de Tutela (CT) da Organização das Nações Unidas (ONU). - 1952-1992: fundador e membro do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). - 1951-1954: membro da Assessoria Econômica da Presidência da República, responsável pelo setor de relações internacionais. Representante do Brasil no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). - 1953: diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Licenciado entre 1956 e 1958, foi posteriormente reconduzido a esse cargo até agosto de 1962. - 1953: representante do Brasil na Reunião da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). - 1955: membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). - 1956: chefe de gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas. - 1958: delegado brasileiro à conferência de redação do estatuto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). -1959: presidente da Comissão de Instalação do BID. - 1960: diretor-executivo do BID, reelegendo-se para o período 1963-1966. Renunciou ao cargo em dezembro de 1964, quando assumiu a representação desse organismo no Chile, função que exerceria até abril de 1968. - 1960: delegado na reunião do "Comitê dos 21" (Operação Pan-Americana). - 1962: leciona curso no Instituto Rio Branco (IRBr). - 1968: diretor da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga. - 1968: presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). - 1967-1992: diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e da *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI).
Ewaldo C. Lima	- 1951-1954: membro da Assessoria Econômica de Vargas. - 1955: membro fundador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). - 1955-1976: membro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). - 1960: gerente de operações/seção de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington.
San Tiago Dantas	- 1932-1938: membro da Ação Integralista Brasileira (AIB). - 1932: professor catedrático interino de Legislação e de Economia Política na Escola Nacional de Belas-Artes. - 1943: representante do Brasil na Primeira Conferência de Ministros de Educação das

	Repúblicas Americanas, no Panamá. - 1945-1946: membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio). - 1949-1957: vice-presidente da refinaria de petróleo de Manguinhos. - 1951: conselheiro da Delegação Brasileira à IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Washington. - 1951;1954;1957;1962: profere conferências na Escola Superior de Guerra (ESG). - 1951-1954: assessor pessoal do presidente (anteprojeto de criação da Petrobras e do projeto de criação da Rede Ferroviária Federal). - 1952: membro do Comitê Permanente de Arbitragem da Haia. - 1955: ingressa no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). - 1955: membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). - 1955-1958: preside Comissão Interamericana de Jurisconsultos. - 1957-1958: diretor do *Jornal do Comércio*. - 1959, colaborou na redação e discussão da Declaração de Santiago do Chile. - 1958: deputado federal por Minas Gerais. - 1961-1962: Ministro das Relações Exteriores. - 1962: reeleito deputado federal por Minas Gerais. - 1962: leciona curso no Instituto Rio Branco (IRBr). - 1963: Ministro da Fazenda. - 1964: retoma mandato de deputado federal por Minas Gerais.
Germano G. Jardim	- 1932: Diretoria Geral de Informações, Estatísticas e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública. - 1941-1957: técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). -1957: representante na Comissão de População da Organização das Nações Unidas (ONU).
Helio Jaguaribe	- 1949: diretor do *Jornal do Comércio*. - 1950: inicia projeto de expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória. A usina foi concluída em 1961 e até 1964 Jaguaribe dirige esse empreendimento, quando renuncia à presidência da empresa. - 1952: membro do "Grupo de Itatiaia". - 1953: fundador e secretário-geral do Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política (IBESP). - 1953-1956: membro do corpo editorial da revista *Cadernos de Nosso Tempo.* - 1955-1959: fundador e membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Convidado a dar conferências na Escola Superior de Guerra (ESG). - 1958: publica o livro *O nacionalismo na atualidade brasileira.* - 1964-1966: exilado em função do golpe militar leciona na Universidade de Harvard. - 1966-1967: leciona na Universidade de Stanford. - 1968-1969: leciona no Massachusetts Institute of Technology (MIT). - 1969: diretor de assuntos internacionais da Faculdades Integradas Cândido Mendes. - 1979: decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES). - 1985: coordena o projeto Brasil 2000, encomendado pelo governo José Sarney. - 1988: fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). - 1992: Secretário da Ciência e Tecnologia do governo Fernando Collor de Mello. - 2005: membro da Academia Brasileira de Letras (ABL)
Hermes Lima	- 1924: deputado estadual pela Bahia. - 1926: livre-docente da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). - 1935: diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, colaborador do *A Manhã*, porta-voz da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em função da repressão ao movimento de 1935, foi afastado da Faculdade de Direito, tendo permanecido preso durante 13 meses. - 1937: colaborador do *Correio da Manhã*. - 1945: fundador da União Democrática Nacional (UDN) e da Esquerda Democrática (ED), tendo sido eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte (ANC) por essa legenda. - 1947: fundador do Partido Socialista Brasileiro (PSB). - 1953: ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). - 1955: membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). - 1957-1959: diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. - 1959: diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG). Posteriormente foi conferencista da Escola.

	- 1960: leciona curso no Instituto Rio Branco (IRBr). - 1961: Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro. - 1962-1963: Chanceler. - 1963-1968: Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). - 1968: membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) - 1969: aposentado pelo Ato Institucional nº 5.
João Batista B. Leite Filho	- 1923: colabora no jornal *A Notícia*. - 1924: colaborador do jornal *O Brasil*. - 1927: colaborador do *A Manhã*. - 1928: escreve em *O Jornal*, *Diário da Noite* e *Diário de Notícias*. - 1930: fundador da Liga de Ação Revolucionária (LAR). - 1930-1934: exílio em Buenos Aires e no Uruguai. - 1934: ingressa no *Diário de Notícias*. Filia-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). - 1935: rompe com Luis Carlos Prestes e com os comunistas (expulso do PCB). - 1935-1937: preso acusado de ter sido um dos líderes do levante de 1935. - 1937: milita na Liga Comunista Internacionalista. - 1937-1938: novo exílio em Buenos Aires. Trabalha na imprensa argentina (política internacional). - 1943: ingressa nos Diários Associados, correspondente de guerra durante a II Guerra Mundial. - 1946-1949: correspondente na Europa (Paris e Berlim). Participa na delegação brasileira à Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU). - 1955: diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG), da qual se torna conferencista. - 1955: membro da delegação brasileira à ONU. - 1960: leciona curso no Instituto Rio Branco (IRBr). - 1961-1964: embaixador do Brasil em Israel. - 1964-1967: professor da Faculdade do Colégio Interamericano de Defesa (Washington). -1967-1987: colaborador nos jornais *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*.
Joaquim Caetano Gentil Netto	- 1946-1952: Secretario Executivo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) - 1952: membro do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). - 1965-1968: assessor-Chefe de Organização da Petrobrás. - 1973: membro da Academia Brasileira de Administração.
José Ferreira de Souza (presidente)	- 1933: deputado estadual pelo Rio de Janeiro. - 1934-1937: deputado federal pelo Rio de Janeiro. - 1946-1955: senador pelo Rio de Janeiro. - 1950: fundador e primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Direito Aeronáutico. - 1950: Consultor Jurídico e Procurador Adjunto do Ministério da Fazenda.
José Honório Rodrigues	- 1943-1944: vive nos Estados Unidos (bolsa de pesquisa da Fundação Rockefeller). - 1946-1958: trabalha no Instituto Nacional do Livro, passando a diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional (sendo diretor interino da mesma biblioteca em várias ocasiões). -1946 a 1956: professor do Instituto Rio Branco (IRBr). 1948-1951: diretor da Seção de Pesquisas do IRBr. - 1955: diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG). - 1955: participa de discussões do membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). - 1956-1964: professor da Escola Superior de Guerra (ESG). 1958-1964: diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. - 1962: leciona curso no Instituto Rio Branco (IRBr). - 1964-1967: diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e da *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI). - 1965-1969: contribui com a *Revista Política Externa Independente*. - 1967-1987: professor em diversas instituições de ensino superior e programas de pós-graduação no Brasil e no exterior. - 1969: membro da Academia Brasileira de Letras (ABL)
José Jobim	- 1938: ingressa na carreira diplomática. - 1948-1949: representante brasileiro na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). - 1949-1951: delegado na Organização das Nações Unidas (ONU).

	- 1953-1954: oficial de gabinete do Ministro das Relações Exteriores. - 1954: membro da Comissão Mista Brasil-Argentina. - 1954-1955: Chefe do Cerimonial do Presidente. - 1958-1959: Chefe da Comissão Mista Brasil-Paraguai. Embaixador no Paraguai. - 1959-1979: embaixador nos seguintes países: Equador, Colômbia, Jamaica, Argélia, Vaticano e Marrocos. - 1962: diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG).
José Sette Câmara Filho	- 1940-1945: conselheiro para assuntos internacionais no gabinete do prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek. - 1945: ingressa na carreira diplomática. - 1950: membro da delegação brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU). - 195-1954: secretário do chefe do Gabinete Civil do Presidente da República, Lourival Fontes. - 1954: cônsul em Florença, na Itália. - 1956: subchefia do Gabinete Civil da Presidência da República. - 1958: secretário geral do Conselho Nacional de Abastecimento e Preços. Participa da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Codeno) e na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). - 1958: chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. - 1960: primeiro governador provisório do estado da Guanabara. - 1961: embaixador em Ottawa, no Canadá. - 1961-1962: prefeito de Brasília. - 1963-1964: embaixador na Suíça. - 1964-1968: chefe da missão brasileira permanente na ONU. Participa das reuniões da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina (Copredal) realizadas na cidade do México, e representa o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, encabeçando a delegação brasileira à Sessão Especial de Emergência da Assembleia Geral. - 1968-1972: licencia-se do Itamaraty para assumir uma das diretorias do *Jornal do Brasil*. - 1970-1972: representante brasileiro junto à Comissão de Direito Internacional (CDI) da ONU. - 1972: embaixador do Brasil na Tchecoslováquia. - 1978: membro da Corte Internacional de Justiça (CIJ). - 1982: primeiro vice-presidente da CIJ. - 1992: vice-presidente do Instituto de Direito Internacional. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e da American Society of International Law.
Lineu de Albuquerque Mello	- 1940: professor de Direito Internacional da Faculdade Nacional de Direito. - 1943: publica livro *Gênese e Evolução da Neutralidade: Direito Internacional da Integração*. - 1950: membro do Instituto dos Advogados do Brasil.
Oswaldo Trigueiro	- 1924-1929: promotor de Justiça e Inspetor de Ensino Secundário. - 1930: participa da campanha sucessória presidencial na Paraíba. - 1936-1937: prefeito de João Pessoa. - 1941-1945: advoga no Rio de Janeiro. Vice-Presidente do Clube dos Advogados, Secretário do Instituto dos Advogados e Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil. - 1945: membro da União Democrática Nacional (UDN). - 1947-1950: governador da Paraíba. - 1951-1954: deputado federal pela Paraíba. - 1954-1956: embaixador na Indonésia. - 1957-1960: Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e da *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI). - 1961: integra o Tribunal Superior Eleitoral. - 1961: membro do Conselho Diretor da Universidade de Brasília. - 1962: leciona curso no Instituto Rio Branco (IRBr). - 1964: Procurador-Geral da República. - 1965-1975: Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). - 1969-1971: Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Quadro 2: Conselho Consultivo IBRI

Nome	Principais atividades profissionais
Afonso Arinos de Melo e Franco	- 1929-1930: participa da campanha da Aliança Liberal. - 1932: missão diplomática na Suíça. - 1933: diretor dos jornais *O Estado de Minas* e *Diário da Tarde*. - 1934: fundador de a *Folha de Minas*. - 1934-1943: consultor jurídico do Banco do Brasil. - 1936: professor de História do Brasil da Universidade do Distrito Federal. - 1937-1945: ministra cursos no Brasil e no exterior. - 1943: vincula-se à Sociedade Amigos da América. Signatário do Manifesto dos Mineiros. - 1945: participa do I Congresso Nacional de Escritores. Participa do grupo de redatores do manifesto de lançamento da União Democrática Nacional (UDN). - 1947-1958: deputado federal por Minas Gerais. - 1958: membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) - 1958-1966: senador pelo Distrito Federal. - 1961: chefe da delegação do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), durante as Assembleias Gerais. Foi embaixador extraordinário no Concílio Vaticano II. - 1962: Ministro das Relações Exteriores. - 1962: leciona curso no Instituto Rio Branco (IRBr). - 1963: chefe da delegação brasileira à Conferência do Desarmamento, em Genebra. - 1966: fundador da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). - 1975;1980: realiza cursos da Escola Superior de Guerra (ESG). - 1986-1990: senador pelo Rio de Janeiro, na legenda do Partido da Frente Liberal (PFL). - 1988: transfere-se para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
Antonio Galloti	- 1954: professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro. - 1962-1972: fundador e membro do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). - 1956 e 1979: presidente da Light.
Arthur G. de Araújo Jorge	- 1906: ingressa no corpo diplomático brasileiro. Participa da Terceira Conferências Pan-Americana do Rio de Janeiro. - 1909: fundador da *Revista Americana*. Oficial de Gabinete do Barão do Rio Branco. - 1935: embaixador no Chile. Secretário do Presidente da República. - 1943: embaixador em Portugal. - 1950: secretário no Brasil da Carnegie for Endowement for International Peace.
Assis Chateaubriand	- 1915: colabora com o *Correio da Manhã*. - 1924: assume a direção de *O Jornal*, embrião da maior cadeia de imprensa do país, os Diários Associados: 34 jornais, 36 emissoras de rádio, 18 estações de televisão, uma agência de notícias, uma revista semanal *O Cruzeiro*, uma mensal *A Cigarra*, revistas infantis e uma editora. - 1930: apoia movimento da Aliança Liberal. - 1941: promove a Campanha Nacional de Aviação, com o lema "Dêem asas ao Brasil". - 1941-1943: preside Federação Nacional da Imprensa (FENAI-FAIBRA) - 1947: funda o Museu de Arte de São Paulo (MASP). - 1952-1957: senador pela Paraíba e depois pelo Maranhão. Renunciou ao mandato para assumir a embaixada do Brasil na Inglaterra. - 1954: membro da Academia Brasileira de Letras (ABL)
Carlos Alberto Nóbrega da Cunha	- 1930: diretor fundador do *Diário de Notícias*. - 1931: participa da IV Conferência Nacional de Educação. - 1932: signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Participa do Sexto Congresso Mundial de Educação. - 1935: Superintendente Geral do Ensino Secundário. - 1940: membro da Comissão Nacional do Ensino Primário. - 1946: diretor da Divisão do Ensino Primário do Ministério da Educação e Saúde. - 1958: fundador da Associação Brasileira e do Congresso pela Liberdade da Cultura.
Carlos Medeiros Silva	- 1936-1937: Chefe de Gabinete do Secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal. - 1939: promotor do Distrito Federal. - 1942-1943: consultor jurídico da Comissão de Defesa Econômica. - 1944: consultor Jurídico do DASP. - 1946-1950: Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça.

	- 1951-1952: membro da Comissão Nacional de Política Agrária. - 1951-1954: Consultor-Geral da República - 1957-1960: Procurador-Geral da República. - 1954; 1960; 1963 e 1964: membro da Comissão de Reforma Administrativa. - 1935-1965: redator-chefe da *Revista Forense*. - 1944-1965: diretor da *Revista de Direito Administrativo*. - Delegado do Brasil às Conferências Internacionais de Ciências Administrativas: Berna (1947), Florença (1950), Istambul (1953), Haia (1954), Madri (1956), Opatija (1957), Wiesbaden (1959), San Remo (1960), Lisboa (1961), Viena (1962), Varsóvia (1964) e Paris (1965). - 1965: Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). - 1966-1967: Ministro da Justiça. - 1961-1964: membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
Cyro de Freitas Valle	- 1934: chefe de Gabinete do Ministério das Relações Exteriores (MRE). - 1937: embaixador em Cuba. - 1938: embaixador na Romênia. - 1938-1939: Secretário-Geral do MRE. - 1939-1942: embaixador na Alemanha. - 1943: Diretor-Geral do Conselho Federal do Comércio Exterior. - 1944: Embaixador no Canadá. - 1945: Delegado na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Organização Internacional. - 1946: Delegado na Assembleia Geral da ONU. - 1947-1948: Embaixador na Argentina. - 1949-1951: Secretário-Geral do MRE. - 1949: Chefe da delegação brasileira na Assembleia Geral da ONU. - 1950: Chefe da delegação brasileira na Assembleia Geral da ONU. - 1950: diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG). - 1952-1955: Embaixador no Chile. - 1955-1960: representante do Brasil na ONU. - 1958: Presidente do Comitê de Desarmamento e Segurança Internacional da ONU.
Estevão Leitão de Carvalho	- 1918-1921: Adido militar no Chile. - 1923: participa da Quinta Conferência Pan-Americana de Santiago. - 1923-1926: representante do Brasil na Liga das Nações. - 1926: representante do Brasil na Conferência do Desarmamento. - 1931: Coronel do Exército. Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército. - 1932: consultor militar da delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento de Genebra. - 1932-1935: participa da Comissão Militar Neutra (Questão do Chaco). - 1935: assume comando da Escola do Estado Maior do Exército. - 1937: Sub-Chefe do Estado Maior do Exército. - 1942: membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. - 1942-19454: presidente da delegação brasileira na Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA (Washingtion). - 1945: chefe da delegação brasileira à Conferência de São Francisco.
Gustavo Capanema	- 1930-1933: oficial-de-gabinete, secretário do Interior e Justiça do governador de Minas Gerais. - 1934-1945: Ministro da Educação e Saúde. - 1945-1970: deputado federal por Minas Gerais. - 1952-1953: participação no projeto de aprovação da Petrobrás. - 1959-1961: Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). - 1970-1979: senador por Minas Gerais. - 1971-1973: Presidente da Comissão de Educação e Cultura. - 1975: Vice presidente da Comissão de Constituição e Justiça.
Haroldo Valadão	- 1940: Catedrático de Direito Internacional Privado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. - 1947-1950: consultor-geral do Governo Dutra. - 1947-1971: consultor-geral da República. - 1955-1959: Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

	- 1960-1971: consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores. - 1967: Procurador Geral da República.
Herbert Moses	- 1907: secretário da delegação brasileira da Terceira Conferências Pan-Americana de Assuntos Jurídicos. - 1925: dirige a *Revista Moderna*, membro da direção do jornal *A Noite*. Juntamente com Irineu Marinho, funda o vespertino *O Globo*. - 1931-1965: presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). - 1952: Membro do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). - 1955: membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). - 1962: participa junto com o presidente João Goulart da Comitiva aos EUA.
Josué de Castro	- 1932: livre-docente de fisiologia da Faculdade de Medicina de Recife. - 1933-1935: professor catedrático da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de Recife. - 1935: catedrático de antropologia da Universidade do Distrito Federal (UDF). - 1937: professor da Universidade do Brasil (UB). - 1937: fundador e diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). - 1940: fundador e diretor da Sociedade Brasileira de Alimentação. - 1942: chefe do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN). - 1944: diretor do Instituto Técnico de Alimentação (ITA). - 1951-1955: presidente do conselho executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). - 1955-1958: deputado federal por Pernambuco. - 1958-1964: reeleito deputado federal, deposto pela ditadura civil-militar em 1964. Teve suspensos seus direitos políticos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1). Em seguida foi demitido do cargo de embaixador brasileiro junto aos organismos internacionais das Nações Unidas sediados em Genebra. - 1962: embaixador na Conferência Internacional de Desarmamento. - 1964-1974: professor associado do Centro Universitário de Vincennes e da Universidade de Paris. Presidente do Comitê Mundial por uma Constituição dos Povos e vice-presidente da Associação Parlamentar Mundial.
Lourival Fontes	- 1930: membro da Aliança Liberal. - 1931: fundador e diretor das revistas *Política* e *Hierarquia*. - 1931: nomeado funcionário da Prefeitura do Distrito Federal, foi indicado oficial de gabinete do prefeito. - 1932: diretor da Secretaria do Gabinete da Prefeitura do Distrito Federal. - 1933: representante dos usineiros sergipanos junto ao Instituto do Açúcar e do Álcool. - 1934-1937: diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. - 1938: diretor do Departamento Nacional de Propaganda. - 1939-1942: diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda. - 1945: embaixador no México. - 1950-1954: Chefe do Gabinete da Presidência da República. - 1955-1963: senador por Sergipe.
Luiz Simões Lopes	- 1930-1937: oficial-de-gabinete da Secretaria da Presidência da República. - 1938-1945: presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). - 1939: participa da missão brasileira enviada aos EUA sob a chefia do ministro Oswaldo Aranha. - 1944-1992: presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV). - 1948: membro do Conselho Internacional do Serviço Civil - órgão de assessoria do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). - 1951-1952: diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM). - 1954: presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). - 1955: membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). - 1960-1979: diretor da Sociedade Nacional de Agricultura. - 1969: profere conferência na Escola Superior de Guerra (ESG).
Maurício de Medeiros	- 1914: livre-docente na Faculdade de Medicina e de psicologia na Escola Normal do Distrito Federal. - 1915: diretor-geral de Higiene do estado do Rio de Janeiro. - 1916-1920: deputado federal pelo Rio de Janeiro. - 1920-1930: colaborou com os seguintes periódicos: "A Gazeta" , "A Noite", "Correio da Manhã" e "Diário Carioca".

	- 1924: redator-chefe do *Diário de Medicina.* - 1927-1930: deputado federal pelo Rio de Janeiro. - 1934-1935: catedrático da Faculdade de Medicina. - 1946: Diretor do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. - 1955: membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). - 1955-1958: Ministro da Saúde. - 1956: diplomado pela Escola Superior de Guerra (EG). - 1962-1966: colabora com o jornal carioca O *Globo*.
Nelson Dantas	- 1936: presidente da Confederação Brasileira de Radiofusão (CBR). - 1928: presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).
Nelson Romero	- 1926: presidente da Confederação do Professorado Brasileiro. - 1927: catedrático de Filosofia do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. - 1933-1935: professor da Universidade do Distrito Federal. - 1944: membro fundador da Academia Brasileira de Filologia. - 1951: Diretor-Geral do Departamento Nacional de Educação.
Oscar Tenório	- 1935-1952: juiz do Distrito Federal. - 1938-1939; 1960-1966: diretor da Faculdade Nacional de Direito. - 1947-1957: Professor do Instituto Rio Branco (IRBr). Neste período realizou cursos e conferências na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Escola Superior de Guerra (ESG), Escola de Guerra Naval (EGN) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE). - 1950-1952: representante da Faculdade de Direito no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). - 1952: desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. - 1953: representante do IRBr em missão na Europa relativa ao estudo dos métodos do ensino do Direito Internacional. - 1961-1962: presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. - 1960: presidente do Tribunal Regional Eleitoral. - 1959-1960; 1968-1970: Vice-presidente IBECC. - 1967-1971: vice-reitor da Universidade do Estado da Guanabara. - 1971: presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e da União Internacional dos Magistrados (sede em Túnis). Membro da Associação Internacional pelo Progresso do Direito (sede em Genebra). - 1972-1976: reitor da Universidade do Estado da Guanabara.
Raul Bittencourt	- 1929: deputado estadual no Rio Grande do Sul pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). - 1931: secretário do Ministro da Educação e Saúde Pública, Belisário Pena. - 1934-1937: deputado federal pelo Rio Grande do Sul. - 1935: professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro. - 1936-1940: vice-presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental. - 1938: funda o Educandário Rui Barbosa. - 1938: professor catedrático de História na Universidade do Distrito Federal. - 1939: professor catedrático de História e Filosofia da Educação na Universidade do Brasil. Membro do Conselho Executivo da Associação Brasileira de Educação. - 1941: participa do I Congresso de Saúde Escolar, realizado em São Paulo. - 1942, participa do VIII Congresso Nacional de Educação, realizado em Goiânia. - 1943: participa do IV Congresso Americano de Professores, no Chile. - 1945: assume a cátedra na Faculdade de Ciências Econômicas. Preside o IX Congresso Nacional de Educação, realizado no Rio de Janeiro. Eleito presidente da Associação Brasileira de Educação. - 1950-1959: diretor da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAPE). - 1966-1968: diretor da Faculdade Nacional de Filosofia. - 1968: diretor da Faculdade de Educação da UFRJ.
Rosalina Coelho Lisboa Larragoti	- 1914-1930: colabora com jornais e revistas como: *Careta, Fon-Fon, O Globo, Jornal do Brasil, O Jornal, Correio da Manhã* e a *Nação*. - 1922: conquista o primeiro prêmio no concurso literário da Academia Brasileira de Letras, com o livro *Rito pagão*. - 1930: representa a Paraíba no Congresso Feminino Internacional. - 1951: delegada do Brasil à VI Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Paris. Nessa ocasião, propôs o projeto de abolição dos castigos corporais

	aplicados aos negros na África do Sul, o que levou a Corte Interamericana de Justiça a considerar racistas as leis sul-africanas.
Themistocles Cavalcanti	- 1945-1946: Consultor Geral da República. - 1946: Procurador-Geral da Justiça Eleitoral. - 1946-1947: Procurador Geral da República. - 1947: fundador e primeiro chefe do Núcleo de Direito Público, ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV). - 1948, participou do Comitê Jurídico da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) em Montreal, Canadá. - 1950-1980: nomeado para o Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC). - 1951: membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Internacional. - 1952: participa de reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU). - 1952-1960: membro do conselho executivo da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), em Haia, Holanda. 1952-1980: diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política (IDPCP, mais tarde Indipo), vinculado à FGV. Diretor da *Revista de Direito Público* e *Ciência Política*, depois *Revista de Ciência Política*. - 1953: vincula-se à Associação Internacional de Municípios. - 1954: representante do Brasil na Conferência Geral Organização das Nações Unidas da para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em Paris. - 1954-1958: membro do conselho executivo da Associação Internacional de Ciências Sociais, sediada em Paris. - 1955: delegado brasileiro à Conferência de Haia. - 1955: membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). - 1955: Consultor Geral da República. - 1955-1964: presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), da Comissão Nacional da UNESCO. - 1960: eleito deputado à Assembléia Constituinte da Guanabara pela União Democrática Nacional (UDN). - 1967-1969: Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). - 1962-1965: membro do conselho diretor do Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (presidente em 1964). - 1960-1961: deputado à Assembleia Constituinte da Guanabara na legenda da União Democrática Nacional (UDN). - 1963-1968: leciona na Pontifícia Universidade Católica (PUC). - 1964: relator-geral da seção da Assembleia Geral da UNESCO, em Paris. - 1965: delegado do Brasil à Conferência de Consultas da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada no Rio de Janeiro. - 1966: membro da Ordem dos Advogados do Brasil. - 1967: Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). - 1970: representante do Brasil na XXV Assembleia Geral da ONU.

Fontes: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930* [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/biografias]; *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)* [http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica]; *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* [http://www.ihgb.org.br/], *Academia Brasileira de Letras* [http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm] *Escola Superior de Guerra* [http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1955/] e *Superior Tribunal Federal* [http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp].